

TRIEB

A TRIEB, revista semestral da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ – publica artigos inéditos que se referem ao campo teórico e clínico da psicanálise e suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são, necessariamente, acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

EDITORES

Karla Loyo

Maria Noel Brena Sertã

CONSULTORIA EDITORIAL

Rebeca Nonato Machado

CONSELHO EDITORIAL

Admar Horn

Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ); Membro Afiliado da Société Psychanalytique de Paris e Membro Correspondente do Institut de Psychosomatique Pierre Marty (IPSO).

Aurea Maria Lowenkron

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Professora Adjunta do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Saúde Mental da Infância e da Adolescência); Doutora em Ciências da Saúde pela UFRJ.

Ivan Figueira

Doutor em Psiquiatria, IPUB-UFRJ; Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Jane Russo

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, UFRJ; Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social, UERJ.

Laura Mello Machado

Mestre em Psicologia Clínica, PUC-RIO; Diretora da InterAge Consultoria em Gerontologia e representante da Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia nas Nações Unidas.

Luiz Fernando Guedes Gallego Soares

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Coordenador da atividade “Psicanálise & Cinema”.

Marcelo Marques

Psicanalista, Association Psychanalytique de France.

Marcia Rozenthal

Doutora em Psiquiatria, Professora da Escola de Medicina e Cirurgia da UNI-Rio e Coordenadora do Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão sobre o Envelhecimento - CEMPE.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Editor Regional da Revista Brasileira de Psicanálise.

Rosine Jozef Perelberg

Psicanalista, Training Analyst of the British Psycho-Analytical Society; Doutora em Antropologia Social, London School of Economics, University of London.

Ruth Lerner Froimitchuk

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

Wania Maria Coelho Ferreira Cidade

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ

Wilson Amendoeira

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Tatiana Podlubny

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA

Celyne Maués

REVISÃO

André Luiz A. Vale e Maria Lucia Resende

DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Podlubny

IMPRESSÃO

Grafitto Gráfica

EDITORES ANTERIORES:

Fernando José Barbosa Rocha - 1991 a 1993

Miguel Calmon Du Pin e Almeida - 1994 a 2001

Fernando José Barbosa Rocha, Marci Doria Passos e Viviane Frankenthal - 2002 a 2010

Aloysio Augusto d'Abreu - 2011 a 2012

Sherrine Maria Njaine - 2011

Maria de Fátima Amin - 2012 a 2016

Maria do Carmo Palhares - 2011 a 2018

Munira Alex Proença - 2016 a 2018 e 2006 a 2017 (consultora editorial)

Bernard Miodownik - 2013 a 2018

TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 18 / NÚMEROS 1 e 2 / 2019

FRONTEIRAS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO

Rua David Campista, 80 – Humaitá – CEP 22261-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tels.: (21) 2537-1333 – (21) 2537-1115

E-mail: sbprj@sbprj.org.br | revistatrieb@sbprj.org.br

Home Page: www.sbprj.org.br

CONSELHO DIRETOR DA SBPRJ - Biênio 2019 - 2020

Presidente: Ana Maria Sabrosa Gomes da Costa Nogueira

Vice-Presidente: Luiz Fernando Guedes Gallego Soares

Primeira Secretária: Maria Lucia Moret de Carvalho

Segunda Secretária:

Maria Esther Mihich Ribeiro de Castro

Primeira Tesoureira:

Marcela Couto e Silva de Ouro Preto Santos

Segunda Tesoureira: Karla Loyo

Diretor do Instituto de Formação Psicanalítica:

Miguel Calmon du Pin e Almeida

Vice-Diretora do Instituto de Formação Psicanalítica:

Ruth Naidin

Secretária do Instituto de Formação Psicanalítica:

Adriana Guimarães Lasálvia

Diretora do Conselho Científico:

Monica Maria Martins Aguiar

Secretária do Conselho Científico: Angela Moura

Diretor do Conselho Profissional: Bernard Miodownik

Secretária do Conselho Profissional:

Sônia Eva Tucherman

Diretora do Departamento de Publicação e Divulgação:

Margaret Rose C. Waddington Binder

Secretária do Departamento de Publicação e

Divulgação: Sônia Cecília Bromberger

Diretora do Departamento de Difusão da Psicanálise:

Regina Murat

Secretária do Departamento de Difusão da Psicanálise:

Munira Aiex Proença

Diretor da Clínica Social: Carlos Alberto Quilelli Ambrosio

Secretária da Clínica Social: Eliane Marcellino da Silva

Diretora do Centro de Estudos Psicanalíticos:

Maria Teresa Silva Lopes

Secretária do Centro de Estudos Psicanalíticos:

Eloá Bittencourt Nóbrega

T825 TRIEB / Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ
Nova série, v.1, n.1 (2002).

Semestral

Publicada desde 1991 – n.10, 2001.

ISSN 1517 – 185 X

1. Psicanálise – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

CDD 616.891705

04-1101

Disponível na Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP.

Periódico indexado na base Index Psi Periódicos (www.bvs-psi.org.br)

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Sumário

Editorial	9
As fronteiras, os limites e os dilemas do ser e fazer em psicanálise.	
ENTREVISTAS	15
Benilton Bezerra Jr	
Maria Inês Escosteguy Carneiro	
Mariano Horenstein	
ARTIGOS TEMÁTICOS	
A propósito da noção de fronteiras	37
M. Aisenstein	
Entre-mentes a fronteira como habitat humaniza-dor.	47
Ana Belchior Melícias	
Fronteiras entre psicanálise e música:	63
o quarto movimento da nona sinfonia de Ludwig van Beethoven	
Victor Di Francia Alves de Melo	
A morte do pai e a resolução simbólica do assassinato edípico.	75
Transitando por fronteiras psíquicas.	
Bernard Miodownik	
Entre o “freudiano” e o “pós-freudiano”:	91
uma fronteira no conceito de pulsão (instinto) de morte	
José Luiz F. Petrucci	
Notes on de internal dyad: exile/migration.	99
Alberto I. Pieczanski	

Crossing frontiers: forced termination of an analytic process
due to emigration of the psychotherapist /patient **113**
Nydia Lisman-Pieczanski

Topes, límites y fronteras de la práctica psicoanalítica
en el abordaje la diversidad sexual y de género **125**
Adriana María Pontelli

Emigración: Pérdidas y Oportunidades **143**
Adriana Prengler

Justo a mim coube ser eu: fronteiras da individuação **151**
Eduardo Rocha Zaidhaft
Michelle Christof Gorin

ARTIGOS ORIGINAIS

O fenômeno psicótico essencial **167**
Sergio Costa de Almeida

Contemporaneidade e campo psicanalítico:
articulações com o fazer político **185**
Maria Regina Maciel

O trauma perante o desejo do Outro e o traumatismo
perante a paixão do outro: articulações entre Ferenczi e Lacan. **197**
Daniel Migliani Vitorello

PSICANÁLISE E CINEMA

O insulto como fúria narcísica **215**
Luiz Fernando Gallego

PSICANÁLISE E LITERATURA

Um convite ao viver criativo: **221**
voando fora da asa com o psicanalista e o poeta
Joana Chissini
Paula Melgaço
Regina Murat

Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. **231**
O rei de Uruk e a luta pela imortalidade.
Paulo Marchon
Maria Livia Diana de Araujo Marchon

Riobaldo também envelhece **251**
Guillermo Julio Montero

DEPOIMENTOS

(Título provisório) **265**
Simone W. Rothstein

RESENHAS

A vida?... é logo ali. **271**
David Léo Levisky
Resenhado por: Alicia Beatriz Dorado de Lisondo

Janelas da psicanálise: transmissão, clínica, paternidade, mitos, arte. **277**
Fernando Rocha
Resenhado por: Aurea Lowenkron

Agradecimento aos pareceristas **281**

Instruções aos autores **283**

As fronteiras, os limites e os dilemas do ser e fazer em psicanálise.

Analisar, disse Freud, é uma das tarefas impossíveis. Dificilmente esta frase não foi alguma vez repetida por muitos de nós. Entretanto, se por um lado o trabalho do analista apresenta uma carga considerável de toxicidade, por outro, oferece uma enorme possibilidade de expansão da mente e da vida emocional.

Quantas vidas nos é possível vi-ver com os pacientes ao longo da odisseia psicanalítica? A quantos lugares, personagens, ideias, histórias somos apresentados? Quantas e quantas vezes nos surpreendemos ao abrir ou fechar a porta?

Somos analistas com o que somos. Buscamos conhecer a teoria, pesquisar, estudar, trocar ideias, articular nosso saber com outros saberes, fazer análise e reanálise pessoal, empreender processos de autoanálise. No entanto, continuamos sendo analistas com o que somos.

Temos limites, assim como a Psicanálise também os tem. Afligimo-nos quando, em uma análise, parece que nada acontece, tal a força mortífera que toma conta da dupla. Angustiamo-nos, igualmente, quando por excesso de entendimento deixamos de compreender os pacientes. É pouco o que podemos saber e alcançar. E, ao mesmo tempo, é tanto.

Em determinados momentos conseguimos investir nas instituições que nos cercam, nos deixamos penetrar pela cultura, pelos problemas da nossa tão sofrida sociedade, pela crueza do mundo. Em outros, nos recolhemos, concentramos a libido na clínica, defendemos nosso *setting* (interno) como podemos, para seguirmos analistas mantendo a humanidade.

Vivemos o dilema de lidar com as fronteiras que delimitam a vida e a morte, a saúde e a doença, o coletivo e o individual, o conhecido e o desconhecido, o prazer e a realidade, o psíquico e o somático, a necessidade e o desejo, o sonho, a busca por uma verdade.

Este número passeia por várias *Fronteiras* presentes na teoria e na prática da Psicanálise, assim como na interface desta com a política, a literatura, a música e o cinema. Optamos por não traduzir para o português os

textos escritos originalmente em espanhol e em inglês e, mesmo sabendo das possíveis dificuldades, convidamos o leitor para se aventurar em territórios não tão familiares.

Os entrevistados deste número – Benilton Bezerra Jr., Maria Inês Escosteguy Carneiro e Mariano Horenstein – forneceram, com suas respostas, a possibilidade de reflexão sobre temas tão ricos a nós: as fronteiras entre as diversas teorias que, desde Freud até hoje, buscam compreender o sofrimento psíquico; as fronteiras, limites e mudanças na nossa prática; os impactos da realidade social no *setting*; e, finalmente, as transformações nas instituições psicanalíticas com o questionamento sobre as hierarquias.

Conseguimos, como desejávamos, um número bastante plural.

Em “A propósito da noção de fronteiras”, após uma reflexão sobre os conceitos de fronteiras e limites, Marília Aisenstein discorre sobre a origem dos conceitos de genocídio e de crime contra a humanidade.

Nydia Lisman-Pieczanski traz vivências de perdas e dor como temas centrais, ao relatar sua experiência clínica relacionada a interrupções abruptas do processo de análise, impostas por um contexto de violência política que resulta na emigração forçada da analista. Alberto Pieczanski e Adriana Prengler abordam, também através de experiências de consultório e pessoais, o custo emocional vivido ao se cruzar fronteiras para tentar se estabelecer em novos territórios, quase sempre demandando novas configurações psíquicas.

No artigo “A morte do pai e a resolução simbólica do assassinato edípico. Transitando por fronteiras psíquicas”, Bernard Miodownik parte de “Totem e Tabu” e de textos de Italo Svevo, Giuseppe Berto, Paul Auster e Philip Roth para discutir as especificidades da simbolização da fantasia do assassinato edípico em cada relação pai-filho, assim como o papel da mãe nessas configurações.

Sergio Almeida propõe, em “O fenômeno psicótico essencial”, uma discussão sobre a existência ou não do Inconsciente nas psicoses, sobretudo nos pródromos da esquizofrenia.

A desafiante questão da diversidade sexual na prática psicanalítica é abordada por Adriana Pontelli em seu artigo intitulado “Obstáculos, limites e fronteiras da prática psicanalítica diante da diversidade sexual e de gênero”.

“Entre-mentes: a fronteira como habitat humaniza-dor”, artigo de Ana Belchior Melícias, oferece uma profunda reflexão sobre como a reverie do processo analítico pode favorecer a criação de fronteiras psíquicas.

No artigo intitulado “Justo a mim coube ser eu: fronteiras da individualização”, Eduardo Rocha Zaidhaft e Michelle Christof Gorin oferecem uma refle-

xão sobre o processo de individuação, segundo a teoria da transicionalidade de Winnicott, ilustrando suas ideias com uma vinheta clínica.

Nas fronteiras e diálogos entre diversas teorias temos, José Luiz F. Petrucci estabelecendo um possível debate entre as ideias de Sigmund Freud e de Melanie Klein sobre as relações entre angústia e pulsão de morte. Temos, também, Daniel Migliane Vitorello discutindo a noção de trauma e sua relação com a mentira a partir das teorias de Ferenczi e de Lacan.

Em “Fronteiras entre Psicanálise e Música”, Victor Di Francia Alves de Melo faz um paralelo entre a música de Beethoven e a teoria freudiana. Para ele, “as notas graves de Beethoven parecem ser as notas graves na vida de qualquer sujeito”.

“Contemporaneidade e campo psicanalítico: articulações com o fazer político” é o trabalho de Maria Regina Maciel, o qual discorre sobre as mudanças nos processos subjetivos na contemporaneidade, fazendo uma relação com as novas formas mais horizontalizadas de fazer política.

Nas fronteiras da psicanálise com a literatura e com o cinema o número traz diversos trabalhos.

Guillermo Julio Montero cunha o termo “madurescência”, e faz uma leitura de “Grande Sertão: Veredas”, em que o leitor é percebido como estando no lugar do analista a quem o personagem principal, Riobaldo, vai contando a sua vida.

Em “Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. O rei de Uruk e a luta pela imortalidade”, de Maria Livia Marchon e Paulo Marchon, somos convidados a pensar na morte e sua simbologia, e na eterna busca humana pela imortalidade.

“Um convite ao viver criativo: voando fora da asa com o psicanalista e o poeta” é o título do artigo de Joana Chissini, Paula Melgaço e Regina Murat, que desenvolve o conceito de criatividade em Winnicott através de uma brincadeira: o diálogo inventado entre o psicanalista inglês e o poeta Manoel de Barros.

Através de suas resenhas, Alicia Beatriz Dorado de Lisondo e Aurea Lowenkron despertam a nossa curiosidade para a leitura de dois livros, respectivamente: “A vida?... é logo ali” de David Léo Levisky e “Janelas da psicanálise: transmissão, clínica, paternidade, mitos, arte”, de Fernando Rocha.

“Águas passadas ainda movem moinhos e reforçam fronteiras intransponíveis”, nos diz Luiz Fernando Gallego em seus comentários sobre o filme *O Insulto*, produção franco-libanesa de 2017, dirigida por Ziad Doueri.

“Unheimlich! Aprender hebraico me coloca em um lugar bom e desconfortável”, diz Simone W. Rothstein, em emocionado depoimento, no qual compartilha sua recente experiência migratória.

Desejamos a todos uma prazerosa leitura!

As editoras

Karla Ramos Loyo

Maria Noel Brena Sertã

Entrevistas

Entrevistas

Benilton Bezerra Jr.¹

Maria Inês Escosteguy Carneiro ²

Mariano Horenstein³

1)Somático-psíquico, interno-externo, sonho-vigília, pulsão-objeto. Desde os seus primórdios a psicanálise lida com áreas fronteiriças dinâmicas. Além destas, quais outras fronteiras encontramos na psicanálise contemporânea?

Benilton Bezerra Jr.

“Áreas fronteiriças dinâmicas” é uma boa expressão, traduz uma ideia fundamental. Criamos conceitos para configurar os fenômenos da vida subjetiva de modo a que faça sentido para nós. Nesse esforço, constituímos polaridades como as mencionadas. Dada a natureza processual, plástica, constantemente em fluxo da vida subjetiva, porém, esses polos não são independentes, têm entre si relações dinâmicas e complexas – estão mutuamente implicados, emergem de forma concomitante, e se interpenetram.

Somático e psíquico, por exemplo, não se confundem, mas tampouco se excluem. É impossível pensar num psiquismo sem corpo – a não ser adotando um dualismo forte. Há organismos sem psiquismo – bactérias, por exemplo. Mas um corpo, que implica consciência fenomenal, inexistente sem alguma forma de mente. Soma e psiquismo, eu e outro, interno e externo são coemergentes, constituindo-se reciprocamente. Por isso, pensar essas fronteiras como áreas flutuantes de transição entre polos ajuda a pensar a vida subjetiva de maneira

1. Psicanalista e psiquiatra, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

2. Psicanalista, membro efetivo com funções específicas do Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

3. Membro titular com funções didáticas da Asociación Psicoanalítica de Córdoba.

mais complexa, e com isso quero simplesmente dizer mais aberta à interrogação do que à convicção, mais capaz de incitar a necessária inovação na teoria e na prática psicanalítica.

Os impasses decorrentes do crescimento do número de pacientes com formas de sofrimento que transbordam o campo das neuroses vêm exigindo uma revisão de métodos e posicionamentos do analista na clínica. Tem sido muito rica, por exemplo, a discussão sobre o cada vez mais necessário entrelaçamento, interpenetração ou articulação entre modelos que privilegiam a interpelação/interpretação/enfrentamento e os que se ocupam prioritariamente do cuidado/holding/continência – cabendo ao analista, em cada caso, e em cada momento de um determinado caso, perceber que posição ocupar, que estratégia acionar.

De algum modo articulada a esse movimento, outra polaridade me parece comparecer bastante hoje, num cenário em que o ideal do indivíduo criador de si e de seu destino se impõe como tirania superegoica. Não se trata de uma oposição propriamente, mas de uma certa distinção de horizontes, ou de momentos da análise. De um lado, o horizonte da subjetivação – que possibilita ao sujeito implicar-se na elaboração do sentido de sua experiência singular, apropriando-se subjetivamente de sua própria trajetória (incluído aí o esforço de simbolização do vivido primário pré-subjetivo). De outro, o horizonte daquilo que no vocabulário lacaniano é designado destituição subjetiva – o reconhecimento, da parte do sujeito, da existência em si de algo que é *mais do que si*, algo que resiste à imersão no simbólico, uma opacidade fundacional e inescapável que também o constitui como sujeito, e que, uma vez percebido, afrouxa as amarras que o aferram às exigências narcísicas do eu.

No campo social, as aceleradas transformações das últimas décadas vêm também precipitando deslocamentos em fronteiras até há pouco estáveis, provocando efeitos subjetivos que estamos tentando entender melhor. A constituição do sujeito moderno teve, entre seus determinantes, a constituição de uma esfera da interioridade e da intimidade psicológica em contraste com a esfera pública. Claro que esses universos se interpenetram desde sempre, mas a fronteira entre eles era clara, as regras internas de um campo e outro, distintas. Um dos aspectos mais avassaladores da sociedade atual é o desmonte dessa fronteira, sua liquidificação, para falar como Bauman. Nosso mundo interior é cada vez mais exposto à visitação pública. Privacidade vai se tornando rapidamente uma palavra – e uma experiência – obsoleta. Estamos inseridos numa espécie de panóptico sem perspectiva central, em que todos vigiam todos. Somos cada vez mais transparentes, não ao olhar de um poder explícito e localizado, mas

de um Outro difuso, que recolhe e manipula os traços que deixamos na vida digital e os devolve na forma de moldagem sutil de aspirações de consumo e de ideais de performance subjetiva – que são experimentados por nós não como imposições, mas como exercício de escolhas autônomas. Como diz Byung-Chul Han, o Big Brother cedeu o trono ao Big Data.

Poderia ainda apenas citar a movimentação em duas outras áreas fronteiriças no cenário social que engendram efeitos importantes no agenciamento da vida psíquica e da experiência de sofrimento, como a porosidade e a pervasividade crescente entre o mundo virtual digital e o mundo físico, que vem fazendo com que a realidade subjetiva seja vivida numa transição constante entre o universo on-line e a realidade off-line, e articulação e sobreposição crescentes entre o natural e o artificial, ilustradas na capacidade crescente de manipulação e extensão de características e propriedades do corpo natural, expansão de sistemas de inteligência artificial na gestão de relações entre pessoas, uso ampliado de dispositivos de regulação biotecnológica da dor e do bem-estar etc.

Finalmente, um importante deslocamento de fronteiras vem se dando no campo epistemológico, que nas últimas poucas décadas vem presenciando uma renovação no debate sobre as relações entre natureza e cultura, que repõe em discussão a separação ontológica e epistêmica entre esses campos e seus saberes, distinção consolidada no final do século XIX e que hoje precisa ser ao menos reconfigurada. Ao contrário do que muitos previram no final do século passado, a psicanálise tem muito a oferecer a esse debate. Mas isso seria assunto para uma longa conversa.

Maria Inês Escosteguy Carneiro

Os pares antagônicos surgem, creio eu, com o próprio nascimento humano, uma vez que a marca do estar vivo supõe a certeza da finitude. Nascer e morrer, portanto, são nossa realidade maior e inexorável e uma das grandes feridas narcísicas da humanidade.

A partir dessa incontestável sina, a psicanálise se movimenta em dupla. A primeira delas, naturalmente, é a dualidade instintual, vida e morte, que colore todas as outras dualidades. Somos Dr. Jekyll e Mr. Hyde, como bem mostrado no livro de Stevenson: “... in each of us two natures are at war – the good and the evil”.

A existência mental de todos nós varia dentro da expressão que se destaca em cada indivíduo: se maior a quantidade de “vida” instintiva, maior a chance de integração. Entretanto, também é importante a admissão de que o instinto

de morte está “vivo” e busca se expressar e, por isso também fará diferença para a integração a possibilidade desse reconhecimento.

Com a finalidade de tornar suportável a existência, erigimos nossas defesas em torno dessa dicotomia. O ato de viver exige coragem, mas também supõe grandes estratégias para burlar a realidade e a finitude. Quando as fronteiras – para usar a palavra contida na pergunta – se aproximam, novas defesas são acionadas e assim segue o teatro da vida. Negociando todo o tempo, eis o exercício característico da mente. É meu entendimento, portanto, que a assim chamada “psicanálise contemporânea” lida com as mesmas matérias com as quais lidou sempre: vida, morte, instintos, sexualidade, relações de objeto, conflitos...

No entanto, os apelos do mundo no momento colocam a psicanálise, para alguns que a exercem, como uma expressão idiossincrática e não “psicanalítica”. Substitui-se a instância pensante, olhando a individualidade de cada um e de sua realidade psíquica, por uma adaptação ideológica, que hoje tenta não negociar as fronteiras, mas demoli-las. Entre a razoabilidade e o irracional, em nome de uma contemporaneidade bastante questionável, surge o mundo do tudo é possível, desde que o indivíduo assim o deseje. Um mundo “fecalizado”, como diz Chasseguet-Smirgel em *Ética y Estética de la Perversión*.

É no campo da sexualidade, um dos pilares da psicanálise desde sempre, que está, me parece, o grande desafio do momento. Nós, psicanalistas, somos os profissionais que nos especializamos em entender a mente, vinculando-a às experiências afetivas de cada indivíduo. O texto psicanalítico, amplo, criativo, belo, nos permite transitar por nossas escolhas teóricas diversas, o que não nos isenta do compromisso pensante. Não podemos negar os fatos ou brigar com eles. Mas o que vemos deve ser vinculado ao compromisso de pensar através dos afetos, e este aspecto é o que deveria nos unir nas nossas diversidades teóricas.

Surpreende-me bastante como certos assuntos ditos atuais vêm destituindo a psicanálise desta característica. A ideologia vigente pretende impor que as vicissitudes em relação à sexualidade humana não existem. Paulatinamente, tenta-se substituir a existência dos conflitos pela simples expressão individual de “escolher” o próprio sexo. Essa tentativa sistemática de abolir a diferença é muito pouco criativa e parece desconsiderar a importância do casal gerador, afinal, responsável pela existência humana.

Como psicanalistas, deveríamos pensar além dos fatos e não sucumbir a afirmações simplórias do tipo: “homofóbico”!, “retrógrado”! e assim por diante. Tratamos das pessoas e de suas peculiaridades. Todos nós possuímos na nossa

constituição mental fantasias que se configuram em aspectos heterossexuais, homossexuais, psicóticos, perversos... e nenhum deles, a princípio, se constitui em “doença”. Porém, se o continente para a integração desses aspectos, em algum momento, for rompido, e caso quem esteja conflituado o bastante para procurar um psicanalista assim o deseje, então passará a nos dizer respeito. Sem oferecer cura nenhuma, podemos pensar juntos os pensamentos de nossos pacientes. Por exemplo: por que os aspectos homossexuais podem muitas vezes impor práticas violentas, promíscuas, perigosas para o indivíduo? O que está sendo comunicado através desses aspectos? Por que os componentes perversos podem levar a trair, enganar, burlar? Por que as partes psicóticas chegam a delírios, rompendo o compromisso com a realidade?

Simplificar ideologicamente algo tão fundamental como a identidade é cruel, tanto quanto o é encampar uma posição “politicamente correta” diante de algo tão contundente como a crença delirante de que a amputação do próprio pênis, ou a ablação dos seios seria o bastante para resolver um conflito de um homem ou de uma mulher que, diante da visão de seus órgãos com eles não se identificam. As vicissitudes profundas nas áreas da identidade de sexo e gênero seriam resolvidas por um ato cirúrgico!

A condição humana, qualquer que seja ela, não é fácil. Viver dói e é a dor da existência que deveria nos levar a pensar na condição humana sem ideologias. Voltemos a Freud, que falava em psicosexualidade, enquanto a contemporaneidade dissocia a sexualidade da intimidade e do mundo dos afetos em prol de uma descarga apenas instintiva.

Os objetivos da psicanálise, a meu ver, continuam os mesmos, os assuntos de nossa prática, as vicissitudes humanas, também. Mas a busca pela integração das histórias individuais e a possibilidade de pensar sobre a própria existência estão ameaçadas pela imposição de uma desenfreada e excessiva autocriação, que supõe ação imediata sem pensamento. Esta questão também não será resolvida por um simplório arroubo verbal ministerial, que decreta rosa para meninas, azul para meninos. Creio ser a manutenção da instância pensante e a possibilitação dessa prática a quem nos procura o grande desafio que a psicanálise enfrenta nesses tempos.

Mariano Horenstein

Desde los primeros trabajos de Freud y su exploración de las conversiones hísticas, pasando por los desarrollos acerca de los fenómenos psicossomáticos, la hipocondría o, en un plano más general, desde una perspectiva amplia de

las dolencias físicas donde el factor psíquico *siempre* está presente, sea en su génesis, sea en su mantenimiento, cabe dudar de la existencia de una frontera claramente delimitada entre lo somático y lo psíquico. La distinción entre el sueño y la vigilia misma es también relativa: la fantasía diurna lleva la estructura del sueño a la vigilia. La vigilia bien puede ser el territorio donde, lejos de estar despierto, más propicia que “durmamos”, mientras que el sueño a veces se convierte en el lugar del “despertar” de un sujeto.

Del mismo modo, la distinción entre lo interno y lo externo, tan apreciada en muchas de nuestras teorías, puede ser cuestionada. El inconsciente, a mi modo de ver, aparece en la superficie de los fenómenos, como un accidente casi, sin ser necesariamente su reino el de las profundidades. La figura topológica de la banda de Moebius, rescatada por Lacan, demuestra cómo lo interno pasa a ser externo, lo profundo pasa a ser superficial -y viceversa- sin solución de continuidad. La misma distinción entre pulsión y objeto, siendo el objeto uno de los elementos centrales de la pulsión misma, es relativa.

Muchas otras fronteras han sido establecidas desde los comienzos del psicoanálisis: entre instancias psíquicas, entre personas en juego en la relación transferencial/contratransferencial, entre estructuras psicopatológicas, entre teoría y técnica o entre teoría y clínica etc., pero a poco andar la idea de frontera como *límite* claro es difícil de sostener en una práctica como la nuestra, que hace hincapié en los matices, en el modo en que una categoría invade a la opuesta, en los detalles, en la minucia artesanal si se quiere más que en claras y prístinas clasificaciones de algún tipo.

Entonces, quizás pueda sostenerse cierta defensa de la imprecisión, contra el binarismo al que nuestro pensamiento suele, en términos estructurales, arrojarlos. La noción de *frontera* se aparea y diferencia a la vez con la de *límite*. Si el límite entre países, por ejemplo, es una línea definida, consensuada a lo largo de circunstancias geográficas (cordilleras o mares, divisoria de aguas o accidentes costeros) o históricas más o menos complejas (invasiones, guerras, acuerdos diplomáticos, arbitrajes papales o tratados internacionales), la idea de frontera aparece siempre dotada de una mayor imprecisión.

Si el límite es una línea, la frontera es una *zona*. El pasaje a la bidimensionalidad implica una complejidad mayor y a la vez su construcción en tanto espacio humano. Pues solo los mapas son uni (como en el caso de los límites) o bidimensionales (como en el caso de las fronteras). Apenas salidos de la superficie cartográfica, nos enfrentamos con espacios tridimensionales que son siempre fronterizos. Solo una frontera puede albergar vida humana, nadie

vive en un límite. Entonces, el límite es una entidad eminentemente simbólica, mientras que la frontera es también imaginaria y real.

Esta división entre límite y frontera atraviesa no solo la geografía y cartografía sino también a la ciencia y en mayor medida quizás, al psicoanálisis, al que me gusta definir como *un saber de frontera*. Si consideramos al psicoanálisis como saber de frontera, estamos condenados a la imprecisión. Solo los límites pueden ser precisos, pues son arbitrarios, consensuales. Claro que pueden impugnarse, disputarse y variar en el tiempo, pero la idea de límite supone y reclama precisión. La de frontera en cambio es imprecisa, ¿quién sabe con certeza dónde empieza y termina una zona de frontera? A menudo teorizamos en psicoanálisis -sea a través de la metapsicología freudiana, del álgebra bioniana, o mediante mathemas lacanianos...- con una precisión luminosa y ordenadora ...que se hace trizas a poco andar. El extremo grado de abstracción que una ecuación teórica implica, su precisión, supone al mismo tiempo su inadecuación al momento de contrastarla con la realidad de una práctica.

Lo que sucede en las elucubraciones teóricas se multiplica geométricamente cuando pretendemos hacer taxonomías psicopatológicas, donde todo límite demarcatorio es puesto a prueba y se torna irrisorio, como ilustrara deliciosamente Borges en su enciclopedia china. Los criterios estructurales que dividen la multiforme clínica que abordamos en neurosis, psicosis, perversión, son apenas ordenadores lógicos que calman nuestra angustia y nos permiten navegar con instrumentos tan rudimentarios como imprecisos. Entonces, la misma idea de paciente fronterizo, *borderline*, se difumina para convertirse en paradigma.

La imprecisión es más verdadera, a la hora de describir la clínica -y abundan en el lenguaje con el que discutimos nuestros casos palabras imprecisas, alusivas, que apelan a recursos de la narración- que la precisión que, como pasa con el acero o el oro, solo existe fundida en aleaciones más o menos bastardas. En ese sentido, en psicoanálisis estamos de algún modo obligados a la poesía.

Por otra parte, en psicoanálisis, al igual que en la ciencia y en el arte, los hallazgos suceden en las fronteras, no en los centros de cada disciplina. Tan necesarios como son los desarrollos epistémicos intradisciplinarios, éstos -por definición- se ocupan de desplegar y conceptualizar lo ya descubierto. Las exploraciones que dan origen a lo nuevo, sin embargo, suceden en las fronteras. El psicoanálisis mismo, en tanto disciplina, surge en las fronteras de la medicina, en ese espacio impreciso en que la ciencia disputa palmo a palmo el terreno con la superchería y la sugestión, en la que Barnard se ve obligado a negociar con Mesmer y donde La Salpêtrière aparece en el mismo vecindario que Loudun.

La frontera, por lo general, geopolítica aunque no solamente, adquiere un estatuto particular. Allí no rige del todo ni la ley de un estado ni la de otro: la porosidad y facilidad del tránsito de un lado a otro inhiben el imperio implacable de una u otra ley. Basta caminar unos metros para sustraerse a una soberanía indeseable o incomodante, del mismo modo que los ciudadanos de un país hacen sus compras o cargan combustible en el país vecino en cuanto la relación entre los tipos de cambio se alteran de modo insensato. La frontera es tierra de delinquentes también, pues éstos precisan de esa facilidad para sustraerse a la ley estatal. A la vez, eso no significa que no haya ley allí, y de lo que se trata en todo caso es de reconocer la especificidad de la ley de la frontera.

Pensar al psicoanálisis por entero del lado de la ciencia conduce a la caricatura, a una parodia donde terminamos pareciéndonos más que a la física, a la patafísica. Pensarlo del lado del arte nos entrampa del mismo modo, condenándonos a la intransmisibilidad de una experiencia tan fértil como se ha demostrado en el último siglo. Incómodo tanto de un lado como del otro, el del psicoanálisis es un territorio único, residual (pues se contenta con lo que otros arrojan fuera de su discurso) y para nada arbitrario. Tanto en lo relativo al modo en que alumbró sus descubrimientos como al de cómo comunica sus resultados o entrena a sus practicantes, el psicoanálisis está sujeto a leyes, a reglas que no son las de ningún otro territorio salvo del suyo propio, leyes de la frontera.

Como en toda frontera, medran los contrabandistas, y el andamiaje conceptual del psicoanálisis tributa a varios amos, como si se tratara de una lengua que a fuerza de ser hablada por una comunidad se hubiera convertido en un medio adecuado -o al menos tan inadecuado como otros- de comunicación y transmisión de una experiencia; pero a la vez estuviera formado -como tantas otras lenguas- por palabras extranjeras, bárbaras. Y, más importante aún, ese espacio fronterizo que es el psicoanálisis está de este modo abierto a palabras por venir, a un tráfico conceptual -un contrabando de ideas- que no solo es legítimo sino necesario para que la entropía no nos devore.

2) Definir “isto é psicanálise” e “isto não é psicanálise” tem sido motivo de amplas controvérsias, geralmente ligadas a mudanças nas fronteiras clássicas da teoria e da técnica. Como você vê esta questão hoje?

Benilton Bezerra Jr.

Creio que hoje em dia esta questão ganhou contornos mais interessantes do que exibía há 20 ou 30 anos atrás, quando a discussão teórica acerca da linha

divisória entre o que era ou não psicanálise me parecia servir, na verdade, de palco ou pretexto para a disputa por hegemonia entre as escolas, e a defesa de uma forte posição superior hierárquica no mercado terapêutico, garantida pelo prestígio social que a psicanálise exibiu a partir dos anos 50.

Desde os anos 80, boa parte desse prestígio se desfez – pelo impacto das descobertas neurocientíficas, pelo avanço do cognitivismo, pela difusão e banalização do vocabulário psiquiátrico, pelo aumento exponencial do recurso à psicofarmacologia, pela neurocultura, pela sociedade da performance etc. Nos grandes centros europeus e norte-americanos, as trincheiras da psicanálise foram alocando mais no campo da crítica cultural do que no campo da clínica. No Brasil, contudo, a entrada da psicanálise na universidade e sua presença forte no sistema público de saúde, viabilizada pelo processo brasileiro de reforma psiquiátrica, desenharam um quadro diferente. Há psicanalistas e profissionais nela inspirados trabalhando em espaços inimagináveis há algum tempo: em UTIs neonatais, nas ruas de grandes metrópoles, em favelas, escolas etc., além, claro, dos dispositivos da atenção psicossocial.

Nesses espaços, e também nos consultórios, como se sabe, os psicanalistas vêm acolhendo e escutando pacientes com uma gama de dificuldades que ultrapassa em muito os limites da clínica psicanalítica clássica. O que fazem então esses psicanalistas, continuam a exercer a psicanálise lidando de modo criativo com as exigências que esses contextos impõem? Ou fazem outra coisa, psicoterapia, muito embora inspirados na teorização e na clínica psicanalítica em que se formaram?

Minha impressão é que há algum tempo as respostas possíveis a estas perguntas revelaram de imediato a filiação teórico-clínica do respondente, tal o poder das lentes que cada escola impunha a seus filiados e a força da lógica adversarial entre elas. Hoje vejo algo diferente, porque praticamente todas as instituições de formação estão de algum modo vinculadas a esse movimento de expansão do campo de atuação dos psicanalistas – e, com isso, às voltas com dificuldades quanto às questões e às demandas que lhes são endereçadas e para as quais não têm respostas canônicas. Isto torna o debate mais permeável ao cruzamento e à interlocução recíproca entre diversas tradições, estimulando a aceitação da pluralidade teórico-clínica como um elemento positivo e investindo na imaginação teórica e prática capaz de fazer a psicanálise avançar.

Dito isso, é claro que a pergunta sobre o que define essencialmente a psicanálise, e a diferencia de outras teorias e experiências clínicas, permite mais de uma resposta. Se tomarmos a clínica das neuroses como modelo que

define a experiência essencial específica da psicanálise, então todas as demais modalidades de escuta e acolhimento – como ocorre nos casos de quadros em que o processo de simbolização, o campo da fala ou a dimensão representacional estão (mesmo que momentaneamente) precários – se situariam num campo contíguo, mas diferente. Nesta perspectiva, a experiência psicanalítica teria um recorte e um escopo muito precisos que a situariam inclusive para além do campo terapêutico do qual emergiu. Seu objetivo final seria o de possibilitar o encontro do sujeito com o caráter ilusório de todo projeto identificador, de toda narrativa de si, e a aceitação da realidade de jamais sabermos quem realmente somos.

Contudo, analistas de extração mais winnicottiana podem ver não contiguidade, mas continuidade entre um campo e outro. Se o objetivo da psicanálise, como diz, por exemplo, Roussillon, é tornar possível o desenvolvimento da capacidade de integrar subjetivamente as experiências que decorrem da relação com a pulsionalidade e com os objetos, então é possível entre psicanálise e psicoterapia uma diferença mais no pano operacional do que ético – este sim, crucial. Se se opera com a transferência e a resistência, privilegiar no encontro clínico o discursivo ou o sensível, a interpretação ou a construção, a presença ou a ausência etc. será uma decorrência das possibilidades do *setting*, do contexto, do momento da trajetória do paciente, e assim por diante. O que importa é a capacidade de o analista sustentar e operar o dispositivo. Afinal, é este, e não apenas ele, que faz a análise acontecer.

Maria Inês Escosteguy Carneiro

Quando nós, os psicanalistas, formulamos a pergunta “o que é psicanálise”, não deveríamos fechar o assunto com “isto é” ou “isto não é”. Ao contrário, penso ser necessário voltar às origens: um saber que vem da própria prática clínica e a partir desta foi formulado. Portanto, a principal instância psicanalítica, como entendo, é sempre creditar o texto teórico psicanalítico, qualquer que seja a “teoria” que o sustente, à busca de formulações para o achado clínico. Isto, para mim, seria “psicanálise”. Assim Freud a criou. Esse é nosso inquestionável *common ground*. O texto psicanalítico está cada vez mais acessível e enriquecido pelas inúmeras contribuições pós-freudianas. Justamente por ser tão amplamente difundida, seria quase inerente acontecer a confusão entre o que é o saber e o que é a prática clínica e seus objetivos. Em se tratando de público leigo, se justificaria. Com frequência vemos conferencistas brilhantes, que falam sobre psicanálise com verve e elegância, mas não são psicanalistas.

Seria isto “psicanálise”? Acredito que não e lamento que alguns psicanalistas igualem o conhecimento teórico à prática, geralmente com prejuízo para a segunda. As sociedades psicanalíticas, que já foram guardiãs da prática e suas principais divulgadoras como teoria, correm o risco, penso eu, em nome das solicitações ditas contemporâneas, de se afastar da psicanálise e se equivocar quanto aos seus princípios e pré-requisitos. É certo que as sociedades psicanalíticas deveriam manter a psicanálise viva e renovável. Entretanto, a psicanálise não é forte porque se renova; é justamente o contrário que deveria ocorrer, se renova porque sua tradição é forte.

Um academicismo reducionista se aproxima das sociedades. Isto, a princípio, não é bom nem ruim. Um psicanalista deveria ter como compromisso o apreço pelo saber, a atualização pelo estudo e a busca constante pelo aprimoramento clínico.

O aparecimento de práticas, que se distanciam da busca psicanalítica, tenta se justificar em nome do atendimento à clínica contemporânea, de cuja demanda a psicanálise “antiga” não daria conta. Entretanto, dispensam o objetivo da mudança psíquica e do entendimento transferencial. Aparecem informações cada vez mais teorizantes sobre “a clínica do vazio”, “a ausência de desejo”, “a não representação”, “os núcleos autísticos não abordáveis”. Particularmente não vejo novidades nessas denominações e não entendo que se refiram a novos fenômenos mentais. Se o inconsciente e o que comunica das fantasias inconscientes pelas identificações projetivas são a nossa busca e a transferência/contratransferência, nosso veículo de acesso a ele, já temos suficientes teorias para sermos modernos.

O problema parece ser o de que a terapêutica atual está voltada mais para o mundo externo e para uma adaptação a ele. O que me preocupa bastante é que os fracos exercícios vinculares estão atingindo a nossa prática. Compreensão psicanalítica, todavia, não é processo psicanalítico. Um psicanalista que realmente passou por um processo de análise pessoal transformador deveria ter a clareza para oferecer o mesmo aos pacientes como sendo o tratamento diferencial que maiores chances tem de promover as mudanças psíquicas. É realmente difícil, nos tempos atuais, encontrar quem se disponha a se deixar penetrar por esse processo longo e intenso. A contemporaneidade parece cair sobre nós como um fardo inquestionável. Não gostaria de ver nossa prática aprisionada a uma adaptabilidade perigosa. O apelo que nos cerca é para a ação, em detrimento do pensamento através dos afetos. Penso que deveríamos discutir esse apelo à exaustão. O gozo fácil para o qual somos chamados na

contemporaneidade não deveria nos impedir de buscar os prazeres sólidos, mas menos feéricos, da vida mental mais integrada. O grande risco que corremos é o de nos tornarmos iconoclastas, pervertendo os objetivos da psicanálise, que para mim seriam o aperfeiçoamento dos processos de pensamento e a maturidade psíquica, assim como a integração da história pessoal e de cada aspecto da personalidade dos que nos procuram para tratamento. Isto é, em linhas gerais, o que eu chamo de psicanálise. Em qualquer dos campos teóricos em que ela se expresse.

Mariano Horenstein

Desde mi punto de vista, esta distinción, que intrínsecamente no tiene nada de malo y, de hecho, es lo que hiciera Freud al deslindarse de Jung o Adler, se utiliza con fines discriminatorios. No para discriminar en tanto *diferenciar*, sino para discriminar en tanto *segregar*. Esto se redobra cuando, por un lado, la distinción se ampara no en criterios conceptuales sino formales (“es psicoanálisis solo la práctica efectuada en un diván, cuatro veces por semana, etc.”) o de autoridad (“es psicoanálisis solo la práctica llevada a cabo por un psicoanalista autorizado por tal o cual institución”). Si nos corremos de esa discriminación que anatemiiza la disidencia y la diferencia, entendemos mejor cómo la contemporaneidad afecta una práctica como la nuestra, cómo el psicoanálisis de niños o adolescentes o psicóticos pueden haberse ganado un lugar en tanto psicoanálisis, por ejemplo, habiendo sido inicialmente “no psicoanálisis”.

Las fronteras son móviles, sometidas a fuerzas en conflicto, y por eso mudan, se reconfiguran constantemente. Pienso que tenderemos cada vez más a definir como psicoanalítico aquello que verdaderamente implique una modificación en la posición subjetiva en tanto efecto de un trabajo con el inconsciente, más que cualquier criterio formal. Un analista será quien sea capaz de sostener las transferencias que sobre él se desplieguen y ponerlas a trabajar, en abstinencia, para un trabajo sobre sí donde la sexualidad y la muerte seguirán teniendo un lugar preponderante, más que alguien que trabaje muchas o pocas sesiones por semana, más o menos minutos, con o sin diván.

3) Situações de conflito político-social com intensa mobilização emocional como a que tivemos no recente período pré-eleições repercutem tanto no analisando quanto no analista. Diante de realidades externas massivas, a escuta analítica poderia sofrer interferências que coloquem em risco as fronteiras interno-externo e analista-analisando?

Benilton Bezerra Jr.

De fato, não me recordo de haver experimentado um período de tamanha mobilização emocional externa invadindo a cena analítica como nas semanas que precederam o segundo turno em 2018. Afetos primários – ódio, desespero, angústia. Pouquíssimos pacientes passaram ao largo dessa comoção – o que já diz algo de sua configuração subjetiva. Mas para a maioria – e para mim – as sessões foram se configurando como um desafio: como sustentar a escuta, como manter a interlocução que tornaria possível atravessar esse Cabo das Tormentas com uma avaria talvez, aqui e ali, mas sem naufrágios nos processos de análise.

Os afetos mobilizados por aquele cenário se tornaram o centro de gravidade de muitas sessões. Boa parte delas foi dedicada à tentativa de envolver com palavras esses afetos, tentando criar no diálogo analítico a condição de algum distanciamento reflexivo, um hiato entre a emoção bruta, perplexa, e a retomada da capacidade de se posicionar subjetivamente de forma mais reflexiva, deslizando da reação medular instantânea para a elaboração crítica que exige pensamento, tempo, contraste, dúvida.

Nem sempre foi fácil. No divã e na poltrona havia eleitores dos dois lados. Algumas vezes fui interpelado a respeito de posicionamentos que se tornaram públicos. Sei que muitos colegas discordam, mas penso que psicanalistas são cidadãos e que a ética inscrita na teoria e na prática da psicanálise implicam sua presença política na cena pública.

Experimentei em alguns momentos uma real dificuldade de sustentar uma posição de abstinência, de fazer circular as palavras e interrogar a posição subjetiva da qual elas emergiam, de não ceder à tentação de desfazer o *setting* e subir no palanque, saindo do diálogo para entrar na polêmica. Em outros, parecia estar posto desde o início no palanque, tal a sintonia imaginária entre o que escutava e eu mesmo sentia. Eu me flagrava, num mesmo dia, oscilando entre a abstinência resistente e a identificação involuntária.

Há sempre muitas maneiras de as fronteiras interno-externo e analista-analisando sofrerem risco. Há vezes em que se rompem – quando a dinâmica transferencial é atropelada quer por uma passagem ao ato, quer pela intrusão de um dado do real que desmonta a possibilidade de sua continuidade, ou algo semelhante.

Já houve época em que analistas não se dirigiam a pacientes que cruzavam com ele na entrada do cinema, jamais respondiam a qualquer tipo de pergunta sobre si feitas pelo paciente. Tudo para não colocar em risco essas fronteiras. No mundo de hoje, hiperconectado, da visibilidade total, isto se tornou

risível. Quem chega para uma entrevista já vem com uma imagem do analista, uma ficha e um diagnóstico a seu respeito. Uma consulta ao Google, e ele fica sabendo de você coisas de que nem você se lembra mais. Os desafios de sustentação do *setting* mudam necessariamente conforme vão mudando as estruturas de nossa vida social. No final das contas, como dizia Lacan, o que define o jogo é o desejo do analista.

Maria Inês Escosteguy Carneiro

Certamente poderia, se nos deixássemos impregnar pelas absurdas polarizações pouco reflexivas que observamos nos últimos acontecimentos políticos. Em alguns momentos beiravam o total ridículo. Frequentemente me surgiam imagens como as do Quixote e seus moinhos de vento ou O dragão da maldade contra o santo guerreiro. Nenhuma dessas imagens aparecia como explicação benigna ou satisfatória. Um estado persecutório absolutamente esquizoparanoide, sem elaboração, impulsionava as diferentes partes (só duas!) a um libelo infundável de jorro odioso de ambas as partes. Certamente campo projetivo para as angústias polarizadas entre o “mal vermelho”, de um lado, e o “bem verde”, do outro. Como normalmente acontece nas situações de *splitting* intenso, a onipotência acusatória e defensiva não permite acesso a uma terceira possibilidade.

Não há escolha possível quando há um inimigo a ser combatido! A força enganosa do ódio domina e escraviza. Se não ficássemos atentos às nossas próprias expressões de ódio e nos distanciássemos da contratransferência, correríamos, sim, o risco de atuarmos junto aos nossos pacientes. Naturalmente o “mundo externo”, neste caso, era bem conhecido e permitiria a possibilidade de evitarmos *acting outs*. Nossos cuidados maiores devem estar voltados ao modelo expulsivo do momento em que vivemos, como um todo. O mundo pouco convidativo às reflexões certamente invade nossos consultórios. É inexorável. Então, é quando deveríamos nos lembrar de que a psicanálise refere-se à mente e ao trabalho em direção à verdade psíquica. Esta é nossa verdadeira proteção.

Mariano Horenstein

Una cuestión interesante es cómo pensar una práctica como la nuestra, necesariamente a contramano de otras prácticas sociales, un islote anacrónico y atópico en el que se despliega la vida subjetiva como en ningún otro lado. Esta práctica extraterritorial guarda, sin embargo, una conexión fluida con lo social. Por un lado, porque nuestros pacientes son también sujetos sociales, y

un consultorio analítico -para el analista- es un interesante observatorio, un muestrario como pocos de infinidad de visiones, de profesiones, de posiciones del entramado social. Por otro lado, porque el inconsciente mismo muta, cambia y tiene en su estofa la marca de lo contemporáneo. Tan cierto como que un analista debe ubicarse por fuera del terreno de las opiniones y convenciones sociales, más allá de sus propios prejuicios, es que debe estar empapado de la contemporaneidad, abierto a la mutación social, atento al futuro.

Es decir, el lugar del analista es -como el del inconsciente- paradójico, oximorónico: el analista en tanto practicante ha de estar atento a los movimientos de lo social, y a la vez ha de procurar ser abstinentemente en cuanto a los mismos movimientos de lo social, al menos en su posición analítica, independientemente de sus derechos y elecciones como ciudadano. Creo sin embargo que esto tiene una excepción. Y esa excepción es cuando las condiciones mismas de posibilidad de un análisis, de cualquier análisis, se ponen en riesgo.

El análisis exige ciertas condiciones sociales para existir, y es también tarea de los analistas y sus instituciones alertar cuando esas condiciones mínimas corren el riesgo de perderse. Eso que hacemos a diario en nuestros consultorios -velar para que las reglas del dispositivo analítico y de la ética que lo atraviesa se sostengan- quizás valga la pena hacerlo también extramuros.

Piglia descubrió que parte del éxito del psicoanálisis se debía a la oportunidad que le daba -en tanto dispositivo clínico- a sujetos normales y corrientes vivir como héroes trágicos sus propias, banales, peripecias.

Ahora bien, si existe ese espacio trágico y ficcional, es porque se da en el contexto de una polis. Si existe un lugar reservado al analista en la ciudad, que a mi juicio es el del *metoikos* -ese extranjero que vive en la ciudad, sin ser ciudadano ni extranjero del todo- es porque existe esa polis. Si esa polis democrática deja de existir, no solo nuestra vida y libertad y la de nuestros pares se ve amenazada: nuestra práctica se convierte automáticamente en inviable o reservada a un lugar de disidencia subterránea.

El psicoanálisis siempre pareciera estar en otra parte. Recuerda Roudinesco que ha sido sindicado como ciencia burguesa por los estalinistas, ciencia judía por los nazis, ciencia satánica por los fundamentalistas religiosos, ciencia degenerada por la derecha e incluso falsa ciencia por los cientificistas... Claramente el psicoanálisis le debe su existencia a la Ilustración y a la democracia, y aunque fuera por eso solo, hay circunstancias en las que no cabe mantenerse callado. Que nos ocupemos de los restos que el capitalismo secreta -se trate de actos fallidos insignificantes o sueños desatendidos, del amor forcluido o de la

subjetividade marginada por la ciencia- no nos libra de prestar atención a las condiciones mínimas de nuestra práctica. Y a defenderlas, en tanto analistas y en tanto ciudadanos.

Cuando triunfan discursos donde no se trata ya de un retorno a Freud sino de un retorno al Medioevo, cuando se deshacen los mínimos lazos que hacen posible una sociedad democrática, cuando las clases medias urbanas -quienes históricamente han nutrido los consultorios analíticos y a las que por lo general pertenecemos los analistas - ven cada vez más reducido su margen de maniobra y sus posibilidades, quizás debemos cuestionar cualquier supuesta neutralidad analítica y hacer oír lo que tenemos por decir.

El psicoanálisis no es otra cosa que una fábrica artesanal de librepensadores. Quien, luego de años de intenso trabajo, se levanta al fin de un diván, lo hace sosteniendo un deseo y un pensamiento menos preocupado por los ideales y las constricciones del entorno. En ese sentido, el territorio del psicoanálisis va a contracorriente de otros espacios sociales, y quizás sea ése su destino y la fuente de su legitimidad. La neutralidad no debería servirnos de coartada para abstenernos de defender esos mismos espacios, cuando una seria amenaza se cierna sobre ellos.

4) Historicamente, as fronteiras hierárquicas costumavam ser rígidas nas instituições psicanalíticas. Percebem-se mudanças. Como você vê esse processo?

Benilton Bezerra Jr.

Esse é um processo bem-vindo e necessário. Nenhuma aposta na capacidade de renovação teórica e clínica da psicanálise será bem sucedida se as associações de psicanalistas não participarem de maneira fecunda desse processo.

É preciso reconhecer que boa parte da vitalidade do pensamento psicanalítico nos últimos anos pode ser em grande parte creditado à proliferação de cursos na universidade, principalmente de pós-graduação, que impulsionaram pesquisas de variados recortes e uma interlocução teórica com um grau de experimentação e liberdade difíceis de serem encontrados nas sociedades, ainda em boa parte fechadas em si mesmas, estruturadas de forma rigidamente hierárquica, e com alto grau de endogamia teórica.

Pela própria natureza do ambiente universitário, esses espaços de transmissão teórica tendem a ser mais abertos à interlocução com outras áreas e disciplinas, o que potencializa a interpelação recíproca e a criativi-

dade na elaboração teórica. Apesar da objeção de muitos, o fato é que, na atualidade, muitos jovens analistas encontram no ambiente universitário a ancoragem mais importante de sua iniciação no campo psicanalítico. Há pontos frágeis, porém, no ensino da psicanálise na universidade. O principal deles é certamente a dificuldade de transmissão de um saber organicamente vinculado a uma experiência específica, a clínica, numa instituição em que analistas estão necessariamente de passagem, e cujo objetivo maior é elaboração de um produto acadêmico.

Em tese, as sociedades, entendidas como associações de psicanalistas organizados basicamente em torno da clínica e de seus fundamentos conceituais, deveriam ser espaços privilegiados de transmissão e impulsionamento da criatividade de seus membros, em formação ou com uma trajetória já estabelecida.

Na prática, porém, em muitas delas a rigidez das estruturas hierárquicas e das modalidades de pertencimento institucional, a protocolarização do ensino e a manipulação dos investimentos transferenciais por parte de uma figura centralizadora acabam frequentemente inibindo, ao invés de estimular, esse processo.

Há, porém, casos de instituições formadoras que vêm conseguindo, com reconhecido sucesso, contornar boa parte desses obstáculos, reinventando suas normas, constituindo espaços coletivos de transmissão da psicanálise, com formas de gestão e produção compartilhadas, com estímulo à interlocução interpares. Essas é que portam a promessa de renovação do horizonte da psicanálise.

Maria Inês Escosteguy Carneiro

Vejo com preocupação. Embora as mudanças sejam necessárias, as tentativas de eliminação das tradições psicanalíticas nas sociedades podem se tornar tiros no pé. Walter Benjamin, em 1936/1969, afirmava que a experiência estava caindo em valor e continuava a cair sem encontrar um fundo que a detivesse. Vejo uma tendência a se dispensar o que fizemos, o que construímos, em busca de satisfação para um anseio sem nome, embora não se saiba exatamente o que precisa ser satisfeito.

Hanna Segal, em 2006, afirma com simplicidade que é a tradição que dá os limites e define o objeto de nosso estudo, além de mostrar a natureza da mudança que buscamos com a psicanálise. Diz ainda que, quando modificamos um modelo, deveríamos ser guiados pelas contribuições que, nesses mesmos modelos, encontramos como motivação para mudar. Infelizmente não vejo isso acontecendo em relação ao que vem sendo chamado de “mudanças necessárias”.

Eu desejaria que as mudanças viessem com mais reflexão e cuidado do que tenho visto acontecer. Mudar por mudar é atender a um ímpeto evacuatório de angústia. O que precisamos mudar, isto sim, é o distanciamento do que nos deveria ser intrínseco: pensar através dos afetos. Se não formos capazes de fazê-lo sem preconceitos, seremos submetidos a uma tirania de suposta “modernidade” em detrimento da busca pela verdade em que cada um se expressa. Temo que estejamos em perigo.

Mariano Horenstein

Generacionalmente, no me ha tocado vivir las épocas en las cuales la rigidez del *setting* se expandía hasta convertirse casi en una caracteropatía institucional y nuestras sociedades eran férreamente jerárquicas. Afortunadamente me han tocado analistas, supervisores, maestros que se han mostrado hasta cierto punto *fallados*, habilitándome quizás de ese modo. Pues lo que se juega aquí, de alguna manera, es otra frontera, la generacional. Las jerarquías ordenan y su pérdida -decadencia de la función paterna mediante- provoca cierta zozobra. Una sociedad como la india, donde las castas aún, en plena democracia, ocupan un lugar central, es estable y una de las razones de su estabilidad es que cada quien habita, trabaja y elige pareja en el estrecho margen que su casta le reserva, a la que habrán de pertenecer también los hijos que tenga. En cambio, aquí se trata de una separación móvil, perecedera por estructura, aquella que distingue entre “padres” e “hijos” analíticos. Y a ambos lados de esa frontera se libra una lucha, más sorda o más ruidosa, en la que un analista ha de tomar por asalto y conquistar, en algún momento, si aspira a ser algo más que un clon de su maestro o didacta, el lugar que le antecede genealógicamente.

Siempre me disgustó el modo en que los candidatos que se analizan con un mismo analista hablan de sí como “hermanos” o se refieren a sus “padres” o incluso “abuelos” (el analista del analista) analíticos. Pero allí anida una verdad, el trasfondo edípico que se juega en las instituciones. Con el agregado que, en las nuestras, en nuestro oficio, los analistas ejercen hasta muy entrados en años, a una edad en la que un cirujano o un profesor universitario estarían desde hace un par de décadas jubilados. Creo que hay una frontera que no siempre termina de atravesarse allí, una puja que muchas veces no termina de darse, y que da como resultado una infantilización de las generaciones más (aunque no tan) jóvenes y una entronización de los mayores. Un maestro verdadero, al igual que un analista con cada paciente, ha de propiciar -creo yo- que esa frontera

genealógica se traspase efectivamente. Ofrecerse para una disputa que, inevitablemente, más tarde o más temprano perderá.

En esa dirección, por suerte, veo una tendencia creciente en las sociedades analíticas. El recurso a la autoridad cada vez tiene menos peso y prestigio, las voces que se hacen oír cada vez son más numerosas y diversas, se cuestionan cada vez más circunstancias que hemos tomado por naturales siendo históricas, que, siendo convenciones o recursos útiles en determinado momento, se han convertido en artículos de fe. Ese movimiento de apertura inevitable, creo, se debe más a los efectos de los movimientos sociales, de la contemporaneidad, del *Zeitgeist* sobre nuestra disciplina e instituciones -a través de las porosas fronteras de las que hablaba- más que un desarrollo intrínseco del campo institucional psicoanalítico.

Referências:

- Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, W. (1969). The storyteller: Reflections on the Works of Nikolai Lenkov. In B. Walter. *Illuminations* (p. 83-110). New York: Schocken. (Trabalho original publicado em 1936).
- Chasseguet-Smirgel, J. (1987). *Ética y Estética de la Perversión. Las desviaciones de la conducta sexual como reescritura del universo*. Barcelona: Editorial Laia.
- Chul-han, B. (2018) *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas formas de poder*. Belo Horizonte: Ayine.
- Lacan, J. (1979) *O Seminário: Livro 11 Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (obra original publicada em 1968).
- Roussillon, R. (2012) “As condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias”. *ALTER: Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30 (1) 7-32.
- Segal, H. (2006). Reflections on Truth, Tradition, and the Psychoanalytic Tradition of Truth. *American Imago*, 63, 283-292. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Stevenson, R. L. (1886). *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*. London: Longmans, Green and Co.

Benilton Bezerra Jr.
 Rua Jardim Botânico, 700/ 323 – Jardim Botânico
 Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22461-000
beniltonjr@gmail.com

Benilton Bezerra Jr, Maria Inês Escosteguy Carneiro e Mariano Horenstein

Maria Inês Neuenschwander Escosteguy Carneiro

Praia de Botafogo, 210/1006 - Botafogo

Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22250-040

minec620@gmail.com

Mariano Horenstein

Nazareth 3176 of 10

Córdoba, Argentina.

mhorenstein@gmail.com

Artigos temáticos

A propósito da noção de fronteiras

M. Aisenstein¹

RESUMO Após uma breve reflexão sobre as noções de fronteiras e de limites, o autor discorre sobre a origem de dois conceitos – o de genocídio e o de crime contra a humanidade – que abalaram o direito internacional depois da Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE fronteiras; limites; pulsões; territórios; crime contra a humanidade; genocídio

Refletir sobre a noção de fronteira me parece um exercício apaixonante; em francês, o termo tem uma origem militar: “fronteira” vem de “fronte”, a frente de exército é a linha de frente, a que enfrenta os outros. Ela limita um território, determina sua extensão. As fronteiras naturais, uma montanha, um rio, o mar, se opõem às fronteiras convencionais estabelecidas através de um pacto.

Existem inúmeras acepções metafóricas da palavra. Não se fala em “fronteiras entre vida e morte”? Ou: “Isto me parece estar na fronteira do possível...”. Na linguagem comum o sentido que prevalece hoje é o de “limite”.

Devemos obviamente considerar a tradução da palavra “fronteira” em alemão, a língua de Freud, e em português, língua desta revista, mas como infelizmente não sou nem germanista nem lusitanista, só posso me ater ao francês e ao inglês, língua na qual o termo “frontier” foi pouco a pouco substituído por “bordas” = limites. É neste sentido, talvez um pouco restritivo de *limites um tanto ou quanto defensivos*, que empregarei o termo “fronteiras” neste artigo.

Freud pouco utilizou a palavra fronteira, exceto para definir a pulsão, sobre a qual escreveu, em 1915, que se trata de um conceito limite (= conceito/

1. Psicanalista, membro didata da Sociedade de Psicanálise da Grécia e da Sociedade Psicanalítica de Paris.

fronteira) entre o psíquico e o somático: a pulsão é “o representante psíquico das excitações provenientes do interior do corpo e chega ao psiquismo como uma medida de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua ligação com o corporal”(p.109 – 141).

Parece pouco, mas é muito quando avaliamos a importância da concepção das pulsões em sua obra. Em 1933, nas *Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise*, ele volta a afirmar que nós não podemos em nosso trabalho abstraí-las um instante sequer e, contudo, não podemos jamais estar certos de vê-las nitidamente.

Voltarei à questão das fronteiras ou limites na obra de Freud, pois ela concerne essencialmente à sua concepção da pulsão, assim como às duas topografias ou tópicas. Antes, porém, gostaria de fazer um pequeno desvio “político” ou “filosófico” através do Direito Internacional.

Recentemente, fiquei transtornada ao ler um livro traduzido do inglês, escrito por um jurista britânico, Philippe Sand (2017). O título francês é *Retour à Lemberg*; o título original, mais explícito, é *East West Street, On the Origins of Genocide and Crimes against Humanity*. O autor afirma que os conceitos de “crimes contra a humanidade” e “genocídio” remontam ao fim da última guerra mundial.

Elaborados por dois juristas que, apesar de serem originários da mesma cidade (Lemberg),² apenas se cruzaram, estes dois conceitos têm em comum o fato de transcenderem a questão de nação ou de Estado, e consequentemente, de fronteira.

Os termos “crime contra a humanidade” e “genocídio” foram citados pela primeira vez como acusação no processo de Nuremberg. Este último foi o primeiro processo “internacional”, por ter sido feito na Alemanha para que oficiais alemães nazistas do Reich fossem julgados em uma corte internacional, constituída por juízes americanos, britânicos, russos e franceses.

Hoje é difícil medir a revolução que estes dois conceitos representaram para o Direito Internacional. Até então o Estado-nação era soberano em matéria de direito, o que significa que o Estado podia decidir o destino do indivíduo, de grupos étnicos, religiosos ou outros no interior de suas fronteiras. Em outras palavras, o governo de uma nação tinha o direito de exterminar seus próprios cidadãos de acordo com critérios definidos apenas por ele. Cito como exemplo,

2. Lemberg, chamada depois Lwow e atualmente Lviv, capital da Galícia Oriental, está hoje situada na Ucrânia. Antigamente, Lemberg pertencia à Polônia, era habitada por várias comunidades, notadamente por poloneses judeus ou cristãos; depois foi anexada à Áustria, e ocupada em seguida pela Prússia e pela Rússia até 1939. Foi ocupada por Hitler e depois pela URSS e, finalmente, anexada à República da Ucrânia.

um entre muitos, infelizmente, o massacre dos armênios pelo governo da Turquia em 1915 e a “solução final” preconizada por Hitler para erradicar todos os judeus da Europa a partir de 1935.

O “crime contra a humanidade”, noção cuja paternidade cabe a Hersch Lauterpatch, e o “genocídio”, criado por Raphael Lemkin, têm em comum a finalidade de terem modificado o direito para transformá-lo em um *corpus* capaz de proteger o indivíduo, ou uma determinada comunidade, contra os Estados acima de qualquer fronteira. Em junho de 1998, 50 Estados assinaram um acordo sobre o princípio de uma Corte Penal Internacional, cuja sede se encontra desde então em La Haya. Em maio de 1999, o presidente sérvio Slobodan Milosevic foi o primeiro chefe de Estado em exercício perseguido por “crimes contra a humanidade”.³ Em setembro de 2007, a Sérvia foi o primeiro Estado condenado pelo tribunal de La Haya por violar a Convenção sobre o “genocídio”.⁴

Neste livro cativante, que retrata a história da Galícia Oriental, constantemente disputada entre o império austro-húngaro e a Prússia, e depois pela Alemanha hitlerista e a Rússia, finalmente URSS, Philippe Sand reencontra os traços de sua família desaparecida na tormenta da Segunda Guerra Mundial e da Shoa. Ele o escreve como historiador e jurista, determinado a fazer com que a voz da verdade histórica seja ouvida e que suscite mudanças.

Pareceu-me interessante o fato de descrever minuciosamente as vidas e as personalidades de Hersch Lauterpatch e Raphael Lemkin. Ambos provenientes de famílias judias modestas, mas muito cultas, apaixonaram-se pelo Direito e terminaram seus estudos em condições extremamente difíceis. Parece que tiveram os mesmos professores na faculdade de Direito de Lemberg, por onde passaram sucessivamente. Dedicaram suas vidas ao estudo de maneiras distintas, um emigrando para os Estados Unidos e o outro, para a Inglaterra. Os dois se tornaram eminentes figuras do Direito Internacional e o modificaram profundamente. Por certo se cruzaram quando jovens e se conheciam de reputação. Mesmo que nunca tenham sido amigos, jamais houve entre eles qualquer hostilidade. Suas ideias eram opostas, mas ao que parece nunca perceberam a complementaridade essencial de suas concepções.

Mais pragmático, Lauterpatch temia que o conceito de “genocídio” pudesse entravar os direitos humanos dos sujeitos enquanto indivíduos. Ele pre-

3. Trata-se dos massacres de Kossovo.

4. Por ter deixado ocorrer o genocídio de Srebrenica.

gava a noção de “crime contra a humanidade”, que tornava individualmente responsáveis tanto o ator quanto sua vítima. Muito sensibilizado na adolescência pelos sangrentos massacres dos armênios na Turquia, Lemkin defendia a ideia de “genocídio”, isto é, de crime doloso e organizado contra comunidades, fossem elas religiosas ou outras. Sua maior preocupação foi que a noção de “crime contra a humanidade” englobasse todas as atrocidades sem se referir especificamente ao genocídio.

Philippe Sand (2017) observa levemente e de maneira sutil que nem Lemkin nem Lauterpatch se referiram à questão do homossexualismo, uma comunidade ameaçada pelo nazismo e depois pelo macarthismo nos Estados Unidos nos anos 1950-55, e também não mencionaram as medidas racistas adotadas pelos Estados Unidos contra sua comunidade negra-americana.

Os dois homens eram radicalmente diferentes. Nascido em 1897, Lauterpatch era sério, casado, pai, introvertido, silencioso até entre seus familiares. Lemkin era três anos mais novo, afetivo, apaixonado, fanfarrão, falava fluentemente sete idiomas, abusava do seu charme, não ligava para a saúde e negligenciava seus limites. Ficou solteiro e dizia que trabalhava demais para pensar em casamento.

É interessante constatar que estes dois famosos juristas que dedicaram suas vidas ao Direito Internacional eram ambos provenientes, no mesmo contexto histórico-multicultural, de famílias judias dessa Galícia Oriental tantas vezes ocupada, submetida aos sobressaltos da história e objeto de tanta ganância.

Para uma psicanalista, não pode ser por acaso que estes dois homens, contemporâneos e pertencentes à mesma cultura, tenham lutado separadamente e de maneira diferente por uma mesma causa. Eu me fiz muitas perguntas, a mais importante foi: qual é o fundamento desta causa? Penso que esta causa tem uma raiz psicanalítica profunda, um denominador comum: o medo e, consequentemente, o ódio das diferenças.

A grande psicanalista argentina Janine Puget refere-se em *Radical Difference*⁵ (2018) a uma concepção que eu considero muito interessante e que me faz retornar ao tema deste livro: “A ou As Fronteiras”. A fronteira não é a demarcação para além da qual eu não posso, ou não quero, ir? Ou seja, durante uma sessão, o ponto em que se torna impossível identificar-me com o meu paciente. Isto raramente ocorre.

5. Em inglês, citado em uma conferência do IPA em agosto de 2018.

Darei um exemplo recente: Uma mulher jovem em análise, que eu acho simpática, bem-sucedida profissionalmente, casada muito cedo com um homem que admira, mas que não é mais o companheiro erótico do início. Eles têm dois filhos dos quais gostam bastante. Ela me fala de sua inveja raivosa em relação a eles. Ela não suporta a ideia de que serão seus herdeiros. No entanto, ela me parece ser uma “mãe suficientemente boa”. Fala de dinheiro; seu marido ganha muito dinheiro e ela também; ela compra tudo o que quer para ela, mas não suporta a ideia de deixar tanto para os filhos.

Ela diz: “Esses dois pequenos, muito bem alimentados e mimados por nós, vão herdar uma casa na cidade, mais duas para as férias, um apartamento na montanha e uma casa na beira do mar, sem contar o que está no banco...”.

Sua raiva e seu ódio invejoso não são fingidos, voltam a cada sessão. Não consigo me identificar com o seu ressentimento, que me parece estranho, insólito, inclassificável. Vivenciado como “estranho = estrangeiro”, estas palavras na minha cabeça me fizeram refletir muito. Pude, no entanto, interpretar que sua inveja raivosa era um deslocamento do ódio contra seus pais malsucedidos e masoquistas, que a deixaram na adolescência só e pobre.

Repeti que ela estava acertando as contas com seus pais mortos através dos filhos. Mas sua queixa e sua ira continuaram vivazes. E não posso deixar de me perguntar se essa maneira de sempre voltar ao passado para reencontrar os mesmos esquemas é realmente satisfatória. Não seria este o momento em que o analista se recusa, ou melhor, tem dificuldade em aceitar uma diferença “radical” com seu paciente? Uma diferença que idealmente deveria abrir caminhos para elaborações? Não tenho resposta, deixando esta pergunta em aberto.

Após tantos desvios, parece-me estar na hora de voltar ao cerne da questão da ou das fronteiras no *corpus* freudiano. Entre o início de março e o final de agosto de 1915, Freud (1915/1968) redigiu cinco artigos originais que costumamos reunir sob o título de “Metapsicologia”: “Pulsões e destinos de pulsão”, “O recalçamento”, “O Inconsciente”, “O complemento metapsicológico à teoria do sonho” e, finalmente, “Luto e Melancolia”. É na “Metapsicologia” e, sobretudo, em “Pulsões e destinos de pulsão” e “O Inconsciente” que Freud evoca a noção de “fronteira” como imite ou barreira, definindo a pulsão como conceito limite entre o soma e o psiquismo.

Em 1915, Freud ainda está na primeira tópica, apresentada no capítulo VII de *A Interpretação dos sonhos* (1900/2003), onde destaca três sistemas: inconsciente, pré-consciente e consciente. Entre estes sistemas ele situa “censuras” (ou fronteiras) que controlam as passagens de um para outro. Os termos de

censura e fronteira marcam o aspecto espacial dessa primeira topografia. Por exemplo, em “O Inconsciente” ele escreve: “Vemos que os frutos do pré-consciente tornam-se conscientes sob a forma de *formações substitutivas*” (Freud, 1915/1968, p. 104), ou seja, como se fossem bandidos ou terroristas, eles se disfarçam para passar a fronteira.

Porém, cinco anos depois, em 1920, Freud elabora outra concepção da personalidade em que ele substitui a noção de locais psíquicos pela de *instâncias*: ego, superego, id. *O Ego e o Id* é um texto difícil, fascinante, no qual Freud complexifica sua primeira tópica abandonando a ideia de locais psíquicos para privilegiar as relações e as relações de dependência entre instâncias.

A leitura de *O Ego e o Id*, sobretudo o capítulo V intitulado “Os estados de dependência do Ego” (Freud, 1923/1981, p. 220-234), mostra bem que a noção de fronteira foi abandonada e substituída por relação de tipo intersubjetivo. Na página 230, Freud escreve: “O ego nos aparece como uma pobre criatura submetida a uma tripla servidão e vivendo por isso sob a ameaça de um triplo perigo: o mundo externo, a libido do id, e a severidade do superego”. O ego seria então o escravo submisso de três senhores.

Podemos perceber pela própria escolha das palavras que o modelo não é mais o das neurociências, mas é marcado pelo antropomorfismo, ou seja, uma teoria mais “fantasmática” da construção da personalidade.

Sempre considere que as duas tópicas tinham cada uma seu próprio interesse e, aliás, Freud nunca abandonou a ideia de trabalhar com as duas. Ele o repetiu em 1938, em *L'Abrégé*, no capítulo IV, “As qualidades psíquicas”. Nestas poucas páginas ele não fala mais em lugares psíquicos nem em instâncias, e sim em ‘qualidades psíquicas’: “O inconsciente é a única qualidade dominante no interior do id. O id e o inconsciente são tão estreitamente ligados quanto o ego e o pré-consciente. Na origem, tudo era id. O ego se desenvolveu a partir do id sob a influência persistente do mundo externo” (Freud, 1938/1978, p. 18-28).

Mais adiante, Freud conclui com uma pergunta: “Qual é, então, a verdadeira natureza do estado que se traduz no id pela qualidade de inconsciente e no ego pela qualidade de pré-consciente, e em que consiste a distinção entre estes dois estados? Confessamos que não sabemos...” (p. 26-27). Ele desenvolve em seguida uma reflexão que permanece interrogativa sobre “a energia psíquica”, que seria, dependendo do caso, mais móbil ou bem mais ligada. Este questionamento de um Freud envelhecendo me comove e, a meus olhos, continua sendo muito atual.

À guisa de conclusão, volto à nossa época, em 2018, e à nossa atualidade. O velho sonho de uma Europa unida fundada na antiguidade greco-romana e

em uma ética judaico-cristã data do século das Luzes. Hitler a fez voar pelos ares. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa se reconstruiu dolorosa e lentamente. A “União Europeia” data de 1973, e a “Convenção de Schengen”, de junho de 1985, visava organizar a abertura das fronteiras entre os países signatários.

Entretanto, esse território chamado “Espaço Schengen”⁶ somente foi institucionalizado em escala europeia no mês de outubro de 1997 e abrange hoje 28 Estados cujos cidadãos e suas famílias podem circular livremente entre um país e outro. Para mim, europeia convicta, a abolição das fronteiras no seio da Comunidade Europeia foi um momento comovente e feliz. Porém, todo progresso tem seu preço e toda vantagem tem seus inconvenientes.

Hoje, vinte anos depois, a Comunidade Europeia está em crise, o “Brexit” da Grã-Bretanha é sinal disto. Está dividida devido aos profundos desacordos suscitados por contundentes questões como as relativas à emigração e à acolhida dos refugiados. Introduzida em 2001, a moeda única, o Euro,⁷ prejudicou os Estados pobres, como Grécia e Portugal, que mal conseguem se manter na produção e afundam dramaticamente em uma crise econômica.

Assim, a liberdade associada ao desaparecimento das fronteiras provoca também bastante infortúnio. Mais uma vez, só nos resta continuar com nossas interrogações.

A propos de la notion de frontieres

RÉSUMÉ *Après une courte reflexion sur la notion de frontières et de limites, l'auteur relate l'origine de deux concepts – Le Génocide et Le Crime contre l'Humanité – qui ont bouleversé le droit international après la dernière guerre mondiale.*

MOTS CLEFS *frontières; limites; pulsions; territoires; crime contre l'humanité; génocide*

About de notion of frontiers

ABSTRACT *After a brief reflection about the notion of frontiers and boundaries, the author talks about the origin of two concepts – genocide and crime against humanity – which shook the international law after World War II.*

KEYWORDS *frontiers; boundaries; drive; territories; crime against humanity; genocide*

6. Schengen, Sur la Moselle é o nome do vilarejo na fronteira entre França, Alemanha, Luxemburgo e Bélgica escolhido simbolicamente para assinar a Convenção.

7. Adotado em 12 países da UE.

A propósito de la noción de fronteras

RESUMEN: *Luego de una breve reflexión sobre las nociones de fronteras y límites, el autor discorre sobre el origen de dos conceptos – el genocidio y el crimen contra la humanidad – que abalaron el derecho internacional después de la Segunda Guerra Mundial.*

PALABRAS CLAVE *fronteras; límites; pulsión; territorios; crímenes contra la humanidad; genocidio*

Referências

- Freud, S. (2003). *L'Interprétation des Rêves*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1984). *Les Pulsions et Leur Destin*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1984). *Instincts and their Vissicitudes*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1968). *Metapsychologie*. In S. Freud, *Collection Folio essais*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1981). *Le Moi et le Ça*. In S. Freud, *Essais de Psychanalyse*. Paris: Payo. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1984). *Nouvelles Conférences d'Introduction à la Psychanalyse*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (1978). *L'Abregé de Psychanalyse*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1938).
- Freud, S. (1975). *Moise et le Monothéisme*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1939).
- Philippe, S. (2017). *Retour à Lemberg*. Paris: Albin Michel.

Recebido: 31/8/2018

Aceito: 15/2/2019

Marília Aisenstein
243 Boulevard Raspail
75014 Paris
Tel: 00 33 1 45 48 13 38
Mobile: 00 33 6 20 47 61 61
marilia.aisenstein@gmail.com

1, Xenia's Street

Athens – GR - 11527

Tel: 00 30 210 778 04 13

Tradução: Marie Dominique Grandy

Entre-mentes: a fronteira como habitat humaniza-dor

Ana Belchior Melícias¹

RESUMO A autora aborda a noção de fronteira enquanto passagem e travessia. O movimento adquire assim qualidade de espaço – “entre”, “in-between” – constituindo-se como incubadora da intersubjetividade. Segue apresentando a psicanálise como paradigma científico de fronteira (retomando a metáfora freudiana de “solda”); a mente como funcionamento de fronteira (reunindo na palavra “entre-mentes”, a relação inextrincável em movimento contínuo e tensão permanente eu-não eu); e a fronteira como habitat humano e humaniza-dor (fronteira-movimento criando e coexistindo com a livre circulação). A *revêrie* do processo analítico favorece a criação de fronteiras psíquicas: os conteúdos ao serem contidos, sonhados e figurados-narrados passam a poder circular e a dialogar livremente. Duas vinhetas clínicas ilustram as “rotas de escravidão” do psiquismo e a correlata e progressiva construção dinâmica da fronteira como espaço potencial de libertação e de articulação.

PALAVRAS-CHAVE fronteira; movimento; transicionalidade; barreira de contato; borderland

“Quem comanda o conto não é a voz: é o ouvido.”

(Calvino, 2016, p. 147)

1. Psicanalista Associada da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Analista da Criança e do Adolescente. Formadora do Instituto de Psicanálise da SPP.

Existimos e compreendemos através da relação com o outro e o outro é sempre estrangeiro (não eu) no diálogo relacional. Articulando este trabalho² na confluência do encontro entre as culturas europeia, africana e sul-americana, tentaremos colocar em diálogo, através da metáfora literária de Calvino que se segue, algumas referências psicanalíticas e a abordagem de movimento e passagem formulado por Achille Mbembe. Pensador de África e da cultura pré e pós-colonial, suas elaborações “atravessam várias fronteiras disciplinares: são obra de filosofia, mas também de antropologia, de história, de ciência política, de crítica e teoria da cultura” (Mbembe, 2018, p. 01). Sua vasta obra não se constitui como objeto deste trabalho e não ousaríamos utilizar consistente e coerentemente os profundos e diversos entrelaçamentos epistemológicos. Nós nos limitaremos a apresentar como indutores não saturados alguns elos entre aquilo que ele próprio chama de os vários arquivos do mundo.

Para figurar o paradoxo de “ser humano e dos seus custos”,³ tomamos o encontro de dois mundos distantes e alienígenas entre o mongol Kublai Khan e o veneziano Marco Polo, cujas cidades invisíveis, tal como nos movimentos transfero-contratransferenciais do processo analítico, vão sendo figuradas-narradas pela *revêrie* do diálogo sonhado-a-dois (Cassorla, 2016).

Marco Polo descreve uma ponte, pedra a pedra.

– Mas qual é a pedra que sustém a ponte? – pergunta Kublai Khan

– A ponte não é sustida por esta ou aquela pedra – responde Marco, mas sim pela linha do arco que elas formam.

Kublai Khan permanece silencioso, refletindo. Depois acrescenta:

– Por que me falas das pedras? É só o arco que me importa.

Polo responde:

– Sem pedras não há arco (Calvino, 2016, p. 93).

A palavra-chave deste trabalho é fronteira. Como arco/ponte, como movimento e travessia. O tema é simultaneamente as pedras e o arco que elas formam, assumindo que, ao falar da pedra, representamos o arco e que, ao figurar o arco, incluímos necessariamente cada pedra que o constitui, sem que tenhamos nun-

2. Apresentado no IV Congresso de Psicanálise de Língua Portuguesa – Rotas da Escravidão – de 15 a 17 de novembro de 2018, na Cidade do Mindelo, em Cabo Verde.

3. Mesa “Os custos do Ser Humano e o de Ser Humano”.

ca acesso nem ao arco nem a cada pedra em si. Talvez a função de ligação e articulação que caracteriza a (pulsão) vida se traduza no encantamento com as pontes e com os arcos, experimentados desde cedo através do corpo nas brincadeiras das crianças, mais tarde na construção com blocos e depois ainda tanto nas realizações que a ciência permite como nas infinitas expressões artísticas e culturais. Pedra e arco, ponte e ligação, inextrincáveis.

No paradigma africano pré-colonial, as fronteiras não existem porque a fronteira é o que bloqueia, por definição, a circulação do fluxo vital. **A vida está no movimento, não está necessariamente no espaço.** Se ela se traduz em espaço, é através do modo como o espaço é apreendido num movimento (Mbembe, 2018, p. 04, grifo do autor....).

Tomando a fronteira como movimento, invertendo portanto o seu significado habitual e imediato, lanço mão dos conceitos psicanalíticos de espaço potencial-intermediário (Winnicott, 1971/1975), de barreira de contato (Bion, 1994) e de *borderland* (Dias, 2004) para com eles atravessar algumas pontes:

- a psicanálise como paradigma científico de fronteira
- a mente como funcionamento de fronteira
- a fronteira como habitat humaniza-dor

A psicanálise como paradigma científico de fronteira

Uma grande parte da metafísica ocidental são metafísicas do ser, são questões de ontologia. Boa parte das metafísicas africanas pré-coloniais são **metafísicas da relação**, as grandes interrogações partem da categoria da relação (Mbembe, 2018, p. 08, grifo do autor).

Já no fim, em 1937, com uma maior perspectiva do arco formado pelas pedras da sua conceptualização, Freud coloca: “No mundo real, as transições e estados intermediários são muito mais comuns do que estádios opostos, nitidamente diferenciados” (Freud, 1937/1982, p. 260). Sabemos pelos aprofundamentos kleinianos e pós-kleinianos que o mundo psíquico e o mundo relacional se constroem pela e na oscilação permanente. O movimento acontece e gera simultaneamente o espaço potencial-intermediário “entre”, “in-between”, e assim se constitui como incubadora e se torna por excelência, o habitat humano e humaniza-dor.

Esse “entre” forja a própria origem da psicanálise, descoberta e inventada na fronteira entre o biológico e o psíquico. Para construir a ponte entre o cons-

titucional e o ambiente, Freud utilizou a bem conhecida metáfora da “solda”, diferenciando instinto de pulsão, num dos textos fundadores da psicanálise: “[...] há entre a pulsão sexual e o objeto sexual apenas uma solda...” (Freud, 1905/1996, p. 91). Esta conceptualização ilustra bem a complexidade da necessária construção de ligação com o objeto, não sendo ela da ordem da ligação natural, como no campo biológico, onde o objeto existe englobado no instinto, num *a-priori*. O bebê humano, nascido biologicamente imaturo, encontra-se externa e internamente desamparado e dependente. É então obrigado a construir a ligação de alimentação-afeto, sem a qual não sobreviverá. Impõe-se a tal “solda” – uma terceira coisa – conectando pulsão e objeto. Solda como arco da ponte com o objeto. Solda como paradigma de ligação, contrapondo-se aqui ao usualmente aventado caráter de rigidez que esta palavra induz, no sentido de uma articulação fundadora e, como tal, contingente, resistente e desejavelmente sólida do psiquismo. A própria solda será sempre o ponto vulnerável de ruptura, “há apenas uma solda...”, de possível rompimento pela tensão permanente.

É pela mediação ambivalente e a tessitura híbrida (não fusionada) entre o eu e o outro, entre o biológico e o psíquico, entre o prazer e a realidade, entre a emoção e a representação que emerge o pensamento e que a unidade psicossoma vai sendo alcançada. O mundo interno e relacional existe e se constitui no movimento contínuo da passagem de uma à outra. A própria pulsão de vida, sem a de morte, daria lugar à fusão e não ao conhecimento (K de Bion). É o conflito pulsional que introduz o “entre”.

A capacidade negativa e o conflito estético revelam a tensão permanente do movimento dessa complexa articulação dinâmica – biológico-pulsional; corpo-mente; filogênese-ontogênese; inato-adquirido; feminino-masculino na bissexualidade psíquica etc. A psicanálise constitui-se epistemologicamente como complementariedade e interdependência: pedra e arco. Talvez possamos pensar que se instalou, desde a sua origem, o paradigma científico de fronteira como movimento, trânsito, passagem.

A mente como funcionamento de fronteira

A cultura africana pré-colonial considera que o universo não é hierárquico, não é uma questão de verticalidade e de horizontalidade, considera-se que o **universo é reticular**. E, se o universo é reticular, isso quer dizer que o eu só acede a si pela mediação estrutural e permanentemente ambígua de alguém, de outro ser vivo (Mbembe, 2018, p. 08, grifo do autor).

Também na psicanálise, o universo reticular do conhecimento se expande integrando e conectando-se em rede. Ferenczi (1991), antecipando-se à segunda tópica freudiana para ir mais além, introduz a intersubjetividade na constituição simultânea do objeto e do eu desde 1911-12. Bick (1964), ao criar o seu método de observação em 1948, expressa com clareza a relevância dessa constituição no título que propõe para o seu modelo: “observação da relação mãe-bebê na família”. Winnicott, nunca tendo citado Ferenczi, reconhece em 1965 que utilizou a teorização ferencziana, patente aliás no seu famoso aforismo: “There is no such a thing as a baby” ou “o bebê em si não existe” (1960/1965, p. 39).

A interdependência entre a mãe e o bebê, igualmente bem ilustrada na díade analítica “theres is no such a thing as a patient” ou “o paciente em si não existe” (Leffert, 2016, p. 181), revela a presença da mediação, da transicionalidade, do movimento. Mbembe (2018, p. 08) está de acordo que só existimos através da mediação de outro. Mas sabemos que duas mentes em relação criam uma terceira coisa, nem de um, nem de outro, que nomearemos “entre-mentes”, contendo tanto a dimensão de espaço (que separa dois objetos ou regiões) como a dimensão de tempo (entretanto, no ínterim, enquanto isso).

Esse funcionamento “entre-mentes” só será possível ao virem a ser progressivamente clarificadas as distintas funções e evolutivamente estabelecidas as clivagens estruturantes (dentro-fora, eu-outro, grandes-pequenos, meninos-meninas). Só na medida em que forem estabelecidos esses limites/fronteiras poderão então romper-se as dicotomias, pois a reciprocidade e a complementariedade relacional passam a dialogar, gerando dialeticamente o movimento, a travessia, a ponte. Voltamos ao fascinante diálogo de Italo Calvino (2016, p. 93). “Khan: Por que me falas das pedras? É só o arco que me importa. Polo responde: Sem pedras não há arco”.

Como no processo analítico, discriminadas as estruturais pedras-angulares tal como as restantes pedras que constituem a linha do arco, o funcionamento “entre-mentes” vai sendo progressivamente tetradimensionalizado e a narrativa vai nascendo da co-construção num tempo simultaneamente mítico e histórico, criando o pensamento como ponte na continuidade do tempo.

Será esse o campo que Green considera constituir a 3ª tópica na psicanálise contemporânea com as noções de transicionalidade, de campo e de terceiridade? A pedra não é o arco, mas cria a linha do arco. O arco não é a pedra, mas só existe pelas pedras que o compõem. A metapsicologia topográfica, estrutural e econômica freudiana amplia-se com a metapsicologia geográfica

de Klein e Meltzer, expandindo-se atualmente para a metapsicologia da terceira idade (Junior, 2015) e do campo, possivelmente caminhando na direção de uma metapsicologia do movimento como a que nos propõe Mbembe através das filosofias africanas. Movimento (que cria o espaço) num universo reticular (e não horizontal ou vertical), reivindicando um pensamento-mundo: “[...] se queremos hoje salvar-nos, não podemos continuar a contentarmo-nos com um só arquivo, é necessário ir aos arquivos do mundo inteiro. Esse é um grande desafio” (Mbembe, 2018, p. 08-09).

Talvez também a psicanálise tenha de conter e contar simultaneamente com todos os arquivos do mundo interno e externo. Parece ser na articulação e na plasticidade dinâmica do movimento que a vida acontece. Habitamos interna e externamente, espacial e temporalmente esse “entre-mentes”, cujo movimento e oscilação contínua entrelaçam dialeticamente: a fronteira-limite e a fronteira-movimento-livre circulação; o *setting* externo e a associação livre como *setting* interno; o campo analista-analisando e a *revêrie*; a pulsão de vida e a pulsão de morte; a transferência e a contratransferência; a imaginação e a realidade; o narcísico e o edípico; o sensorial e a representação; o esquizopara-noide e o depressivo; o bebê e a mãe, etc.

A fronteira como habitat humaniza-dor

Nas sociedades africanas pré-coloniais, o movimento, a circulação, é a condição de princípio de toda as dimensões da sociedade: as culturas, as re-ligiões, os sistemas matrimoniais, os sistemas comerciais, tudo isso era o produto do movimento. **O movimento precede o espaço, o território. É o movimento que fabrica o espaço.** É completamente diferente da concepção europeia, em que o espaço vem antes do movimento. Em África é o contrário (Mbembe, 2018, p. 03, grifo do autor).

A *revêrie* do processo analítico permite a crescente criação de fronteiras através da mediação simbólica, ou seja, da construção de uma barreira de contato (Bion, 1994), onde os conteúdos, na medida em que vão sendo clarificados e transformados pela função alfa, poderão passar a circular e a dialogar livremente.

A fronteira, cujo sentido não será de con-fusão, mas sim de co-construção e coexistência, torna-se ponte ao criar e incorporar a livre circulação, numa atmosfera multidimensional cujo paradigma será a passagem, o movimento.

Emerge aqui como muito pertinente o conceito de *borderland*, criado por Dias (2004) como modelo teórico-clínico sobre as patologias-limite, ditas

borderline, situando-se entre o que une e desune os territórios ou organizações do funcionamento mental, ou seja, o que une e separa as duas linhas, a neurótica e a psicótica. “A linha intermediária, é algo muito mais fluido e extremamente mais fluido do ponto de vista dos arranjos psicopatológicos do que qualquer das outras linhas” (Dias, 2004, p. 11). O fio que utiliza para costurar as duas linhas é a questão do pensamento, da sua formação, organização e (des)construção e da formação de símbolos, articulada através da relação entre percepção e pensamento. Apesar de afirmar não seguir propositadamente a conceptualização bioniana (p. 37) da coexistência na personalidade de partes neuróticas e partes psicóticas, parece não conseguir escapar justamente desse território plástico, polimorfo e polissêmico, da fronteira, do “border” e da articulação.

A originalidade da proposta é opor à *line* – linha-fronteira-que-separa – a *land* – território-espaco-que-liga. Este conceito pós-bioniano é de extrema utilidade na clínica, pois a alternância entre os funcionamentos na oscilação permanente $Ps \longleftrightarrow D$, (posição esquizo-paranoide $\longleftrightarrow$ posição depressiva) acontece no território fronteiro intra e intersíquico. A teorização ferencziana apontava já no sentido de que não é a falta que define o funcionamento mental, indicando, portanto, que não é da falta que nos devemos ocupar, mas sim dos processos e da necessidade de articular. E *borderland* traz consigo a flexibilidade de expansão do pensamento no jogo dilatação-retração ou evolução-regressão dinâmica da mente. Como espaço tetradimensionalizado, separa-ligando ou liga-separando, tal como o modelo da ponte.

E não será este o habitat por excelência da mente? Sem o sensorial, a mente definharia desnutrida pela falta de poesia. Sem a emoção, o pensamento ficaria engessado e aprisionado numa bizarra racionalidade. Sem o negativo, estaríamos fadados à concretude do bidimensional. O que seria da arte e da criatividade sem o sonho e vice-versa? Diz ainda Dias (2004, p. 27): “A capacidade de a mente tolerar um maior número de elementos β é correlacionável diretamente com a capacidade que ela tem de utilizar a função α para produzir um maior número de elementos α . O pensamento é uma correlação direta com o não pensamento”.

A saúde mental e a criatividade florescem assim nessa *borderland*, fronteira-movimento *entre-mentes*. E o movimento contínuo e a pulsação continente-contéudo criam o habitat humaniza-dor. Mas, para ele poder ser humanizador, parece-me que “os custos do ser humano e o de ser humano” seriam os de conseguir suportar em capacidade negativa e em incerteza os enigmas do conflito pulsional e os mistérios do conflito estético.

Construtiva des-construção

Duas vinhetas clínicas,⁴ como narrativas oníricas, ilustram as rotas de escravidão do psiquismo, atravessando os temas da submissão (pulsão), da escravatura (compulsão à repetição) e da con-fusão (negação do terceiro e da alteridade), assim como a correlata e progressiva construção da fronteira como potencial de libertação e de articulação.

Dois casos que se complementam entre si. Dois casos cujos temas (conteúdos) fazem uma ponte inequívoca com África. Duas análises correspondendo à co-construção da carta de alforria das partes escravizadas do self. Partes que se encontram submetidas, silenciadas, desvalorizadas, fusionadas, clivadas, traumatizadas, aprisionadas, paralisadas etc. Dois casos que se complementam e que vão se interconectando em rede e circulando em expansivas e criativas paisagens e atmosferas emocionais, no movimento contínuo da transferência e da contratransferência no decorrer do processo analítico.

Eu, caçador de mim...

Sem conseguir dormir, Henrique chega transbordando ansiedade em fantasias suicidas. É caçador e, por isso, tem armas à mão. No seu funcionamento predomina a morte, pela qual se sente ameaçado e da qual tenta escapar, agindo-a, sem conseguir integrá-la a seu favor, a favor da vida. Sente grande desconforto na relação conjugal, encontra-se desesperançado e desencantado pelo futuro dos filhos ao se tornarem adultos, achando que não soube protegê-los e impulsioná-los e, finalmente, assustado com o impasse profissional que o impele a tomar as rédeas da sua própria empresa, exigindo uma mudança de rumo. Submetido à desvitalização interna, agirá a morte externamente, caçando, num ciclo de compulsão à repetição?

Conta frequentemente das caçadas, viagens e aventuras. Repleto de sutilezas insuspeitadas, vou aprendendo sobre um mundo desconhecido, pela sua relação com a natureza e com os animais. Não sinto, paradoxalmente, nos movimentos transferenciais, a invasão de uma eventual “animalidade” e crueldade

4. De acordo com as mais recentes indicações éticas da IPA sobre a confidencialidade: Ethics Committee Newsletter Piece: Confidentiality and Case Reporting. For the IPA Ethics Committee by Howard B. Levine, MD. In: https://www.ipa.world/IPA/en/comment/confidentiality_reporting.aspx

difíceis de suportar e conter. Ao contrário, instala-se um clima de confiança e uma delicadeza de sentimentos que parece não combinar com o impacto habitual da sua atividade e tema preferidos: a caça. Ecoa frequentemente dentro de mim a música cantada por Milton Nascimento – “Caçador de mim”. Parece traduzir de forma tão precisa quanto onírica o campo analítico.

Por tanto amor / Por tanta emoção / A vida me fez assim / Doce ou atroz / Manso ou feroz / Eu caçador de mim / Preso a canções / Entregue a paixões / Que nunca tiveram fim / Vou me encontrar / Longe do meu lugar / Eu caçador de mim / Nada a temer senão o correr da luta / Nada a fazer senão esquecer o medo / Abrir o peito à força numa procura / Fugir das armadilhas da mata escura / Longe se vai, sonhando demais / Mas onde se chega assim / Vou descobrir / O que me faz sentir / Eu caçador de mim.⁵

“Abrindo o peito à força numa procura”, Henrique vai adentrando a análise, temerosa mas corajosamente. Vamos tentando descobrir o que nos faz sentir caçadores de nós próprios... Caçamos as nossas partes frágeis e vulneráveis, tentando de várias maneiras delas nos livrarmos? Caçamos num eterno jogo de poder e submetimento, idealizando os deuses e suas potências sobre-humanas? Caçamos a besta pulsional que nos inquieta e desassossega? Mata-se como ritual para exorcizar a morte?

Conta diferentes caçadas com interesse, despertando a minha atenção e surpreendendo-me por me deixar envolver por um mundo, *a priori*, aversivo. Me encontro parafraseando internamente muitas vezes a famosa pergunta freudiana “afinal o que querem as mulheres?” em “afinal por que caçam os homens?”. Tento manter-me pensante e prescruto vigilante algum “pré-conceito” não facilitador da tal capacidade negativa para navegar a incerteza.

Gradativamente, as descrições dessas paisagens distantes passam a trazer com maior clareza as paisagens de dentro: cenas primitivas com todo o magnetismo da mãe natureza junto à necessidade de pôr à prova, cruelmente, a virilidade e dominar a fera (pulsional). Na paisagem do campo analítico nada surge como cruel ou violento, inquietando a analista. Ao contrário, vai-se instalando a enorme sensibilidade “feminina” da sua bissexualidade clivada, que teme acolher e integrar. Deposita toda a sensibilidade artística e criativa

5. “Caçador de mim”. (1981). Letra e música: Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá. Cantada por Milton Nascimento. Álbum do mesmo nome, gravadora Ariola.

na mulher, na mãe, na analista. E também com as três faz uma espécie de cerimônia, como se pudesse contaminar-se ao comungar com elas da verdadeira intimidade que busca.

Não fez o luto do seu melhor amigo, do pai, mas, acima de tudo, do cão, fiel companheiro de caça com o qual se permitia o tal afeto especial. Os lutos por fazer ensombram o seu ego carregado de partes mortas e desintegradas. Parece ter vivido a sua infância num estado sonâmbulo com algumas separações traumáticas. Da adolescência, relata poucos excessos e muitos medos, promovendo uma certa depressividade e um progressivo desligamento afetivo. A vida esbate-se e descolora-se. Afasta-se da intensidade bruta-pulsional, tratando-o como inimigo em vez de a sentir um potente recurso, e teme contaminar-se com o feminino e sua aura de fragilidade e vulnerabilidade, que repudia. Construiu um self funcional que até agora foi dando conta dos mínimos relacionais: desvitalizados, sem prazer.

No terceiro ano de análise, começam a surgir os sonhos, e a narrativa onírica vai figurando a organização interna dos múltiplos personagens. A caça começa a inquietá-lo e a ser questionada... Imagina que deixaria de caçar se conseguisse ultrapassar o maior dos medos de um caçador: caçar um búfalo em África! Parece ser o medo que o mantém aprisionado, investindo nesta meta, sem a qual sente não poder parar, não ter cumprido o ciclo, como um ritual de passagem. Representará ela a última etapa na afirmação da sua masculinidade que considera fragilmente estabelecida, ele que foi o último filho numa fratria masculina e sempre se imaginou desejado pelos pais como menina?

Henrique vai-se aproximando temerosamente dos afetos, conseguindo criar simultaneamente as fronteiras ao discriminá-los, e a livre circulação vai sendo cada vez mais possível. Vai circulando nas diferentes dimensões que se encontravam clivadas, dando-lhes um sentido e integrando-as numa narrativa progressivamente transformada.

Um dia verbaliza o seu medo de que a análise esteja transformando-o num “maricas”. Conta preocupado que foi a uma caçada e não conseguiu disparar nem um único tiro. Em compensação, não se cansou de disparar a máquina fotográfica. Está assustado, pois não consegue perceber o que sente, porque até gostou. Fez fotografias lindas das paisagens e dos animais em relação com a natureza, sentindo um prazer inusitado de não intervir, observando a harmonia e a conexão entre os diversos elementos. Disparar com a máquina ou com a arma? Integrar um lado feminino-sensível-criativo ou agir para comprovar a sua masculinidade?

As fronteiras mais estabelecidas, permitem o movimento e a livre circulação, ou seja, a passagem de uma dimensão à outra torna-se não só mais possível, mas acima de tudo complementar.

Escravizada e escondida dos caçadores...

Selma chega muito esquecida de si, da sua história, e por isso muito aprisionada e escravizada a uma transgeracionalidade di-fusa e con-fusa. Nas primeiras sessões traz um sonho: “Estava escondida no topo de uma árvore, agachada, como se fosse um macaco, um primata, escondia-me dos caçadores. Aquilo era um terreno vasto mas cercado. Talvez uma reserva natural, talvez as terras de um senhor... só lembro do susto, do medo. Era tudo medo...”. Passado pouco tempo, outro sonho: “Havia uma casa grande, e estavam a chegar os homens e tínhamos de nos esconder. Eu e um grupo de mulheres escondemo-nos abrindo um alçapão do chão de uma casa e entramos todas lá para baixo. Escuridão e medo, muito medo, só medo...”.

Ao longo da análise, comportando-se como escrava aprisionada, cuja voz nem se fazia ouvir, entrava assustada e pairava o clima afetivo de “medo, muito medo, só medo...”. Um terror sem nome que vai gradativamente sendo alfabetizado e sonhado-a-dois. Longos silêncios, longas pausas, palavras sussuradas e inaudíveis, frases entrecortadas, vou aprendendo a tolerar e a respeitar esse clima de sofrida fragmentação. E aguardo, também agachada no topo de uma árvore como escrava de um território que desconhecemos, igualmente assustada pela difusão de amanheceres de neblina densa, e capturada em silêncios de cortar à faca, em longos corredores e escuros alçapões que se abrem. E vamos lentamente tentando dar um sentido ao medo, ao terror. Desde o início, o maior terror era a eventual interrupção iminente e catastrófica da análise por questões da realidade que se iriam impor traumáticamente, mais dia menos dia.

O novelo da sua história complexa vai se desenrolando. Dando-lhe a mão, caminho junto com Selma, que se vai sentindo acompanhada e se permite pesquisar mais e mais. Dentro e fora. Vamos sonhando e organizando uma narrativa... “Do lado materno, há um bisavô português, guarda fronteiriço em Moçambique. Casa com uma mulher negra, que renuncia à sua tribo, dela se afastando para viver com ele. Uma história de amor romântico, de onde nasce o meu avô mulato”. Selma prossegue: “A minha avó materna era filha ilegítima de uma escocesa e de um grande senhor agrícola de Portugal. Como ele era casado e não reconheceu a filha, a minha bisavó imigrou para Moçambique.

Casou lá com um militar escocês (almirante) que lutou na Guerra Anglo-Zulu, na fronteira entre África do Sul e Moçambique. Um dia, a minha avó, branca, descendente de escoceses, encontrou um homem mulato. Apaixonaram-se, casaram e tiveram sete filhos. Todos com traços mestiços, menos a minha mãe e a minha tia mais nova”. Do lado paterno, ambos os avós portugueses imigraram com seus pais para Moçambique quando tinham entre 12 e 16 anos:

A minha avó paterna tinha uns 12 anos quando a minha bisavó imigrou para Moçambique. Tinha lá uma propriedade grande, uma “farm” como eles diziam, com “empregados”, assim ela os chamava. Eles eram na verdade escravos. Ela tinha um tronco onde os prendia e chicoteava... Eu cheguei a conhecer essa bisavó. Era uma pessoa má, mesmo horrível. A minha avó sempre chamou a minha mãe de mestiça e teve muita pena que o seu único filho, meu pai, casasse com uma mestiça. Referia-se sempre à cor mais escura, minha e do meu irmão, e temia que descobrissem isso em nós, dizendo-me frequentemente para fazer escova com secador alisando os cabelos. Sempre um terror com essa coisa da mestiçagem. E se a minha mãe era linda...

Selma vai des-confusionando esta história fragmentada que a habita transgeracionalmente, como mostram os sonhos do início, nos quais “era tudo medo...”. Portugueses, negros, escoceses, mulatos e mestiços, militares e agricultores, racismo e escravatura, traições e segredos são pensamentos sem pensador no seu funcionamento mental. Silenciados e anteriores à sua própria existência, determinaram fortemente a paisagem emocional da sua vida, sem que conseguisse usufruir dessa riqueza.

Passados quatro anos de análise, mais desintoxicada e unificada pela coesão crescente das narrativas, atreve-se a realizar o sonho de toda uma vida: ir pela primeira vez a Moçambique. Terra natal de ambos os pais e do irmão, acentuou o sentimento de exclusão e não pertença de Selma já nascida em Portugal, logo após a descolonização. Poder vivenciar o cenário das experiências emocionais que, não identificando como suas, sentia como corpos estranhos, permite-lhe apossar-se finalmente dos lugares, dos familiares e das histórias passadas. Ampliando conexões e sentidos, parece ter alcançado o direito de viver a sua história atual e real, movimentando-se livremente fora e dentro. Sem o medo, sem a escuridão, sem o terror, que pode agora ser nomeado, caminha mais adulta e suportando melhor as dores inevitáveis da vida, apoiando-se na sua “inter-net” e nas conexões visivelmente alargadas nos mundos pessoal, familiar e profissional.

Co-construiu na análise a sua carta de alforria. Pensar, depois de Bion, parece ser a criação de um espaço de autoria, de singularidade e de liberdade, onde as pontes passam a estar mais fortalecidas e articuladas.

Terminando...

[...] a filosofia africana do movimento, pré-colonial, assemelha-se a uma lógica própria do mundo digital, em que, no fundo, se trata de **pôr em conexão, em rede**, e não de categorizar, de classificar, de hierarquizar e limitar o movimento (Mbembe, 2018, p. 04, grifo do autor).

A mediação simbólica, através da figuração e da narratividade, vai permitindo um entrelaçamento de padrões e tessituras, em permanente transformação, que se fazem-desfazem-refazem nos complexos movimentos transferenciais e contra-transferenciais do campo analítico. O sonho-a-dois (Cassorla, 2016) cria assim uma contínua e construtiva des-construção de espaços onírico-moebianos, como os das cidades do diálogo Khan-Polo, no qual “quem comanda a narração não é a voz, é o ouvido”. No longo diálogo da longa travessia do processo analítico, ouvido e voz se incorporam: escutando vai-se criando a narrativa e é no diálogo entre mundos estrangeiros (eu-não eu, sensorial-simbólico, beta-alfa, realidade-fantasia) que cada narrativa se torna possível e ganha sentido. Como diz Germano de Almeida sobre o crioulo e o português, “O objetivo não é criar uma língua híbrida, mas usar as duas, colocá-las numa relação quase erótica em que uma traz aquilo que a outra não tem, uma diz o que a outra ainda não consegue dizer” (2018, p. 09).

O diálogo que caracteriza o próprio funcionamento psíquico parece ser gerado na e pela oscilação permanente “entre-mentes” numa *bordeland*: psicose-neurose, Narciso-Édipo, Ps<—>D, infância-idade adulta, proto-psíquico, sensorial-representação. A coexistência dessas configurações surge bem ilustrada na seguinte piada: “O português chega ao Rio de Janeiro e pega um táxi no aeroporto. No meio do caminho, o carro quebra, o taxista encosta e pede-lhe para sair e verificar se o pisca-alerta está funcionando. O português sai e diz: agora está, agora não, agora está, agora não...”. O funcionamento psíquico e o analítico parecem, como o “pisca-alerta”, acontecer nos interstícios,⁶ no “entre”,

6. Cientistas dos EUA propuseram este ano que o interstício, formado por um espaço com fluido em circulação, se torne um órgão do corpo humano. Em: <https://www.publico.pt/2018/03/28/ciencia/noticia/descoberto-o-intersticio-um-novo-orgao-do-corpo-humano-1808248>

no intermediário e na passagem permanente de um a outro: movimento em circulação perpétua, remetendo a uma dinâmica vitalizada e criativa.

A construção de um aparelho para pensar os pensamentos e de uma crescente alfa-betização de todos esses níveis possibilita a sua coexistência numa rede multidimensional, como a expectável integração da agressividade/morte a serviço do amor/vida, integração esta que poderá sofrer desintegrações e reintegrações (Melícias, 2018).

Vivemos num funcionamento “entre-mentes”. Dialogamos e sonhamos nessa *borderland*, no campo do movimento, do hibridismo e da intersubjetividade. Somos fora e dentro, pedra e arco, ponte e diálogo. Fronteira criando a livre circulação, cidadãos do mundo-mente, aliados de todas as nações-funcionamentos.

Caberia construir psiquicamente um passaporte *Laissez-Passer*, como o das Nações Unidas, ou desejar que o *Global Citizen Passport*⁷, seja o início da realização da utopia do conceito africano *ubuntu*⁸ – palavra Nguni Bantu, que significa a qualidade de ser humano, um elo universal de partilha e ligação que conecta todos e se manifesta em todas as esferas da vida.

Between-minds: the border as a humanising habitat

ABSTRACT *The author approaches the notion of border as a passage and crossing. The movement thus acquires quality of space – “in-between” – constituting itself as an incubator of intersubjectivity. She goes on to present: psychoanalysis as a border scientific paradigm (taking up the Freudian “weld” metaphor); the mind as a border operation (bringing together in the word “between-minds”, the inextricable relation in continuous movement and permanent tension I - not-I); and the border as a human and humanizing habitat (border-movement creating and coexisting with free circulation). The rêverie of the analytical process favors the creation of psychic boundaries: contents when they are contained, dreamed and figured-narrated, become able to circulate and dialogue freely. Two clinical vignettes illustrate the “slave routes” of the psyche and the correlative and progressive dynamic construction of the border as a potential space of liberation and articulation.*

KEYWORDS *border; movement; transitionality; barrier of contact; borderland*

7. Recentemente lançado pela Organização Mundial do Turismo.

8. Em: https://en.wikipedia.org/wiki/Ubuntu_philosophy

Entre-mentes: la frontera como hábitat humanizante

RESUMEN La autora aborda la noción de frontera como paso y travesía. El movimiento adquiere así calidad de espacio – “entre”, “in-between” – constituyéndose como incubadora de la intersubjetividad. Sigue presentando: el psicoanálisis como paradigma científico de frontera (retomando la metáfora freudiana de “soldadura”); la mente como funcionamiento de frontera (reuniendo en la palabra “entre-mentes”, la relación inextricable en movimiento continuo y tensión permanente yo-no-yo); y la frontera como hábitat humano y humanizante (frontera-movimiento creando y coexistiendo con la libre circulación). La rêverie del proceso analítico favorece la creación de fronteras psíquicas: los contenidos al ser contenidos, soñados y figurados-narrados pasan a poder circular y dialogar libremente. Dos viñetas clínicas, ilustran las “rutas de esclavitud” del psiquismo y la correlata y progresiva construcción dinámica de la frontera como espacio potencial de liberación y de articulación.

PALAVRAS CLAVE frontera; movimiento; transicionalidad; barrera de contacto; borderland

Referências

- Almeida, G. (2018). Não me peçam desculpa pelos meus antepassados, tratem-me a mim como gente. Entrevista a Germano de Almeida por Joana Emídio Marques no jornal *Observador*, p. 01-16. Disponível em: <https://observador.pt/2018/07/01/germano-almeida-nao-me-pecam-desculpa-pelos-meus-antepassados-tratem-me-a-mim-como-gente/>. Acesso em 11/07/2018
- Bick, E. (1964). Notes on infant observation in psychoanalytic training. *International Journal of Psychoanalysis*, 45, 558-566.
- Bion, W.R. (1994). *Estudos psicanalíticos revisados*. 3ª ed. Trad. Wellington M. de Melo Dantas. Rio de Janeiro: Imago.
- Calvino, I. (2002/2016). *As cidades invisíveis*. 3ª ed. Trad. José Colaço Barreiros. Lisboa: D. Quixote.
- Cassorla, R.M.S. (2016). *O psicanalista, o teatro dos sonhos e a clínica do enactment*. São Paulo: Blucher.
- Dias, C.A. (2004). *Costurando as Linhas da Psicopatologia Borderland*. Lisboa: Climepsi.
- Ferenczi, S. (1991). O conceito de introjeção. In *Sándor Ferenczi – Obras Completas* Vol. I, cap. XVI. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (1982). Análise terminável e interminável. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1937).

- Junior, N.E.C. (2015). Figuras da terceiridade na psicanálise contemporânea: suas origens e seus destinos. *Cad. Psicanál.* – CPRJ, v. 37, n. 32, p. 175-195, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015.
- Leffert, M. (2016). Modern and postmodern trends in psychoanalysis. *Japa*, 55 (1), 178-197. Downloaded from apa.sagepub.com at Pennsylvania State Univ on September 15, 2016.
- Mbembe, A. (2018). África é a última fronteira do capitalismo. Entrevista a Achille Mbembe por António Guerreiro no jornal *Público*, p. 01-09. Disponível em: https://www.publico.pt/2018/12/09/mundo/entrevista/africa-ult...Newsletters+Editoriais&utm_source=e-go&utm_medium=email. Acesso em 09/12/2018
- Melícias, A.B. (2018). Sísifo e Héracles: o trabalho do conflito pulsional. *IDE*, São Paulo – Inveja, 40 (65), 139-156, nov. 2018.
- Winnicott, D.W. (1960). The theory of the parent-infant relationship. In D.W. Winnicott, *The maturational processes and the facilitating environment* (p. 37-55). New York: International Universities Press. [n.1, 1965.]
- Winnicott, D.W. (1971/1975). *O brincar e a realidade*. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu e Vane-de Nobre. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido:12/1/2019

Aceito: 19/4/2019

Ana Belchior Melícias
Praça das Águas Livres - 8 - SL 1
1250-001 Lisboa - Portugal
+351 919550044
ana.melicias@gmail.com

Fronteiras entre psicanálise e música: o quarto movimento da nona sinfonia de Ludwig van Beethoven

Victor Di Francia Alves de Melo^{1 2}

RESUMO Este artigo pretende discutir uma possível relação entre psicanálise e música. Para cumprir este objetivo, parte-se das preleções intituladas de *Cinco Lições de Psicanálise*, em que Sigmund Freud se propõe a explicar aos seus interlocutores os conceitos fundamentais de sua teoria geral das neuroses. O exemplo que Freud nos traz – o do indivíduo que se comporta de modo perturbador dentro do auditório – é utilizado para ilustrar o processo de recalque e de resistência. Neste ponto, apresentaremos algumas considerações sobre os elementos composicionais do *presto* inicial do quarto movimento da nona sinfonia de Ludwig van Beethoven, cujas semelhanças e diferenças diante do exemplo freudiano acima nos levarão a vislumbrar uma via de conciliação possível entre sublimação e tratamento psicanalítico.

PALAVRAS-CHAVE psicanálise; música; Beethoven

Na formulação de sua teoria geral das neuroses, Sigmund Freud não hesita em atribuir a Josef Breuer créditos para a constituição da psicanálise. No início das *Cinco Lições de Psicanálise* proferidas em setembro de 1909 e publicadas em 1910, o psicanalista austríaco aborda seus *Estudos sobre a Histeria*, escritos em parceria com Breuer. Freud aponta o período de convivência com Breuer como fundamental para a criação do que hoje chamamos de associação livre. Entre

1. Victor Di Francia Alves de Melo. Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC – RJ); Bolsista Capes; membro da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle.

2. Agradeço a Capes pela confiança no meu trabalho e por todo o auxílio.

os casos mais proeminentes desses estudos encontra-se o de Anna O. Segundo Freud, a paciente, uma moça de 21 anos de idade e com elevados dotes intelectuais, desenvolveu uma série de distúrbios físicos, como paralisia espástica, problemas na visão e nojo de alimentos. Na ocasião, Breuer foi cirúrgico ao diferenciar a histeria de Anna O de uma enfermidade orgânica.

Ao oferecer simpatia e interesse pela paciente em vez de rechaçá-la, Breuer fez com que Anna comesse a murmurar palavras e a relacioná-las com o que lhe vinha à cabeça, o que gerou situações psíquicas e fantasias tristes. Breuer punha a moça em estado hipnótico e repetia as mesmas palavras de Anna para facilitar a criação de relações. Depois dos relatos, escreve Freud, a paciente se achava como que liberada, retornando à vida psíquica normal. A própria Anna deu nome de *talking cure* (cura pela fala) a esse novo tratamento.

Ora, na medida em que Freud criava sua teoria, a fala dos pacientes pela livre associação tornou-se indispensável para o sucesso no tratamento psicanalítico. De fato, a partir dos relatos dos pacientes, Freud pôde desenvolver sua teoria sobre o inconsciente, sobre o recalque etc. Sublinhamos, contudo, que Freud só pôde desenvolvê-las porque se pôs a escutar seus pacientes, oferecendo simpatia e interesse por eles, assim como Breuer o fez com Anna O. Nesse sentido, ainda que os dois estudiosos divergissem quanto às especificidades de suas teorias e manejos, ambos conservaram a grandeza de dar ouvidos ao que desconheciam.

Sem sombra de dúvidas, a escuta é um dos grandes pilares da psicanálise. Escutar o paciente é muito mais do que simplesmente ouvir os sons emitidos pela sua fala; escutar o paciente é também ouvir o silêncio de sua fala, é oferecer simpatia e interesse através da escuta, é criação de vínculos por meio da escuta.

Na segunda lição sobre psicanálise de 1910, Freud nos dá um exemplo para ilustrar o processo de recalque e de resistência:

Suponham que nesta sala e no meio desta plateia, cujos silêncio e atenção exemplares eu não posso louvar o bastante, houvesse um indivíduo que se comportasse de modo perturbador, que com impertinentes risadas, falas e batidas dos pés me desviasse a atenção de minha tarefa. Eu declararia não poder continuar a palestra dessa forma, e então alguns cavalheiros robustos se levantariam entre os senhores e, após uma breve peleja, poriam o mal-educado na rua. Ele estaria então reprimido (*verdrängt*), e eu poderia dar prosseguimento à palestra. Mas, para que o distúrbio não se repetisse caso o indivíduo tentasse entrar novamente, os cavalheiros que haviam feito cumprir minha vontade moveriam suas cadeiras para junto da porta e se estabeleceriam como resistência, após a repressão consumada. Se agora os senhores

traduzirem esses dois locais em termos psicanalíticos, como consciente e inconsciente, terão uma imagem aceitável do processo da repressão (p. 243).

Encontramos no parágrafo acima um dos grandes exemplos de maestria da escrita freudiana, que nos mostra, além do processo de recalque³ e de resistência, vislumbres da topologia do inconsciente e do consciente. Freud salienta que, diferentemente da influência hipnótica proposta por Breuer, a psicanálise deve deixar de lado a hipnose, pois ela, a hipnose, esconde as resistências. Segundo Freud: “somente ao excluir a técnica da hipnose adotada por Breuer será possível notar as resistências e as repressões e, além disso, formar uma ideia adequada do verdadeiro processo patológico” (Freud, 1910/2013, p. 245). Por outro lado, o psicanalista austríaco reconhece que as observações de Breuer foram importantes para o esclarecimento sobre os vínculos entre os sintomas e as vivências patogênicas ou traumas psíquicos. Agora, atentemos para o decorrer do exemplo freudiano:

Considerem agora que o incidente não terminou necessariamente com a exclusão do indivíduo incômodo e com o posicionamento dos vigias ante a porta. Pode muito bem ter ocorrido que o sujeito, irritado e ainda mais desconsiderado, prosseguisse nos dando trabalho. É certo que já não estava entre nós, que nos livramos de sua presença, de seu riso galhofeiro, de suas observações a meia voz, mas em determinado sentido a repressão malogrou, pois ele passou a apresentar lá fora seu intolerável espetáculo, e seus gritos e golpes na porta inibiam minha palestra mais ainda que o comportamento grosseiro de antes (p. 245).

O fracasso no recalque da representação ao qual se liga o desejo insuportável é a grande conclusão a que Freud chega ao estudar os pacientes neuróticos. Esses pacientes impeliram para fora da consciência e da lembrança uma representação ligada ao desejo recalcado, mas este mesmo desejo continua a existir espreitando por uma oportunidade de ser ativado. Quando tal oportunidade aparecer, o desejo enviará à consciência uma formação substitutiva para o que foi recalcado, uma formação deformada e tornada irreconhecível, à qual se ligam os mesmos afetos dos quais o indivíduo se acreditava poupado mediante o recalque. Esta formação substitutiva é chamada de sintoma.

3. Neste artigo, conservamos a palavra “repressão” conforme ela aparecia nas citações. Todavia, ao discutir as ideias presentes no texto, optamos por substituir a palavra “repressão” pela palavra “recalque”.

Interessa-nos discutir como Freud articula o tratamento psicanalítico e a cura do sintoma ao exemplo supracitado. Nas *Cinco Lições de Psicanálise*, é necessário que o sintoma seja reconduzido, pelas mesmas vias pelas quais a formação substitutiva se realizou, à representação recalçada. Se o que foi recalçado é novamente levado à atividade psíquica consciente, escreve Freud, o conflito psíquico resultante, que o paciente pretendia evitar e que oferecia resistência, terá melhor desenlace sob a direção do analista.

No exemplo freudiano supracitado, o presidente da conferência, o doutor Stanley Hall, se dispõe a assumir o papel de mediador e pacificador que sai para falar com o intratável sujeito e retorna com a proposta de que é possível deixá-lo entrar novamente, garantindo que o homem se comportará de maneira mais amável. Freud diz que, fiados na autoridade do doutor Hall, concorda-se em suspender o recalque e, conseqüentemente, haverá novamente paz e sossego. Tal *modus operandi* do doutor Hall é, segundo Freud, uma tarefa próxima daquela realizada pelo psicanalista no tratamento das neuroses. Portanto, seguindo o exemplo, o analista se coloca como mediador e pacificador em face do fracasso no recalque da representação e “conversa” com o desejo insuportável para que não haja mais o barulho que tanto atrapalhava a consciência e se manifestava como sintoma. O trabalho do analista é árduo, já que a recondução do sintoma até a representação recalçada pode levar anos, sem contar as grandes doses de resistência encontradas no percurso. Contudo, esta não é a única via de cura do sintoma.

É possível também que o desejo recalçado seja dirigido para uma meta mais elevada e irrepreensível. Tal processo é chamado de sublimação. O famoso *Vocabulário da Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1987/2001) assim define a sublimação.

Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud descreveu como atividades de sublimação principalmente a atividade artística e a investigação intelectual (p. 495).

Segundo o texto, um dos caminhos da sublimação considerados pela psicanálise é a criação artística. Nesta atividade, há uma transformação das pulsões sexuais, que serão colocadas a serviço do trabalho cultural e que deslocam a sua meta sexual sem perderem sua intensidade, ou seja, há na sublimação a troca da meta sexual originária por outra meta que já não é sexual, mas que,

psiquicamente, se aparenta com ela. No texto intitulado *Formulações sobre dois Princípios do Funcionamento Psíquico* (1911/2010), Freud descreve a sublimação da seguinte forma:

A arte efetua, por via peculiar, uma reconciliação dos princípios do prazer e da realidade. O artista é originalmente um homem que se afasta da realidade por não poder aceitar a renúncia à satisfação dos instintos que ela inicialmente requer, e concede a seus desejos eróticos e ambiciosos inteira liberdade na fantasia. Mas encontra o caminho de volta desse mundo de fantasia para a realidade, ao transformar suas fantasias, por meio de dons especiais, em realidades de um novo tipo, valorizadas pelos homens como reflexos preciosos do real (p. 117).

Como escrito anteriormente, a sublimação se relaciona com aquilo que Freud denominou de pulsões. Ainda segundo o *Vocabulário da Psicanálise*, as pulsões são caracterizadas por “processos dinâmicos que consistem numa pressão ou força dotada de motricidade que faz o organismo tender para um objetivo” (Laplanche; Pontalis, 1987/2001, p. 394). A teoria das pulsões em Freud sempre se manteve dualista. De acordo com a primeira tópica freudiana, as pulsões sexuais se contrapõem às pulsões denominadas ora como pulsões do ego, ora como pulsões de autoconservação. Tal dualismo se opera desde as origens da sexualidade, pois a pulsão sexual se destaca das funções de autoconservação em que a princípio se apoiava.

Nesse sentido, assim como Freud nos aponta no texto *As Pulsões e seus Destinos* (1915/2013), “as pulsões sexuais são numerosas, advêm de múltiplas fontes orgânicas, agem inicialmente de forma independente umas das outras e só depois se reúnem numa síntese mais ou menos acabada” (Freud, 1915/2013, p. 33). Freud nos diz que a meta das pulsões sexuais é a obtenção de prazer do órgão e, só após terem efetuado a síntese, é que se põem a serviço da função reprodutiva.

Outra característica importante das pulsões sexuais é que uma parte delas continua associada às pulsões do ego, dotando-as de componentes libidinais, e que, por este motivo, podem se substituir vicariamente umas pelas outras. Dessa forma, as pulsões sexuais podem trocar facilmente seus objetos e são capazes de realizações muito distantes das ações originais, orientadas para determinadas metas. Em *As Pulsões e seus Destinos* (1915/2013), Freud denomina tais realizações pelo termo sublimação.

Logo, a partir do que foi exposto até aqui, o desejo recalcado e os sintomas neuróticos poderão ser “tratados” das seguintes formas:

1. pelo trabalho analítico sugerido por Freud: algo como encontrar uma mediação e pacificação em face de um conflito psíquico, o que levará à recondução do sintoma até a representação recalçada. Neste caso, o doente é convencido de que rechaçou injustamente o desejo patogênico e é induzido a aceitá-lo total ou parcialmente.

2. O desejo patogênico é dirigido a uma meta mais elevada e irrepreensível através do processo de sublimação.

As soluções para os conflitos neuróticos são colocados, nas *Cinco Lições de Psicanálise*, numa formulação “ou... ou...”, a saber, ou o doente é convencido de que rechaçou injustamente o desejo patogênico e é induzido a aceitá-lo total ou parcialmente; ou o desejo patogênico é dirigido a uma meta mais elevada e irrepreensível através do processo de sublimação.

Ora, ainda que consideremos a formulação “ou... ou...” acima como um possível caminho, não acreditamos que esta formulação seja a única possibilidade de cura de sintomas neuróticos. Apresentarei agora um exemplo de conflito nos mesmos moldes apresentados por Freud nas *Cinco Lições de Psicanálise*, e que é solucionado através de certo tipo de trabalho analítico e, ao mesmo tempo, através da sublimação.

Trata-se da atividade composicional de um dos grandes expoentes da música ocidental: Ludwig van Beethoven. Sabe-se que, desde Freud, a psicanálise se aventurou a dissertar sobre o trabalho artístico de grandes nomes como Michelangelo e Leonardo da Vinci. Os textos freudianos sobre estes dois expoentes, por exemplo, são muito ricos e nos trazem contribuições significativas acerca das psicopatologias da vida cotidiana; até mesmo os grandes artistas têm conflitos psíquicos como qualquer outro mortal.

No caso específico de Beethoven, poderíamos abordar elementos da biografia do compositor que, de certo modo, justificassem sua conhecida intemperividade e personalidade introspectiva. Se enveredássemos por esse caminho, poder-se-ia observar a influência da vida de Beethoven em seu processo composicional. Destaco alguns elementos sobre a vida conturbada do artista: Beethoven teve, desde cedo, relação ambivalente com o pai; tinha receio de ter a mesma morte que a mãe teve vitimada pela tuberculose; dizia sofrer de depressão; vivia endividado; a surdez gradativa que começou a acompanhá-lo com a idade de 26 anos o envergonhava; seus relacionamentos amorosos eram curtos e intensos; era solitário, alcoolista e violento. Listado esse rico material, digo apenas que este trabalho é pequeno para discutir tantos elementos que certamente influenciaram o processo composicional do artista.

Um episódio importante na vida de Beethoven e que contribuiu para aumentar ainda mais seu isolamento das pessoas ocorreu em 1822: o artista estava com 52 anos de idade quando teve a oportunidade de reger a orquestra no ensaio geral para a reprise de sua ópera *Fidelio*. Entretanto, no meio do ensaio, ele se perdeu no andamento da música, pois já não ouvia, e teve que abandonar o ensaio. Esta cena lhe causou um grande impacto.

Dois anos mais tarde, Beethoven termina sua nona sinfonia: uma grande obra musical cuja composição começara em 1818 e foi concluída em 1824. Durante o processo composicional, Beethoven pouco escutava ou já não ouvia nenhum som. Diz-se que, nesse período, o compositor estava ainda mais solitário e violento. Se for verdade que, na época da composição da nona sinfonia, o grande compositor alemão pouco escutava ou já não ouvia nenhum som, o mesmo não se pode dizer sobre sua capacidade de ouvir musicalidade. Neste aspecto, os ouvidos de Beethoven estavam mais aguçados o que nunca.

A nona sinfonia é considerada por muitos a totalidade do gênio orquestral de Beethoven, sua obra-prima, uma obra que ele oferece tanto a si mesmo quanto à humanidade inteira. Ela é uma grande peça musical de mais de uma hora de duração, em quatro movimentos, com a famosa *Ode à Alegria* (*Ode an die Freunde*) em seu final. Baseada nos versos do poema *An die Freunde*, de Friedrich Schiller, o famoso coral é o precursor de sinfonias com arranjos vocais. A capacidade de Beethoven em ouvir musicalidade mesmo estando surdo nos desconcerta. Muitos atribuem ao seu período tardio de composição as obras mais musicais e valiosas do grande compositor.

Para cumprir os fins deste artigo, vou comentar desde o *presto* inicial do quarto movimento da nona sinfonia até a entrada da famosa melodia da *Ode à Alegria*, executada inicialmente pelos instrumentos mais graves da orquestra. Esse curto período da nona sinfonia, com cerca de quatro minutos de duração, é precursor da entrada das vozes do coral e traz consigo considerações valiosas para este trabalho. Entretanto, não relacionarei tal passagem da nona sinfonia e sua composição com os episódios biográficos de Beethoven, nem mesmo discutirei sobre as intenções do artista. Também não discutirei elementos técnicos musicais que pouco interessariam ao leitor sem muito aprofundamento nos estudos musicais.

O caminho que pretendo seguir é uma discussão sobre o conjunto de contrastes que ressoam na primeira parte do quarto movimento da nona sinfonia de Beethoven. Ressalto também que nunca conseguirei atingir com palavras a grandeza do trabalho composicional de Beethoven. Portanto, peço ao leitor deste artigo que escute os quatro minutos iniciais do quarto movimento da sin-

fonia – e, se possível, a sinfonia inteira! – para que tire suas próprias conclusões e possa formar opinião crítica acerca do que vai ser discutido nos próximos parágrafos deste texto.

Já no início do *presto*, é possível distinguir uma série de motivos – passagens que contêm temas e frases melódicas, harmônicas e rítmicas – que começam a ser desenvolvidos e, subitamente, são interrompidos para a entrada de novos motivos. Para efetuar os contrastes entre esses motivos, Beethoven utiliza os diversos naipes da orquestra: encontramos motivos sendo efetuados pelos instrumentos de cordas e outros executados pelos instrumentos de sopro, ambos com o auxílio percussivo. Esses motivos sobrepostos geram grandes contrastes na dinâmica do quarto movimento e dão um certo “tom dramático”.

É importante observar o contraste entre as alturas – região grave e aguda – em que cada naipe se situa nessa primeira parte do quarto movimento: violinos, violas, violoncelos e contrabaixos executam notas mais graves juntamente com os instrumentos graves da percussão, enquanto os instrumentos de sopro, como flautas transversas e oboés, executam motivos agudos. Certamente há variações dessas disposições, mas tal contraste nas alturas a partir dos naipes será crucial para o desenvolvimento do que vem a seguir.

Outro elemento de grande importância nesses mesmos compassos do quarto movimento é a menção de distintos motivos já devidamente desenvolvidos durante os temas musicais presentes nos três primeiros movimentos da sinfonia e que são revisitados no quarto movimento. Contudo, esses motivos também são subitamente interrompidos pelas notas mais graves dos instrumentos de corda, que anunciam a criação de novos motivos.

Tais constatações nos acenam, pois não há desenvolvimento possível a partir do que já foi realizado anteriormente. Será necessária a criação de novos motivos para que a sinfonia prossiga. Eis o conflito que se instaura no quarto movimento da nona sinfonia de Beethoven. Os instrumentos de corda, com suas notas graves, oferecem resistência ao desenvolvimento de motivos prévios e a sinfonia fica num impasse. É como se os instrumentos de corda fossem o indivíduo que se comporta de modo perturbador; aquele que, com impertinentes risadas, falas e batidas dos pés, assim como no relato de Freud nas *Cinco Lições de Psicanálise*, perturba o desenvolvimento da música. O compositor então dá voz ao seu naipe de cordas, deixando-o falar numa espécie de *talking cure*.

Desse modo, para que haja uma reconciliação entre as partes, Beethoven, ao compor, se dispõe a assumir o papel de mediador e pacificador que sai para falar com o intratável sujeito – os instrumentos de corda – escuta-os, mesmo

surdo, e retorna com a proposta de que é possível deixá-los entrar novamente na sinfonia. O compositor garante aos rebeldes instrumentos de corda que eles serão ouvidos pelos outros instrumentos e também garante aos outros instrumentos que as cordas se comportarão de maneira mais amável.

Ao ouvir musicalmente sua própria surdez, ao ouvir o silêncio e também ao ouvir os “rebeldes” instrumentos graves, Beethoven desenvolve a famosa melodia da *Ode à Alegria*. São justamente as cordas mais graves que executam pela primeira vez essa melodia e, posteriormente, conduzirão a orquestra a executá-la repetidamente em altura mais alta (aguda) e, finalmente, entrarão as vozes dando prosseguimento à sinfonia.

É impressionante escutar atentamente como as interrupções nos desenvolvimentos motivicos efetuadas pelo naipe de cordas já contém, desde o início, elementos musicais que serão utilizados na *Ode à Alegria*. Beethoven não cala seus instrumentos, nem os força a fazer algo que não querem fazer. Ele dá voz ao naipe de cordas e o insere novamente na sinfonia de tal maneira que aquilo que antes funcionava como uma espécie de protesto funcionará como o ápice do trabalho sinfônico. A sensibilidade de Beethoven é tamanha que a reconciliação entre as partes funciona como aquilo de mais bonito possível num trabalho analítico.

Atingir o ápice sinfônico está, a meu ver, muito próximo da condução do desejo patogênico por uma meta mais elevada e irrepreensível através do processo de sublimação descrito por Freud. Em nosso caso específico, os protestos das vozes “rebeldes” produzidas pelos instrumentos da orquestra se contrapõem a processos dinâmicos pulsionais, ou seja, se contrapõem a uma espécie de pressão ou força dotada de motricidade que faz o organismo tender para um objetivo.

Analogamente, pode-se considerar a nona sinfonia como aquela que desempenha o papel do organismo na descrição dos processos dinâmicos pulsionais acima. Desse modo, as vozes que a princípio impedem o prosseguimento do movimento sinfônico simbolizam os sintomas neuróticos de Beethoven. Sintomas que têm ganhos e empecilhos inerentes.

Como descrito anteriormente, as pulsões sexuais podem trocar facilmente seus objetos e são capazes de realizações muito distantes das ações originais. De modo similar, ao compor a *Ode à Alegria*, Beethoven dirige seu naipe de cordas a uma meta mais elevada e irrepreensível através do processo de sublimação. Tal composição parece funcionar como reconciliação dos princípios do prazer e da realidade.

Se fizermos outra analogia, as notas graves de Beethoven parecem ser as notas graves na vida de qualquer sujeito. Certamente elas também são as no-

tas graves na vida do compositor. Essas tonalidades graves que nos atravessam são nossas profundezas, os recônditos que habitamos cotidianamente e que nos embarçam. O bom trabalho analítico parece propor não uma supressão, mas o desenlace e a reconciliação ao vermos, escutarmos e experimentarmos as diversas nuances daquilo que somos.

Desse modo, realizando uma atividade artística, ou seja, uma atividade de sublimação, Beethoven se coloca como mediador e pacificador diante do fracasso no prosseguimento de sua sinfonia. O compositor “conversa” com seus instrumentos para que não haja mais o barulho grave que tanto atrapalhava a execução do quarto movimento e que se manifestava como sintoma. É como se, ao fazer arte, Beethoven suspendesse os conflitos, conquistando novamente a paz e o sossego necessários para o belo prosseguimento da sinfonia. Tal *modus operandi* de Beethoven parece ser uma tarefa próxima daquela realizada pelo psicanalista no tratamento das neuroses. Eis aí um belo modo de compor musicalmente o tecido analítico que se apresenta diante de nós e que nos convoca a ser tecido cotidianamente.

***Frontiers between psychoanalysis and music:
the fourth movement of the ninth symphony of Ludwig van Beethoven***

ABSTRACT This article intends to discuss a possible relationship between psychoanalysis and music. In order to fulfill this objective, we begin with the lectures entitled Five Lessons on Psychoanalysis, where Sigmund Freud proposes to explain to his interlocutors the fundamental concepts of his general theory of the neuroses. The example that Freud brings to us – the example of the individual behaving in a disturbing way in the auditorium – is used to illustrate the process of repression and resistance. At this point, we will present some considerations about the compositional elements of the initial presto of the fourth movement from the ninth symphony of Ludwig van Beethoven, whose similarities and differences to the freudian example above will lead us to envisage a possible path of conciliation between sublimation and psychoanalytic treatment.

KEYWORDS psychoanalysis; music; Beethoven

***Fronteras entre psicoanálisis y música:
el cuarto movimiento de la novena sinfonía de Ludwig van Beethoven***

RESUMEN Este artículo pretende discutir una posible relación entre psicoanálisis y música. Para cumplir ese objetivo, se parte desde las lecciones intituladas Cinco conferencias sobre psicoanálisis, donde Sigmund Freud se propone a explicarles a sus interlocutores los conceptos

fundamentales de su teoría general de las neurosis. El ejemplo que Freud nos ha traído – el ejemplo del individuo que se comporta de manera perturbadora en el auditorio – es utilizado para ilustrar el proceso de represión y de resistencia. Desde ese punto, presentaremos algunas consideraciones sobre los elementos composicionales del presto inicial de Ludwig van Beethoven, cuyas similitudes y diferencias ante el ejemplo freudiano de arriba nos llevarán a vislumbrar una vía de conciliación posible entre sublimación y tratamiento psicoanalítico.

PALABRAS CLAVE *psicoanálisis; música; Beethoven*

Referências

- Fauconnier, B. (2012). *Beethoven*. Porto Alegre: L&PM Pocket.
- Freud, S. (2013). Cinco Lições de Psicanálise. In S. Freud, *Observações sobre um Caso de Neurose Obsessiva [O Homem dos Ratos], Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci e Outros Textos*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1910).
- Freud, S.; Breuer, J. (2016). *Estudos sobre a Histeria*. Trad. L. Barreto. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1893).
- Freud, S. (2010). Formulações sobre dois Princípios do Funcionamento Psíquico. In S. Freud, *Observações Psicanalíticas sobre um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia [O Caso Schreber], Artigos sobre a Técnica e Outros Textos*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1911).
- Freud, S. (2013). *As Pulsões e seus Destinos*. Trad. P. H. Tavares. São Paulo: Autêntica. (Trabalho originalmente publicado em 1915).
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. P. Tamen. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1987).

Recebido: 10/01/19

Aceito: 10/04/19

Victor Di Francia Alves de Mello
Rua Siqueira Campus, 43/1120 – Copacabana
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22031-901
victordifracia@gmail.com

A morte do pai e a resolução simbólica do assassinato edípico. Transitando por fronteiras psíquicas.¹

Bernard Miodownik²

RESUMO A partir da história mítica apresentada por Freud em *Totem e tabu* sobre o assassinato do pai na horda primitiva, são desenvolvidas reflexões sobre a formação e a consolidação das fronteiras psíquicas que possibilitaram ao ser humano transformar os atos homicidas e incestuosos em vivências simbólicas. Questões sobre o complexo de Édipo são examinadas dentro dessa perspectiva, ressaltando as mudanças nas relações paterno-materno-filiais ao longo dos tempos. A partir de textos de Italo Svevo, Giuseppe Berto, Paul Auster e Philip Roth (os três últimos de caráter autobiográfico), nos quais a morte do pai tem um papel predominante, são discutidas as especificidades da simbolização da fantasia do assassinato edípico em cada relação pai-filho, assim como o papel da mãe nessas configurações.

PALAVRAS CHAVE complexo de Édipo; fronteiras psíquicas; simbolização; psicanálise e literatura.

[...] minha reação à morte do meu pai – isto é, ao acontecimento mais significativo, à perda mais incisiva, da vida de um homem.
(Freud, 1899/2012a, p. 6)

1. Versão ampliada do tema-livre apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Psicanálise FEBRAPS, Fortaleza, novembro/2017.

2. Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)

Ao se acreditar na história mítica narrada por Freud em *Totem e tabu* (1913/2012b), a morte violenta de um pai forjou a civilização humana. Segundo ele, a horda primitiva era liderada por um macho despótico que tinha para si todas as fêmeas do grupo, assumindo a primazia do sexo e da fecundação e excluindo os outros machos. Estes, prováveis filhos do líder que permaneciam alijados e ressentidos, em algum momento desses tempos imemoriais se uniram e assassinaram o pai.

A partir desse episódio, Freud descreve a formação de importantes mecanismos psíquicos como a identificação com o pai pela incorporação dos aspectos admirados através de pedaços canibalizados dele e o surgimento do sentimento de culpa. Regras morais e leis punitivas foram criadas com a função de evitar que o fato se repetisse (o castigo interno pela culpa foi materializado em castigo externo caso o primeiro não fosse suficiente). As regras e leis também favoreceram a distribuição das mulheres, do prazer sexual e da transmissão dos genes entre os homens da tribo. A proibição permaneceu em relação à mãe (a interdição ao incesto) e, também, em relação a indivíduos do mesmo ramo de descendência. Em *Totem e tabu*, Freud mostra como esse processo se aperfeiçoou e se ampliou gradativamente, das formações tribais até as sociedades modernas, na busca de estruturas legais e culturais complexas que possibilitem a convivência tolerável nos grupos humanos.

A memória do assassinato e a proibição do incesto permaneceram como marcas filogenéticas na humanidade. Não matarás, não desejarás a mulher do próximo. Mandamentos comumente desobedecidos pelas demandas pulsionais que os grupos humanos precisam conter a fim de não se perder a coesão e levar a desagregação e lutas fratricidas. Aspecto claramente perceptível no plano social pela frequência com que se sucede a alternância entre os períodos de guerra e destruição com os de paz e reconstrução na história da humanidade. No mundo interno de cada sujeito a questão passou a ser de que forma reprimir o ato (criminoso e incestuoso) e possibilitar que haja expressão através de linguagem simbólica, como nos mitos, nos sonhos, na rivalidade cotidiana pais-filhos e no conflito de gerações para que, no fim das contas, predominem os vínculos amorosos com o pai.

O episódio do assassinato do pai na horda primitiva descrito em *Totem e tabu* está presente em diversos mitos fundadores de religiões ou de civilizações, seja de forma direta, como entre os gregos (Urano-Cronos-Zeus), ou através de deslocamentos, como em episódios bíblicos. Ao examinar esses relatos verifica-se que há um inequívoco conflito filicídio-parricídio dominante, que também se acha presente em teorias psicanalíticas sobre a origem do complexo de

Édipo³. Os impulsos homicidas pais-filhos dos tempos primitivos permanecem como resquícios no inconsciente. No entanto, a história emocional da humanidade estabeleceu fronteiras que impõem limites ao ato, assim como são permeáveis o suficiente para que os desejos não atuem nas sombras e possam vir à luz através de simbolizações e de novas formas de relacionamento paterno-filial. Quais fatores teriam modificado os impulsos homicidas e incestuosos, levando à passagem do ato para o simbólico?

Um trecho pouco abordado em *Totem e tabu* fala do relacionamento entre os irmãos durante o exílio:

[...] o pai fora eliminado, não havia como remediar isso [...] a necessidade sexual não une os homens, ela os divide. Os irmãos haviam se aliado para vencer o pai, mas eram rivais uns dos outros no tocante às mulheres. Cada um desejaria, como o pai, tê-las todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria. Nenhum era tão mais forte que os outros, de modo a poder assumir o papel do pai. Assim os irmãos não tiveram alternativa, querendo viver juntos, senão – talvez após superarem graves incidentes – instituir a proibição do incesto, com que renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai. Assim salvaram a organização, que os havia fortalecido e que pode ter se baseado nos sentimentos e atividades homossexuais que teriam surgido entre eles no tempo da expulsão. (Freud, 1913/2012b, p. 219-220)

O que ressalta na hipótese de Freud é o surgimento primitivo de vínculos amorosos diretos (“sentimentos e atividades homossexuais”) que se solidificaram provavelmente “após superarem graves incidentes”, até se tornarem efetivos pela finalidade preservativa de contenção da destrutividade assassina que ameaçava dominar o grupo. Os vínculos amorosos possibilitaram a formação de novas estruturas de convivência grupal. A ambivalência entre os machos competidores pôde se constituir como amor e ódio relacional em contraposição à anterior admiração associada à submissão como defesa e forma de sobrevivência

3. Kohut considera que a rivalidade edípica se exacerba quando há, como no drama de Sófocles, um pai que rejeita o filho ou o trata somente como um competidor, tal qual o pai da horda primitiva. “*Um pai em equilíbrio narcísico não se sente ultrajado pelos desafios que seu filho impõe*” (Siegel, 2005, p. 206). Na peça Édipo-Rei, dentro desta visão, é possível se entender o aviso do oráculo a Laio como os próprios aspectos persecutórios internos em relação ao filho que poderá destroná-lo do seu lugar de pai. Há “majestades” como o Rei Laio que não toleram que o filho se torne Sua Majestade, o bebê.

contra a indiferença afetiva e assassina do líder. Sabemos o quanto o equilíbrio entre esses dois formatos é frágil até em organizações grupais mais complexas. Fatores psíquicos e sociais – muitas vezes ambos conjugados – alteram os relacionamentos em estágio de dependência madura (Fairbairn, 2001) para fases regredidas de predomínio narcísico que negam a presença dos outros como sujeitos com individualidade própria.

Apesar de serem hipóteses – talvez construções do passado intermediadas por vivências e compreensões atuais das funções paterna, materna e filial –, essas reflexões levam ao outro ponto de inflexão que pode ter favorecido a criação de uma fronteira dinâmica entre o ato e o símbolo. Considerando o modelo da horda primitiva como o ponto zero do que se entende por humanidade, uma mudança gradativa que teria se desenvolvido a partir daí foi a participação mais ativa da mulher-mãe. Nos mitos gregos da criação, Gaia, a Mãe-Terra, é cúmplice de Cronos para salvá-lo da fúria de Urano e eliminá-lo. O mesmo se passa com a ajuda que dá a Zeus em relação a seu pai Cronos. Em Édipo-rei, de Sófocles (1989), em determinado momento, Jocasta procura demover Édipo de sua investigação: “muitos mortais em sonhos já subiram ao leito materno” (p. 68); “Peço-te pelos deuses!... livra-te dessas ideias” (p. 74). Acrescente-se a essas narrativas as mulheres bíblicas que ultrapassavam barreiras para ficar ao lado dos filhos, muitas vezes contra a vontade do pai.

Mudanças gradativas na presença das mulheres e das mães que também só puderam ocorrer “após superarem graves incidentes”.⁴ Em trabalho anterior (Miodownik, 2013), com o apoio de pesquisas da Psicologia associada com a evolução humana, discuti questões que mostram como a mulher criou o desen-

4. A narrativa bíblica de Abraão ilustra bem, através de deslocamentos e condensações, uma importante transformação cultural. Abraão é instado por Deus a sacrificar seu filho Isaque para demonstrar sua fé. A própria voz de Deus contém a mão do patriarca que já apontava o cutelo na direção do filho para cumprir o mandato divino. Oferecer uma justificativa religiosa e não uma decisão humana seria inevitável à época para conter uma prática comum no paganismo que era o sacrifício do primogênito como retribuição aos deuses pela fertilidade da terra (provavelmente uma justificativa religiosa para encobrir o filicídio). No episódio bíblico, Abraão e Sara formam um casal que procura terra para se estabelecer, talvez um casal que fugia de alguma imposição grupal. Pode se pensar em uma mãe que não aceita entregar o filho ao sacrifício e um pai que concorda com ela. Conjecturas certamente, mas o fato é que este episódio bíblico inaugurou uma nova relação paterno-materno-filial que levou ao desaparecimento gradativo do rito sacrificial nos diversos grupos culturais humanos. Permaneceram as vicissitudes filicidas-parricidas-incestuosas no inconsciente que se expressam em momentos diversos da história das civilizações e dos indivíduos quando as fronteiras entre ato e símbolo são derrubadas. A presença do primogênito gerando ameaças mortais é recorrente nos mitos e em diversas narrativas ao longo dos tempos: Moisés colocado em um cesto; a última das pragas contra o faraó; Édipo; Jesus Cristo; Branca de Neve; Darth Vader e Luke Skywalker.

volvimento progressivo de um homem mais presente nos cuidados da prole ao evitar que outros percebessem os sinais exteriores que indicavam a ovulação (diferente dos outros mamíferos)⁵. Foi um ganho evolutivo para ela própria e para a espécie, pois dessa forma manteve o homem ao seu lado, já que este precisava da garantia que os filhos gerados seriam seus. A permanência do homem junto à sua parceira permitiu que se estabelecesse no psiquismo o vínculo triangular, o que, segundo Freud, foi essencial para reprimir os impulsos homicidas e incestuosos, estabelecendo a fronteira que reprime o ato e, assim, possibilitar que este se transformasse e se expressasse emocional e simbolicamente no relacionamento com os pais^{6,7}. Como disse Freud, “a relação com os pais, dominada por anseios incestuosos, é o complexo nuclear da neurose” (Freud, 1913/2012b, p. 41).

A relação ambivalente de amor-ódio e de admiração-depreciação será determinante para a resolução do complexo de Édipo na criança. A capacidade de aceitar que mãe e pai são objetos de desejos amorosos e agressivos será específica de cada relação triangular. Entre o ato e sua simbolização haverá uma fronteira que, a depender da extensão que cada lado do triângulo (os catetos e a hipotenusa) se apresenta, será maleável e dinâmica, ou rígida ou excessivamente porosa. A história de Édipo-rei é uma contínua alternância de fronteiras que dividem áreas psíquicas. Ao nascer e atravessar a fronteira do útero materno ele encontra em Tebas um mundo inóspito e ameaçador externa e internamente. Enviado para a morte, se salva ao atravessar a fronteira para Corinto. Ali, vivencia o seu romance familiar, porque é o filho desejado do rei e da rainha. Ao ser informado de que mataria o seu pai e desposaria sua mãe, para não aceitar a castração (a proibição ao incesto) e simbolizá-la, ele foge. Retorna à fronteira de Tebas após vencer a Esfinge. Ao responder a pergunta mostra que há no seu psiquismo um conceito sobre a castração (no sentido de limites), por

5. Em *Mal-estar na cultura* (Freud, 1930/2010), Freud sugere que a passagem do ser humano para a postura ereta afastou-o da terra e da proeminência do olfato característico dos quadrúpedes. Essa mudança levou à desvalorização da capacidade olfativa voltada para a sexualidade, impossibilitando o reconhecimento, através deste sentido, do período fértil feminino.

6. Como Freud, entendo a vinculação triangular, especialmente a função que ressaltou sobre o seu papel como fronteira, com diferentes particularidades em culturas diversas.

7. Entre o ato e o símbolo existe um trabalho mental na formação de representações psíquicas relativas ao desenvolvimento primitivo anterior ao Édipo. Detalhar este ponto – muito presente na psicanálise contemporânea, devido à observação de pacientes em que predominam as falhas representacionais que dificultam a simbolização – foge ao objetivo deste artigo.

reconhecer a passagem do tempo no enigma proposto. Ao adentrar Tebas volta a negar as interdições ao parricídio e ao incesto. Casa com a viúva do rei que ele assassinara quando este tentou novamente, na encruzilhada, executar o filicídio. A peste do inconsciente o alcança e, ao defrontar-se com a realidade, ele se pune através de um ato, e não simbolicamente⁸. Nova fronteira o espera. Exilado, vai para Colono onde procura elaborar o que aconteceu, o que causa uma dor tão intensa que procura negar, dificultando a entrada no simbólico (Steiner, 1997).

No desenvolvimento da Psicanálise, após a teoria das relações de objeto, a preponderância da função paterna, conforme se dá na obra freudiana, ficou em segundo plano. Não que o complexo de Édipo saísse do escopo da investigação e da terapia psicanalíticas, mas a sua resolução estaria marcada pelas vicissitudes das angústias primitivas, especialmente na relação com a mãe. Importante destacar que, na Psicanálise francesa, lacaniana ou não, se considera a maneira como a mãe insere o pai da criança no seu próprio inconsciente e, dessa forma, o apresenta ao bebê, o que é essencial para a futura resolução edípica.

A partir de relatos literários sobre a morte do pai procuro mostrar formas de resolução simbólica do assassinato edípico. Apresento os entraves e os aspectos facilitadores e como estes envolvem, também, a participação da figura materna.

Zeno e Berto

Há muitas semelhanças entre os escritores italianos Ítalo Svevo (1861-1928) e Giuseppe Berto (1914-1978). Ambos escreveram obras marcantes na forma e no conteúdo. Svevo com *A consciência de Zeno* (1923/1984) e Berto com *O mal obscuro* (1964/2005). O contato com analistas pioneiros e fundadores da Sociedade Italiana é outro ponto em comum. Svevo com Edoardo Weiss, com o qual manteve uma relação ambivalente⁹. Berto foi paciente de análise de outro dos pioneiros. Os livros falam de psicanálise sob óticas diferentes, sendo que Zeno é um personagem, enquanto o livro de Berto é sobre ele mesmo e o seu processo analítico. Ambos os livros falam da morte do pai.

8. Como quer Freud, o ato de Édipo se cegar é um equivalente da castração. No entanto, continua a ser um ato danoso ao próprio corpo e não uma simbolização.

9. Detalhes sobre a relação de Svevo com a psicanálise e com Edoardo Weiss (que se recusou a prefaciar o livro por considerá-lo um ataque à Psicanálise) e outros aspectos de *A consciência de Zeno* foram abordados em artigo anterior (Miodownik, 2007).

A consciência de Zeno (Svevo, 1923/1984) foi a primeira ficção em que um psicanalista e a psicanálise apareceram como personagens. Nas primeiras páginas, no capítulo intitulado “A morte de meu pai”, Zeno fica “intrigado pelo fato estranho de que essa desesperança quanto ao meu futuro só veio a se produzir com a morte do meu pai” (p. 34). Conta a sua tentativa de modificar a relação sempre distante e submissa diante do pai a partir da doença deste. Tentativa infrutífera, pois há uma distância afetiva imensa entre os dois e a função paterna escoa por um imenso vazio. “Curioso – falou (o pai de Zeno) – Não consigo dizer-lhe nada, nada mesmo” (p. 42).

No estágio terminal da doença, com o estado de consciência alterado, o pai quer levantar-se da cama e Zeno, afirmando estar seguindo as ordens médicas, tenta contê-lo. O pai, diante da resistência que o filho lhe impõe, em derradeiro gesto usa toda a energia que lhe resta, ergue a mão no alto, esbofeteia Zeno no rosto e morre logo a seguir. Perplexo, Zeno procura negar: “depois, no funeral, voltei a lembrar-me do meu pai, fraco e bom como sempre o vira desde a minha infância, e me convenci que a bofetada que me dera, moribundo, não fora de fato proposital” (p. 59). O que a narrativa a seguir mostra é um sujeito que caminha para um fracasso existencial, que não consegue compreender nada de si mesmo nem dos outros próximos, nem perceber o sadomasoquismo presente em todas as suas relações.

Chama a atenção o pouco que traz da relação com a mãe, falecida quando Zeno contava quinze anos de idade, que é descrita em um breve e superficial parágrafo. O que me faz supor uma constelação frequente na clínica em que há ausência de mãe e excesso de pai. Zeno não consegue demonstrar amor ou ódio genuínos e permanece entranhado desses objetos para evitar a separação e não cair no vazio. Neste contexto, a resolução do triângulo edípico é prejudicada porque há uma impossibilidade de vivenciar as ambivalências necessárias em relação aos objetos externos. No final do livro, sua tábua de salvação é comprar, vender, comprar, vender. “Além de não querer submeter-me à psicanálise, também não tenho necessidade dela” (p. 400).

O livro de Giuseppe Berto é o resultado do seu processo analítico. Após a morte do seu pai, ele adoece gravemente com sintomas fóbicos, psicossomáticos e hipocondríacos predominantes e assim permanece por dez anos. O livro é a história da sua doença e a sua dificuldade de se separar das identificações com um pai rigoroso e depreciativo do seu único filho homem (Berto teve duas irmãs). A história começa quando Berto é chamado para vir à cidade onde a família reside, e da qual se afastara há anos (era jornalista, roteirista de cinema e autor de três

romances), porque o pai estava à beira da morte. Por se considerar em dívida e com alguma expectativa de reconciliar-se com o pai no seu final ele, apesar de contrafeito com o incômodo, atende ao chamado. O encontro é desastroso, sem nenhuma possibilidade de reparação por ambas as partes. Como o pai tem uma melhora clínica e o médico diz que ele está bem, Berto retorna com a sensação de ter perdido tempo, praguejando contra o pai e o restante da família (irmãs aliadas do pai, a mãe omissa e amedrontada). Assim que chega a sua cidade recebe a notícia que o pai falecera subitamente neste breve intervalo da viagem de volta. Aí começa o pesadelo de ódio, ressentimento e culpa que o adoece e que está descrito no livro com um tom confessional que mais parece expelir ou evacuar o que está no seu mundo interno sem fronteiras filtrantes. Por conta disso, *O mal obscuro* (Berto, 1964/2005) é um livro esplendidamente escrito, pois consegue expressar em linguagem o que mais parece coisa sem representação psíquica. E com um ritmo alucinante, que literalmente “mexe com as vísceras”, com tons de humor que variam da ironia ao sarcasmo e da mordacidade à morbidez.

O mal obscuro também é um livro difícil, porque são parágrafos e sentenças imensas, de muitas páginas, com somente vírgulas a marcar pausas e possibilitar a respiração do leitor. Entra-se em contato com detalhes minuciosos do organismo de Berto revelados obsessivamente, com fluidos corporais de toda espécie, com excrementos diversos em suas cores e odores variados, com os borborismos, flatulências e movimentos peristálticos, com as dores incomensuráveis, com as injeções de morfina, os preparados químicos, os óleos, os unguentos, com os periplos pelos médicos de várias especialidades em que ele parece triunfar a cada fracasso dos doutores, tudo isso vituperado por um sujeito iracundo e pouco respeitoso, açoitado pela sombra do pai ao qual está identificado, pai que tem na raiz a marca da rigidez da Igreja Católica italiana anterior ao Concílio do Vaticano e do nacionalismo gêmeo do fascismo, identificação com o pai que só aos poucos consegue perceber, inclusive a sua aderência e prazer sadomasoquista a esse estilo, reconhecimento que principia ao se surpreender, fazendo com a filha o mesmo que o pai lhe fez, aí já alertado pela influência do processo analítico^{10,11}.

10. Sentença não tão longa quanto às de Berto, mas à moda dele.

11. Berto se voluntariou para lutar na guerra colonial na Abissínia (atual Etiópia) e flertou um período com partidos fascistas, o que pode ter gerado certa segregação no meio intelectual italiano e a menor repercussão da sua obra escrita. “Sei que tenho, justamente, muitos inimigos devido ao meu caráter escorbútico, e às atitudes muitas vezes intransigentes. Por causa desses mesmos defeitos, também tenho alguns amigos, e isso me basta.” (p 323). Frase final da Nota do autor após o romance.

Como a Psicanálise ajudou este sujeito? Berto aceita as insistentes sugestões da mulher e de alguns amigos para fazer análise. Inicialmente, o faz a contragosto, se referindo ao tratamento de forma desvalorizada, no seu habitual humor agressivo, intelectualizando os termos psicanalíticos. Ao analista, sempre se refere como “o velhinho”. Ao final, reconhece o valor da terapia para a melhora dos seus sintomas, para a diminuição da culpa e para a admissão da ambivalência afetiva em relação ao pai. Todo o sofrimento dos dez anos conseguiu transformar em escrita, talvez por sugestão do analista tal como no romance de Svevo (aliás, uma constante referência para Berto). Onde havia ato tornou-se símbolo e ao inserir essa fronteira em seu psiquismo, Berto escreveu a obra-prima pela qual tanto ansiava. O que foi o processo analítico para ele?

Na época eu não acreditava em psicanálise, e temo continuar não acreditando agora, embora reconheça que deva ser verdadeiro o princípio sobre o qual a psicanálise se funda, ou seja, a ideia de que na primeiríssima infância nós amamos e odiamos descontrolada e assustadoramente, de que tivemos medos terríveis e monstruosos, alegrias incontidas, atrações e repulsas prepotentes, e, apesar de tudo isso ser esquecido, continuou dentro de nós, depositado no inconsciente, de onde continua a influir de modo determinante sobre a nossa conduta. Porém, o ponto de força da psicanálise não é tanto a doutrina, mas o analista. Tive a sorte de encontrar um homem extraordinariamente bom, inteligente, compreensivo, atento, afetuoso... conduziu-me gradativamente a olhar dentro de mim sem medo ou vergonha do que eu pudesse encontrar ali... (Berto, 1964/2005, p. 320)

E quem era “o velhinho” a quem a transferência propiciou importante melhora e capacidade de autorreflexão em um caso tão grave, apesar da negação de Berto em aceitar o valor da psicanálise?

Nicola Perrotti foi um dos fundadores da Sociedade Italiana e era considerado um psicanalista com interesses diversos sobre o psiquismo, a cultura e o meio social. Teve atividade política intensa, tendo sido um dos fundadores do partido socialista da Itália. Foi eleito parlamentar e, também, ministro da saúde (Chianes, 2011). Importante salientar que Berto havia nutrido simpatia pelo fascismo e, pela descrição no romance autobiográfico, dedicou à análise e ao analista não poucos arroubos autoritários durante o processo. Ao que tudo indica, Nicola Perrotti foi capaz de suportar essa diferença e ajudar Berto a lidar com as ambivalências que as diferenças despertam.

O exemplo dessa relação analítica é ilustrativo de como um pai e um analista na transferência devem ter condições de suportar as “tentativas de assassinato” de um filho ou de um paciente sem retaliar. O problema é que, em alguns ou em muitos momentos de uma análise isso sempre acontece, principalmente em casos graves, assim como um pai ideal não existe e também responde intempestivamente a um filho em certas ocasiões. Fronteiras psíquicas melhor estruturadas são aquelas que podem receber influxos de áreas primitivas e, nem por isso, se dissolverem. Ao contrário, geram material de reflexão e podem favorecer o desenvolvimento psicanalítico.

Os casos de Zeno e de Berto remetem a Geraldo, um dos meus primeiros pacientes em análise, que aos 45 anos apresentou um quadro de agorafobia com vivências de angústia intensa (pânico), o que levou o trabalho no comércio familiar a se restringir a algumas horas na semana. O pai de Geraldo era severo, pouco afetivo, valorizando somente a capacidade dos filhos de “fazer dinheiro”. A mãe, uma figura nula e submissa, silenciava diante das inúmeras e nada escondidas infidelidades do marido. Geraldo também fez do comércio a razão da sua existência. Comprar, vender, comprar, vender até que uma desavença familiar levou à sua crise emocional.

As sessões de Geraldo eram repetitivas, contando sempre as mesmas histórias sobre o pai, a mãe, os irmãos e sobre a sua submissão anterior ao estilo de vida da família, porém sem maiores críticas ou variações emocionais. Um dia ele me surpreende com uma intensa ansiedade e pede que eu verifique a sua pulsação. Tento me esquivar, interpreto, mas ele não ouve, insiste para que eu verifique a sua pulsação e estende o braço na minha direção. Encurralado, sem saber me desvencilhar, o faço. A pulsação está acelerada, mas aos poucos ela parece diminuir, à medida que também diminui a angústia. Era forma de ele expressar alguma emoção e receber ajuda, primitiva, corporal. Pai e mãe eram vivos à época, mas mortos-vivos na mente dele, como sombras que o impediam de expressar os seus sentimentos. No primeiro grande conflito familiar explícito relacionado a dinheiro (como substituto do afeto), Geraldo sentiu como se estivesse matando concretamente o pai – tal como pai da horda primitiva foi assassinado –, o que gerou o intenso pânico. Durante a análise conseguiu trazer as queixas e o repúdio às atitudes paternas, de início muito assustado porque continuava com sua postura de admiração-submissão a esse pai. Permaneceu em análise em torno de quatro anos até interromper por conta própria, sem ter conseguido vivenciar uma ambivalência plena em relação ao pai, o que talvez representasse uma separação insuportável para ele, provavelmente imerso em fantasias homicidas.

Auster

No livro *A invenção da solidão* (1982/1999), a partir do momento em que recebe a notícia da morte de seu pai, Paul Auster sai à sua procura, na memória que recupera e na que precisa criar.

Se enquanto estava vivo, eu andava sempre em busca dele, sempre tentando encontrar o pai que não estava presente, agora que ele está morto ainda tenho a sensação de que devo continuar à sua procura. A morte não mudou nada. A única diferença é que meu tempo se esgotou. (p. 13)

Era a oportunidade para que ele pudesse, enfim, fazer nascer um pai. A relação familiar sempre foi atribulada com um pai que se ausentou no momento do nascimento do filho e em muitas ocasiões no decorrer da sua história. Obsessivo, pouco falante, rígido nas críticas a ele e à irmã, isso quando se manifestava, avesso a maiores demonstrações afetivas, “a recordação mais remota: sua ausência” (p. 28). Por outro lado, Paul não deixa de relatar os breves momentos de encontro, de capacidade do pai de ser empático às necessidades do filho.

Em contrapartida, a mãe era presente: “eu era o queridinho da minha mãe”. Esta mãe, após os filhos terem crescido, pede o divórcio, fato incomum à época. Diferente de uma mãe incestuosa que se alia ao filho para excluir o pai, ela aparece na narrativa como tendo preservado alguma imagem de pai para Paul, sendo que, ao que tudo indica, foi o pai que não soube aproveitar a oportunidade. Comportamento que devia ter relação com o terrível segredo familiar com o qual Auster se depara na sua tentativa de recuperar um pai interno após a morte do pai externo. O avô, pai do pai, havia sido assassinado pela esposa, avó de Paul. E o seu pai, um garoto à época, presenciou. Podem-se imaginar as assustadoras fantasias do adulto, em vias de ser pai, de vir a se tornar Laio (ou Agamenon morto pela própria esposa, Clitmenestra). O “autoexílio” paterno criou dificuldades para a simbolização da morte deste pai, o que Auster procura fazer ao longo do seu depoimento. Quem lê o recente e autobiográfico *Diário de inverno* (2014), que enfoca lembranças desencadeadas pela perda da mãe idosa, consegue perceber um pai mais “paterno”, provável fruto de uma elaboração ao longo dos anos. Uma fronteira psíquica mais dinâmica entre áreas da mente permite que vivências mais primitivas sejam ressignificadas por novos aspectos amadurecidos, como parece ter sido o caso. Obviamente, a fronteira dinâmica também enriquece a área simbólica, que em Auster já era exuberante, o que

mostra que crescimento pessoal (como o que uma análise proporciona) não extingue a criatividade, como muitos temem.

O pai ausente é um tema frequente na clínica e que costuma complicar o processo de simbolização na fase edípica. Como o filho poderá superar o pai sem deixar de admirá-lo? Como contestá-lo? Como dizer a ele que não é o maior só porque tem a posse particular de alguns espaços físicos e psíquicos da mãe? Nada disso é possível se o pai não está lá ou se a mãe não consegue preservar alguma imagem do pai para o filho.

Lembro-me de Rosana, cujo marido saiu de casa durante a gravidez do quarto filho e nunca mais deu notícias. Foram muitas as sessões em que ela relatou como foi tomada pela depressão durante o primeiro ano deste filho e que acreditava tê-lo prejudicado na época e nos anos posteriores. Dois anos depois da alta ela me pede que converse com este filho – que há muito apresentava dificuldades diversas – para encaminhá-lo a um tratamento. Impressionou-me como as angústias que ele relatava eram semelhantes ao que a mãe me havia descrito sobre as reações dele no primeiro ano. Mostra o quanto precisou ficar aderido à mãe para conseguir sobreviver, sem uma presença de pai que chamasse para si a ambivalência do filho e favorecesse uma separação. Os outros filhos de Rosana tiveram menos problemas posteriores, em parte por ter um pai ainda presente (apesar de muito falho) e uma mãe não totalmente ressentida com ele.

Roth

A obra literária de Philip Roth é um dos mais bem acabados exemplos das vicissitudes da relação pai-filho, especialmente a rivalidade derivada dos aspectos agressivos do conflito edípico. Os personagens de seus romances são consumidos pela luta entre a necessidade de superar e se diferenciar do pai (um equivalente a matar simbolicamente) e a culpa resultante. O folclore judaico costuma enfatizar o aspecto possessivo da mãe judia. Já Roth especializou-se no pai judeu, muitas vezes caricato, autoritário e arbitrário, com preocupação quase paranoica com a individualidade dos filhos, sem senso de ridículo. Por outro lado, um pai presente, carinhoso, devotado ao bem-estar da prole.

O conflito de gerações é a forma mais comum da rivalidade se expressar na obra dele. Personagens com desejos por um mundo cosmopolita e plural, em contraposição ao universo fechado do bairro judeu aferrado às tradições e assombrado pelo antissemitismo. A cultura repressiva das origens diante de um

tempo de sexualidade livre e “perversa polimorfa”. A opção por ser um escritor que “denuncia” as peculiaridades dessa cultura sem negar a sua identificação.

Nos seus romances iniciais, especialmente em *Complexo de Portnoy* (1971), que o tornou um escritor renomado, as mães estão mais próximas de características possessivas e controladoras da individualidade do filho. Gradativamente a mãe se torna presente de outras formas. Submissa ao pai, aprova suas condutas, assim como funciona na contenção dos arroubos paternos e, de forma sutil, autoriza os desejos de independência do filho. Essa configuração familiar é comum no paciente neurótico “tradicional” e, pensando bem, lembra a família original de Freud, tal como descrita por ele próprio e por seus biógrafos.

No livro *Patrimônio* (1991/2012), Roth narra os últimos anos com o seu pai após a viuvez deste, o acompanhamento da sua doença e dos seus últimos momentos. Relata o contato mais próximo com o pai envelhecido e fragilizado, mas que não perdeu a altivez, quando não a arrogância. A ambivalência percorre todo o depoimento, porém aí, diferente do jovem Portnoy, vê-se um Philip Roth maduro, podendo apreciar os aspectos admiráveis do pai.

No final do livro, após a morte do pai, o agente funerário pede a Philip e ao irmão que tragam um terno para vestir o defunto. Ambos dizem que ele deve ser enterrado com uma mortalha como na tradição judaica. Logo depois Philip fica em dúvida se o pai se importaria com isso, já que ele nem era mais religioso, e os filhos muito menos. Algumas semanas depois ele sonha com o pai vestido na mortalha branca, repreendendo-o por não ter sido enterrado de terno.

Tudo que vi foi a indignação no seu rosto morto. E suas únicas palavras foram uma censura ... O sonho me dizia que, se não nos meus livros ou na minha vida, ao menos em minhas fantasias eu viveria eternamente como seu filho pequeno, com a consciência de um filho pequeno, tal como nelas ele continuaria vivo não apenas como meu pai, mas como o pai, proferindo sentenças sobre tudo que eu faço. (Roth, 1991/2012, p. 191)

O livro de Roth foi escrito em 1991 e na sua obra posterior ele continuou a elaborar, através de seus personagens, a própria ambivalência em relação ao pai e a cumplicidade da proteção amorosa da mãe. Assim foi até se aposentar como escritor em 2014. Faleceu aos 85 anos em 2018. Não deixou filhos.

A resolução simbólica do complexo de Édipo é tarefa permanente do psiquismo. Como Freud nos ensinou, o que está no inconsciente não morre. Ainda bem que temos a literatura e a psicanálise para nos ajudar nessa empreitada.

The death of the father and the symbolic resolution of the oedipal murder. Transiting psychic borders

ABSTRACT From the mythical story presented by Freud in *Totem and taboo* about the murder of the father in the primeval horde, reflections are developed on the formation and consolidation of psychic boundaries that enabled the human being to transform homicidal and incestuous acts into symbolic experiences. Questions about the Oedipus complex are examined within this perspective by highlighting the changes in paternal-maternal-filial relationships over time. From texts by Italo Svevo, Giuseppe Berto, Paul Auster and Philip Roth (the last three of an autobiographical character), in which the death of the father has a predominant role, the specificities of the fantasy symbolization of oedipal murder in each father-son relationship are discussed as well as the mother's role in these configurations.

KEYWORDS - Oedipus complex; psychic boundaries; symbolization; psychoanalysis and literature.

La muerte del padre y la resolución simbólica del asesinato edípico. Transitar por fronteras psíquicas.

RESUMEN A partir de la historia mítica presentada por Freud en *Totem y tabú* sobre el asesinato del padre en la horda primitiva, se desarrollan reflexiones sobre la formación y consolidación de fronteras psíquicas que permitieron al ser humano transformar actos homicidas e incestuosos en experiencias simbólicas. Cuestiones sobre el complejo de Edipo se examinan desde esta perspectiva al resaltar los cambios en las relaciones paterno-materno-filiales a lo largo del tiempo. De los textos de Italo Svevo, Giuseppe Berto, Paul Auster y Philip Roth (los tres últimos de carácter autobiográfico), en que la muerte del padre tiene un papel predominante, se discuten las especificidades de la simbolización de la fantasía del asesinato edípico en cada relación padre-hijo, así como el papel de la madre en estas configuraciones.

PALABRAS CLAVE - complejo de Edipo; fronteras psíquicas; simbolización psicoanálisis y literatura.

Referências

- Auster, P. (1999). *A invenção da solidão* (Rubens Figueiredo, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1982).
- Auster, P. (2014). *Diário de inverno* (Paulo Henriques Britto, trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Berto, G. (2005). *O mal obscuro* (Mauricio Santana Dias, trad.). São Paulo: 34. (Trabalho original publicado em 1964).
- Chianes, D. (2011). A brief history of the Italian Psychoanalytical Society. In Loewenberg, P. & Thompson, N.L. (Orgs.), *100 years of IPA*. Londres: IPA-Karnac.

A morte do pai e a resolução simbólica do assassinato edípico. Transitando por fronteiras psíquicas.

- Fairbairn, W. R. D. (2001). *Estudio psicoanalítico de la personalidad* (Jorge Mom, trad.). México-Buenos Aires: Lumen-Hormé.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na cultura (Renato Zwick, trad.). Porto Alegre: L&PM Pocket. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2012a). A interpretação dos sonhos (Renato Zwick, trad.). Porto Alegre: L&PM Pocket. (Trabalho original publicado em 1899).
- Freud, S. (2012b). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Paulo César Souza, trad., v. 11, pp. 13-244). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Miodownik, B. (2007). Anti-heróis na literatura e na clínica psicanalítica. *Trieb*, 6(1): 113-134.
- Miodownik, B. (2013). Uma releitura de *Totem e tabu*: integrando antigas e novas narrativas sobre o pai. *Trieb*, 12(1-2): 47-66.
- Roth, P. (1971) - Complexo de Portnoy. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura.
- Roth, P. (2012). *Patrimônio* (Jorio Dauster, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1991)
- Siegel, A. M. (2005). *Heinz Kohut e a psicologia do Self*. (Paulo Henrique Bernardes Rondon, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sófocles. (1989). *A trilogia tebana* (Mario da Gama Kury, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Steiner, J. (1997). Dois tipos de organizações patológicas em Édipo-Rei e Édipo em Colono. In J. Steiner, *Refúgios psíquicos* (Ricardo Quintana e Maria de Lourdes Sette, trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- Svevo, I. (1984). *A consciência de Zeno* (Ivo Barroso, trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1923).

Recebido: 26/9/2019

Aceito: 1/12/2019

Bernard Miodownik
Rua Figueiredo de Magalhães, 219 sala 408
22031-011 Rio de Janeiro – RJ
Tel: 2549-8734
betchkov@uol.com.br

Entre o “freudiano” e o “pós-freudiano”: uma fronteira no conceito de pulsão (instinto) de morte¹

José Luiz F. Petrucci²

RESUMO Para o autor, “Pulsão de morte” (*death instinct*) é um conceito metapsicológico e muito pouco além disso. Ele existe no reino das crenças abstratas sobre os mecanismos psicológicos, mas *não* no reino dos pensamentos, dos sentimentos e da conduta. Esta afirmação, que é o inverso do que escreve Thomas Ogden quando se refere ao conceito de identificação projetiva, é um bom resumo para o meu trabalho. O objetivo é apresentar um possível debate entre as ideias de Sigmund Freud e Melanie Klein sobre as relações entre angústia e pulsão de morte e discutir o entendimento deste conceito na clínica psicanalítica.

PALAVRAS-CHAVE pulsão de morte (*death instinct*); metapsicologia; experiência clínica

Num momento em que estive preparando um texto sobre a questão para apresentar em uma mesa redonda, vi no *International Journal of Psychoanalysis* um trabalho da Dra. Rachel B. Blass (2014), da Sociedade Britânica de Psicanálise, com o título “On ‘the fear of death’ as the primary anxiety: How and why Klein differs from Freud” (Sobre o medo da morte: como e por que Klein e Freud divergem). O texto foi, então, inspirador para o que acabei de dizer na referida mesa redonda e continua me inspirando a falar sobre a questão da pulsão (instinto) de morte neste trabalho. O texto estimulou minha imaginação e me permitiu fantasiar o que poderia ter sido um diálogo entre Klein e Freud, nos seguintes termos (fazendo uma livre tradução do original inglês da Dra. Blass):

1. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Psicanálise, Fortaleza, novembro de 2017, com o título “Desenvolvimentos pós-freudianos do conceito de pulsão (instinto) de morte”

2. Membro Titular da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.

Klein diverge de Freud em um importante ponto de vista. A maior diferença é verificada no papel que o medo da morte desempenha na emergência da ansiedade. Nas palavras de Klein: “eu faço a hipótese de que a ansiedade surge do perigo que ameaça o organismo vindo do instinto³ de morte, e eu sugiro que esta é a principal causa da ansiedade... a ansiedade tem sua origem no medo da morte” (Klein, 1948, p. 25-42).

Para Freud, contrastando com o ponto de vista de Klein, isso é impossível, já que “o inconsciente parece não conter nada que possa satisfazer nosso conceito de aniquilamento da vida” (Freud, 1926, p. 129). Seguindo o texto da Dra. Blass, Freud se refere – contrastando com um sentimento de temor inconsciente ao aniquilamento da vida, para ele então inexistente no inconsciente – à ansiedade de castração, que é conhecida por nós através das experiências que temos todos os dias “das fezes separando-se do corpo ou baseada na perda do seio materno no desmame” (p. 129-130).

Blass (2014) nos chama a atenção novamente para o que está ainda em “Inibição, Sintoma e Angústia”, texto no qual Freud nos fala das experiências da infância, quando a criança enfrenta real perigo à sua vida, como o perigo inerente ao nascimento (Freud, 1926, p. 135). Ainda refere que o que então é experimentado não é uma potencial destruição, mas um distúrbio na economia da libido narcísica... essa causa econômica do medo da morte correspondendo às razões de Freud que as atribui às precoces perdas (p. 135). Continuando com que escreve a Dra. Blass sobre o mesmo texto freudiano, ali, a visão de Freud em relação à ansiedade está muito mais focada nos conteúdos psíquicos e em sua natureza relacional. O medo da castração, por exemplo, é um medo de perda e separação, não apenas de parte do corpo, mas também das ligações do menino com sua mãe. A separação do próprio genital é fundamentalmente um perigo, porque “Esse órgão é uma garantia a seu possuidor de que ele pode novamente se unir à mãe” (Freud, 1926, p. 139).

Esse “diálogo”, que imaginei ter havido entre Freud e Klein me fez concluir que, em relação às causas primárias da angústia, Klein, ao insistir na descoberta freudiana do instinto de morte (*death instinct*) foi mais freudiana que Freud; já Freud, que em sua discordância com Klein atribui a angústia a perdas de objeto, portanto, algo relacionado às relações de objeto, foi mais kleiniano que Klein. Neste ponto, cheguei à ideia central deste trabalho: discutir as fron-

3. 1 Klein, no original inglês, sempre usou o termo “*instinct*”, portanto *instinto*.

teiras entre o freudiano e o pós-freudiano no conceito do instinto (pulsão) de morte. Pensei essa fronteira existindo na forma de uma “caesura”, conforme Bion (1977) a descreve. Seguindo o que diz Bion, imaginei, portanto, uma relação entre o freudiano e o pós-freudiano não como uma ruptura entre o que pensam uns e outros, mas em um diálogo entre as duas posições teóricas, usando a conhecida seta de duplo sentido bastante conhecida na obra do autor ($\leftrightarrow$). A seta de duplo sentido, usada por alguns autores, entre eles Bion, indica uma alternância entre, por exemplo, dois estados mentais, como as chamadas posições esquizo-paranoide e depressiva.

Permito-me um breve parêntese sobre isso: se não é então o medo da morte o que é defletido no objeto naquele mais precoce movimento psíquico descrito por Klein, mas a angústia de separação, isto me reforça a ideia de que essa deflexão representa uma busca do que não é presente, a busca pelo objeto que sacia, mas não só: é também a busca pela vida. Também me faz pensar na conhecida discordância de Bion sobre um aspecto da obra de Klein: ela afirmava que a predominância da pulsão de morte sobre a pulsão de vida em certos indivíduos determinaria uma impossibilidade de sucesso com o tratamento analítico, por ser impossível para eles a introjeção. Para Bion (1967), a questão não se resolverá pela dominância ou não da pulsão de morte, mas pela ação da *função alfa*, da mãe e/ou do analista.

Ao pensar na questão da pulsão de morte, agora especificamente buscando inspiração para o que eu pretendia trazer para este trabalho, lembrei-me de dois artigos que havia lido numa edição patrocinada pela Associação Psicanalítica Internacional, “Estudio sobre el ‘Análisis Terminable e Interminable’ de Sigmund Freud” (Sandler, 1989).

O primeiro, “Obstáculos a la cura analítica: comentarios sobre ‘Análisis terminable e interminable’”, de Eskelinen de Folch (1987), inicialmente se refere aos pontos obscuros que Freud encontrou em sua clínica, relativos ao que chamou de compulsão à repetição, pontos obscuros que de início atribuiu à própria natureza da pulsão sexual por fatores que não seriam favoráveis a uma plena satisfação, e que posteriormente relacionou à pulsão de morte. Para Eskelinen de Folch (1987), aquilo que chamou de *núcleos obstrutivos* e que encontrou em vários pacientes de sua clínica teve como causa as dificuldades de tais pacientes de fazerem frente a impulsos destrutivos, ao ódio e à inveja. Esses pacientes, continua Eskelinen de Folch (1987), são capazes de utilizar todo tipo de defesas para manter fora de suas consciências tais aspectos, na medida em que temem que representem um risco de desequilíbrio mental. Citando Klein, faz

referência a que esses temores se referem a objetos terríficos muito primitivos. Segundo Eskelinen de Folch (1987), esses objetos estão presentes na relação de objeto e, portanto, na relação com o analista, objetos estes que se fazem aí presentes através de cisão e dissociação. Em grande parte, diz a autora, esta cisão e a consequente dissociação são uma forma de esses pacientes tentarem transformar os objetos terríficos em objetos “bons”, no que concorda Ogden. Para este, a compulsão à repetição é uma tentativa de transformar objetos maus em bons, e isto se constitui num importante fator para a possibilidade terapêutica de tais pacientes (Ogden, 1986).

Seguindo no texto de Eskelinen de Folch (1987): a cisão e a dissociação de tais objetos obstrutivos, ao serem identificados projetivamente, produzem uma dramatização de seus conflitos no mundo externo, dramatização na qual será incluído o analista, com enorme dificuldade para ele, mas ao mesmo tempo, como se sabe, um valiosíssimo instrumento técnico. Aqui novamente lembro Ogden e sua descrição do conceito de identificação projetiva:

A identificação projetiva não é um conceito metapsicológico. O fenômeno que ela descreve existe no campo dos pensamentos, sentimentos e da conduta, não no campo das crenças abstratas sobre os trabalhos da mente [...] isto é, a maneira com que uma pessoa faz uso de outra pessoa para que esta última experimente e contenha aspectos dela própria (Ogden, 1982, p. 1).

O conceito deste autor sobre a identificação projetiva é importante quando pensamos em analisar o fenômeno da contratransferência.

Voltando ao texto de Eskelinen de Folch, escreve ela: “quando o indivíduo utiliza primordialmente a cisão e a identificação projetiva, seu conflito intrapsíquico se converte em um conflito com a realidade externa, um conflito interpessoal” (1987, p. 116), e eu acrescento: com o analista, tornando-se fundamental questão técnica, como afirmei acima.

Dando sequência ao raciocínio que este texto me fez seguir, todos aqueles núcleos obstrutivos de que nos fala a autora e que levaram Freud a escrever a sua “Análise terminável e interminável” parecem mesmo terminar em um conflito que o paciente faz o analista experimentar, e o levantamento dessas obstruções vai depender da tolerância do analista, com toda a dificuldade que disto decorre para ele: de conter esse conflito e entendê-lo a partir da compreensão de seus próprios conflitos. Em minha opinião, a visão tanto de Eskelinen de Folch quanto de outros ditos “pós-freudianos” se constitui,

enfim, em instrumento técnico de muito maior utilidade do que viagens pela metapsicologia. Seguindo esse pensamento, num outro capítulo desse mesmo “Estudio sobre el ‘Análisis Terminable e Interminable’ de Sigmund Freud” (Sandler, 1989), Arnold Cooper faz um interessante comentário sobre a questão da pulsão das pulsões.

Freud adota duas decisões metodologicamente interessantes. Em primeiro lugar, decide que, ao tempo de eleger entre o Ego e a pulsão, a variável importante a estudar é a pulsão. E em segundo lugar, afirma que não é possível chegar a uma compreensão da pulsão a partir de bases clínicas, mas que é preciso abordar o tema a partir da metapsicologia. A primeira decisão, consistente em centrar-se mais na pulsão que no Ego em suas inteirações com o entorno, é transcendental. Em que pesem os grandes progressos da psicologia do Ego, e o crescente interesse pelo Superego, Freud regride à sua metapsicologia mais precoce, fazendo grande finca-pé na dimensão quantitativa da pulsão (Cooper, 1987, p. 128).

Mais adiante, Cooper, em afirmação que complementa a ideia que proponho neste trabalho, afirma:

Se nos fixarmos agora nas questões defendidas por Freud em relação às circunstâncias em que surge a enfermidade psíquica, é provável que nossa decisão seria hoje a mesma na hora de eleger o objeto e os métodos de estudo. Hoje nos interessaria estudar as mudanças no entorno das relações objetais, suscetíveis de interferir nas funções de regulação e controle do Ego, e decidiríamos estudar essas circunstâncias clinicamente, mais do que metapsicologicamente. Ocupar-nos-íamos sobre o modo como os afetos, as relações objetais e o *self* evoluem em complexidade e sutileza em suas organizações e o modo como o indivíduo irá desenvolver suas próprias capacidades de modulação e tranquilidade (Cooper, 1987, p. 130).

Considerações finais

O que se conhece em psicanálise como pulsão (ou instinto) de morte é um conceito criado por Freud a partir da biologia, e parece ter sido levado para o campo psicológico para satisfazer suas necessidades de explicar coisas como os sonhos de angústia, ou o masoquismo, em seu aspecto econômico. No entanto, penso que as teorias das relações de objeto, de introjeções e projeções como mecanismos fundamentais na formação do psiquismo mudaram completa-

mente o quadro das teorias psicanalíticas, com a valorização do objeto interno. O próprio masoquismo não pode ser pensado sem o seu oposto, o sadismo, determinando todo o funcionamento psíquico como consequência da presença de uma relação de objeto. Melanie Klein parece ter fincado o pé na crença do instinto de morte, mas colocou um valor no conceito que nem o próprio Freud assumiu, pelo menos clinicamente.

Como parece a mim e a muitos colegas com os quais tenho debatido, a questão da pulsão (instinto) de morte está longe de ser resolvida. Por isso, mantenho o que disse acima: a fronteira entre o freudiano e o pós-freudiano precisa se manter permeável. Como dizem muitos estudiosos de Freud, vamos levar ainda, possivelmente, algumas centenas de anos para entender tudo o que o gênio de Sigmund Freud nos deixou. Não será surpreendente que em algum momento possamos evoluir o suficiente para entender o que ele quis dizer com sua teoria da pulsão (instinto) de morte.

A borderline between freudian and pos-freudian concepts of death instinct

ABSTRACT *To the auctor, death instinct is a metapsychological concept, and not much than this. It exists in the realm of the abstracts beliefs about the workings of the mind, but not in the realm of thoughts, feelings and behavior. This is the other way round of Thomas Ogden`s definition of the concept of projective identification and became a good summary to my work. The goal of the work is to show a fictional discussion about ideas about anxiet and death instinct and knowledge of the concept in psychoanalytic clinic.*

KEYWORDS *death instinct; metapsychology, clinical experience*

Entre el “freudiano” y el “pós-freudiano: una frontera del concepto de pulsion (instincto) de muerte

RESUMEN *Para el autor, pulsão (instinto) de muerte es um concepto metapsicológico y muy poco além de esto. El existe en el reino de las creencias abstractas sobre los mecanismos psicológicos, pero no em el reino de los pensamientos, sentimientos y de la conducta. La afirmación, que es el inverso de lo que escribe Thomas Ogden quando se refiere al concepto de identificación proyectiva y es um buen resumen para mi trabajo. El trabajo se propone a discutir probables ideas de Sigmund Freud e Melanie Klein sobre angustia y pulsión de muerte y lo que sabemos sobre o conceito na clínica psicanalítica.*

PALABRAS CLAVE *pulsión (instinto) de muerte, metapsicología; experiência clínica*

Referências

- Bion, W.R. (1967). *Second thoughts*. Londres: Heinemann.
- Bion, W.R. (1977). *Two papers, the grid and caesura*. Rio de Janeiro: Imago.
- Blass, R. (2014). On ‘the fear of death’ as the primary anxiety: How and why Klein differs from Freud. *International Journal of Psychoanalysis*, 95 (4), p. 613-627.
- Cooper, A. M. (1987). Comentarios al ‘Análisis terminable e interminable’ de Freud. Em *Estudios sobre el “Análisis Terminable e Interminable” de Sigmund Freud*. Madrid: Tecnipublicaciones.
- Eskelinen de Folch, T. (1987). Obstáculos a la cura analítica: comentários sobre “Análisis terminable e interminable”, de Sigmund Freud. Em: *Estudios sobre el “Análisis Terminable e Interminable” de Sigmund Freud*. Madrid: Tecnipublicaciones.
- Freud, S. (1974). *Inhibitions, symptoms and anxiety*. In S. Freud. S.E. Vol. XXII (p. 129-139) (Originalmente publicado em 1926).
- Klein, M. (1975). On the Theory of Anxiety and Guilt. In M. Klein, *Envy and Gratitude and Other Works*. Londres: The Hogart Press (originalmente publicado em 1948).
- Sandler, J. (1987). *Estudio sobre el ‘Análisis Terminable e Interminable’ de Sigmund Freud*. Madrid: Tecnipublicaciones.
- Ogden, T. (1982). *Projective Identification and Psychotherapeutic Technique*. Northvale: Jason Aronson.
- Ogden, T. (1986). *La matriz de la mente*. Madrid: Tecnipublicaciones.

Recebido: 10/01/19

Aceito: 10/04/19

José Luiz F. Petrucci
Endereço: Rua 24 de outubro, 838, sala 409
Porto Alegre – RS.
Telefone celular: (55) 51 98141-0497
petruccijoseluiz@gmail.com

Notes on the internal dyad: exile/migration

Alberto I. Pieczanski¹

SUMMARY: Migration has become an integral part of contemporary working conditions, as well as a survival tool, for a large part of the population due to ongoing wars, poverty and increasing social inequality. This paper explores the conscious and unconscious emotional experiences associated with migration. The different mental states we describe are not always present in similar ways and actual experiences are multi-determined by prior history and psychic profile, as well as by the external circumstances that inform each decision.

KEYWORDS: Migration, psychoanalysis, unconscious phantasy, projective identification, language.

This paper will describe my clinical experience working with patients that end up, temporarily or permanently, living in unfamiliar surroundings away from the place they considered to be home and speaking (or being unable to speak) an alien language.

It will also suggest that the conceptual dyad names are an important component of the structure of our internal world and, as such, are worth keeping in mind when we work with any patient.

These notes are not a comprehensive psychoanalytic view of migration and I wrote them with some reluctance given the precedent of an excellent paper on the same subject by L. and R. Grinberg (1984).

The ideas throughout this article are very much grounded on Freud's paper "Mourning and Melancholia" (1917/1951-1974) and Klein's research,

1. Member of the British Psycho-Analytical Society, UK. Training and Supervising Psychoanalyst at the Whashington Baltimore Center for Psychoanalysis, USA.

particularly: “A contribution to the psychogenesis of manic-depressive states” (1935/1975) and “Mourning and its relation to manic-depressive states” (1940/1975). This article has also been shaped by my personal migration-exile experience since I ended up practicing as an analyst in three different countries due to circumstances beyond my control.

I will address some of the issues that had a particularly negative effect on the process of integration of new experiences as they appeared in the analysis of a number of patients I worked with. I will not address questions related to massive migrations that seem to have been part of the human experience since prehistoric times. This paper will explore the more lonely experience, in which individuals or families leave behind their closest relationships and most of their lives up to the moment of migration – their network of meaningful object relationships (the primary source of their subjectivity, that is to say their identity).

I also found this exploration a useful model to understand certain moments in the analysis of patients without any history of migration. In several of these cases I could also share the emotional experience of being a stranger with no sense of belonging or of possessing a shared mother tongue.

Jaqueline Amati-Mehler’s (1993) “The Babel of the unconscious. Mother tongue and foreign languages in the psychoanalytic dimension” work on the subject of language is probably one of the best ways to understand the pervasive nature of the language problem, even when it is shared by both analyst and analysand. Her contribution is particularly relevant regarding the private meaning that words acquire through life. It means that we can never assume that we know what a patient means, even when using a shared mother tongue.

Some other thoughts and concepts that operated in my inner world as background during the writing of this paper are:

- Bion (1967), in his “Notes on Memory and Desire”, invites us to encounter each psychoanalytic moment with “no memory and no desire”, indicating that there is a developmental potential in the human experience where past, (memory) and future (desire) are felt to be eliminated from life. He invites us to become strangers to the patient and to our own preconceptions. A “Tower of Babel” experience.
- The Old Testament tradition contains several references to migration associated with foundation myths. In the Middle Eastern tradition, God tells Abraham to migrate from his country and the country of his parents to the land He will show him; there, Abraham should “father” a new

religion and a new people. This is one of the foundation myths of monotheism, in general, and Judaism, in particular. My understanding of this Bible passage is that God asked Abraham to turn himself into a stranger to himself and to others; in return, he would “father” the “chosen people”. This myth’s importance can hardly be overemphasized. Most family analysts are aware of the traumatic effects of disrupting the continuity between generations. This process demands an act of faith and suspended judgment with no concern for the price to be paid. The culmination of this process that finally sealed the pact with God was the demand to sacrifice Abraham’s son Isaac. Only when God had evidence of the willingness to sever continuity by eliminating Abraham’s son, did God close the deal and the covenant was established.

- The spirit of the circumstances in which the birth of a new people takes place is one of loss of all that is well-known and familiar; a breakdown of the sense of identity and the demand to sacrifice the family’s future. It also breaks down generational and cultural continuity, since Abraham had to renounce his parents’ and their polytheistic religion.

I would like now to share some of my clinical experiences with patients that migrated. The common feature of these analyses is how, in every case, as the analysis progressed, we could identify a dialectic shift between two psychic entities with different emotional and ideational components: migration and exile.

I had the opportunity to analyze patients with a wide range of differing external circumstances. Some migrated to improve their economic condition and others for educational reasons, while some of my patients left their countries to save their lives or that of their children.

In all cases, intense anxiety was associated with a sense of entering an uncontained (Bion, 1959/1967) world. The following passage from Bion’s “Attacks on Linking” expresses beautifully the transference I am trying to address and some of the predominant psychic mechanisms: “In the analysis, the patient feels he is being allowed an opportunity of which he had hitherto been cheated; the poignancy of his deprivation is thereby rendered the more acute and so are feelings of resentment at the deprivation. ...” Thus, the link between the patient and the analyst, as well as the preservation of an internal psychic balance when primitive anxieties predominate, is primarily achieved with the use of projective identification. The excessive use of projective identification undermines the relationship by increasing persecutory fears. Patients’ survival is then based

on attacking the analyst, who is perceived as the external source of suffering. When this modality of object relation predominates, developmental processes are impaired, such that both Bion (1959/1967) and Klein (1946) thought of this vicious cycle as critical to understand psychotic states. Bion's description articulates projective identification, deterioration of psychic structure and external factors. The real qualities of the object (analyst, breast, country) are crucial regulators of projective identification and can consequently hold the balance between psychosis and neurosis.² This developmental model seems to be closely related to my observations regarding immigrant-environment interactions and their effects on adaptation to new circumstances.

My observations are very similar to the ones presented by L. and R. Grinberg (1984) in their paper "Psychoanalytic study of migration". I found particularly useful their suggestion that the new environment follows patterns that correspond to the links with grandparents and other family relations.

When the known external world disappears from daily experience after migration, patients communicate unconscious phantasies and manifest material that oscillate between the terrifying vanishing of the primary objects, attacks and disintegration of the Ego and its functions, and damage to internal and external good objects with intense guilt and fear of retaliation. The new situation appears to be the realization of their most terrifying phantasies, due, in part, to a damaged sense of the difference between internal and external reality. This lack of containment at times expresses itself in behavior and phantasies that have a psychotic quality. Some of the clinical material in such circumstances made me think of the anxiety and terror described by Freud (1919/1961) in his paper, "The Uncanny", where he describes a terror that has no name, that is unknowable yet at the same time familiar.

Mr. A is an immigrant from a Muslim country that was referred to a clinic in London by the courts for repeatedly touching women in a threatening manner in the subway. He did this in a state of almost total detachment, in a hypnotic-like state. Even when questioned in his own language he was unable to provide any explanation or make any comment about the situation and he had intense acute anxiety during the interview. He did not have any significant previous behavioral disorder and the compulsion to touch women developed

2. The external object can actively encourage the projection, or as in good-enough mothering helps to buffer and modify persecutory anxieties.

a few weeks after arriving in London. During the therapy, a strong belief that he was 'invisible' to others – his personal version of environmental indifference – seemed to have contributed to the transgression of acceptable rules of social intercourse that led to the intervention of the authorities. The usual environment of this patient was membership in an extended family and his daily life was very gregarious.

Mr. B, another patient of mine, started to have severe anxiety attacks after arriving in the UK. He was a young man that, at the beginning of treatment, could not articulate any thoughts in relation to his almost unmanageable anxiety. Fortunately, we were in a setting that allowed me to see the patient as frequently as necessary and refrain from using medication. In his analysis, we arrived at the puzzling conclusion that his anxiety was connected with the fact that everybody in England wore shoes. It eventually transpired that, in his country, men used sandals that allowed him to see their feet and the case turned out to be an interesting specimen of fetishism of the foot.

These two cases very dramatically show the rapid deterioration of the symbolic function following migration that I previously mentioned. These cases are extreme and there were indications of previous emotional problems. However, moments of extreme uncontrollable anxiety and loss of ego structure and functions are always present in the process of adaptation. During these phases of the analysis, the reappearance in patients of primitive defenses, like projective identification, shows a mental functioning in which thoughts become what H. Segal calls symbolic equations.

From my clinical experience, I came to believe that migration, even when voluntary, seems to be unconsciously processed as an environmental failure and as a disruption of the containing function. This is specially striking in those cases where migration is the only chance for survival. The intense feeling of having been abandoned by internal primary objects is always present and is a source of intense hatred against the adoptive country, a feeling that, secondarily, elicits guilt and a sense of being ungrateful. The shift away from symbolic representation towards symbolic equation (Segal, 1957) is usually present, creating a vicious cycle in which the deterioration of the symbolic function increases the experience of lack of containment and the damage to internal parental objects.

Some of the deeper connotations of this state of affairs are addressed by the word exile. Its meaning is closely linked to banishment, deportation, expulsion and, in relation to identity, outcast and fugitive. The last two are particularly important because they address the connection between migration and guilt.

In this link, exile is a punishment, or in other words, the notion that one has caused the migration to happen – a just punishment.

An environment that has lost the familiar elements that help us to build a sense of the continuity of life and identity creates a semantic breakdown that resembles the psychotic experience. The link between migration and psychosis is that both are marked by a disturbance of the subjective experience. Subjectivity allows us to connect meaningfully with reality and establish the links that allow sublimation. In other words, it provides a frame in which the understanding of others and us can take place.

Physical removal from the hostile environment contributes to the magic of the migratory journey. The initial manic sense of freedom and excitement that follows many migrations is related to a phantasy that migration is also a cleansing ritual of our internal world, in which bad internal objects are exorcised. The new external world is then equated with a new internal one. The dynamic is similar to the phobias that also require actual physical removal from the designated persecutory external object.

Manic defenses impoverish our ego resources, fostering a splitting in which we pay the price of psychological deterioration for the sake of biological survival. Working through these defenses brings intense depressive feelings. The reality of loss and loneliness settle in the void previously occupied by the illusion of an ideal world free from bad objects. Like all manic defenses, it is accompanied by a sense of increased psychic energy while it lasts.

The increased contact with the tragic loss is felt, at a very primitive level, as a robbery of the sources of security that gradually, as I mentioned before, it shifts towards an experience of expulsion/exile that generates resentment. The daily experience of the new circumstances becomes a daily “evidence” of the irreparable loss and damage inflicted on primary objects. Consequently, patients shift towards perceiving themselves as exiles and outcasts. This process can also become intolerable and can trigger defensive organizations aimed at avoiding contact with pain.

I will now present some clinical vignettes.

Mr. C a professional man in his mid thirties, whose mother tongue is Spanish but is also extremely fluent in English and French, signaled his sense of alienation from the environment by finding it inconceivable to have analysis in English. So it took some research on his part to get to me (a Spanish-speaking analyst living in the USA). The event that triggered the consultation was the death of his brother in South America after a prolonged agony due to cancer.

The “geographic” issue took up a significant part of our initial sessions, in which he described how he had traveled back and forth to South America for many months until his brother died. As the manifest theme of the actual death subsided, the material moved to themes more directly related to himself, especially the deterioration of his marital life. In this area, as with his brother’s death, the material frequently expressed irreparable damage.

After several years abroad, he now felt that his marriage was no longer meaningful to him. He did not divorce his wife because they only had each other. She also felt that it would be helpful to return home, while he categorically rejected this as a solution, because he did not feel that he had a home any longer. We then spent time reviewing the process of exiling himself first in Europe and then in the USA. With nostalgia, he described how wonderful and exciting the first years abroad had been for him and his wife. It was such an overwhelming experience that nothing else really mattered. He was in love with the concept of ‘being away’. As the analysis progressed, it became apparent that the decision to leave his country was an attempt to reverse the psychic pain that had dominated his life as an exile in his own household, in which he had felt himself to be a human outcast for having homosexual phantasies since his childhood. He felt intense envy of his siblings, whom he saw as those that had received from the parents all that is necessary to be ‘normal’. He unconsciously conceptualized the world outside his country as a cure to the illness of ‘having to spend the rest of his life with himself’. In a concrete way, the new country stood for the new him, the one he loved, in contrast with the old him that he hated. An interesting turn in the transference occurred when I became, in his mind, identified with home. He then started to feel that an Argentinean analyst was a very bad choice.

I will deliberately oversimplify the scope of the material we actually analyzed. My interest in presenting this condensed piece of clinical material is to show what I believe to be the deterioration of symbolic function, resulting in phobic ‘solutions’ within the realm dominated by symbolic equations. One example is trying to contain anxiety about moving from one country to another and speaking in a language that no one else in his family of origin could understand. Eventually, the migration prevented him from even further expanding his understanding of the painful experience of loss and irreparable damage that dominated his life from very early on. Since his solution did not involve a change in the nature of the object relations, although it looked as if it did during the initial manic phase, the anxiety generated by migration reinforced his more disturbed behavior (intense homosexual phantasies and masturbation) in an at-

tempt to control his now increased sense of helplessness. The death of one of his brothers made his life unbearable and seriously impaired his capacity to work.

Another patient, Ms. A, regulated many of the anxieties related to the breakdown of the containing function through her relationship with food. She was constantly in search for the reassuring feeling elicited by eating certain foods from the 'old country'. Food was central in her manifest content and a pretext to meet other immigrants. A detailed analysis showed how eating acquired the status of a ritual in which the lost parental object was being recaptured. She could always regenerate the maternal food, the good mother that protected her from the bad taste and toxic elements of her everyday life.

Some of my patients blamed the change in eating habits that different cultures and working styles inevitably introduce for their depression and general sense of ill being. Eating certain foods did indeed change their mood. Ms. A. regularly organized meals for her country's expatriates, excluding all strangers. The food she served there, she would not eat alone. This food was called Real, and the quality was achieved by only speaking in their mother tongue.

Mrs. G provided me with a striking example of how the combination of migration, reactivation of paranoid schizoid defenses and intense unconscious guilt can severely disturb contact with reality and jeopardize adaptation. As she was trying to settle down in the new country, her memories about the period prior to her migration started to lose emotional significance. She could obsessively remind herself about why she left her country, but had lost her feeling that those memories reflected the truth. In her analysis, we found that the memories of the reasons for her migration were felt to be a cover-up of the truth. She no longer 'really' believed in the motivations that had led her to migrate. However, her life, as far as I could tell, had been in great danger, and she had probably assessed the danger to her life correctly. Nevertheless, her survivor's guilt expressed itself as an accusation that her memories were an attempt to cover up her the abandonment of her siblings to the persecutors. In this case, she had reasons to believe that some of those 'left behind' had indeed been murdered.

Mr. N also started therapy with me because of the possibility of conducting the analysis in Spanish. However, after a while, he developed an intense negative therapeutic reaction. He thought that it would be impossible for him to overcome his sense of fragility and helplessness, since I was myself a foreigner pretending to have the strength to help him, which he 'knew' that was not true. In the transference, I became another lost child pretending to be a parent, a copy of him. In his more insightful moments, he could get in touch with the

fact that this phantasy was the result of his projections and that it was a defense against the thought that he had irreparably damaged his primary objects, which were the source of his internal sense of security. This patient felt that he had to pretend to be in control in his job and was constantly in fear of being dismissed if his boss found out about his sense of fragility and vulnerability. This perception was aggravated by the fact that he was himself a professional who had to deal with people in distress.

I think that the manic defenses are inevitable components of the process and that the fear that the self will collapse seems to be inevitable. Klein's ideas about the tendency to fragment and the defenses set in motion seem to provide an adequate model to work with these patients. My patients felt particularly terrified by the possibility of a break down away from home. As outcasts, they might find themselves without help and rejected. Language plays the magic role of parental benign containment.

The treatment of patients in a language other than that spoken by everybody else has obvious advantages for immigrants, but there is a price to be paid. I found that it could foster a phantasy that I was more capable of understanding than other analysts. This creates an uncomfortable and defensive feeling of 'us versus them'. It becomes part of a manic system of defense against psychic pain.

The ideational content of the interpretation can easily become irrelevant. Only the 'melody' mattered. One of my patients was literally paying me to speak to him in Spanish. The melody he could hear in the session was enough to generate an illusion of being at home.

The processes that I have described are a source of difficulties to adapt to new circumstances, since reparation and gratitude for the new options require first a reasonable degree of mourning of losses and then reconnection through the symbolic substitutes. Regression generates a conviction that only concrete original objects can provide Real food, resulting in a diminished capacity to recognize any positive aspect of the new circumstances.

A successful migration operates in the register of the depressive position, since no new life is recognized if the mourning of losses does not take place. Patients that cannot work through these difficulties remain in a permanent exile that never becomes immigration. In exile mode, resentment predominates and a variety of primitive defenses make thinking and connecting very difficult.

One of my patients that showed a very good disposition to settle down and regained the zest for life and creativity in her analysis went through phases of conscious attacks of rage. These usually followed clear awareness that she

was growing new roots in her new country. Like Mrs G, she had emigrated due to political persecution and felt her migration as an abandonment of siblings in danger. Her understanding of the 'here and now' followed the blueprint of the Cain and Abel Complex, a murderous triumph over her siblings. She felt constantly interrogated and tortured by her superego regarding the real or fantasized death of those left behind, replying with a variety of versions of Cain's reply to God: 'Am I my brother's keeper'?

Survival was evidence of guilt in her superego's court. All this was worsened by the substantial improvement in her professional and economic situation after leaving her country. Some of the most painful moments in the analysis were those in which she could not control her anger towards some of her closest friends, some of whom had been instrumental in saving her life.

At other times, she would openly attack her new circumstances, unconsciously trying to appease her abandoned siblings. In this way, she was letting them know that they had nothing to envy. However, the rage was also genuine, because she envied them for being strong and loving children who stayed together and protected each other.

Another patient spent a significant amount of time in his analysis talking with great excitement about Nazi organizations in the new country, becoming in his mind a potential victim. In the sessions, however, I noticed and pointed out that the information he was giving me did not seem to worry him. On the contrary, it seemed to produce excitement and pleasure. Eventually it became clear that this was one more way in which he was appeasing his brothers out of guilt. His interest in Nazis was part of an internal dialogue in which he appeased his siblings, telling them that he was also at the mercy of powerful enemies and that they had nothing to envy.

As in every case in which, to a greater or lesser degree, patients move from symbolic thought to symbolic equations, the analyst's interpretations can also be perceived as lacking symbolic meaning. At such moments, they are interpreted as attempts to control, manage and manipulate the patient. In some cases, this fear was a disguised wish to turn me into an omnipotent dictator that would tell them what to do and relieve them from the internal accusations. This is a moment of risk for the analyst, who can feel tempted to act this role, in what Racker (1968) called a complementary countertransference. In the particular analysis I have in mind, we engaged in the not uncommon transference countertransference dynamic in which I seemed to be always wrong. He hated me when I was an analyst and not the real father, and when I was not an analyst and

acted out a parental role. It was not hard for him to make me feel that I became a liability in his life. During those moments in the process, I could easily fall into a concordant countertransference (Racker, 1968), and feel intensely resentful. This expressed itself as frustration at not being able to provide the relief he wanted and feelings that I did not know any more how to conduct my business. It was at times irritating to see how my interpretations were never understood in the way I wanted them to be understood. I felt that was being constantly misconceived, to a point in which I sometimes felt that perhaps my presence was irrelevant and that I did not mean anything to my patient, or worse, that I meant all the wrong things. Grinberg (1962) also contributed to my recovery from my (fortunately) reasonably transitory loss of sanity with his concept of projective-counter identification. In this situation, I became the victim of a deterioration of the symbolic function and the capacity to think. A number of circumstances contributed, but mainly, I believe it was caused by the establishment of a relationship in which I was temporarily unable to digest the frustration of the assigned transference role, a real transference indigestion, which affected my capacity to differentiate his projections from my reality. It was a moment of loss of the necessary separateness to preserve the analytic function.

When patients construe the interpretation as a suggestion, they also resent the fact that the new circumstances have rendered them so impotent that they actually become helpless babies in need of parents to tell them what to do. Particularly with patients that wanted to speak Spanish with me, sometimes sessions became painful when they realized that even our shared cultural background did not eliminate the experience of difference, separateness and loneliness. The analyst still represented a different perspective. The analyst's words, perfectly understood by virtue of being in Spanish, only made the sense of separateness more acute.

One of my patients expressed the tragic side of migration saying: 'things were wrong even when they were right'.

The capacity to move out of the exile mode depends on a very complex set of circumstances, internal and external. Immigrant and exile operate as part objects in the patient's internal world. Those structures interact and 'converse' with each other. The exiled part of the personality looks at the immigrant part with resentment and suspicion. In the journey towards mourning the lost objects and reconnecting with life, analysts struggle with the notion that they have no reason to feel gratitude, even while experiencing progress and new opportunities. This aspect of their inner world can become a source of emo-

tional vulnerability that, I believe, can never be totally worked through, since anti-life instinctual configurations are part of the human condition, as Freud (1920/1955) suggests in "Beyond the Pleasure Principle".

The subject of this paper is of increasing clinical importance, since many of the processes that I observed in immigrants also show up in patients that have incorporated migration as a normal cultural pattern. I have observed similar patterns in college students in the USA, where the educational system promotes premature separation of adolescents from their families with intense, frequently unrecognized, experiences of loss, and linked to manic-depressive defenses in the adolescents and the parents.

Similar processes are associated with an increasingly uprooting job market. So now, we have a situation in which successful, functional people are going through processes that are similar to those of patients who were the victims of wars, poverty or political persecution.

I will here only mention in passing the need to explore the issue of language and its relevance to the immigrant patient or analyst. The relevant issues can only be touched upon here.

To live in translation is part of psychoanalytic history and what happened when Freud's papers were translated remains a subject for research. To mention just a few issues, there is the analyst working in a foreign language, the patient having analysis in a foreign language, the patient having analysis in his mother tongue in a foreign country, the analyst and the patient doing analysis in a second language etc. etc. In addition, there is the private meaning of a shared language, which creates an area of miscommunication when both speak the same language.

The material I have presented shows that the unconscious perception of emigration is, irrespective of the preexisting personality, almost always perceived as an abandonment by primary objects and an irreparable loss, which triggers, to a greater or lesser degree, manic defenses to diminish the psychic pain and guilt. An important feature of this process is the interference with the symbolic function and efforts to repair the damage to the internal objects through concrete actions, in an attempt to restore and bring them back to life. The primitive defenses I observed belong to the paranoid schizoid modality and tend to increase the patients' sense of vulnerability. The processes I have described are a source of difficulties in adapting to new circumstances, because reparation and gratitude for new opportunities require first a reasonable degree of mourning of losses, and connection with the symbolic plays a substitute role.

The regressive mode and its loss of symbolism generate a conviction that only the concrete original objects can provide 'real' food, damaging the capacity to recognize and introject the positive aspects of the new circumstances.

Notas sobre la diada interna: exilio/migración

RESUMEN: La migración es en nuestro tiempo una parte integral de las condiciones de trabajo de una gran parte de la población, así como una herramienta para la supervivencia debido a las múltiples guerras, pobreza e incremento de la desigualdad social. Este trabajo explora los experiencias emocionales conscientes e inconscientes asociadas a la migración. Los fenómenos aquí descriptos no siempre se presentan ni tienen siempre la misma intensidad. El cuadro clínico surge de una multideterminación en la que confluyen la historia personal, el perfil psicológico previo y las circunstancias externas que motivaron la decisión.

PALABRAS CLAVE Migración, psicoanálisis, fantasía inconsciente, identificación proyectiva, Idioma.

Notas sobre o intervalo da diáde: exílio/emigração

RESUMO: Migração se tornou uma parte integral das condições de trabalho contemporâneas, assim como uma ferramenta de sobrevivência, para uma grande parte da população por conta de guerras em curso, pobreza e desigualdade social crescente.

Este artigo explora as experiências emocionais conscientes e inconscientes associadas à migração. Os diferentes estados mentais aqui descritos não estão sempre presentes da mesma maneira e as experiências são multi-determinadas pela história pregressa e o perfil psíquico de cada um, assim como pelas circunstâncias externas que impactam em cada decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Migration, psychoanalysis, unconscious phantasy, projective identification, language.

References

- Amati-Mehler, J. et al. (1993). *The Babel of the unconscious. Mother tongue and foreign languages in the psychoanalytic dimension*. Madison CT: International Universities Press.
- Bion, W. (1967). Attacks on Linking. In W. Bion, *Second Thoughts. Selected Papers on Psychoanalysis*. chap.8). London: Heinemann. (Original work published 1959).
- Bion, W. (1967). Notes on memory and desire. *Psychoanalytic Forum*, 2(3), 272-280.
- Freud, S. (1951-1974). Mourning and melancholia. In S.E., *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. 14). London: Hearth. (Original work published 1917).

- Freud, S. (1961). *The Uncanny*. In S.E., *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol.19). London: Hearth (Original work published 1917-1919).
- Freud, S. (1955). Beyond the Pleasure Principle. In S.E., *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol.18). London: Hearth (Original work published 1920-1922).
- Grinberg, L. & Grinberg, R. (1984). Psychoanalytic study of migration. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 32 (13).
- Klein, M. (1975). A contribution to the psychogenesis of manic-depressive states. In *Writings: Love, Guilt, Reparation, and Other Works* (Vol.1) (pp. 262-289). London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-analysis (Original work published 1935).
- Klein, M. (1975). *Mourning and its relation to manic-depressive states*. In *Writings: Love, Guilt, Reparation, and Other Works* (Vol.1) (pp 344-369). London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-analysis (Original work published 1940).
- Klein, M. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. *International Journal of Psychoanalysis*, 27, 99-110.
- Racker, H. (1968). *Transference and countertransference*. London: Hogarth.
- Segal, H. (1957). Notes on symbol-formation. *International Journal of Psychoanalysis*, 38, 391-397.

Recebido: 28/11/18

Aceito: 03/05/19

Alberto Pieczansk
4417 36th St NW
Washington DC, 20008
USA
(202)363-1909
tpieczanski@gmail.com

Revisão: Maria de Lourdes Sette

Crossing frontiers: forced termination of an analytic process due to emigration of the psychotherapist /patient

Nydia Lisman-Pieczanski¹

ABSTRACT: This paper is about the abrupt termination of analysis due to political turmoil and the analyst's emigration. This situation crossed the frontiers of what is and what is not possible to work through when confronted by internal and external turmoil and by the fear of dying on the part of both analyst and patient. Issues of mourning and loss are central to this communication. Clinical material of adolescents and adults illustrates how in each case termination had a different outcome.

KEYWORDS: Psychoanalysis, Psychic Pain, Mourning, Termination, Political Violence.

In the 1970s, Argentina went through years of terror and persecution. Intellectuals, students, young people, psychoanalysts, therapists, actors, trade unionists, but mostly young people, especially young lawyers, were relentlessly persecuted and made to disappear. The families of the victims couldn't find their bodies or bury their loved ones. No law or organized resistance existed.

In contrast to the atrocities of the Second World War, during which countries occupied by the Nazis put up some form of clandestine resistance, in Argentina the military managed to create a disconcerting passivity among common people and democratic institutions, which clung to the false hope that the legal system was still functioning. The only active dissention came from a group of desperate mothers who put white handkerchiefs on their

1. Membro efetivo da Sociedade Britânica de Psicanálise. Membro efetivo do Instituto de Baltimore Washington nos Estados Unidos da América, com função docente e didática. Membro da Escola de Psiquiatria de Washington nos Estados Unidos da América. Membro da Associação Latino Americana de Observadores de Bebês. Membro da Associação de Psicoterapeutas de Crianças em Londres.

heads and walked in a circle at the Plaza de Mayo every week while demanding information about their missing children. They were called “Las Locas” (The Crazy Ones). We now refer to them respectfully as “The Mothers of the Plaza de Mayo.”

It is necessary to understand the madness of the everyday life for Argentinians at that time, the grotesque contradictions created by the head of all the atrocities, General Videla², who combined murder, torture and horror with color TVs, a world champion soccer team (1978)³, and newly acquired luxury imports. The work I am presenting today took place in this environment.

When I left Argentina in the context described above, I thought I was saving my life, though not without a price: it left scars on me, as well as on my patients, some of whom unfortunately experienced excruciating persecution, as well as psychic and physical pain.

I kept notes of some dreams from my patients from the time of my emigration; one of my patients (Susan) left me an envelope full of little notes with her dreams as a gift. Some of the dreams were from patients who left treatment either to go underground or to emigrate in order to escape the repression in Argentina as it became more and more pervasive.

Looking back now, I can observe how emigration produces a collapse in one's entire identity, a subsequent fragmentation of the self and a state that predominates in the mental apparatus. I paid some attention to fantasies that are attached to the use of a language that is different from one's mother tongue in moments of intense regression, when words, music, smells, food and all sensory experiences in general are part of the endangered parental containing function.

Termination and mourning

Freud states that an indicator for termination is when the patient ceases to attend sessions. “Analysis Terminable and Interminable” (1937c). He posits that the idea of cure is that which the pair (analyst/patient) can achieve as the best functioning of the Ego. I believe that, if things go well - and this applies to any human interaction -, the end of a relationship happens before people actually stop seeing each other. In the analytic situation, the end of the relationship

2. Head of a military *coup d'etat* in Argentina on 24 March 1976 to 1983.

3. The Soccer World Cup was played in Argentina in 1978 in spite of an International boycott.

starts even earlier; the mourning process that goes with it extends beyond the end of the analysis into the post-analytic/therapeutic process, which lasts for approximately another year, at which time the truth about the reality of psychic change is fully grasped.

In addition to Freud's indicator, in 1949 a Symposium on "Criteria for Termination of Analysis" was held at the British Society, in London. Melanie Klein said that analysis should end when the Paranoid-Schizoid anxieties and Depressive anxieties of the first year of life had been worked through. This included the progression from the Paranoid-Schizoid to the Depressive Position in the first place (Klein, 1950).

We know that this progression is not a developmental model but expresses the optic that the patient uses to look at the object, the same lens that the baby uses when looking at the first object (the breast/mother). I consider this to be a new point of view that is sometimes hard to achieve by a baby in his/her own growth process. There is always a constant oscillation between positions.

She also says, in a paper on this subject published in 1950, that all the losses that people experience in life get reactivated when termination is about to take place and what is finally worked through is the loss of the first object: the breast. In relation to her original, although controversial, concept of Projective Identification, described in her (1946) paper on "Some Notes on Squizoid Mechanisms," termination is also linked to the predominance of Introjective Mechanisms over Projective ones, since a real learning process only occurs when associated with a predominance of Introjective Mechanisms.

Horacio R. Etchegoyen (1991) says, in agreement with Donald Meltzer: "Nobody arrives at the Depressive Position, rather than being an achievement is an aspiration not a place or a thing but a complex constellation of phantasy and reality organized around the object relations and strongly aspired by urgent reparation." Meltzer (1967) calls this stage "The threshold of the Depressive Position."

In relation to the mourning process in termination, Melanie Klein (1950), following Freud's ideas in "Mourning and Melancholia" (1917e), says that one of the fundamental elements in the depressive position is the capacity to stay in contact with the object, that is, with reality. Freud says that mourning is the painful awareness that the object is no longer there, while Klein describes the process of mourning as the ability to accept psychic and external reality as they are.

To complete the connection between termination in therapy/analysis and mourning, Michael Balint (1949) describes termination as "a new begin-

ning.” When one is able to mourn the innumerable set of losses, according to Balint, one is making a new attempt to find the love object that was absent in childhood.

All the above ideas about termination assume the implicit concept of mutual agreement, a bilateral termination. In other words, two people who, after sharing a few years of their lives exploring mental mechanisms, thoughts, feelings and anxieties, are ready to begin the weaning process and go through the work involved in this.

In unilateral termination, such as the type I want to explore here, there are strong feelings in the transference-countertransference process that affect both ends of the relationship; unlike bilateral termination, neither part is ready to let go of the other. Further, to abruptly terminate a therapy when there is intense external persecution and precarious resources to ground oneself in reality are a very bad combination, as bad as the combination of termination with emigration in the process of mourning.

In my own case, the political situation become more and more difficult, to the point that my patients and I created a kind of shared internal exile without words during sessions, in which paranoid anxieties predominated. My experience was that, due to the external threat and the horrors that surrounded us, we cohabited some kind of psychic retreat, a place where we could not be reached by external forces, as a form of temporary protection. We were soon to discover that this delusional space was like a trap from which we could not restore ourselves to a previous state in the treatment, a place where there was sufficient internal freedom to explore my patients’ feelings of hostility and despair and to acknowledge my own contratransferential reactions (sometimes concordant and/or complementary) (Racker, 1957).

Our encounters were very often flooded with intense anxiety, in which every day a patient reported the disappearance of someone that he or she knew (another analyst, intellectual or scientist) and I would wonder over and over how Klein and others managed to work while bombs fell all around them in WWII Europe. I thought that the difference must be that the bombs were easily identifiable as such, whereas sometimes I didn’t know whether my patients were on the same side as I was. At the time, it was hard to define if this type of abrupt termination was in itself an illness that was imposed upon us; the outcome of the work we were doing together was equally unclear. We didn’t know if this process of termination was going to affect our lives in such a way that the loss would have irreparable consequences.

In retrospect, I believe that each treatment had a different outcome that depended upon the time in which it took place. Some patients were extremely angry and disappointed, most of them were sad for our predicament, and some managed to complete a satisfactory termination before I left the country. I would like to share some vignettes with you:

Susan was 40 years old at the time, divorced, with three adolescent children. As she was firmly part of the Establishment and I knew that she would never leave the country, Susan is a noteworthy illustration of one direction the termination process can take. In part, her secure place in her social environment created some stability in the work we were doing together. She was in the process of termination after four and a half years of fairly successful analysis. When I apprised her of my impending departure, I knew that this would have a profound effect upon the course of the treatment, because of the innumerable losses that she had suffered from an extremely early age. She belonged to a very traditional family in Buenos Aires and worked as a medical assistant, while her ex-husband, who was very rich, was extremely right wing politically, and provided a good income for the family.

She felt very confident about her personal safety. She could not even conceive that her life ran any real risk. Her only anxiety was directed at her adolescent children, since they were exposed to a different reality than her own, at school and at university. Her real tragedy, according to her, occurred when she was 15 years old and her mother died. She was an only child and her father became unable to take care of her, due to his own depression. During the analysis, she reported numerous dreams about her despair at not being able to bring her mother back to life.

At this point in the transference process, she was terrified for my safety while denying the idea of my emigration with intense force. She produced numerous dreams when I announced my intention to leave the country. In one of them she dreamed that her daughter Maria (who was 15 years old at the time) told her that her aunt (who had become a substitute mother to her) was dead. Maria didn't want to go to the funeral but didn't want her mother to feel bad about it. Susan had no feelings of pain or sorrow in the dream but decided to buy a nice dress for her aunt's funeral. In interpreting the dream, I said that she wanted to be well behaved upon my departure, be proper and well dressed, and didn't want to have any contact with her feelings of sadness about my leaving. She did not want to make me feel bad. However, I said, she had become again the girl that debated whether or not to acknowledge death.

She then produced another dream: a little girl was lying in an operating theater and Susan was aware that the operation was incomplete and the girl was left with her body still open. The girl was holding an old doll. She wanted to tell the doctor “do it right” but had no voice. I told her that she was terrified for the girl and for herself. I was leaving her open - “unfinished” - and she had no words for the precariousness in which she had been left, with the sense that no one seemed to listen to her.

During the last 3 weeks of the analysis we managed to access her anger at my turning the happiness of termination into a traumatic event. She was saddened by the end of the analysis, but felt hopeful that all that she learned about herself was going to last and be inside herself “forever.”

Mariana was 16 years old at the time. She had a dream in which I was the only one able to find refuge during a flood. She was upset and shocked that a mother like me could be so mean as to run away, leaving a child to her own devices. Some relief was mixed in with her feelings when I decided to leave, because it opened the possibility for her and her parents to leave too. That reality pervaded our sessions as the time of my departure approached. She found it difficult to differentiate between fantasy and reality, between paranoia and a real sense of protection and responsibility. Those feelings of guilt and responsibility filled my own internal world, as I watched her struggle from day to day. I expected her as well as some of my other young adolescent patients to disappear, either because their parents would take them abroad or because being in therapy was “suspicious.” The reality that my patients and I learned was that thinking was equated with “subversion” in the current climate. There was also Nora, who felt repelled by an intense, almost, psychotic fantasy of me as a contagious breast that would poison her internal world. In her mind there were things that could not be thought about, such as feeling angry or frightened - even the fear of coming to my office. The police would sometimes raid therapists’ offices during group therapy sessions and remove the therapist in front of the patients. For her, words were as deadly as bullets. Very slowly, she managed to recover her symbolic capacity when she came to consider thinking as a refuge from madness and distraction, and see it as the only possibility for survival.

The external/internal bombardment of my patients increased. Real problems arose from the difficulties in differentiating between external/internal reality and creating a space where thoughts could be processed. The situation became so intolerable for some patients that they were very tempted to

discontinue treatment as a way of protecting themselves from psychic pain, panic, and resentment.

One patient, a 45-year-old man named Roberto, viewed my departure in terms as not only my own death but also as the threat of his own impending death. This situation contained a mixture of depressive and persecutory anxieties. According to him, I was robbing him of the possibility of growth and life. I was gradually taking away life from him. Only after an intense and condensed piece of work could he settle for the ambivalence of hostility coupled with relief that I was moving to a safe place. In his mind, this termination was taking place abruptly, but his capacity for thinking about his feelings and his most valuable ideas were something that he hoped would remain with him beyond my absence.

Rosa was an 18-year-old adolescent who had started analysis at the age of 14. Her parents “could not cope with her.” She had been a nice, pleasant girl and “suddenly” became nasty, arrogant, out of touch, violent, and depressed. She was adopted two days after her birth. The adoption was decided due to her adopted father’s infertility. The baby’s mother was a healthy adolescent; mother and daughter had never met. Rosa was a beautiful pleasant baby who developed normally; she loved her parents and performed well at school. The truth about her origin was never kept secret and her earliest memory about this information is from when she was three years old and there was a talk in the household about adopting another baby. Although she knew about the adoptions, she never thought much about it, nor did she consider it a source of difficulties. At the time she was referred to me, she refused to do any schoolwork and used to fall asleep during classes. After a couple of months of analysis, Rosa became so violent that I had to refer the parents to professional help (couples therapy). The physical violence was such that her father could not restrain her.

While this was going on at home, the analysis was taking place in a rather relaxed atmosphere. She never missed a session, was very punctual and, for all practical purposes, hers was the analysis of a typical adolescent. At one point Rosa became sexually promiscuous, which at the time I interpreted as an attempt to “recover” her adolescent mother through a pathological identification. I understood this behavior to be a defense against her mourning of her biological mother. She was equating promiscuity with fertility.

The transference countertransference experience was of a mother-analyst exposed to the anxiety of her blooming sexuality, for which she needed a lot of help. She also considered me as an aging mother incapable of work-

ing through my own anxieties without risking my life and exposing her to abandonment. At this point, Rosa had three simultaneous mourning processes to work through: the mourning of her biological parents, the loss of her adoptive parents as a child and the loss of the role related to her own developmental stage.

Rosa, at 18 years old, was terminating her analysis at the time I decided to emigrate. I had to let her know about my decision, since we had previously arranged several meetings during the first year of post-analysis. She was quite ready to leave, I thought, then she produced an interesting dream: she was alone in a lab where she was going to have a blood test, and fainted. In fact, the nurse who accompanied her left the room, she said. Her mother was in the waiting room. When she recovered, she saw two columns, looked up, and realized they were her mother's legs. She saw the smiling face of her mother. She thought that it was like being born to a happy mother. She thought the dream was hopeful; she could be born as a new person to her mother, and she really liked it.

I thought that the last part of the dream showed the possibility of being very little and helpless while still having a mother. This time, Rosa had managed to start a "New Beginning," unlike the beginning of her life, in which she had lost her biological mother and almost "killed" her adopted parents and I. She was being reborn from a mother that was waiting for her, and she cried in fear and gratitude, begging me to tell her that my emigration was not related to her harmful comments and to her periods of intense hatred of me and acting out. Rosa told me that she knew that I would miss our jokes in Spanish (since she knew I was emigrating to England), and that she thought I would be going through some of the situations that she went through in those years, meaning her own losses and multiple mourning processes. She thought that perhaps I had learned something from her during this process, and I thought that her separation from me was sad, but not tragic, for her. This ending helped us both, and I found that letting go of her was sad but hopeful. She was a young woman who had some choices; she wanted to stay but accepted my leaving. Our paths were different but we were not harming each other by going our separate ways.

I remember Rita, a 17-year-old Argentinean emigré who I analyzed abroad. I was in this case in a very safe environment, beginning an analysis with an adolescent who was suffering the consequences of an imposed, violent emigration. Some of Rita's fellow high school students had disappeared after a protest against prices in the cafeteria. At the time of her emigration, she had

been in analysis in Argentina and her parents managed to take her out of the country overnight. She decided to view this trip as a holiday and went through a total denial of the loss of her classmates, analyst, country, etc. When she came to me, she had developed serious psychosomatic problems: asthma, eczema and headaches. Her system was unable to expel all the pain, anger and desperation of her experiences; her skin was uncontrollably uncontained and her mind could not hold any kind of thought related to her painful predicament. As her symbolic capacity improved and she became capable of articulating some of her feelings in words, and find meaning to her painful feelings and memories, her physical symptoms gradually decreased to the point of total remission. She herself had “crossed her and my frontiers”.

Final Comments

The outcome of my patients was intimately connected with the mental state they were in at the time of the country's political turmoil and my emigration.

Leon Grinberg (1984) describes both the normal and the pathological development of mourning: one is a persecutory (paranoid) guilt and another is what he calls depressive guilt. Persecutory guilt will eventually lead to pathological mourning with the presence of melancholic traits, somatizations and psychosis. Depressive guilt, on the other hand, would lead to concern for the object, sadness and a true desire for reparation of the object as well as her damaged self, eventually becoming a “normal mourning.”

I believe that there is always a certain degree of persecutory guilt when the loss has a traumatic component. Unfortunately, moments arose when external reality invaded our mental apparatus in such a way that only those who learned to work through depressive guilt managed to survive and make some reparation, as long as they were not caught and murdered in the middle of the political chaos.

My patients helped me through this process and I am extremely grateful to them.

Cruzando fronteras: final abrupto de um processo analítico por emigración del terapeuta/paciente

RESUMEN: Este artículo trata sobre la abrupta terminación del análisis debido a la extrema situación de violencia política que desencadenó la emigración de la analista. Esta situación

cruzó las fronteras de lo que es y de lo que no es posible elaborar cuando nos enfrentamos a un estado constante de agitación interna y externa y el temor de morir por parte del analista y del paciente. Pérdidas y duelos son centrales en esta comunicación. El material clínico de adolescentes y adultos ilustra cómo en cada caso la elaboración de la terminación tuvo un resultado diferente.

PALABRAS CLAVE: *psicoanálisis; dolor psíquico; duelo; término de análisis; violência política*

Cruzando fronteiras: final abrupto de um processo analítico por emigração do psicanalista/paciente.

RESUMO: *Este artigo trata sobre a interrupção abrupta da análise devido a extrema situação de violência política que resultou na emigração do analista. Esta situação cruzou as fronteiras do que é e não é possível elaborar quando nos deparamos com um estado de agitação interna e externa e o temor de morrer do analista e do paciente. Perdas e dor são temas centrais nesta comunicação. O material clínico de adolescentes e adultos ilustra como em cada caso a elaboração do término teve um resultado diferente.*

PALAVRAS CHAVE: *psicanálise; dor psíquica; luto; término da análise; violência política*

References

- Balint M. (1949). "On the termination of Analysis". *Int. Journal of Psycho-Analysis*, 31 196-199, 1950.
- Etchegoyen, R. H. (1991). "*The Fundamentals of Psychoanalytic Technique*". Chapter 46.1 page 618. Karnac books, London.
- Freud, S. (1937) SE 23, 211-253.
- Freud, S. (1937). "Analysis Terminable and Interminable". The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Volume XXIII (1937-1939) London Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1975.
- Freud S.: "Mourning and Melancholia" (1917) The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud; Vol XIV; (1914-1916), London, Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis. 1975.
- Grinberg, L., Grinberg, R. (1984). A Psychoanalytic Study of Migration: Its Normal and Pathological Aspects. *J. Amer. Psychoanal. Assn.*, 32:13-38.
- Klein, M. (1950). "On the criteria for a termination of an analysis". *International Journal of Psycho-Analysis*, 31, 204-204.
- Klein, M (1946). "Notes on Some Squisoid Mechanisms". *International Journal of Psycho-Analysis*, 27, 99-110.

Meltzer, D. "*The Psychoanalytical Process*" (Heinemann 1967), reprinted Perthshire: Clunie Press, 1970

Racker, H. (1957). "The Meanings and Uses of Countertransference". *Psychoanal Q.*, 26, 303-357.

Recebido: 28/11/18

Aceito: 18/02/19

Nydia Lisman-Pieczanski MD
4417 36th St NW
Washington DC, 20008
USA
(202) 363-1909
n.l.pieczanski@gmail.com

Revisão: Maria de Lourdes Sette

Topes, límites y fronteras de la práctica psicoanalítica en el abordaje la diversidad sexual y de género

Adriana María Pontelli¹

RESUMEN El presente ensayo trata la cuestión de la diversidad sexual en la práctica psicoanalítica. Luego de una breve mención del contexto de producción, se presentan algunas nociones elaboradas por el psicoanálisis que contribuyen a pensar la problemática desde diferentes perspectivas. Posteriormente se articulan consideraciones de diferentes psicoanalistas tomando las categorías “tope”, “límite” y “frontera”, para abordar aquellos puntos que son obstáculos en la clínica, para demarcar lo propio del campo psicoanalítico, y para pensar posibles zonas de intercambios con otros campos del saber.

PALABRAS CLAVE diferencia de los sexos; identidad de género; identidad sexual

“Freud lo dijo antes que yo: en un análisis hay que acoger todo como si por otra parte nada estuviera establecido.”(Jacques Lacan, 1973)²

Introducción

La escritura de este ensayo sobre la práctica analítica en el abordaje de casos en los que se manifiesta la diversidad sexual y de género se me representó como un tejido en un telar. Fue necesario buscar en la madeja de la teoría psicoana-

1. Licenciada en Psicología, Magister en Psicología Clínica, Psicoanalista, Miembro Adherente de la Asociación Psicoanalítica de Córdoba.

2. “Introducción a la edición alemana de un primer volumen de los escritos”. Traducción crítica de la Escuela Freudiana de Buenos Aires (inédita).

lítica hilos con los cuales anudar algunas de mis intuiciones. Luego tomé como armazón, a modo de bastidores, tres términos: tope, límite y frontera. A partir de ellos diseñé una urdimbre de reflexiones de psicoanalistas cuyas ideas me resultaron convocantes. De este modo en su caladura fui pasando distintas voces mixturadas con la propia para formar una trama de diferente espesor. Este texto presenta en su textura una malla abierta con algunos hilos sueltos, que invitan a tejer ideas sobre este tema a quienes lo deseen.

Reconozco como pretexto de este escrito el deseo de indagar en una problemática que me inquieta y me interpela como ciudadana y como psicoanalista. La cuestión de la diversidad sexual y de género está presente en mi clínica tanto en los procesos subjetivos de algunos de mis pacientes, como también en los efectos que producen en algunos de ellos la situación de algún familiar. En esta oportunidad haré una breve mención de tres personas, que dejaron una marca particular en mi manera de pensar y abordar esta cuestión.

Hace 15 años atrás una colega me derivó a una paciente, Ana, a quien ella había entrevistado durante su internación por un tratamiento para el SIDA. La colega me comentó que Ana “tenía tela para analizarse”. Cuando ella llegó a mi consultorio el día convenido para la primera entrevista, me descolocó encontrar a una persona de casi dos metros, con barba, labios pintados, pantalones jeans rotos y zapatos con taco de punta. Pese a que la colega me había anticipado que Ana era trans, yo no salía de mi asombro, quizá impactada por una estética discordante para mí. El inicial desconcierto persistió a lo largo de varias entrevistas, y aunque el caso me interesaba, no pude colocarme en el lugar de analista. La resistencia estuvo de mi lado e hizo obstáculo para escuchar su padecimiento: el temor a morir por su enfermedad.

En julio del 2015, cerca de mi barrio, encontraron el cuerpo sin vida de Laura, una mujer trans, con signos de tortura y mutilación de sus genitales (Archivo Infojus Noticias, 2015). En mi vecindario todos la conocíamos, “lo” vimos crecer, “la” vimos transformarse. Era difícil no escuchar en la calle su risa estridente ni advertir su andar desenfadado. Sin embargo, luego de su trágica muerte reinó un inquietante silencio entre los vecinos. De “eso” no se habló.

Desde hace cuatro años en la institución escolar donde trabajo, con el Departamento de psicólogos y psicopedagogos asumimos la tarea de acompañar el proceso de cambio de identidad de Rocío/Benjamín, respaldados por la ley argentina de Identidad de Género. Aún hoy continúan aconteciendo múltiples transformaciones no solo en Benjamín sino también en quienes compartimos con él la cotidianeidad escolar.

Ideas para pensar la diversidad sexual y de género desde el psicoanálisis

En la obra de Freud son numerosos los pasajes de los cuales es posible tomar ideas que permiten pensar la cuestión de la diversidad sexual. Un concepto clave es el de pulsión sexual. Esta noción, desarrollada exhaustivamente en *Tres ensayos de teoría sexual* (Freud, 1905/1995), revirtió la opinión popular de la época al señalar que la sexualidad está presente desde la infancia, que su meta no es exclusivamente la unión sexual, ni su finalidad necesariamente la reproducción. Además, Freud destacó que la elección del objeto sexual no viene determinada por el sexo. En este punto él se apoyó en las investigaciones científicas de ese tiempo que sostenían el hermafroditismo anatómico, es decir, la presencia de los dos aparatos sexuales en todos los seres humanos, aunque en la mayoría de los casos uno de ellos se encuentra atrofiado. De estos hallazgos se desprendió la idea de una disposición originariamente bisexual, como punto de partida. No obstante, Freud subrayó la importancia que tienen las influencias accidentales, principalmente las vivencias en la infancia, no solo en la elección de objeto, sino también en el desarrollo psicosexual posterior. La elaboración teórica de las fases de desarrollo de la organización sexual, sirvió de base para considerar una bisexualidad psíquica en las etapas orales y anales, donde objeto, la fuente y la meta son las mismas para niñas y niños. Recién en la etapa fálica se produce por lo general una bifurcación en lo que respecta a la pulsión sexual a partir de la percepción de la diferencia sexual anatómica. Todas estas ideas confluyen en otro concepto fundamental para pensar la sexualidad en su multiplicidad, a saber, la sexualidad infantil como una sexualidad perversa polimorfa, esencialmente autoerótica, movida por pulsiones parciales que empujan a la satisfacción de las zonas erógenas.

Con respecto al género, algunos psicoanalistas consideran que este concepto no pertenece al psicoanálisis. Ciertamente ni esta categoría, ni las teorías referidas a ella existían en los comienzos del psicoanálisis (Glocer Fiorini, 2016). No obstante es posible encontrar desarrollos sobre género en la obra de Freud. Él no utilizó ese término, porque no existe en la lengua alemana una vocablo específico; en efecto, se usa el término “*geschlecht*” tanto para “sexo” como para “género” (Laplanche, 2006). Esta ausencia de palabra produjo que las nociones “masculino” y “femenino” fueran definidas por Freud básicamente a partir de los órganos genitales (Freud, 1933/1993). Sin embargo, la noción freudiana se fue despegando de lo biológico. Y si bien, en este proceso, hizo

coincidir lo activo con lo masculino y lo pasivo con lo femenino, finalmente terminó por reconocer que el psicoanálisis no pudo esclarecer la esencia de lo que se llama masculino y femenino (Freud, 1920/1993).

Para algunos autores el Complejo de Edipo es el momento del desarrollo de la organización sexual, donde se fundan las bases del género, las identidades de género y la orientación sexual (Ruiz, 2011; Glocer Fiorini, 2016). En efecto, según cómo sea su resolución el objeto de deseo será del sexo opuesto (heterosexual), del mismo sexo (homosexual) o de ambos sexos (bisexual) (Ruiz, 2011). Pero esta clasificación no carece de un juicio de valor, ya que para Freud la heterosexualidad es la salida normal, las otras son consideradas desviaciones con respecto al objeto sexual. Sin embargo, en *Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina* (Freud, 1920/1993) Freud presentó todas las variables en juego posibles para la construcción de subjetividad sexuada, más allá de la polaridad binarias masculino – femenino (Glocer Fiorini, 2016). Si bien en ese texto se refirió puntualmente a los casos de homosexualidad, su hallazgo podría aludir a las sexualidades diversas, si se tienen en cuenta los caracteres sexuales somáticos (hermafroditismo físico), el carácter sexual físico (actitud masculina o femenina) y el tipo de elección de objeto con sus variantes y múltiples permutaciones en cada individuo (Freud, 1920/1993).

Quien introdujo el término género en la reflexión propiamente psicoanalítica fue Robert Stoller, médico psiquiatra formado en la Asociación Psicoanalítica de Los Ángeles, quien en 1968 elaboró el concepto “identidad de género” (Medina, 2017). Él estableció una diferencia entre sexo y género partiendo de la noción freudiana de series complementarias que opone lo constitucional a lo accidental (Laplanche, 2006). De esta manera el autor asimiló el sexo a lo innato y a lo biológico, por un lado, y el género a lo adquirido y a lo psicosocial, por el otro. En su conceptualización desestimó la fuerza biológica, es decir, la influencia genética y hormonal como determinante para el tipo de elección de objeto y de género (Laplanche, 2006). De hecho señaló factores psíquicos en la etiología tanto de la homosexualidad como de la transexualidad. En el primer caso consideró como causa una resolución patológica del conflicto edípico entre el niño y el padre, siguiendo los postulados freudianos. En el segundo, Stoller tomó la idea de simbiosis para dar cuenta de la dificultad del niño para separarse de la feminidad de la madre en una fase pre-edípica (“Demasiada madre, insuficiente padre”) (Laplanche, 2006). Uno de los aportes aún vigente de este autor es la idea de la aparición precoz de la identidad de género producida por la asignación de los otros y

por los mensajes y actitudes inconscientes de los padres dirigidos al cuerpo y a la psiquis del niño; otro es la definición de género como un conjunto de creencias, convicciones y sentimientos de los sujetos de pertenecer a un género, independiente del dato biológico (Laplanche, 2006). Stoller llegó a esta conclusión tomando las expresiones reiteradas de los transexuales adultos y de niños “muy femeninos” quienes decían tener “un alma de mujer en un cuerpo de hombre”. Cabe señalarse que esta noción ha dejado su huella en la ley argentina de identidad de género.³

El concepto asignación de género fue retomado por Jean Laplanche, quien puso énfasis en el carácter de implantación por parte de los adultos de una significación social (Dejours, 2006). Esta operación, origen de la identidad de género, es considerada por este autor como una identificación primaria. Son los adultos quienes inicialmente identifican al niño como perteneciente a un género (identificación por el adulto antes de la identificación al adulto) (Dejours, Laplanche, & André, 2006). Pero esta asignación no está libre de conflictos, ya que porta mensajes enigmáticos provenientes de los fantasmas y deseos inconscientes de los padres, quienes pueden determinar el género de su hijo/a, pero no qué es ser hombre o mujer (Dejours, 2006).

Para Laplanche el niño mediante un proceso de metabolización se apropia de aquello que llega del exterior a través de un mecanismo de traducción del inconsciente. Por eso desde esta perspectiva el género pasa de ser una categoría social a una categoría psíquica, como efecto de la operación que el niño realiza sobre los mensajes enigmáticos parentales (Dejours, 2006). Más tarde este se encontrará con la diferencia sexual anatómica a través de la percepción y su interpretación, lo que le permitirá traducir *a posteriori* la realidad cultural del género implantada inicialmente (Dejours, Laplanche, & André, 2006). Laplanche destacó el carácter ilusorio de la percepción de la diferencia anatómica a partir de la cual se establece una lógica binaria sostenida por la teoría de la castración. Así la diferencia entre masculino y femenino queda fijada a lo fálico y lo castrado, con lo cual se reduce la diferencia a la

3. “Art. N° 2. Se entiende por identidad de género a la vivencia interna e individual del género tal como cada persona la siente, la cual puede corresponder o no con el sexo asignado al momento del nacimiento, incluyendo la vivencia personal del cuerpo. Esto puede involucrar la modificación de la apariencia o la función corporal a través de medios farmacológicos, quirúrgicos o de otra índole, siempre que ello sea libremente escogido. También incluye otras expresiones de género, como la vestimenta, el modo de hablar y los modales.” (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Presidencia de la Nación, 2012).

presencia o ausencia de un único atributo, el masculino (Dejours, Laplanche, & André, 2006) . En este punto el autor abrió el interrogante si esta lógica binaria, nacida de una teoría sexual infantil y soporte teórico del mismo psicoanálisis, sigue siendo vigente para dar cuenta de los fenómenos epocales en torno a la diversidad sexual y de género.

Uno de los aportes de Lacan que permite pensar esta cuestión son los conceptos de goce y sexuación. Esta última noción no se reduce a las opciones imaginarias y significantes que el gran Otro le impone al sujeto, aun cuando el Otro profiere en el momento del nacimiento una palabra: varón o mujer, que orientará el destino más allá de la anatomía (Braunstein, 2006). Incluso el sujeto se irá constituyendo en relación con un conjunto de significantes que lo preexisten y que conforman los ideales y las identificaciones que el Otro le propone (Peidro, 2016). Toda esta construcción simbólico imaginaria -que define a hombres y mujeres más allá de la genética y de la anatomía- pertenece a la dimensión del semblante (Pérez, 2016). Pero en la sexuación se pone en juego algo fundamental, a saber, el goce.

Este es considerado efecto del sistema significativo sobre un organismo, al que desnaturaliza y lo hace cuerpo. En este sentido la palabra secciona, secciona, a los cuerpos. La sexualidad se establece por el discurso, de tal manera que desde él se configuran los órganos de la anatomía y se determina el valor del órgano que con su presencia o ausencia establece la diferencia simbolizada en el Otro del lenguaje (Braunstein, 2006). La diferencia sexual implica la castración para ambos sexos; casi nadie tiene los dos. El goce no podría materializarse sobre el propio cuerpo. El goce fálico empuja a buscar en el Otro sexo eso que falta en el cuerpo, como respuesta a su insatisfacción (Braunstein, 2006). Eso mueve al acto sexual. Pero no hay relación sexual, no hay complemento entre los sexos; cada cual goza, no con el partenaire, sino con su propio fantasma (Pérez, 2016).

Volviendo al concepto de sexuación, desde la teoría lacaniana se lo define como un proceso de elección inconsciente de sexo –distinta de una autodesignación del sexo- por medio del cual hombres y mujeres, sean heterosexuales, homosexuales o trans, asumen una de las posiciones de goce y sus modalidades de satisfacción pulsional en la relación al otro sexo (Pérez, 2016). Hay un goce sexual, goce fálico de la posición masculina, goce de órgano lo cual hace obstáculo a gozar del cuerpo del Otro; y hay un goce Otro, goce del cuerpo de la posición femenina, más allá del falo, efecto del lenguaje, pero fuera de él, por eso es inefable (Pérez, 2016; Sozzi Uboldi, s/f).

Topes, límites y fronteras

Estas tres categorías me sirvieron para articular las consideraciones de diferentes psicoanalistas sobre las sexualidades y los géneros diversos. La idea de tope, como barrera que impide que algo vaya más allá de él, me permitió señalar algunos puntos que son obstáculo en la clínica psicoanalítica. Con el término límite, en tanto línea divisoria que separa territorios, intenté demarcar lo propio del campo psicoanalítico. Finalmente, la frontera, franja de tránsito entre dos o más territorios, fue la categoría a partir de la cual pensé posibles zonas de intercambios del psicoanálisis con otros campos del saber.

1. Topes

En la introducción hice referencia al intento fallido de escuchar a Ana, aquella paciente trans que llegó a consultarme. Esta dificultad personal fue un tope en el tratamiento, más allá de mi interés por el caso. Ciertamente en contradicción con lo que muchas veces propugnamos, como cualquier otro ser humano, somos presa fácil de juicios de valor y prejuicios que a veces se sostienen de conceptualizaciones tranquilizadoras (Mirza Labraga, 2016), o que pueden desplazarse sutilmente a través de un uso particular de los diagnósticos (Yellati, 2013). Aferrarse a la nosografía y a su descripción clínica pone en cuestión la relación del analista con lo diverso (Allouch, s/f). El psicoanálisis está en contra de toda segregación, ya que apunta precisamente a restituir la subjetividad de cada ser hablante, no a anularla, sin importar de qué sujeto se trate (Pérez, 2016).

Los juicios de valor y las opiniones personales e institucionales son un producto socio-cultural de un momento histórico determinado. Al respecto Freud se percató de cuánto afectaba a sus pacientes el carácter superyoico implacable de la moral sexual cultural de su época y por eso la denunció (Yago, 2015). Procuró que ellos pudieran reconocer sus deseos reprimidos, desbaratando la adhesión irreflexiva a los ideales familiares y sociales de su tiempo. Un claro ejemplo fue su respuesta a la carta de una madre preocupada por la homosexualidad de su hijo. Freud le señaló que no había razones para avergonzarse de esta condición, ya que no suponía vicio ni degradación alguna, además añadió que no se la podía clasificar como enfermedad sino como variante de una función sexual (Braunstein, 2006). Pese a esto, entre los psicoanalistas circuló una moral sexual que anatemizó la homosexuali-

dad y toda práctica que se apartara de respetar el orden familiar, patriarcal y heterosexual (Yago, 2015). Es más, en algunos países y en algunas instituciones se sigue pensando que se debería prohibir a los gays el ejercicio del psicoanálisis (Braunstein, 2006). El sostenimiento de cierta moralidad en el ejercicio de nuestra práctica muchas veces refuerza los aspectos sádicos del Superyó, el incremento de culpabilidad favoreciendo la pulsión de muerte en el psiquismo, y promueve las identificaciones a la moral e ideales del psicoanalista (Yago, 2015). Resulta fundamental en estas circunstancias no olvidar la regla de abstinencia, abstinencia de cualquier acción o pensamiento identificatorio no solo en la primera entrevista sino a lo largo de todo el análisis (Allouch, s/f). Es más, el desafío no solo consiste en excluir una identificación de tipo nosográfico, sino también cualquier identificación, ya que estos juicios se fundan sobre la percepción fenomenológica, de ahí la distorsión (Allouch, s/f).

En el polo opuesto coexiste una moral sexual cultural de exigencia de placer ilimitado y de felicidad exprés. El imperativo de pasarla bien a cualquier costo abona una moral ligada al modelo del sexo sin amor, que finalmente es sin otro, modalidad que va de la mano de cierta licuación y evanescencia de los lazos (Allouch, s/f). Constituye un desafío para los psicoanalistas no caer en la fascinación de lo que acontece hoy en la cultura, interrogando las soluciones que la civilización propone (Álvarez, Antuña, Husni, Klainer, Mozzi y Nitzcaner, 2016). El empuje al goce en procura de una satisfacción desenfrenada merece ser puesto en tensión desde nuestras reflexiones teóricas e intervenciones clínicas. La adhesión acrítica a cierto elogio sobre la diversidad impacta al interior del psicoanálisis como una renegación de la idea central de diferencia, que no se circunscribe a las diferencias sexuales anatómicas (Yago, 2015), y esto puede hacernos caer en una desproblematización de la sexualidad, en alianza con una forma de desmentida, elusiva de la castración (Mirza Labraga, 2016).

Hace tope también aquellas posturas que desconocen el carácter provisional (reconocido por el mismo Freud) de algunos conceptos psicoanalíticos. El psicoanálisis no puede operar como una teoría omniexplicativa, pasando por alto los fenómenos de cada época. Se hace necesario hacer una relectura de la teoría psicoanalítica a la luz de los cambios culturales, socio-políticos, económicos, éticos que cada sociedad y sus discursos evidencian (Glocer Fiorini, 2013). A su vez, resulta indispensable entrar en diálogo con los nuevos aportes de otros campos del saber.

2. Límites

Un psicoanálisis implicado en los malestares de cada época, con apertura para dejarse interpelar y en permanente intercambio con los diferentes discursos sociales y culturales requiere de un arduo trabajo de los psicoanalistas para delimitar lo que le es propio, su aporte original, lo que resulta innegociable. La identificación de la línea divisoria a través de la cual el psicoanálisis va estableciendo la especificidad de su campo, de ninguna manera constituye una barrera, tal como sucede con los topes mencionados anteriormente.

Desde distintos ámbitos se considera que el psicoanálisis posee la potencia para hacer un abordaje radicalmente diferente de la psiquiatría; ciertamente pueda adoptar una posición diferente del tratamiento médico, cuyo foco está puesto en la enfermedad (Galemiri León, 2015). Si bien la práctica psicoanalítica lleva adelante casos con sujetos que sufren alguna patología, su cura procura localizar las determinaciones inconscientes e implicar a los analizantes en sus propios padecimientos. La Organización Mundial de la Salud recientemente decidió despatologizar la transexualidad, como hace más de dos décadas lo hizo con la homosexualidad. En este contexto cabe preguntarse si el tratamiento psicoanalítico de pacientes que presentan algún padecimiento en la búsqueda de su identidad de género o de su posicionamiento sexual, puede iniciarse partiendo del supuesto que la diversidad sexual es en sí misma una patología. Esencializar la transexualidad en psicosis –como antes la homosexualidad en perversión- impide que los analizantes puedan pensar las maneras de relacionarse con su sexualidad, con su sexo y con el otro, ya que todo está dicho a priori (Galemiri León, 2015). Además este modo de concebir las diferentes presentaciones actuales de la sexualidad y del género establece una generalización a partir de una categoría diagnóstica que acalla lo singular de cada paciente. No se trata de ajustar a los sujetos a los conceptos, sino de favorecer el despliegue de la subjetividad en un abordaje clínico de lo singular, de lo particular, que propicie un lugar para un sujeto, y no que lo coloque como un objeto a tratar (Daquino, s/f). El hecho de que los psicoanalistas hayamos quedado capturados por una nosografía, ha alejado de un dispositivo analítico a quienes se resisten de antemano (y con razón) a ser enmarcados en un diagnóstico (Daquino, s/f).

Otra cuestión a delimitar tiene que ver con los modos como son concebidos tanto la sexualidad como el género. Actualmente la legitimación de la diversidad sexual en todas sus manifestaciones parte de la concepción de que la

sexualidad humana es una construcción social; de que el binario hombre-mujer es producto de un discurso hegemónico propio de nuestra cultura; y de que en otras culturas esto no es así (Yellati, 2013). Pero si la identificación sexuada es solo un producto socio-histórico, tal como lo sostienen las teorías de género, esto deja por fuera la noción de inconsciente que da sustento al psicoanálisis mismo (Husni, 2016). Esta disciplina reconoce que cada momento socio-histórico-político va trazando sus marcas en las subjetividades y acuerda con las teorías constructivistas en que el sexo no es un mero dato biológico. Freud anudó la idea de sexualidad al concepto de pulsión y con ello la desnaturalizó; le concedió una intensa vida sexual a la infancia, reducida hasta entonces a la genitalidad adulta; subvirtió las concepciones de su tiempo de que a cierta anatomía le correspondía determinada elección de objeto (Sozzi Uboldi, s/f). Es decir, sostuvo la existencia de un cuerpo erógeno y pulsional, no atado a un determinismo biológico en cuanto a la elección de objeto (Sozzi Uboldi, s/f). La noción de sexualidad es inseparable de la existencia del inconsciente y la complejidad de lo sexual, como uno de los misterios indescifrables y enigmáticos. Las teorías que sustentan la elección de género y el acceso a diversidad sexual como una decisión del Yo pueden desestimar la dimensión de lo inconsciente y los avatares del Complejo de Edipo y de la castración en la construcción de la identidad sexual (Maltz, 2018). Además para los autores lacanianos la noción de género deja afuera otros matices de la construcción de la identidad sexual; resulta indispensable incluir en la identidad del sujeto y su sexuación el concepto de goce, lo real del goce, ya que lo más propio del sujeto es la posición desde la que goza (Pérez, 2016; Maltz, 2018).

La multiplicidad de identidades de género intenta suturar la falta con una respuesta por el ser o el tener mediante la pertenencia a un colectivo, que puede constituirse como una micrototalidad y aplastar tanto lo singular como la pregunta por lo sexual al reducir esta problemática a una cuestión de elección y/o a una construcción de género (Maltz, 2018). La nueva ley de identidad de género permite la legalización de la elección de sexo como un acto libre y voluntario, no obstante no hay que desconocer la incidencia del Otro en las identificaciones (Yellati, 2013). Ciertamente el género como semblante simbólico imaginario resulta de la identificación a los significantes que el otro de las instituciones aporta a este juego entre hombres y mujeres (Pérez, 2016). Sin lugar a dudas la identidad de género se inscribe en la subjetividad estructurando al sujeto. Pero no es posible sostener la ilusión de una elección totalmente libre para elegir las identificaciones ni la posición sexual (Galemiri León, 2015).

En síntesis, en el trazado de la línea divisoria que distingue lo propio de cada campo, resulta esclarecedor señalar que los estudios de género construyen marcos teóricos sobre la diversidad sexual y de género desde una dimensión política, socio-cultural y performativa de cierta conciencia de sí (Yellati, 2013), mientras que psicoanálisis- que elabora su teoría en articulación con su particular escucha clínica- subraya la importancia de los procesos inconscientes: las marcas de las fijaciones de goce, la dimensión sintomática, las identificaciones primarias tanto en la asunción de la identidad como en la construcción de la sexuación que siempre es singular.

3. Fronteras

Una vez explicitados aquellos aspectos que en nuestra práctica hacen tope, y definida la línea que distingue lo propio del psicoanálisis, me resulta interesante pensar zonas de fronteras como un espacio de intercambio del psicoanálisis con otros campos del saber.

En este último apartado, lejos de brindar una conclusión, me parece oportuno señalar algunos puntos que podrían configurar una franja fronteriza de cruces con otras disciplinas, con las cuales queda la tarea pendiente de diálogo, confrontación e indagación para un enriquecimiento mutuo.

La medicina a través de especialidades tales como la endocrinología y la cirugía plástica brinda la posibilidad de modificar el cuerpo. Esta práctica parecería estar muy alejada del psicoanálisis. Sin embargo, resulta llamativo que una de las primeras intervenciones quirúrgicas de cambio de sexo fuera realizada por Magnus Hirschfeld, psiquiatra, sexólogo alemán y uno de los fundadores de la Asociación Psicoanalítica en Berlín (Medina, 2017). Él además uno de los autores leídos y citados por Freud en *Tres ensayos de teoría sexual* (1905).

Para algunos autores el transexualismo se constituye con otro que da una respuesta a la demanda de corregir el error de la naturaleza (Lafuente, s/f). Ciertamente la ciencia propone una salida a través de la intervención real sobre el cuerpo, por la vía de terapias hormonales y operaciones quirúrgicas. Esta respuesta puede producir alivio, cumplir la función de estabilización o suplencia, pero en algunos casos resulta insuficiente o nefasta para el sujeto (González, 2014). Por este motivo, algunos analistas señalan la importancia de contribuir señalando que la cirugía no resuelve los problemas de reasignación de sexo y que el psicoanálisis puede ofrecer un camino menos cruento en la construcción de su sexuación (Lafuente, s/f). Hay quienes sostienen que

la intervención en el cuerpo en algunos casos puede cumplir la función de suplencia y evitar que se desencadene una construcción delirante. Sin lugar a dudas, los resultados dependerán de la estructura y la particularidad de cada sujeto, pero sería muy enriquecedor contar con una abundante casuística para indagar los efectos que se producen en los sujetos que se exponen a la transformación de un cuerpo en otro, no solo como vía para el cambio de sexo, sino para sostener un cuerpo según los parámetros estéticos de la actualidad (Veiga Santana, 2015).

El sistema judicial interviene en la legitimación por la vía legal de los derechos de los sujetos con identidades de géneros y sexuales diversas. Hay quienes hablan de “nuevas presencias de la sexualidad” para referirse a los gays, lesbianas, travestis, transexuales, bisexuales, transgéneros (La Tessa, 2018). Ciertamente uno de los fenómenos de esta época es el despliegue de estas múltiples identidades y expresiones de género como así también de orientaciones sexuales. Las minorías que ellas representan desde hace tiempo vienen organizándose por la inclusión de la diversidad sexual y de género, y por el reconocimiento de sus derechos ante los procesos de exclusión, de marginación social y ante el incremento de la violencia discriminatoria (Veiga Santana, 2015). La novedad no alude tanto a las presencias (en plural) de la sexualidad como al impacto social y político generado a través de la conquista legal. Esta ha introducido importantes modificaciones en la institución familiar y en la sociedad (La Tessa, 2018). Los cambios en las leyes matrimoniales y de adopción en algunos países junto con las nuevas técnicas de fertilidad han dado legitimidad social a las parejas del mismo sexo, a las familias homoparentales y a las nuevas formas de reproducción (La Tessa, 2018). Estas nuevas configuraciones familiares y de procreación abren interrogantes sobre los efectos en la constitución subjetiva de niños y niñas (Peidro, 2016). Ciertamente esto resulta un campo fértil para la indagación psicoanalítica.

La ley argentina de Identidad de Género garantiza el derecho civil a ser reconocido y tratado de acuerdo a la identidad autopercebida (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Presidencia de la Nación, 2012). Al respecto las investigaciones de psicoanalistas, que han acompañado procesos de sexuación, muestran que en la mayoría de los casos la reasignación de sexo de manera simbólica, por la vía del cambio de nombre y de sexo en el Documento Nacional de Identidad, produjo alivio y estabilización (González, 2014). No obstante, algunos psicoanalistas abren el interrogante si es suficiente para otorgar el cambio de sexo de manera simbólica o quirúrgica la demanda del sujeto basada

en la autopercepción, teniendo en cuenta que las afirmaciones conscientes del yo arrojan poca luz al enigma de la sexualidad (Peidro, 2016). La ley positiva podría reducir el padecimiento de quienes no se identifican con un género determinado, sin embargo el psicoanálisis tiene que advertir que con eso no se resuelve lo indecible de la sexualidad (Peidro, 2016) .

Es una tarea pendiente de los psicoanalistas entablar un diálogo abierto con la sociología, la antropología y la filosofía actuales, y generar espacios de discusión con aquellas teorías, como las teorías *queer*, que los interpelan. Algunas vertientes exhortan al psicoanálisis a revisar algunas de sus concepciones excluyentes de ciertas posiciones sexuales, al servicio de la ley normalizadora; de todos modos, también reconocen la capacidad del psicoanálisis para poner en duda la norma, aunque a veces esta capacidad se ve amenazada por los psicoanalistas sometidos a la normalización (Galemiri León, 2015). Algunos autores sostienen que es posible encontrar puntos comunes con la teoría *queer*. Señalan que desde esta perspectiva se propone la deconstrucción de toda identidad de género (hetero, homo o trans) tomándola como una actuación para cada ocasión. En este sentido se acerca a la deconstrucción analítica donde toda identificación es puesta en cuestión, especialmente las identificaciones del semblante sexual (Pérez, 2016).

Resulta interesante para pensar los intercambios entre el psicoanálisis y la teoría *queer* las ideas que recientemente ha desarrollado su fundadora, Teresa de Lauretis. Ella señaló que la política de la sexualidad que propuso en 1990 se convirtió en una política de las identidades de género, y que las nociones de de-construcción o re-significación del género terminaron por ponerlo como la medida de la identidad de la persona, opacando de esta manera la problemática de la sexualidad y la dimensión sexual de la identidad (de Lauretis, 2015). Subrayó la importancia de recuperar la contribución de Freud a la epistemología moderna, esto es, el concepto de inconsciente y el de sexualidad infantil como perversa, polimorfa, auto-erótica, no reproductiva y sin normas (de Lauretis, 2015). Resulta interesante su invitación al psicoanálisis para trabajar con la teoría *queer* a fin de ampliar su gama de preocupaciones a todas las formas de comportamiento sexual, no para clasificar o tipificar como delito, sino para entender sus condiciones de posibilidad (de Lauretis, 2015) .

Para finalizar, considero que un espacio de frontera en el interior del psicoanálisis lo constituyen la teoría y la práctica clínica. Es desde la experiencia analítica, en la escucha del discurso de cada paciente, en su apertura del Inconsciente, donde hallamos la novedad que puede poner en tensión los marcos

conceptuales del psicoanálisis. Este fenómeno epocal nos enfrenta a un nuevo paradigma que nos convoca a repensar algunas categorías interpeladas, tales como la centralidad de la función fálica, el binarismo masculino-femenino, la conceptualización del Complejo de Edipo, la diferencia sexual anatómica y su efecto en la psique de los sujetos (Glocer Fiorini, 2013). Puede estar sucediendo que la significación de las diferencias sexuales esté mutando y haga de estas un factor mucho menos denso en su peso como causa de lo que ha sido hasta ahora (Yago, 2015).

Acojamos en nuestra clínica los padecimientos de quienes en su proceso de sexuación presentan un conflicto o un interrogante, sin aspiraciones de generalización, sino en la singularidad del uno a uno (González, 2014) . Pongamos en suspenso los diagnósticos estructurales, que si bien son un recurso para orientar la cura, también pueden operar como resistencia del analista y obstaculizar la escucha, además de provocar un efecto patologizante y estigmatizador. Indaguemos caso por caso qué función cumple el fenómeno de diversidad sexual en la estructura subjetiva dentro de este contexto actual (Sozzi Uboldi, s/f), para acompañar a cada quien, a encontrar un tratamiento de su goce de modo que no quede sometido a una satisfacción mortífera, y pueda sostenerlo en un lazo subjetivo posible desde sus marcas singulares (Álvarez et alii, 2016).

Las experiencias clínicas compartidas, el intercambio de reflexiones teóricas, la apertura a otros campos del saber pueden brindarnos los elementos indispensables para llevar adelante las reformulaciones necesarias y para sostener las nociones psicoanalíticas fundamentales en una práctica fecunda.

Obstáculos, limites e fronteiras da prática psicanalítica diante da diversidade sexual e de gênero

RESUMO O presente ensaio trata da questão da diversidade sexual na prática psicanalítica.

Após breve menção ao contexto de produção, apresentam-se noções elaboradas pela psicanálise que ajudam a pensar a problemática a partir de diversas perspectivas. A seguir, articulam-se considerações de diferentes psicanalistas – tomando as categorias de “obstáculo”, “limite” e “fronteira” – para abordar pontos que podem se constituir em obstáculos na prática clínica para delimitar o que é próprio do campo psicanalítico e para pensar possíveis zonas de intercâmbios com outros campos do saber.

PALAVRAS-CHAVE diferença entre os sexos; identidade de gênero; identidade sexual

Obstacles, limits and frontiers of psychoanalytic practice in the face of sexual and gender diversity

ABSTRACT This paper presentation deals with the question of sexual diversity in psychoanalytical practice. After an overview of the context of production, I discuss some notions provided by psychoanalysis that contribute to thinking the issue from different angles. I proceed to examine the work of various psychoanalysts' taking the categories of "stoppers," "limits" and "frontiers" to approach those questions that have become an obstacle in psychoanalytical practice, with a view to establishing the boundaries of the psychoanalytical field and to thinking potential areas of exchange with other fields of knowledge.

KEYWORDS sex differences; gender identity; sexual identity

Referencias

- Allouch, J. (s/f). Despatologizaciones: homosexualidad, transexualidad... ¿otra más? Obtenido de www.jeanallouch.com/pdf/245.
- Álvarez, P.; Antuña, A.; Husni, P.; Klainer, E.; Mozzi, V.; Nitzcaner, D. (2016). Segundo informe sobre transexualismo y travestismo desde la perspectiva del psicoanálisis. Recuperado el 24 de junio de 2018, de *Género y biopolítica*: <http://www.wapol.org/es/articulos/Template.asp?intTipoPagina=4&intPublicacion=13&intEdicion=9&intidiomaPublicacion=1&intArticulo=2768&intl...>
- Archivo Infojus Noticias. (2015). "Fue un asesinato de odio, por la identidad de Laura y por los signos de violencia". Obtenido de <http://www.archivoinfojus.gob.ar/provinciales/fue-un-asesinato-de-odio-por-la-identidad-de-laura-y-por-los-signos-de-violencia-2947.html>
- Braunstein, N. (2006). Goce y sexualidad. En N. Braunstein, *El goce. Un concepto lacaniano*. 2ª ed. (p. 123-176). Buenos Aires: Siglo veintiuno editores.
- Daquino, M. (s/f). ¿Qué lugar para el transexual? Obtenido de Imago Agenda: <http://www.imagoagenda.com/articulo.asp?idarticulo=2064>
- De Benito, E. (s/f). La OMS saca la transexualidad de la lista de enfermedades. Recuperado el 29 de diciembre de 2018, de https://elpais.com/internacional/2018/06/18/actualidad/1529346704_000097.html
- De Lauretis, T. (2015). Género y teoría queer. Obtenido de *Revistas científicas de Filo*: revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/download/2402/2062
- Dejours, C. (2006). Por una teoría psicoanalítica de la diferencia de sexos. Introducción al artículo de Jean Laplanche. Obtenido de *Alter. Revista de psicoanálisis*, n. 2: <https://revistaalter.com/revista/por-una-teoria-psicoanalitica-de-la-diferencia-de-sexos-introduccion-al-articulo-de-jean-laplanche/934/>
- Dejours, C.; Laplanche, J.; André, J. (2006). El género en la teoría sexual. Obtenido de *Alter. Revista de psicoanálisis*, n. 2: <https://revistaalter.com/numeros-alter/el-genero-en-la-teoria-sexual/>

- Freud, S. (1995). Tres ensayos de teoría sexual. In S. Freud, *Obras completas*. Trad. J. L. Etcheverry. (Primera edición en castellano - Octava reimpresión ed.). Vol. VII (p. 109-224). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1993). Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina. En S. Freud, *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry (Segunda edición. Quinta reimpresión ed.). Vol. XVIII (p. 137-164). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1993). Nuevas conferencias de intruducción al psicoanálisis (33° Conferencia. La feminidad). En S. Freud, *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. (Segunda edición. Tercera reimpresión ed.). Vol. XXII (p. 104-125). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1933 [1932]).
- Galemiri, L. A. (2015). *Transexualidad y Queer: El psicoanálisis en cuestión*. Vol. I. Santiago de Chile: Universidad Central de Chile. Obtenido de revistafacso.ucecentral.cl/index.php/liminales/article/viewFile/174/170
- Glocer, F. L. (2013). Deconstruyendo el concepto de función paterna. Un paradigma interpelado. *Revista de Psicoanálisis*, 70 (4).
- Glocer, F. L. (2016). Cuerpo, género y sexo: Una relación paradójica. Obtenido de *Revista uruguaya de Psicoanálisis*: www.apuruguay.org/apurevista/2010/16887247201612309.pdf
- González, G. (2014). Acerca del transexualismo masculino. Obtenido de Nel Medellín, *Nueva escuela lacaniana*: <http://nel-medellin.org/acerca-del-transexual-masculino/>
- Husni, P. (2016). Cuerpo, época y transexualismo. Obtenido de *Desvios. Revista del Centro de Estudios Psicoanalítico de la UNSAM*: <http://revistadesvios.unsam.edu.ar/cuerpo-epoca-y-transexualismo/>
- La Tessa, M. (2018). La construcción y la diferencia: psicoanálisis y género. Recuperado el 24 de marzo de 2019 de *Intersecciones Psi. Revista Electrónica de la Facultad de Psicología - UBA*, Año 8, n. 27: http://intersecciones.psi.uba.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=43:la-construccion-y-la-diferencia-psicoanalisis-y-genero&catid=9:perspectivas&Itemid=29
- Lafuente, C. (s/f). Actualidad del transexualismo. Obtenido de *Actualidad del transexualismo - Psicoanálisis y sociedad*: psicoanalisisysociedad.org/.../Actualidad%20del%20transexualismo-%20C.Lafuente.pdf
- Laplanche, J. (2006). Anexo 1: El género y Stoller. Obtenido de *Alter. Revista de psicoanálisis*, n. 2: <https://revistaalter.com/revista/anexo-1-el-genero-y-stoller/926>
- Maltz, O. (2018). Género y Psicoanálisis. Obtenido de *Psicoanálisis ayer y hoy. Revista Digital*, n. 17: <https://www.elpsicoolisis.org.ar/nota/genero-y-sicoanalisis-osvaldo-maltz/>
- Medina, N. (2017). Transexualidad y psicoanálisis. Ciencia, ficción y clínica. Obtenido de *Fort - Da. Revista de Psicoanálisis con Niños*, n. 12: <http://www.fort-da.org/for-da12/fernandezmedina.htm>
- Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Presidencia de la Nación. (2012). *Identidad de género. Ley 26.743*. Obtenido de InfoLEG. Información Legislativa: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/195000-199999/197860/norma.htm>

- Mirza Labraga, N. (2016). El género de lo que no se sabe, gender queer. *Calibán. Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, 14 (2), 30-39.
- Peidro, S. (2016). *Queer studies y psicoanálisis: Tensiones en torno a los movimientos reivindicadores de las identidades sexo-generalizadas*. Obtenido de Facultad de Psicología - UBA / Secretaría de Investigaciones/ Anuario de investigaciones/ Vol. XXIII: ppct.caicyt.gov.ar/index.php/anuniv/article/download/8897/8744
- Pérez, E. (2016). Género o sexuación. Un intento de pensar la relación del psicoanálisis y los estudios de género. Obtenido de ElSigma.com: <http://www.elsigma.com/columnas/gnero-o-sexuacion-un-intento-de-pensar-la-relacion-del-psicoanalisis-y-los-estudios-de-genero/13138>
- Ruiz, N. (2011). Psicoanálisis y Sexualidad: Los avatares de Freud y sus huellas sobre los Queerpos Sexuados. *Topía. Un sitio de psicoanálisis, sociedad y cultura*. Obtenido de <https://www.topia.com.ar/articulos/psicoanalisis-y-sexualidad-avatares-freud-y-sus-huellas-queerpos-sexuados>
- Sozzi Uboldi, G. (s/f). El transexual. De la cuestión de la psicosis a la cuestión de la época. Obtenido de <http://www.imagoagenda.com/articulo.asp?idarticulo=2159>
- Veiga Santana, V. L. (2015). La soledad del uno: transexualidad y psicosis. Obtenido de *El psicoanalítico. Laberintos entrecruzamientos y magmas*: <http://www.elpsicoanalitico.com.ar/num22/clinica-veiga-santan-transexualidad.php>
- Yago, F. (2015). La moral sexual psicoanalítica y la nerviosidad institucional. Obtenido de *El psicoanalítico. Laberintos, entrecruzamientos y magmas*, n. 20 ¿Moral sexual psicoanalítica?: <http://www.elpsicoanalitico.com.ar/num20/clinica-franco-moral-sexual-psicoanalitica-nerviosidad-institucional-transexualidad.php>
- Yellati, N. (2013). *Transexualismo*. Obtenido de VI ENAPOL: http://www.enapol.com/es/template.php?file=Textos/Transexualismo_Nestor-Yellati.html

Recibido: 08/01/2019

Aceito: 19/04/19

Adriana Pontelli
Calle Chimú, 8558 – Villa 9 de Julio
Córdoba – Argentina – X5022HDR
adrianapontelli@gmail.com

Emigración: Pérdidas y Oportunidades

Adriana Prengler¹

RESUMEN: Este artículo describe algunos aspectos del duelo que en distintos niveles produce la experiencia de emigrar, específicamente en relación a la identidad, a las relaciones objetales, la pérdida del lenguaje materno, y aspectos relacionados al vacío y confusión ante las diferencias culturales. La ilusión de seguir perteneciendo al viejo lugar hasta el momento en que se retorna es también considerada. Estos aspectos se ilustran a través del relato de algunas experiencias personales descritas por la autora.

PALABRAS CLAVE: Migración, Identidad, Perdida, Diversidad.

Cuando pensamos en el tema de las migraciones, lo primero que imaginamos es el cambio de lugar geográfico, a veces sin tomar en cuenta todo lo que este cambio implica en diversos niveles.

Mucho más allá que una mudanza de lugar, emigrar envuelve una de las experiencias vitales más traumáticas, implicando una separación y un duelo difícil de elaborar, ya que involucra no solamente perder un objeto amado y familiar, sino perder parte de la identidad. Es un duelo prolongado que se inicia con la separación y el desarraigo, y sigue por tiempo indefinido con el esfuerzo siempre presente de integrarse a un lugar extraño, poblado de gente con una cultura distinta, hábitos desconocidos, un idioma diferente (aun cuando fuese

1. Analista didacta de la Sociedad Psicoanalítica de Caracas y de la Northwestern Psychoanalytic Society and Institute (NPSI) en Seattle, Washington, donde es Profesora. También enseña psicoanálisis en Wuhan, China. Ha presentado trabajos psicoanalíticos en numerosos congresos nacionales e internacionales y publicado en diversas revistas psicoanalíticas sobre psicoanálisis aplicado y asuntos clínicos. En su práctica privada en Seattle, trabaja con adultos, adolescentes y niños. Vicepresidenta electa de la Asociación Psicoanalítica Internacional y presidenta del comité de reubicación de psicoanalistas emigrantes.

el mismo), códigos de comunicación ininteligibles, objetos, comidas, tradiciones, que toman toda una vida aprender y disfrutar.

Lo que antes era cotidiano se vuelve incierto, evocando un cuestionamiento constante que requiere un pensamiento y una decisión a cada paso, hasta para los actos más simples, aquellos que eran automáticos en el lugar de origen, como dirigirse de un lugar a otro, o realizar una compra cotidiana.

La historia y las costumbres que eran compartidas con la gente del lugar de origen, pierden su sentido en el nuevo lugar y lo que resulta elemental para los nativos, es una incógnita para el inmigrante. Se pierde el código común y se asoma la confusión, no solamente en espacio, sino en tiempo y persona.

En este duelo, a diferencia de otros duelos, no hay una pérdida real del objeto, porque al decir de Nicolussi (1996), el objeto no ha muerto, pero está en otro lado; es un objeto perdido que prosigue su existencia, pero separado del que emigra. Es como si perdiéramos un objeto de amor que sigue vivo en algún sitio, sin que podamos enterrarlo y al que ya no tenemos acceso. A diferencia de un duelo normal, no es el objeto quien deja al emigrante, sino el que emigra, quien deja al objeto, pero sin perder la esperanza de reencontrarlo en el futuro... algún día.

En el caso poco probable de que lleguemos a recuperarlo, nos enfrentaremos a la desilusión de que ese objeto ya no será el mismo, ya que habrá cambiado con el paso del tiempo, al igual que ha cambiado el emigrante, para quien el tiempo también pasa, a pesar de que pudiera vivirse como detenido.

Emigrar es entonces un proceso muy complejo, que involucra la pérdida de un lugar, de un tiempo histórico, del sentimiento de identidad y pertenencia, de la cultura, del idioma, de lo cotidiano. Es el desarraigo de la tierra que nos vió nacer, de los seres humanos amados, familia y amigos, todo lo cual infringe una profunda herida psíquica, que probablemente no deje de sangrar a pesar del paso de los años, y cuya cicatriz estará siempre presente y visible en la vida del inmigrante.

De todos estos aspectos, quizás uno de los más difíciles es la vivencia de pérdida de identidad. Se experimenta la sensación de no ser la misma persona que se fue en el lugar de origen. Al emigrar nos convertimos en un desconocido no solo para los demás, sino para nosotros mismos, ya que uno no se reconoce del mismo modo en el lugar de adopción. Inicialmente los nuevos vínculos son vividos como una fantasía que no promete permanencia, como si estuviésemos de vacaciones en un lugar extraño, anhelando regresar.

Quizás algunas experiencias personales ilustren estas ideas: habiendo nacido y crecido en la Argentina, emigré en mi adolescencia durante la dictadu-

ra militar. Mi destino fue Venezuela, una tierra que en ese momento florecía en democracia, libertad y prosperidad. Durante la luna de miel inicial, vivenciaba el nuevo hogar como unas largas vacaciones en un paraíso tropical, rodeada de verdes montañas, pájaros exóticos y una explosión colorida de flores trinitarias y palmeras, un sol radiante, gente amable y afectuosa, un mar cálido y transparente, calles vibrantes y llenas de vida. Sin embargo, pasado un tiempo “de vacaciones”, y aunque mi situación era favorable, me preguntaba: ¿Soy YO la misma persona que estuvo allá y ahora está aquí? ¿Quien soy aquí? ¿Quien era allá? ¿Me reconozco en este otro lugar? ¿Los demás me verán como creo que soy? Como si hubiera una brecha entre lo que fui y lo que ahora era, con la sensación de estar viviendo una fantasía de renacimiento, casi como si hubiera nacido de nuevo en un ambiente con otra gente, otro clima, un castellano que a veces no reconocía, una cultura distinta dentro del mismo continente.

Me animo a ilustrar esta vivencia con una experiencia personal durante una visita de vuelta a la Argentina, en ocasión del 37º congreso de la IPA en Buenos Aires. Subiendo en el ascensor de la sede del congreso junto con un grupo de congresistas, una mujer relataba algo en voz alta dirigiéndose a todo el grupo, que la escuchaba atentamente. La miré por un segundo e inmediatamente recordé su rostro: habíamos dejado de vernos cuando ambas teníamos unos ocho años de edad, y habían pasado otros 35. Habíamos ido juntas por un mes a un campamento infantil de verano, y nunca más nos habíamos vuelto a ver, pero por alguna razón, yo la había recordado durante mucho tiempo, y de adulta a veces me preguntaba qué habría sido de ella. Casi de manera automática y sin darme cuenta, interrumpí su conversación para preguntarle: ¿Vos no te llamás Diana? con la extraña sensación de haberla conocido en otra vida. Ella me miró apenas un instante y respondió muy segura: “Vos sos Lali Prengler”. Sentí que algo cambió en mí. ¡No podía creer que alguien a quien no volví a ver después de los 8 años de edad, me hubiese reconocido! Nos abrazamos y lloramos... bueno, en realidad lloré yo, mientras los presentes en el ascensor aplaudían emocionados.

Como inmigrante, este reconocimiento de otro puede operar como un momento psíquico estructurante: Si alguien me mira, si me reconoce después de muchos años, existo en la mente del otro, y el otro existe en la mía. Este momento produjo en mí una disminución de la brecha disociativa entre el antes y el después, lo que facilitaba para mí, la posibilidad de vivenciar un hilo vital continuo entre el “allá y entonces y el aquí y ahora, ¡Entonces soy la misma que se fue, me fui conmigo misma, existí antes de haber emigrado! Son los

otros quienes en gran medida aportan al sí mismo el conocimiento acerca de quien se es, devolviéndonos nuestra imagen, ya que el narcisismo se construye en la intersubjetividad.

Otra experiencia que define la vivencia de emigrar se refiere a los cambios en la cultura. Luego de haber vivido cuatro extraordinarias décadas en Venezuela, donde por fin comenzaba a sentir mis raíces crecer nuevamente con fuerza en ese paraíso tropical y donde había desarrollado mi vida personal y profesional, con familia y amigos, colegas y pacientes, tuve que tomar la forzada decisión de dejar el país. Habían transcurrido 10 años del régimen dictatorial en Venezuela, y no se veía la luz al final del túnel en un futuro cercano. Esta vez seguí aún más al norte, a USA, al hermoso Estado de Washington en la costa oeste. El choque cultural, viniendo de Venezuela, fue significativo. Venezuela, un país tropical, tiene un estilo personal también tropical, es decir, cálido, relajado, donde el tiempo es elástico y la expresión del afecto brota con la misma calidez que el clima. Por otro lado, la puntualidad y la planificación se vive en general con bastante flexibilidad, prevaleciendo la espontaneidad y la informalidad.

La ciudad de Seattle me abrió generosamente sus puertas, siendo invitada y muy bien recibida por el grupo de entusiastas analistas de la sociedad psicoanalítica del Noroeste NPSI, sumamente receptivos y abiertos a nuevas ideas y culturas. La diferencia entre mis dos sociedades psicoanalíticas de pertenencia en Caracas y en Seattle fue notoria. Los miembros en Seattle llegaban a las reuniones unos minutos antes de la hora pautada, y se sentaban silenciosamente, o apenas saludándose con un gesto o un breve intercambio de palabras, para mí, apenas perceptible, y esperaban el comienzo de la reunión a la hora exacta indicada, interviniendo luego uno a uno y sin interrumpirse.

Este otorgamiento del espacio para cada uno, se manifiesta de manera análoga en un mayor espacio también para la expresión física del afecto, donde es muy común saludarse silenciosamente y raramente besarse o abrazarse al llegar. En el espacio venezolano había menos distancia, no solo entre las intervenciones verbales de los miembros en las reuniones, sino también en la expresión de los afectos, ya que las reuniones científicas y administrativas incluían suficiente espacio para encontrarse, abrazarse, preguntarse por las vidas personales y la familia, tomar un café juntos, para luego comenzar la reunión más tarde que lo agendado y terminarla después de lo previsto.

Lo interesante es que, en la rutina cotidiana, uno no se plantea que la vida es distinta en otras partes, y sin darnos cuenta, asumimos el día a día como si el mundo fuese nuestro pequeño entorno y esperaríamos que otros institutos

psicoanalíticos funcionen parecidos al nuestro. La experiencia de inmigración nos hace más conscientes de la diversidad en muchos sentidos.

Otro aspecto que imprime en el inmigrante un sello de extranjero de por vida es el idioma de infancia. No por casualidad decimos que nuestro idioma natal es la “lengua materna”. El idioma es el vínculo con la madre de la infancia, con nuestra historia y nuestra identidad.

La comunicación verbal y no verbal que permitió un primer contacto con la madre, el otro primordial, se pierde parcialmente con la migración. La diferencia en el idioma será siempre una brecha que exigirá no poder dar por sentado lo que parece obvio y automático para los nativos del lugar. Para el inmigrante muchas palabras no tendrán el mismo significado, y aun otras, las que se aprenden en la infancia, probablemente serán siempre desconocidas por no haberse adquirido como parte del desarrollo infantil.

Por más que se aprenda el nuevo idioma, éste se hablará en la mayoría de los casos, al menos, con acento, y el inmigrante estará condenado a ser un extranjero cada vez que se exprese. En el manejo de los idiomas, tanto el de origen como el adoptado, se reflejará el grado de identidad y de adaptación al nuevo lugar.

A poco tiempo de haber comenzado mi práctica clínica en Seattle, una paciente en sesión me hablaba de “Mr. Rogers”, un personaje de la televisión de su infancia, como si yo lo conociera. Ella trataba de hacer una analogía entre el modo de educar a su hijo y este personaje famoso de USA. Obviamente ella asumía que Mr. Rogers era tan familiar para mí como para cualquier persona que haya crecido en USA. Pero Mr. Rogers, una figura obvia en su mente, no existe en la mía. Así como esta simple anécdota, tantas palabras y experiencias son obvias para las personas que comparten un idioma de infancia y cultura, pero son una incógnita para el inmigrante.

Desde una perspectiva distinta, el hecho de que el inmigrante no comparta un idioma ni historias comunes, puede tener el beneficio de tener que explicar lo que de otro modo sería asumido como obvio, con lo cual se abre la posibilidad de descubrir nuevos contenidos.

Por otro lado, resulta muy interesante con relación al lenguaje, que algunos temas que pudieran inhibirnos o avergonzarnos en el idioma materno, parecen despertar menos inhibiciones si se expresan en el idioma adquirido. Es como si tomáramos distancia de la vergüenza o angustia que indujo a la represión de estos contenidos infantiles, levantándose la represión de impulsos tanto sexuales como agresivos, cuando son formulados en un lenguaje extranjero. Como si la vergüenza y la angustia fueran percibidas también como un poco

ajenas o “extranjeras” a uno mismo, siendo posible expresar nuestros deseos agresivos o sexuales con menos inhibición que si fuesen formulados en el idioma materno. Weissmann (2018) alude a esto afirmando que “la nueva lengua burla los rigores del superyó, que permanecen vinculados inconscientemente a la lengua materna” (Lo público, lo privado. Migración/exilio y la pérdida de la lengua materna, para. 46). Esto, curiosamente, podría abrir la posibilidad de descubrir aspectos de sí mismo que quizás hubiesen quedado reprimidos si se hubiese permanecido en el lugar de origen.

La posibilidad de retorno es también un tema complejo. Debido a que en la migración el objeto perdido no ha muerto, sino que está en otro lado, se anhela reencontrar ese objeto en algún lugar del tiempo, tal como se le dejó. Pero cuando por fin se retorna al objeto, éste ha cambiado y es probable que ya no se reconozca como propio. Mientras no se retorna, se puede albergar la ilusión de que todo se ha mantenido tal cual lo dejamos, congelado en el tiempo, pero una vez reencontrado, lo hemos perdido para siempre.

Reseño esta experiencia del retorno con otra vivencia experimentada cuando por fin, luego de más de una década de haber emigrado por primera vez, retorné a la Argentina de visita. Aunque la democracia acababa de regresar al país y con ella, la libertad y la paz, tanto el país como yo habíamos cambiado. Mi objeto perdido y anhelado había dejado de existir, tal como lo dejé. Ahora quedaba confirmado que yo era una extranjera en mi propio lugar; las calles cambiadas, algunos amigos de mi adolescencia irreconocibles. Ya no estaban el kiosquito ni la panadería de la esquina, donde todos los días me paraba a comprar chocolates, y yo misma me percibí como un gigante cuando traté de volver a subirme en los caballitos de madera que seguían dando vueltas en la calesita de mi infancia.

Y lo mismo me sucede cada vez que vuelvo a Venezuela, mi primer país de adopción donde viví cuatro décadas, país que representaba para mí la paz y la alegría, la espontaneidad, el sol y el Caribe, y hoy se ha transformado en un ambiente generalizado de muerte, miseria, tristeza y corrupción, donde la gran mayoría de la población lucha por sobrevivir diariamente para conseguir alimentos y medicinas. Volver es nuevamente retornar a un lugar que muy poco se parece al que dejé, repitiéndose la imposibilidad de reencontrar el objeto perdido, como la madre omnipotente de la infancia que se pierde para no volver a reencontrarse.

¿Qué es en realidad lo que el inmigrante pierde con lo perdido? Si perdemos ese objeto que nunca podremos reencontrar y perdemos a la persona que nunca volveremos a ser, ello igualmente se pierde de manera natural en aquel

que simplemente crece y madura sin haber emigrado. Pero es que la migración nos enfrenta a ello de manera traumática, sin esperar a que el tiempo llegue. También se pierde aquello que se hubiera esperado vivir y no se pudo vivir de la manera imaginada, sino de otro modo, en otro lugar, rodeado de otras personas.

Nada volverá a ser lo mismo, ni las personas dejadas, ni el lugar, ni los objetos, pero tampoco quien ha emigrado. El objeto no estuvo muerto, y por eso cambió; no pudo ser congelado en el tiempo, y ahora resulta familiar y extraño a la vez, conocido y desconocido. Pero el inmigrante, si logra elaborar el duelo por la separación y por estos objetos perdidos, podrá encontrar la vía libre para sentir sus taladas raíces crecer lentamente y anclarse en el nuevo lugar.

El que inmigra jamás dejará de ser un inmigrante, ya que nunca pertenecerá totalmente a su nuevo mundo, y tampoco recuperará su pertenencia al antiguo lugar, tal cual lo dejó. Habrá dejado de vivir experiencias que le tocaba vivir en el viejo lugar, y tendrá en su haber, otras experiencias que no hubiera vivido de no haber emigrado. Retornar será una nueva inmigración, y la tierra adoptiva ahora amada y dejada, le traerá la antigua nostalgia que una vez conoció al emigrar.

Sea que se decida o no retornar, al decir de Achard y Galeano (1983) “El individuo que se sobrepone exitosamente a la experiencia desgarradora de la pérdida del marco referencial, de la aniquilación de sus vínculos objetales externos, de la desorganización de su identidad, de la destrucción de sus pautas de conducta, de la ruptura de la racionalidad de su mundo; si llega a configurar una nueva identidad, adquiere, sin duda una riqueza inmensa” (p.412).

Todas estas experiencias, consecuencias de la vivencia de desarraigo y del doloroso abandono del idioma de infancia, contribuyen paradójicamente a desarrollar una genuina capacidad para aceptar y disfrutar de la diversidad humana y cultural, lo que se traduce en un yo fortalecido que se agrega a lo que ya se era.

Emigração: Perdas e Oportunidades

RESUMO: Este artigo descreve alguns aspectos do luto que, em diferentes níveis, se produz a partir da experiência de migração, especificamente no que tange à identidade, às relações objetais, à perda da língua materna e a aspectos relacionados ao sentimento de vazio e confusão diante das diferenças culturais. É também explorada a ilusão de continuar pertencendo ao lugar de origem, sentimento presente enquanto não se retorna. Estes aspectos são ilustrados a partir do relato da experiência pessoal do autor.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Identidade, Perda, Diversidade

Emigration: Losses and Opportunities

SUMMARY: *This article describes some of the psychological effects of emigration in relation to identity, object relations, the loss of the mother tongue, and feelings of emptiness and confusion in the face of cultural difference. Also considered is the illusion of continuing to belong to the old place until one returns to that place. These psychological aspects are illustrated with personal experiences described by the author.*

KEY WORDS: *Migration, Identity, Loss, Diversity.*

Referências

- Achard de Maria, L.; & Galeano, J. M. (1983). Vicisitudes del inmigrante. *Revista de Psicoanalisis*, 40 (2), (Mar-Abr), 409-417.
- Nicolussi, F. (1996). Reflexiones psicoanalíticas sobre la migración. *Revista de Psicoanálisis*, 53 (1). (pags 323-340).
- Weissmann, L. (2018). *Lo público, lo privado. Migración/exilio y la pérdida de la lengua materna*. Disponível em <http://tend.uy/articulos/migracion-exilio-y-la-perdida-de-la-lengua-materna/>. Acessado em Revista #2 (Online), 25 de março de 2019.

Recebido: 18/02/19

Aceito: 17/06/19

Adriana Prengler
4096 173rd PL SE.
Bellevue, WA 98008. USA
lalipren@gmail.com

“Justo a mim me coube ser eu”: fronteiras da individuação

Eduardo Rocha Zaidhaft¹

Michelle Christof Gorin²

RESUMO A delimitação das fronteiras do Eu está diretamente ligada ao processo de individuação, sendo ambos temas caros à clínica psicanalítica. Pretendemos abordar o desenvolvimento individual especialmente a partir das contribuições de Winnicott. Com sua teoria da transicionalidade, produziu não somente uma ruptura com as concepções modernas a respeito desse processo, mas também uma prática clínica própria. Buscamos neste trabalho ilustrar essa discussão por meio de uma vinheta clínica, que evidencia os desafios envolvidos para a formação das fronteiras do Eu. Em última instância, consideramos importante enfatizar que o Eu só existe por causa do outro, de forma que ao mesmo tempo em que não existe separação total, a afirmação dessa independência parcial é a condição para uma vivência psíquica saudável – uma tarefa para toda a vida.

PALAVRAS-CHAVE individuação; Winnicott; fronteiras do Eu; simbolização

Introdução

Quando analisamos o tema das “fronteiras em psicanálise”, algo ocasionado por essa formulação, devido à sua forma plural, há o ímpeto de se pensarem essas fronteiras em sua multiplicidade. Entretanto, buscar a totalidade dos diferentes aspectos da palavra “fronteira” nesse campo – fronteiras entre o mundo interno

1. Mestrando em Saúde Coletiva pela UERJ

2. Membro provisório da SBPRJ, doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-Rio

e o mundo externo, fronteiras entre diferentes instâncias psíquicas, fronteiras do proibido e do permitido, do possível e do impossível, fronteiras entre a saúde e o adoecimento, entre a vida e a morte, fronteiras entre estruturas psíquicas, entre posições subjetivas, entre o ser e a ação... – nos levaria a um processo *ad nauseam*. Por esta razão, optamos por fazer um recorte visando a um aspecto singular desse universo múltiplo. Pensamos que, dentre as primeiras fronteiras que ocorrem à mente do pesquisador em psicanálise, assim como provavelmente em qualquer outra ciência psicológica, ou até mesmo biológica, é a questão da individuação. Já de posse dos pressupostos psicanalíticos, esse objeto de pesquisa corresponde a uma investigação, ilustrada por uma vinheta clínica, sobre as *fronteiras do Eu*. Desse modo, problematizaremos sobre de que forma o processo de desenvolvimento pessoal culmina na formação de um sujeito a quem é lícito referir a si mesmo – assunção não somente consciente, mas também inconsciente – como uma alteridade em relação ao seu contexto, tema de fundamental importância à clínica psicanalítica.

De acordo com o *Dicionário Básico de Filosofia* (Japiassú; Marcondes, 1991/1989), a *individuação* é “a característica ou qualidade que diferencia um indivíduo dentre todos os outros da mesma espécie” (p. 132), sendo o *indivíduo* “tudo aquilo que constitui uma unidade” (p. 132). Fala-se, portanto, da *individualidade* como uma ipseidade do indivíduo, “a socrateidade de Sócrates”, associada unicamente ao “objeto simples” (p. 132) que lhe corresponde. Há, contudo, nessa expressão referida à identidade pessoal, e a respeito da qual escolásticos se perguntaram se se trataria de uma característica formal ou essencial, a pressuposição de que essa unidade contável figura, por definição, como impossibilitada de divisão em diferentes partes. Esta última característica descrita se opõe, logicamente, às formulações metapsicológicas freudianas, ou seja, que pensam um “(in)divíduo” constituído por uma topografia psíquica, discernível em diferentes instâncias, regidas por leis com causalidades diversas e, por isso mesmo, divisíveis umas em relação às outras, apesar de interdependentes em suas funções.

Nesse sentido, quando abordarmos tal ideia da individuação, há de se ter em mente que, assim como o tema das “fronteiras em psicanálise” é múltiplo, o indivíduo psicanalítico se porta menos como um “objeto simples” e mais como um “sujeito complexo”. A manutenção dessa terminologia, apesar da clara oposição entre a concepção de sujeito em psicanálise e a de indivíduo na história da filosofia, é em função de ambas tratarem da *diferenciação* psíquica de uma pessoa em relação ao seu ambiente, e também da questão da *individualidade*,

ou seja, do processo que garante à pessoa aquilo que a torna singular em sua interação com o contexto plural. Por esta razão, a *individuação* se revela heurísticamente mais eficaz do que o termo mais comum no primeiro desses campos de saber – o de “subjetivação”. Optamos por isso, pois, quando falamos de *fronteiras do Eu*, estamos falando mais da *separação* em relação ao outro, implicada no processo de desenvolvimento emocional, do que de toda a bagagem socio-cultural que o termo “subjetivação” muitas vezes, e de forma adequada, busca trazer. Desse modo, vemos a individuação como um dos aspectos fundamentais do processo mais amplo de subjetivação.

Uma vez se pensando na escolha pelo termo individuação, outra ressalva a ser feita, ou mesmo uma crítica de cunho antropológico, seria como inescapavelmente a própria noção de indivíduo é uma produção social, fomentada pelo individualismo próprio da cultura de onde emergiu não somente a psicanálise, mas quase toda a filosofia ocidental. Durkheim (1978), filósofo francês considerado fundador da sociologia, falou de um “culto ao indivíduo” que surgiu ao longo do final do século XIX como fonte para a coesão social das sociedades altamente diferenciadas, tal qual a sociedade moderna (Vares, 2011; Dew, 2007). Com efeito, há também uma construção social do indivíduo que implica, portanto, considerar a individuação como um processo interativo com o ambiente. Ao se refletir sobre isso, sob o horizonte da psicanálise independentemente da terminologia que possamos usar – “individuação”, “subjetivação”, “desenvolvimento individual”, “desenvolvimento emocional” – há de se ter um alto grau de relativismo sobre o que propriamente define a fronteira entre uma vontade social e um desejo íntimo, o que traz a necessidade de referência sempre ao objeto para se pensar o sujeito. Assim como a psicanálise o faz, essa dimensão social da construção do indivíduo, e por isso histórica, determina a necessidade de se revisar drasticamente a visão de um indivíduo estático, indivisível e encerrado nele mesmo.

De acordo com essa visão menos monádica da individuação, o filósofo contemporâneo Edgar Morin (2011) pensa que existem três níveis aninhados entre si que definem o indivíduo. Em primeiro lugar, a autorreflexividade disponível nele, de se afirmar como um Eu singular, em primeira pessoa, sendo lá que ele encontra o que tem de mais autoria. Em segundo, o fato de esse indivíduo não somente agir conforme seus próprios apetites, tendo ao mesmo tempo a inevitável dependência em relação ao outro, que constitui a inserção dessa singularidade num contexto plural. Este seria o “Nós”, o ambiente intersubjetivo, que simultaneamente responde às ações do indivíduo e que o culturaliza.

Sobre este segundo aspecto, o filósofo fala sobre a existência de uma característica necessária e comum a todos os humanos, pelo menos até onde vai nossa tecnologia, que é a experiência, ainda que às vezes somente imaginária, de ser filho ou filha de alguém, considerando que esse terreno comum se desdobra numa terceira característica sobre a individuação, que representa a simultaneidade entre as duas dimensões anteriores.

A respeito desta terceira característica, que poderíamos pensar como uma superposição entre o Eu e o Nós, Morin (2011) considera que os indivíduos não são apenas frutos de uma reprodução, estejamos nós falando de reprodução biológica ou sociológica, mas também os atores que fazem essa produção. Para ele, “os indivíduos não somente estão no espaço, mas também o espaço está no interior deles” (00:03:00-00:03:03). A partir desta ótica, já articulando-a à psicanálise, poderíamos refletir sobre como a individuação é um processo que, de fato, tem como desdobramento a formação de fronteiras egoicas, mas essas fronteiras têm como pressuposto um *continuum* de dependência em relação àquilo que numa primeira visada elas justamente procuram separar. Desse modo, quando falamos de indivíduo em psicanálise, provavelmente rompe-se pelo menos em dois níveis a concepção de indivíduo oriunda da história da filosofia: em primeiro lugar, o fato de que o indivíduo é, paradoxalmente, divisível, complexo, coabitado por formas lógicas, inclusive contraditórias entre si, características do funcionamento inconsciente. Em segundo, que suas fronteiras não são exatamente tão impermeáveis quanto as de um “objeto simples”, justamente pela forma não somente interativa, mas sobretudo criativa e inconsciente, com a qual a individuação, principalmente em seus primeiros estágios, se relaciona com a alteridade.

Considerações sobre a individuação a partir de Winnicott

Na psicanálise, provavelmente um dos autores mais frutíferos para se pensar a questão das fronteiras egoicas e da individuação, principalmente quando à luz da dimensão paradoxal entre os indivíduos e seu ambiente, também aludida por Morin, é Donald Winnicott. Rompendo com grande parte do pensamento moderno, este psicanalista inglês poderia ser caracterizado como um *monista*, tanto no que diz respeito aos problemas mente-corpo e natureza-cultura como também à questão sobre as *fronteiras do Eu*, isto é, sua descrição do desenvolvimento individual tem o paradoxo como ideia de fundo central, de modo que as visões tradicionais a respeito do processo de individuação recebem críticas em

um de seus preceitos fundamentais, o dualismo, incluindo o que se endereça à questão das fronteiras entre o Eu e o não Eu.

Produzindo uma teoria da individuação na qual a interação com o ambiente é marcada sobretudo pela complexidade intersubjetiva, existe, nas concepções winnicottianas, um continuísmo entre as fronteiras do indivíduo e do outro, ao mesmo tempo em que a interação individuada somente se desdobra a partir das falhas dessa adaptação plena do ambiente sobre o *self*. Desse modo, é por essa interação, representada principalmente pela figura daquilo que o autor chama de *mãe suficientemente boa*, que a indiferenciação, apesar de ser a característica fundamental da individuação, não pode ser mantida e, com essa pré-condição, as fronteiras do Eu começam a ser delimitadas.

Segundo Plastino (2014), com essa teoria, Winnicott barra as concepções dualistas características do pensamento clássico, principalmente de cunho cartesiano, sendo um monista, a exemplo de sua formulação sobre o “psicossoma”. Isto representa a concepção de que o nascimento biológico e o nascimento psíquico não são simplesmente contemporâneos. Com efeito, para ele, a emergência do psiquismo propriamente dito somente ocorre com a constituição de uma alteridade, que antes era experimentada de modo indistinto em relação ao corpo ainda não integrado do bebê. À época do nascimento biológico, há só um psicossoma, cujo psiquismo é apenas uma capacidade natural de imaginar, que se correlaciona com as vivências corporais. O psicossoma, embora com a potência de imaginar e fantasiar, nasce sabendo de nada, até as faculdades mais básicas de espaço-tempo e de se distinguir do outro.

Nesse período primitivo da vida, o psicossoma tem a função de integrar as diferentes partes de sua experiência, localizando no corpo aquilo que é vivido psiquicamente. Em outras palavras, antes do momento em que o psiquismo se integra ao corpo – por volta dos 6-8 meses – o mundo externo é vivido de forma indiferenciada em relação ao *self*. Este, por meio da fantasia, constrói imaginativamente a relação dos órgãos corporais com o ambiente, ao mesmo tempo em que o próprio corpo depende dessa reconstrução imaginativa. Nessa dimensão sumamente paradoxal, o bebê tem apenas uma experiência de ser, de viver, de sentir. Para um desenvolvimento saudável, é fundamental que essa experiência não seja interrompida, pois é a espontaneidade criativa que traz a liberdade de viver, a experiência de SER – correspondente ao *verdadeiro self*. Como propõe o psicanalista inglês, para sentir que a vida vale a pena de ser vivida, o bebê deve sentir *uma continuidade na experiência de ser*.

Para Winnicott (1971), tal movimento, juntamente com as falhas nessa adaptação plena, é o que traz uma das habilidades mais penosas de serem adquiridas na vida: a diferença entre a fantasia e a realidade. Por esta razão, tal continuísmo diz respeito não somente à complexidade existente na relação entre o corpo e o psiquismo, mas também entre o Eu e o não Eu. Do mesmo modo que dissemos que em psicanálise é sempre necessário se pensar o objeto para se pensar o sujeito, Winnicott entende que é a forma de se relacionar com o objeto que caracteriza os diferentes tempos de desenvolvimento do *self*.

Sobre este contexto de formação do ego e seus limites sobre o outro, Winnicott compreende que o crescimento emocional do indivíduo se dá através de um processo que parte da dependência absoluta da primeira infância, passa pela dependência relativa, rumo à independência. Essas diferentes posições do desenvolvimento correspondem a distintos modos de se relacionar com os objetos, partindo do objeto subjetivamente concebido, passando pelo objeto transicional, pelo objeto objetivamente percebido e culminando no uso do objeto. Do ponto de vista do autor, é o ambiente suficientemente bom, junto às tendências herdadas, que favorecem ou não esses processos de maturação do Eu. A formação das fronteiras do Eu é um processo que tem como fim, se tudo correr bem, o reconhecimento do objeto como outro, o que Winnicott (1971) nomeou de a capacidade de usar o objeto, e não apenas de se relacionar com ele.

Inicialmente, um bebê depende totalmente dos cuidadores e demanda que eles se adaptem às suas necessidades. Nessa fase, ele alucina os objetos que nutrem e cuidam de suas necessidades, vividos assim como criações dele em sua onipotência, pela sua incapacidade de perceber que está sendo provido pelo outro. Como o bebê tem uma dependência absoluta em relação ao ambiente, este deve ter uma adaptação absoluta a ele, o que pode ser representado pela apresentação do seio no momento em que o bebê alucina a realização dessa necessidade. Nesse contexto, o bebê é o ambiente e o ambiente é o bebê, uma dependência absoluta vivida de forma indiferenciada quanto ao que posteriormente virá a ser percebido como mundo externo. O outro, portanto, não se opõe ao Eu incipiente do bebê, mas sim o constitui. A mãe suficientemente boa é aquela que não se deixa perceber durante o período da dependência absoluta. Nessa fase, que Winnicott chama de função materna primária, desenvolve-se um comportamento que, em outros cenários, seria característico de uma psicose, mas cuja ocorrência se dá por meio de uma astúcia da natureza. Concomitante à formação do ego do bebê, a mãe começa a se interessar por outros obje-

tos, o que ocasiona algumas das falhas saudáveis ao desenvolvimento, havendo uma lacuna entre o desejo do bebê e a resposta do ambiente.

Por conseguinte, na medida em que a dependência começa a ser relativa, há a percepção da falha nos cuidados e, com isso, uma adaptação gradativa, perpassada por sentimentos de ódio e raiva perante a ausência do objeto outro- ra alucinado. Apesar de ficar ansioso quando sua espera pelo cuidado é maior do que sua capacidade de manter viva a memória de sua mãe, é por meio dessa superposição de afetos opostos que o bebê começa a estar consciente de sua dependência referida a uma alteridade. Isto significa uma necessidade imputada à mãe suficientemente boa que é a de não somente apresentar falhas à adaptação plena, característica do período de dependência absoluta, mas de também suportar essa frustração do bebê, expressa em forma de ataques, garantindo assim a continuidade da existência de ambos. Em outras palavras, cabe ao objeto não somente apresentar o dano causado pelo *self* incipiente, mas ofertar-lhe também a oportunidade para sua reparação com uma postura ativa e empática.

É essa integração dos aspectos positivos e negativos da relação de objeto que obriga o indivíduo a reconhecer objetivamente o objeto, enquanto fora das fronteiras de seu Eu e de sua onipotência, mas ainda assim sentir que pode viver criativamente. É com essas condições que o indivíduo começa a perceber um outro que é necessário e que não faz parte dele (Winnicott, 1971). O uso do objeto indica, assim, um estágio de maior maturidade do ego, que se desdobra em seguida ao processo no qual o bebê destrói o objeto em sua fantasia, a despeito de sua sobrevivência como um objeto real. Portanto, o reconhecimento do objeto como outro e a possibilidade de representar esse outro no psiquismo são a essência da compreensão de Winnicott sobre a individuação, a envolver também os subprocessos de integração, personalização e realização, cuja extensão integral foge ao escopo deste trabalho.

Com efeito, essa descrição sobre o processo de constituição das fronteiras do Eu caracteriza-o como não somente gradual, mas também de reconhecimento simultâneo sobre o que é fantasia e o que é realidade, e entre o que é interno e externo. A mãe suficientemente boa permite uma ilusão de que o objeto é parte do bebê e que foi criado por ele, assim como fornece a desilusão subsequente, a se dar de forma gradativa. Isto é essencial para que possa acontecer o teste de realidade e a aceitação da diferenciação gradual entre o Eu e o não Eu. Entre a dependência absoluta, marcada pela indiferenciação com o ambiente, e a dependência relativa, a criança pode fazer uso daquilo que Winnicott (1951) chama de “objeto transicional”. Este funciona como o símbolo

de um objeto parcial – em geral o seio – de modo que o objeto interno começa a ganhar *representação* por meio de um objeto externo, articulando realidade e fantasia. Simultaneamente, representa também o *espaço potencial* entre a criatividade primária – a alucinação onipotente do objeto interno e parcial, o seio – e a percepção objetiva do objeto – a mãe total como um outro indivíduo. O objeto transicional não é o objeto interno, manipulado de maneira onipotente, mas também não é totalmente reconhecido como originário do mundo externo, encontrando-se numa área intermediária.

Junto com isso, como Winnicott (1971) aponta, a ideia dos fenômenos transicionais e a experimentação que os envolve estão relacionadas à “raiz do simbolismo no tempo” (p. 19). Para Winnicott, o simbolismo só tem sentido segundo essa compreensão de desenvolvimento do indivíduo, sendo seus significados múltiplos, mas sempre atrelados ao objeto do primeiro relacionamento. Uma vez que o objeto transicional o representa, mas também não é em si esse objeto, ele acaba por funcionar como uma forma primeva de representação, de “uso da ilusão” (p. 26).

Esse percurso teórico permite afirmar que o processo de individuação passa pelo outro ambiental, o que faz da fronteira entre o eu e o outro um limite tênue, muitas vezes. Poderíamos pensar que essa sutileza aponta para aquilo que Morin (2011) fala sobre a superposição entre o Eu e o Nós. É natural que este seja um tema recorrente na clínica e assim ilustraremos a discussão com um fragmento clínico.

Vinheta clínica

Julia, uma menina de 11 anos, joga com sua analista, pedindo por “aquele jogo”, referindo-se ao jogo do rabisco. Primeiro, desenha um cisne e explica que é como o da história do patinho feio. Já que o traço da analista parecia um número dois, a paciente entende que o desenho vira facilmente um pato. Em seguida, ela desenha, a partir do traço, uma boca enorme de jacaré pronta para comer um pássaro que voa. Ela diz à analista que o pássaro ficou bem bonito. A analista diz “puxa, que difícil para o patinho feio, e que difícil para o pássaro!”. Por último, ela desenha um ovo de dragão e, logo em seguida, o dragão que “está por perto para impedir que qualquer pessoa se aproxime de seu filhote”. A analista se refere à sessão da véspera, dizendo que se lembrou do que a paciente falava sobre o desejo de voltar à barriga de sua mãe e que sair e ser ela mesma tem sido muito arriscado. Julia responde dizendo que havia esquecido de contar para a

analista que sua mãe vai viajar no dia seguinte e que não gosta de ficar sem ela. A paciente lembra que da última vez em que ela viajou foi péssimo, assim como de alguns episódios em que perdeu o controle na escola durante a viagem da mãe e não conseguiu dormir à noite. A analista diz que tem sido difícil para ela se separar de sua mãe, e que, quando esta viaja, Julia se sente só e fica confusa sobre quem viaja e quem fica, quem é a mãe e quem é ela. A paciente responde em tom indagativo, como quem aspira por uma confirmação, dizendo que ninguém gosta que a mãe viaje e/ou fique longe. Em seguida, respira fundo como quem se lamenta resignadamente e pergunta se a analista conhece aquele quadrinho da Mafalda que diz: “Justo a mim me coube ser eu!”.

Discussão

Ao que nos parece, essa pequena vinheta clínica ilustra os desafios que Julia enfrenta no que diz respeito ao seu processo de individuação e a formação das fronteiras do Eu. A paciente, nos dois primeiros desenhos, parece falar, por meio de símbolos, das ameaças que vivencia ao experimentar certa independência. Seu processo de individuação é questionado através do Patinho Feio que, sentindo-se deslocado, investiga sobre sua origem e descobre que não é um pato, mas um cisne – ele de fato é diferente e não pertence ao grupo no qual se achava inserido. Novamente o pássaro, quando se dispõe a voar, corre o risco de ser comido pelo jacaré – justo ele que era tão bonitinho, de acordo com a paciente, e que não merecia isso. Por último, enfatiza o dragão afastando os perigos do seu filhote, o que gostaria que acontecesse com ela, regredindo à necessidade de depender da mãe.

A analista lembra da sessão anterior com a paciente, enfatizando a temática do desejo de retorno a um momento primitivo de segurança e indiferenciação com a mãe. A intervenção traz à tona a preocupação iminente do abandono e do novo distanciamento. A paciente reconhece como foi sofrida a última vez que vivenciou essa separação. A analista indica que há uma dificuldade de separação entre elas. A menina, então, busca por confirmação da analista de que isso é “normal” e lamenta, através da Mafalda, o esforço de se empenhar em construir sua individualidade. A fala da analista que relembra a sessão anterior favorece, portanto, a continuidade da expressão do que ela pensa, e acaba por permitir que Julia coloque em palavras a falta que sua mãe lhe faz, fazendo-o de forma criativa e com humor. Em outros termos, permite a simbolização do que é vivido afetivamente como separação.

Em outras palavras, é também função da análise reconhecer como é difícil e arriscado para ela o processo de individuação, o que é corroborado pela fala da Mafalda. Para Julia, esta representa ao mesmo tempo a necessidade de afirmação de seu verdadeiro *self*, marca de sua individualidade, como também as angústias internas e as restrições impostas pelo mundo externo, que a fazem reagir de forma danosa à continuidade de sua experiência. Os limites entre ela e sua mãe parecem ainda confusos. Apesar de sua idade, ela nos lembra um bebê, que depende do sumiço do objeto para percebê-lo como fora das fronteiras do Eu individuado. Simultânea e paradoxalmente, essa condição a faz, do ponto de vista dela, não o encontrar dentro de si ainda, fazendo-a duvidar de seu retorno e questionando se o destruiu. Desse modo, nos parece que em alguns momentos ela não consegue fazer uso do objeto, no sentido de que se relaciona de modo bastante indiferenciado em relação a ele, causando situações em que o Eu é incapaz de lidar com as angústias vividas internamente. Mas já se mostra capaz de pensar sobre isso.

Por esta razão, levantamos a hipótese de que Julia carece de uso do objeto transicional, para que possa gradualmente reconhecer a mãe como um objeto externo e não interno. Os desenhos, junto com a relação emocional com a analista vivida na transferência, nesse contexto, servem à paciente como um recurso para elaborar essas questões necessárias ao processo de individuação, de modo que cabe se propor uma associação entre a individuação e a simbolização, isto é, podemos considerar, por meio desse espaço potencial facilitado pelo jogo do rabisco, que existe, na visão psicanalítica, uma dependência recíproca, vivida de forma sobretudo afetiva, entre os processos de simbolização e individuação. Sendo o objeto transicional uma forma primeva de representação – um objeto que serve como um “signo indicial” (Guimarães Filho, 2017) da mãe – e, por isso mesmo, também um objeto no qual coexistem, para a criança, uma concepção subjetiva e uma percepção objetiva, é possível se pensar como o trabalho psicanalítico, operado nessa área intermediária, propicia uma experiência de elaboração desses processos.

Considerações finais

Conforme a proposta de Winnicott sobre a área intermediária entre o Eu e o não Eu ilustrada pelo objeto transicional, cabe refletir, portanto, como a análise de Julia pode funcionar como um espaço potencial onde as ameaças de rumar para a independência apareçam sem correr o risco de perder ou destruir o ob-

jeto definitivamente ou até a si mesma. Por meio desta atividade afetiva e simbolizadora, a precária individuação da paciente pode encontrar recursos para a maturação de seu processo, com vistas ao desenvolvimento de relações objetais mais favoráveis. Do mesmo modo, ao notar que sua mãe é um indivíduo distinto dela, pode sofisticar sua capacidade de simbolização, possibilitando a referência a signos cada vez mais elaborados para as tensões que tal individuação promove. Para Julia, as fronteiras entre o Eu e o não Eu não estão claras, uma vez que em vários momentos e com bastante angústia não é capaz de se referir como um indivíduo separado de seu ambiente, impedindo a constituição de sua individualidade. A exemplo de seus desenhos, o outro, que é sobretudo o que a constitui, ainda é muito grande.

Através do caso de Julia, podemos pensar que a individuação, para alcançar o uso do objeto, conta com percalços que dizem respeito não somente à necessidade de lidar com os limites em relação ao mundo externo – com todas as restrições e as exigências que ele envolve – mas também à expressão singular do verdadeiro *self*, uma vez que esta depende de sua inserção nesse contexto plural, complexo e intersubjetivo. Vale lembrar assim que, apesar de a separação e a autonomia serem necessárias, estas sempre são condicionáveis e nunca absolutas, sendo a individuação um processo sobretudo relacional. Acharmos importante enfatizar que o Eu só existe por causa do outro, de forma que ao mesmo tempo em que não existe separação total, a afirmação dessa independência parcial é a condição para uma vivência psíquica saudável – uma tarefa para toda a vida. O trabalho da psicanálise situa-se na fronteira entre o Eu e o outro.

***“Why am I the one who ended up having to be me?”:
boundaries of individuation***

ABSTRACT *The delimitation of Ego boundaries is directly linked to the process of individuation, both of which are important subjects to the psychoanalytic clinic. We intend to theorize individual development especially from Winnicott’s contributions. With his theory of transitionality, he produced not only a break with modern conceptions about this process, but also a unique clinical practice. We seek to illustrate this discussion through a clinical vignette, which highlights the challenges involved in the formation of the boundaries of the Ego. Ultimately, we find it important to emphasize that the individual exists only because of the other. So, while there is no total separation, at the same time, the affirmation of this partial independence is the condition for a healthy psychic experience – a task for one’s whole life.*

KEYWORDS *individuation; Winnicott; Ego boundaries; simbolization*

“¿Por qué justo a mi tenía que tocarme ser yo?”: fronteras de la individuación

RESUMEN La delimitación de las fronteras del Yo está directamente ligada al proceso de individuación, siendo ambos temas caros a la clínica psicoanalítica. Pretendemos teorizar el desarrollo individual especialmente a partir de las contribuciones de Winnicott. Con su teoría de la transicionalidad, produjo no sólo una ruptura con las concepciones modernas respecto a ese proceso, sino también una práctica clínica propia. Buscamos en este trabajo ilustrar esa discusión a través de una viñeta clínica, que evidencia los desafíos involucrados para la formación de las fronteras del Yo. En última instancia, consideramos importante enfatizar que el Yo sólo existe por el otro, de forma que al mismo tiempo que no existe separación total, la afirmación de esa independencia parcial es la condición para una vivencia psíquica sana – una tarea para toda la vida.

PALABRAS CLAVE individuación; Winnicott; fronteras del Yo; simbolización

Referências

- Dew, K. (2007). Public health and the cult of humanity: a neglected Durkheimian concept. *Sociology of Health & Illness*, 29 (1), 100-114.
- Durkheim, É. (1978). Divisão do trabalho e suicídio. In J. A. Rodrigues (org.), Émile Durkheim (p. 73-146). São Paulo: Ática.
- Guimarães Filho, P. D. (2017). Relações dos fenômenos transicionais e do brincar em Winnicott com a semiótica de Peirce. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51 (4), 33-54.
- Japiassú, H.; Marcondes, D. (1991). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1989)
- Morin, E. (2011). *A complexidade do Eu*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ExOqRgBKDKA>. Acesso em: 29/05/2019
- Plastino, C. A. (2014). *Vida, Criatividade e Sentido no pensamento de Winnicott*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.
- Vares, S. F. (2011). Sociologismo e Individualismo em Émile Durkheim. *Caderno Crh*, 24 (62), 435-446.
- Winnicott, D. (2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (p. 316-331). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1951)
- Winnicott, D. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Recebido: 10/1/2019

Aceito: 20/3/2019

Eduardo Rocha Zaidhaft

Rua General Polidoro, 177 ap.604 - Botafogo

Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22280-002

(21) 99996-0996

eduardozaidhaft@gmail.com

Michelle Christof Gorin

Rua Barão da Torre, 667 ap.303 – Ipanema

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22411-003

(21) 99981-1655

migorin@gmail.com

Artigos originais

O fenômeno psicótico essencial

Sergio Costa de Almeida¹

RESUMO O trabalho propõe uma discussão sobre a existência ou não do Inconsciente nas psicoses, sobretudo nos pródromos da esquizofrenia. Recapitula as primeiras concepções freudianas sobre a psicose paranoia e a demência precoce, até chegar aos textos metapsicológicos, nos quais Freud teoriza o desinvestimento libidinal das representações inconscientes. Examina a possibilidade terapêutica nesses casos e compara os enunciados dos principais teóricos da escola inglesa e lacaniana sobre o tema. São desenvolvidas noções sobre a pulsão de morte, agressividade e energia livre paralelas à desorganização do eu nestas patologias e conclui ao apresentar um possível diálogo entre a psicanálise e a psiquiatria fenomenológica contemporânea a partir de algumas ideias de psicopatólogos espanhóis, alemães e dinamarqueses da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE inconsciente; esquizofrenia; psicopatologia fenomenológica; psicanálise

In a scientific view, however, theory needs to go beyond the individual with generalizable propositions which can be tested. Further, useful theory is not only characterized by testability but by interdisciplinary coherence.

(Robert Emden, Development terminable and interminable).

1. Psiquiatra e psicanalista.- Membro efetivo da SBPRJ; Médico psiquiatra e supervisor no Centro de Medicina Psicossomática – S. Casa de Misericórdia, RJ (serviço do professor Abram Eksterman).

Prólogo

A psicose ao longo de sua história tem lançado inúmeros desafios tanto à psiquiatria como à psicanálise. Costuma-se argumentar em psiquiatria que a sintomatologia psicótica remeteria a deficiências neurocognitivas e volitivas dos mais diferentes matizes, e derivadas de um célebre debate se tais enfermidades implicam uma teoria da degeneração ou do desenvolvimento. Por outro lado, algumas escolas de psicanálise afirmam as psicoses como em nada qualitativamente diverso das estruturas neuróticas, a ponto de alguns autores defenderem o emprego da técnica clássica no tratamento de tais enfermos. Estudiosos de outros enfoques psicanalíticos têm opiniões diferentes e procuram demonstrar que esses pacientes não apenas demandariam abordagens terapêuticas distintas, como também teriam expandido abordagens teóricas que levaram ao comprometimento do Inconsciente nessas patologias, à desorganização do eu e à própria atuação da pulsão de morte.

Ao mencionar psicose, caímos numa generalização que, ao invés de esclarecer, cria novos problemas, e conceitos como Inconsciente e mundo interno, por exemplo, perdem sua pujança teórica ao examiná-los baseados nos fenômenos neuróticos. Minha linha de argumentação nasce com a eclosão do quadro psicótico, momento este tão enigmático e devastador para o psiquismo atingido; denominei-o de o fenômeno psicótico essencial. Este evento prístino e essencial produz tamanha hecatombe pulsional que o aparelho psíquico se fragmenta de tal maneira que explode a arquitetura psíquica e, conseqüentemente, faz desaparecer o mundo interno ao engendrar no paciente angústias insopitáveis e irrepresentáveis.

O psiquismo momentaneamente se esfacela, desestrutura-se, até que o surgimento da sintomatologia produtiva dá início a um tipo particular de recuperação psíquica. O objetivo do que se segue é tentar encontrar subsídios na teoria psicanalítica que confirmem uma inteligibilidade plausível aos meus enunciados e, subseqüentemente, correlacioná-los com alguns conceitos da psicopatologia contemporânea norte-europeia que, no meu entender, dialogariam fecundamente com uma visão psicanalítica das psicoses nos seus pródromos.

Os pródromos

A psicanálise surgiu no final do século XIX como uma terapêutica para certas enfermidades mentais, espalhando-se por inúmeros campos do conhecimento

humano, como Antropologia, Literatura, Política etc. Contudo, terapeuticamente eficiente para as neuroses, não legou a mesma efetividade conceitual e clínica em relação às psicoses: Freud e seus seguidores imediatos não produziram um corpo teórico consistente e coerente como aquele dirigido às neuroses. À célebre *neurótica* freudiana não correspondeu uma *psicótica* freudiana, embora ao longo de toda a sua obra nosso mestre tenha deixado contribuições inestimáveis e oportunas para fazer-nos refletir sobre as origens e a evolução das paranoias, esquizofrenias, dos quadros psicóticos do humor ou aqueles de nítido desencadeamento psicogênico.

Desde o início Freud debruçou-se sobre a clínica psicótica, todavia como clínico de gabinete não encontraremos nos seus escritos a preocupação com a precisão diagnóstica típica dos colegas que clinicavam em asilos, como Kraepelin, que publica pela primeira vez em 1883 seu célebre tratado. Ao longo de diversas edições que duraram até 1921, o catedrático de Heidelberg, Dorpat e Munique revolucionou a diagnose psiquiátrica e na 3ª edição, em 1896, separa a *paranoia* dos demais tipos da demência precoce sob o título de *demência paranoide*. A ela Freud dedicará alguns *rascunhos* e permanecerá sendo uma prolífica fonte de investigação durante toda a sua primeira tópica. A ela destinará um famoso texto sobre o juiz Schreber, paciente de Flechsig, acometido de severa *demência paranoide*, e marco fundamental no pensamento freudiano sobre a etiopatogenia da paranoia. Apenas na sua 8ª edição, Kraepelin (1913) substituirá a paranoia (*Verrücktheit*) pelo nome de *parafrenia* com suas diferentes formas.

São importantes os rascunhos freudianos escritos entre 1895 e 1899: o *G*, que trata da melancolia; no *H*, que tem por título e objeto a paranoia, menciona-se a *confusão alucinatória* e as *psicoses histéricas*, ali aparecendo pela primeira vez a palavra *projeção* e onde se afirma a característica narcísica das ideias delirantes, o que permite que as “pessoas amem seus delírios como amam a si mesmas” (p. 289); no rascunho *K*, na parte que trata novamente da paranoia, Freud declara que “o elemento básico da paranoia é o mecanismo da projeção” e que nessa afecção o ego encontra-se inicialmente modificado (os *delírios assimilativos*) e, posteriormente, remodelado (“os delírios protetores – megalomania”) (p. 309); finalmente, na *carta 105*, este autor assume que não apenas os sonhos, mas todos os eventos neuróticos e a *psicose confusional aguda* são *realizações de desejos* (p. 375).

O tema da realização de desejos na gênese das psicoses atravessa toda a primeira tópica freudiana. Desde um de seus primeiros textos considerados

psicanalíticos, *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (1896), passando pelo supracitado caso Schreber (1911), até o início da publicação dos artigos metapsicológicos (1915), Freud deixa patente como sua psicopatologia estará marcada pela consumação ou não de desejos inconscientes. Em um artigo de 1991 examinei tal enunciado; cumpre, no momento, destacar que o conjunto de textos freudianos conhecidos como Metapsicologia, e publicados entre 1915 e 1917, introduzirão um novo aporte à concepção do autor sobre o fenômeno psicótico.

A Metapsicologia freudiana tem sido objeto dos mais diversos debates, congregando desde fervorosos defensores até os mais ferrenhos opositores. Incluo-me entre aqueles que compartilham as ideias aí contidas e por constatar a riqueza teórica de seu criador constituída por parcialidades e jamais totalidades. Explico. O Freud dos três primeiros lustros do século XX alicerçava sua ideia de etiopatogenia nos conflitos inerentes à realização ou não dos desejos inconscientes. O conceito de pulsão, no texto *Pulsão e suas vicissitudes* (1915), criou um campo de imanência conceitual contido nas noções de *objeto*, *objetivo*, *fonte* e *pressão*. A apresentação de um fenômeno mental no triplo registro – topográfico, dinâmico e energético – a Metapsicologia – reconfigurará o aparelho psíquico e concepções como libido, representação-coisa, representação-palavra e investimento permitirão novos entendimentos da psicopatologia psicótica.

Nas páginas finais de sua obra, *O Inconsciente* (1915), ver-se-á que a repressão tal como opera nas neuroses é diferente na esquizofrenia. A fuga do ego que sucede tanto nas psiconeuroses como na demência precoce (antigo nome da esquizofrenia) nesta afecção ganhará particularidades: uma retirada do investimento pulsional da *apresentação inconsciente do objeto*. Mas como anteriormente postulara, no Inconsciente encontram-se representações-coisa do objeto, o que nos permite deduzir nesses casos o afastamento libidinal desta representação. Porém, numa tentativa de *recuperação ou cura*, a energia (libidinal) retornará através de um reinvestimento na representação-palavra como ensaio para recuperar o objeto perdido por meio de sua parte verbal.

Aproximadamente onze dias após a redação deste último artigo, Freud completa duas obras fundamentais – *Adição metapsicológica à teoria do sonho* e *Luto e Melancolia*. Publicados somente em 1917, a primeira delas traz contribuições essenciais à sua teoria sobre a psicose esquizofrênica, e mais particularmente sobre as alucinações. Ao trabalhar com a retirada dos investimentos (libidinais) dos três sistemas psíquicos – Inconsciente, Pré-Cons-

ciente e Consciente – propõe que nos quadros psicóticos o desinvestimento energético segue padrões distintos. Na *confusão alucinatória aguda* (*Aménia de Meynert*), a remoção da energia pulsional acontece no sistema Consciente e as alucinações e delírios desta enfermidade correspondem a “[...] fantasias carregadas de desejos claramente reconhecíveis e ordenadas como um perfeito devaneio” (p. 261).

Quanto à esquizofrenia, as ideias freudianas tomam outro rumo. Surge um desinvestimento pulsional radical do sistema Inconsciente que atingirá também o Pré-Consciente/Consciente. Embora Freud não precise como, tal situação acarretará total desintegração do ego, e o teste de realidade, uma das instituições desta instância psíquica, encontrar-se-á inoperante e incapaz de discriminar o que é sensopercepção real de uma vivência alucinatório-delirante. Ainda assim, admite que tais sintomas psicopatológicos correspondem “[...] a uma nova tentativa de restituição, destinada a restaurar um investimento libidinal às ideias de objetos” (p. 262).

Espero ter demonstrado como estes dois artigos se complementam e, coerentemente, capacitam-nos a desenvolver uma visão da fenomenologia psicótica como desinvestimento libidinal maciço – retirada dos investimentos da representação-coisa inconsciente – tal como enunciado na obra de 1917.

Este enunciado sobre a esquizofrenia foi posteriormente comprovado pela descoberta de Ilse Gubrich-Simitis ao pesquisar, em Londres, uma mala com velhos papéis na qual encontrou algumas folhas que haviam pertencido a Michael Balint e lhe haviam sido oferecidas por seu amigo e professor Sándor Ferenczi. A jornalista se deparou com uma carta de Freud endereçada ao colega e ex-paciente, datada de 28 de julho de 1915, na qual lhe envia este ensaio XII. Nesta correspondência, o missivista refere-se ao confrade que pretenderia, após uma pausa, dedicar-se à elaboração dos trabalhos sobre o Consciente e a Angústia. Este ensaio veio a ser publicado em inglês em 1985, e em tradução portuguesa do alemão por Abram Eksterman, em 1987. Neste artigo, ao comparar a história e as vicissitudes do desenvolvimento da libido com a filogênese e os avatares da espécie humana, Freud supõe audaciosamente:

[...] Podemos certamente imaginar o efeito da castração naquele tempo primitivo como uma extinção de libido e uma parada no desenvolvimento libidinal. A demência precoce parece repetir esse estado de coisas e, principalmente na forma hebefrênica, leva à desistência de qualquer objeto de amor, involução de todas as sublimações e volta ao autoerotismo (p. 78).

Resta agora, colocar o que no meu modo de pensar se deriva dessas proposições freudianas. Será com o aparecimento da teoria sobre a pulsão de morte em 1920 que as hipóteses formuladas cinco anos antes ganharão consistência e aplicabilidade clínica. No texto *O Ego e o Id* (1923), Freud conferirá uma releitura das diferentes psiconeuroses a partir da ideia de fusão e desfusão pulsional. Ao mencionar a melancolia, define-a como uma “cultura pura da pulsão de morte” (p. 69), não obstante ser no artigo “O problema econômico do masoquismo” (1924) que localizaremos subsídios para nosso raciocínio. Nesta obra, estabelece-se que a libido “[...] tem a missão de tornar inócua a pulsão destruidora desviando em grande parte para fora com o auxílio do aparelho muscular no sentido de objetos do mundo externo” (p. 204). Não obstante, outra porção permanece dentro do organismo, apesar de o autor desconhecer como tal *amansamento* (*Bändigung*) da pulsão de morte pela libido se *compreende fisiologicamente* (p. 205).

Ora, se a libido tem esse papel de amansamento da pulsão tanática, o que deveríamos esperar quando, no Inconsciente, as representações-coisa, isto é, os conteúdos inconscientes ficam despossuídos libidinalmente? Admito que o aparelho mental seja então tomado avassaladoramente por cotas únicas de pulsão de morte e isto se expressa, psicopatologicamente, pelas angústias inomináveis de esvaziamento, desrealização e aniquilamento maciços que soem ocorrer no início dos processos psicóticos, principalmente os esquizofrênicos. Nesses momentos inaugurais o mundo interno se esfacela, o ego desintegra-se e os surtos ou as fases iniciais do período de estado grassam no interior de um psiquismo estéril e calcinado. Pensar em pulsão de morte é ratificar a tese de André Green do irrepresentável, daquilo que não tem um porquê. Pois esta falta de representação – a desobjetalização fundamental – é o que caracteriza a *função desobjetalizante* da pulsão de morte para o psicanalista francês. A despeito de tudo, a vida insiste, persiste, e os delírios e as alucinações desses pacientes são possíveis experimentos de cura canhestros e inúteis, o que demonstra, infelizmente, a gravidade e a morbidade desses processos.

O período de estado: considerações terapêuticas

Considerando a não existência do Inconsciente estritamente nas psicoses, não seria possível sua interpretação nestas afecções (Fink, 2015). A partir daí, admitir-se-ia um tratamento exclusivamente psicanalítico para as psicoses? Imagino que uma terapêutica possível dirigir-se-á para aqueles *ensaios de cura* já modi-

ficados nas suas *quantidades* pela psicofarmacoterapia; um tratamento apenas pela fala seria inviável e eticamente não recomendável.

Freud sempre foi muito reticente quanto ao emprego da psicanálise para os enfermos psicóticos, e em dois textos fundamentais declara a inviabilidade dessa prática: *Construções em análise* (1937); *Esboço de Psicanálise* (1938). Contudo, com o desenvolvimento da psicanálise após sua morte, outros seguidores deram novas contribuições à terapia dos quadros psicóticos. Herbert Rosenfeld e Bion, fundamentados em conceitos introduzidos por Melanie Klein, como as posições esquizo-paranoide e depressiva, identificação projetiva e uma leitura peculiar que esta autora fez da pulsão de morte freudiana, propuseram uma terapêutica psicanalítica das psicoses. Resumindo concisamente, e talvez sendo injusto com o pensamento destes autores, afirmaria que suas abordagens baseiam-se, indefectivelmente, na ideia de que o Inconsciente nas psicoses estrutura-se de igual maneira que nos quadros não psicóticos.

A recomendação do analista alemão radicado em Londres nos anos 1930 quanto à manutenção da técnica analítica clássica de maneira a produzir a *psicose de transferência* (1977) ilustra o que quero dizer. Bion (1994), no seu extraordinário artigo “Desenvolvimento do pensamento esquizofrênico”, ao estudar os *distúrbios esquizofrênicos*, atribui a gênese destes quadros a uma interação entre ambiente e personalidade, mas imediatamente informa que só tratará no texto de questões ligadas à *personalidade esquizofrênica* (p. 56). As quatro condições que menciona, e que são típicas nesses pacientes – predomínio de fortíssimos impulsos destrutivos que invadem os amorosos convertendo-os em sadismo; ódio à realidade externa e interna; medo contínuo do aniquilamento iminente; e finalmente, a existência de relações objetais, em especial a transferência, frágeis e tenazes – partem do princípio de que são os mesmos fenômenos existentes no Inconsciente não psicótico, porém em menor grau. Poder-se-ia então afirmar que a psicose derivaria de um uso excessivo de determinadas defesas para dar conta de forte destrutividade como a identificação projetiva maciça substituindo a repressão? Ou ainda, da preponderância da posição esquizo-paranoide sobre a posição depressiva, ou dos imensos ataques ao aparelho mental e ao vínculo? Como bem declara o autor inglês,

[...] um problema psicótico que, ao contrário do não psicótico, está relacionado precisamente com a destruição de todo aparelho mental que traz consciência dos estímulos da realidade e, por conseguinte, não se pode discernir a natureza nem a existência de tais estímulos (p. 84).

No meu entender, as postulações bionianas são preciosas. Os artigos escritos entre 1950-1959 permitem entender a coerência clínica do autor, embora confundindo-me se Bion estaria se referindo a esquizofrênicos propriamente ditos, a personalidades esquizofrênicas, ou a partes psicóticas de uma personalidade neurótica, imprecisões estas citadas por autores como Willick, Kernberg, Aguayo e outros (Almeida, 1991, 1995, 2014a, 2014b). Atenho-me, assim, à ideia de que a teorização bioniana contemplaria fundamentalmente os *ensaios de cura* supracitados, pois o fenômeno psicótico essencial e inicial abrangeria algo mais letal e destrutivo: um território mental calcinado e despossuído libidinalmente, ausente de representações e desejos no qual, posteriormente, e à custa de severas distorções imagéticas e sensoriais, as pulsões de vida ressurgissem. As possibilidades terapêuticas daí adviriam, mas como bem nos alerta o próprio Bion: “[...] o esquizofrênico poderá alcançar sua própria forma de ajuste à realidade que poderá levar o título de uma ‘cura’ ainda que não seja do mesmo tipo do que o logrado por pacientes menos perturbados” (p. 53).

Cumpre destacar que certas condições necessitariam ser preenchidas. Reitero o emprego de psicofármacos simultaneamente à psicoterapia e a ocorrência de uma aliança de trabalho com o terapeuta, que demandará a presença de um ego razoavelmente capaz de tolerar os escorchantes sofrimentos psicóticos. A propósito de um dos pacientes relatados em seu artigo “Notas sobre a teoria da esquizofrenia” (1954), Bion (1994) refere que “[...] após seis anos em análise obteve ajuda por ter sido capaz de relativo grau de identificação com o analista” (p. 47). Eis aí um problema: como conciliar as violentas desorganizações egoicas com a capacidade de adesão ao tratamento analítico? Aliás, o próprio Rosenfeld (1965) advertia que, embora a eficácia da análise na esquizofrenia e demais psicoses fosse precária, pelo menos quanto à pesquisa e desenvolvimento da teoria justificava-se tal tratamento.

Muitas respostas aparecem, desde as que justificam o uso da psicofarmacoterapia como facilitador de uma reorganização do ego àquelas que preconizam critérios positivos das personalidades dos pacientes psicóticos para a psicoterapia intensiva com pacientes psicóticos – capacidade de relacionar-se, estrutura de caráter livre de qualquer característica antissocial, capacidade de pensar psicologicamente e nível de inteligência de médio a acima da média – como especificados por Michael Stone (1983), segundo Kernberg (1992). Outra linha de pensamento propõe alterações na dita técnica clássica psicanalítica, na qual me incluo; entretanto, para dar continuidade a este argumento precisaria,

a seguir, examinar sumariamente alguns enunciados da teoria lacaniana sobre a etiopatogênese da psicose.

Lacan indiscutivelmente revolucionou as concepções psicanalíticas das psicoses. Note-se que emprego o termo no plural, pois alguns lacanianos preocupam-se com a precisão diagnóstica seguindo as recomendações do mestre. Fink (2015) é um dos que não recomendam o mesmo procedimento técnico para as diferentes formas de psicose ao afirmar que a casuística que apresenta em seu livro refere-se a pacientes paranoicos e não a outros tipos diagnósticos como, por exemplo, a esquizofrenia. Aliás, este autor informa que o próprio Lacan nunca foi otimista a respeito do tratamento analítico para psicóticos, embora ressaltasse que nos paranoicos poderia haver algum prognóstico positivo, contrário ao que admitia em relação aos esquizofrênicos.

Interessa-nos entender o porquê das opiniões acima. As contribuições lacanianas sobre a gênese da fenomenologia psicótica são inestimáveis. O conceito da forclusão do nome-do-pai que sustenta a distinção entre neurose e psicose permite, nas psicoses, a substituição da metáfora paterna pela metáfora delirante. O não estabelecimento da metáfora paterna inviabiliza a castração simbólica e, conseqüentemente, impossibilidades simbolizatórias. O Inconsciente, estritamente falando, não existe, isto é, está lá, mas não funciona; significante e significado estão soldados, fundidos, não havendo lacunas entre os dois.

A partir dos anos 70 a teoria lacaniana passa por novas formulações com a releitura do seu triplo registro mental: o imaginário, o simbólico e o real. A teorização estabelecida do desejo levantará novos conceitos, como o objeto *a* e a fixação neste objeto nas neuroses, fato este nunca presente nas psicoses; aqui tampouco se estabelecerá qualquer ponto de capitonê (*point de capiton*) e, portanto, nenhuma edipização será possível devido à metáfora paterna jamais instaurada. No psicótico não há o Outro suposto saber, o Outro do conhecimento, inteligente; observa-se, por exemplo, o analista apenas como outrem interpessoal – o outro prestativo.

Esses sucintos e apressados comentários sobre a escola lacaniana no que concerne às psicoses facultariam, contudo, um esteio à minha posição inicial quanto à inexistência de um mundo interno na psicose, pois estariam alicerçados na enunciação freudiana quanto ao desinvestimento energético no momento da eclosão psicótica. O que me interessa disto são os desdobramentos para a clínica com tais pacientes, porquanto espero ao tratá-los já estarmos a lidar com tentativas de cura como sublinhado atrás. Neste aspecto ganha sentido a frase lacaniana que o eu não é só o núcleo, mas a causa da psicose (Lacan, 1956). De

fato, toda a arquitetura psíquica definida por esta escola para as psicoses capacitará concluir o estado de desorganização do eu nesses fenômenos e a inviabilidade daí decorrente de uma prática fundamentada na e pela interpretação. Como podemos observar, os vocábulos que tentam descrever a *coisa* psicótica aludem à *inexistência* (do Inconsciente), à *ausência* (da metáfora paterna ou do ponto de capitonê) ou ao *esfacelamento* do eu. São significantes que traduzem uma falha, uma lacuna, aquilo “[...] que foi vagamente constituído pela Verwerfung inaugural”, segundo célebre expressão de Lacan em 1966 (Fink, 2015, p. 329).

Seguindo essas concepções, caberia uma suplementação da lacuna faltante e ao analista o papel de supri-la, pois de acordo com a ideia do ensaio de cura tocaria à metáfora delirante tal suplementação. Por exemplo, o terapeuta tentaria *dissipar* as projeções do paciente e, no lugar de interpretá-las, propor-lhe uma nova maneira de encarar as coisas – tornar-se o outro prestativo (Fink, 2015, p. 307-308). Obviamente, tal conduta não deve ser unívoca, adaptando-a conforme o caso, já que haverá situações cujo processo necessitará ser outro. Kernberg (1992), por outro viés, desaconselha “[...] uma abordagem interpretativa na ativação de identificação projetiva” (p. 207), o que parece infirmar as prescrições dos autores ingleses que mais se realçaram na clínica das psicoses, como Bion (1950-1959) e Rosenfeld (1988), não obstante este último ter alertado para o “[...] perigo das interpretações edipianas na transferência” (p. 42). Cumpre mencionar, entretanto, que estas ponderações implicam a terapia com pacientes esquizofrênicos no seu mais amplo espectro ou paranoicos seriamente atingidos. Habitualmente, com tais enfermos nos comprometemos ao longo da vida, e nada tão representativo e eloquente do que ouvir de um dos meus pacientes, com um possível defeito esquizofrênico, que ele precisava de *um analista para o seu dia a dia!*

Desdobramentos: período de estado

Desconheço algum autor em psicanálise que desconsidere o grave comprometimento do eu nas psicoses. Da psicopatologia fenomenológica clássica à leitura de uma possível *psicótica* psicanalítica descobrimos serem unânimes referências a graves alterações, descompensações e desorganizações egoicas na vigência de uma psicose. Não pretendo desenvolver esta questão, mas propor e, se possível, articular um triplo encadeamento: como se correlacionariam entre si o desinvestimento energético inconsciente, a atuação da pulsão de morte, o esfacelamento do eu e a clínica nos quadros agudos psicóticos.

Há duas citações que sempre me intrigaram e nelas alcancei instrumentos para minhas formulações. A primeira, de Freud, encontrei-a em *Análise terminável e interminável* (1937); e a segunda, de Lacan, na leitura do seu *Seminário* (livro 3) sobre as psicoses (1956). Transcrevo-as na íntegra almejando com alguma coerência e plausibilidade transmitir ao leitor minhas hipóteses:

- a) [...] Somos forçados à conclusão de que a tendência a um conflito é algo especial; algo adicionado à situação sem considerar a quantidade de libido. Uma tendência ao conflito desse tipo, a emergir independentemente, dificilmente pode ser atribuída a algo que não seja a intervenção de um elemento de agressividade livre (p. 278).
- b) [...] A psicose não é mais interpretada a partir da economia complexa de uma dinâmica das pulsões, mas a partir dos procedimentos empregados pelo eu para se defender contra as pulsões. O eu torna-se não só o centro, mas a causa do distúrbio (p. 125).

Admitindo-se com Freud o desinvestimento energético da representação-coisa inconsciente nos casos de esquizofrenia, e ao considerar, como exposto anteriormente, que tal fenômeno impediria o amansamento das cotas de pulsão de morte, seria razoável crer que nesses momentos o Inconsciente se encontraria inundado por cotas livres desta pulsão. Nesses instantes, o Inconsciente colapsaria, a simbolização tacanha e previamente instalada se esfacelaria e nada restaria a este registro psíquico senão ver-se tomado e inundado pela *agressividade livre*. Constata-se frequentemente na erupção de surtos psicóticos a impossibilidade de o paciente expressar minimamente o que lhe ocorre, a angústia que o aprisiona é inefável e insuportável; uma significação autorreferida sem significados e absolutamente opressora o envolve e uma extrema agitação psicomotora se impõe soberana: é a ditadura radical do não simbolizável.

Verificam-se nos inícios das graves psicoses ocorrências cujas exigências simbólicas são de grande monta: início da adolescência, matrimônio, puerpério, profissionalização, lutos não elaborados, imigrações e desenraizamento; enfim, circunstâncias nas quais a realização do desejo não possui seus itinerários na ordem simbólica para sua concretização efetiva, ou seja, não existem estrutura ou condições de eu suficientes para adequar a representação-coisa inconsciente ao seu equivalente representação-palavra de modo que o desejo se transforme em ato apropriado sólido e coerente com a trama existencial daquela pessoa. Para isso se carece de um eu satisfatoriamente

consistente e capacitado para fazer face aos abalos e conflitos relativos à dinâmica pulsional concernente ao anseio buscado.

Reconheço um ponto nevralgico nessas ideias: a conexão entre o esvaziamento energético e a descompensação do eu; tentarei esclarecer melhor. A já mencionada fuga libidinal e a subsequente *cultura de pulsão de morte* (O ego e o id, p. 69) que se instala então necessitariam de alguma espécie de anteparo para que o paciente não submergisse nesse tsunami tanático. Se não existiu antes o amansamento libidinal previsto – o que poderia implicar um narcisismo primário bem estabelecido e potencialmente apto a agir – o salva-vidas libidinizante adviria de um simulacro de eu que engendraria o discurso alucinatório-delirante. Ou, então, o impacto mortífero seria de tal magnitude que o eu, atingido mortalmente pela evasão libidinal supracitada e empregando recursos preexistentes, ainda que neurobiologicamente desfavoráveis, conseguisse reerguer-se através dos sintomas positivos supramencionados. Dito de outro modo, este eu antes comprometido não será capaz de exercer a função de ligar esta energia/agressividade livre transformando-a em energia ligada representacionalmente. A energia livre, portanto, encontra-se fora do psíquico – desligada da representação-coisa inconsciente (Freud, 1915) ou desaparecida do sistema Inconsciente (Freud, 1917). Mais tarde, a ligação sobrevirá pela eclosão da sintomatologia produtiva.

Desde o início dos meus estudos em psiquiatria chamava a atenção que a sintomatologia mais grave nas psicoses não dizia respeito às alucinações e aos delírios. À medida que minhas leituras e experiência clínica se fortaleciam, percebia que tais manifestações eram observadas em outras afecções psíquicas, como as psicoses histéricas e psicogênicas, e que de forma alguma seriam patognomônicas das psicoses processuais.

Os tratados de psiquiatria e os atuais manuais de diagnóstico fornecem inúmeros exemplos de como emoções severamente comprometidas podem desencadear sintomas alucinatório-delirantes, fato este já detectado pelos pioneiros da psiquiatria quando afirmavam que os delírios surgem em função das paixões desabridas (Pinel) ou de sentimentos e paixões especiais (Friedrich Hagen, 1870). Pretendi destacar neste texto que aquilo que habitualmente consideramos sintomas psicóticos não faz justiça às alterações tão desestruturantes e devastadoras dos fenômenos essenciais nas psicoses, e em particular, nas esquizofrenias. Acredito que devamos ir além, isto é, ao tomar como paradigma o que torna uma determinada célula uma célula cancerosa – suas mitoses e meioses atípicas em razão de mutações aberrantes do desenvolvimento celular – é legítimo afirmar que o terreno mutacional antinatural da psicose encon-

trar-se-ia nas profundas e distorcidas alterações que atingem o eu no início dos processos esquizofrênicos.

De fato, desde as primeiras décadas do século XX, diversos autores procuraram captar essa fenomenologia prístina e essencial. Eugen Bleuler, Karl Jaspers, Kurt Schneider representam esta estirpe de psicopatólogos que se debruçaram sobre os primórdios da esquizofrenia. Não é a ocasião nem haveria espaço para apresentar as ideias destes autores, porém suas noções parecem-me fazer alusão a um psiquismo cognitivamente mais coeso, embora delirante; refiro-me aos conceitos de percepção delirante (Jaspers) ou ocorrências delirantes (Schneider) por eles postulados em suas obras. As noções freudianas sobre os momentos iniciais da demência precoce discutidas atrás e o enunciado lacaniano do eu não ser só o centro, mas a causa do distúrbio psicótico, conduziram-me à ideia de que é nesta instância do psiquismo que situaremos o fenômeno psicótico essencial. E tal constatação acabou por levar a uma feliz convergência: uma possibilidade de diálogo entre a fenomenologia psicanalítica e psiquiátrica nas psicoses.

Estudiosos da psicanálise e da psiquiatria são unânimes neste ponto: o núcleo psicopatológico por excelência nos processos psicóticos radica-se na decomposição e na desestruturação do eu, todavia sendo possível afirmar que o eu para a psicanálise nada tem a ver com o conceito do eu para os psicopatólogos inspirados na fenomenologia husserliana. Discordo. Quando me deparo com a sintomatologia descrita por estes, observo os mesmos fenômenos clínicos descritos por aqueles: indiferenciação eu/não eu, severos distúrbios de identidade, incapacidade de funcionamento da prova ou teste de realidade; enfim, um cortejo clínico que nada fica a dever àqueles mencionados por psicopatólogos contemporâneos europeus. Vejamos.

Autores de diferentes origens e latitudes são convergentes nos seus enunciados. Expoente da psiquiatria francesa da segunda metade do século XX, Henry Ey propõe ser a perda da consciência da atividade do eu que definirá o fenômeno psicótico fundamental, o que, aliás, será uma das preocupações basilares da psicopatologia norte-europeia desde Conrad (1958) até os atuais dinamarqueses, como Sass e Parnas (2003). Este eu assim atingido acarretará no ser esquizofrênico a perda da liberdade de determinação e execução, de acordo com Cabaleiro Goas (1966), gerando-lhe (no eu) uma profunda e inefável angústia autorreferencial coincidente com uma mutação do humor – esquizoforia – segundo expressão de Lopez Ibor em 1958 (Alonso-Fernandes, 1972, p. 257). Ao longo desses processos psicóticos ocorrerá um profundo decréscimo naquilo

que Rojas Ballesteros define como “[...] la energia concienical necesaria” para um excelente funcionamento psíquico e que produzirá “[...] la dificultad de captar el sentido”, como bem explicita Goas em obra supracitada (p. 975). Esta impossibilidade de significar será ilustrada por um paciente que precisava pensar constantemente, pois não conseguia compreender jamais (Sass; Parnas, 2003, p. 434). Não se assemelha ao enunciado psicanalítico que os psicóticos não simbolizam, imersos que estão em um mundo suposta e totalmente concreto?

Foi em Klaus Conrad (1905-1961), neurologista e psiquiatra alemão e infelizmente pouco discutido entre nós, que encontrei a melhor inteligibilidade dos fenômenos esquizofrênicos precoces. Contrariamente aos clássicos da psicopatologia fenomenológica, o médico filiado ao partido nazista em 1940, e por isso tendo à sua disposição número incontável de pacientes e militares egressos do front, publica, em 1958, *A esquizofrenia incipiente*, no qual apresenta as diferentes fases ou etapas dos processos esquizofrênicos. Apesar do emprego de termos pouco comuns ao léxico psiquiátrico de seus pares, conseguiu, no meu entender, encadear inteligivelmente o percurso de tão graves patologias. São em número de seis:

I. Trema. Palavra derivada do grego que habitualmente descreve o medo dos atores prestes a entrar em cena. É uma sensação indefinida no início que, depois, se propaga em uma inefável e insuportável angústia, terminando por abranger todo o campo sensoperceptivo do paciente. Surge um humor que conterá sentimentos dos mais variados matizes – culpa, excitação, pavor, alienação, suspeita, depressão, ou uma mistura de tudo isso – que se conclui de forma abrupta em ações completamente desprovidas de sentido. A antiga psiquiatria germânica definia tal sintoma como humor delirante difuso (*Wahnstimmung*), mencionado por F. W. Hagen, em 1870, de acordo com Berrios e Porter (2012); não é análogo ao clássico sentimento de perplexidade (*Ratlösigkeit*) descrito por Störring ou a já citada *esquizoforia* de L. Ibors?

II. Apofania. Esta palavra justificava as críticas dos colegas de Conrad. Deriva do prefixo grego *apo-*, que significa vindo de algum lugar, e *phaenein*, que implica mostrar, revelar; alude a uma vivência delirante incipiente caracterizada por uma consciência anormal de significação que gera no paciente, por exemplo, uma impossibilidade radical de ter dúvidas. Há uma sensação disseminada de algo indefinido, obscuro e impreciso e que a exterioridade em sua completude e complexidade refere-se ao seu próprio eu, embora o enfermo o afirme de modo espalhado, indistinto e atrozmente confuso.

III. Anastrophé. Do grego, *ana-*, para trás, e *strephein*, voltar. Com a evolução mórbida, surge a certeza inabalável (delirante) no paciente de que tudo

gira ao seu redor; o eu encontra-se assim aprisionado numa realidade que só a ele diz respeito, sem haver possibilidade de transcendência. Na terminologia lacaniana não há outros, apenas subsiste o encarceramento no Outro. Como se o sujeito fosse atirado em um mundo que o enclausura e nele se transveste igualmente em algoz e carcereiro.

IV. Apocalíptico-catatônica. Compreende os quadros mais graves que envolvem os aspectos motores (estereotípias, flexibilidade cêrea, estupores ou incontrolláveis agitações etc.), ou as desagregações formais do pensamento (suspensão, bloqueios, descarrilamentos, neologismos, salada de palavras).

V. Consolidação (ou remissão parcial). Frequente antes da moderna psicofarmacologia.

VI. Estado residual ou defeito. Atualmente observa-se de maneira menos exuberante como no passado, mas um olhar ou uma escuta atenta capta evidentes cicatrizes psíquicas que comprometem as funções sociais, pessoais e/ou afetivas dos pacientes acometidos.

Estendi-me nestas concepções, sobretudo nas três primeiras, pois julgo permitirem um fértil diálogo entre psicopatólogos modernos e autores psicanalíticos que defendem as alterações maciças do eu na gênese primária das psicoses funcionais, como, por exemplo, Lacan. Em importante trabalho, Sass e Parnas (2003) demonstram com seus conceitos de *hiperreflexivity* e *diminished self-affection* que o comprometimento do eu (self) é essencialmente o fator básico da esquizofrenia e patogeneticamente primário em relação às manifestações psicopatológicas (p. 437). Importa destacar que nestas duas formulações os teóricos dinamarqueses recuperam as noções de Conrad no que concerne àquela preocupação mórbida e infável com a qual, no período do *trema*, os pacientes posicionam-se diante do mundo; é através da excessiva auto e heteroatenção (*excessive self-awareness*, p. 435) que o mundo é apreendido naqueles *pródromos*. Assim captada, a realidade não é mais passível de simbolização e o eu e o não eu tornam-se, simultaneamente, cativo e guardião. Suponho ser este o equivalente fenomenológico para aquelas declarações freudianas encontradas nos artigos metapsicológicos quando se afirmava o desinvestimento libidinal da representação-coisa inconsciente e, conseqüentemente, deste próprio sistema, como procurei demonstrar neste texto. Não há circulação da representação pulsional nem vias de facilitação para que ocorram deslizamentos representacionais; não há associações, suposições, apenas certezas irremovíveis.

A exterioridade e seus objetos já não são mais espontâneos ou evidentes ao eu; não há mais espontaneidade e sim completa e absoluta autorreferência.

Nada é naturalmente evidente, pois desaparecem o senso comum e o sentimento de obviedade que em geral orientam alguém, prática e socialmente, diante do mundo – *the loss of natural self-evidence*, descrita por W. Blankenburg, em 1971 (Sass; Parnas, p. 434-435). É a perda da liberdade de determinação e de ação previamente citada (Goas, p. 382). Não há distância fenomenológica entre percepção e ação; polivalência e não ambivalência. Apofania e Anastrophé contrárias se sobrepõem e se complementam no entrecruzamento de teóricos de diferentes origens e escolas.²

The essential psychotic phenomenon

ABSTRACT *The paper argues the existence or not of the unconscious during the psychosis namely the psychotic states and its prodromes. It reviews the first Freud's conceptions about paranoia and precocious dementia and the metapsychological texts about the libidinal decathexis from the unconscious representations. It also examines the therapeutic possibility in these cases considering some aspects of the British and Lacanian School of psychoanalysis and discusses some ideas about death drives, aggressiveness and free energy linked to ego disorganizations. Finally, it proposes a possible dialogue between psychoanalysis and contemporary Spanish, German and Danish phenomenological psychopathologists.*

KEYWORDS *unconscious; schizophrenia; phenomenological psychopathology; psychoanalysis*

El fenómeno psicótico esencial

RESUMEN *El trabajo propone una discusión sobre la existencia o inexistencia del inconsciente en las psicosis, sobretudo en los pródromos de la enfermedad esquizofrénica. Empieza recapitulando las primeras concepciones freudianas sobre la psicosis (paranoia y demencia precoz), hasta llegar a los textos metapsicológicos donde Freud declara la huida de la investidura pulsional (libido) de los lugares que representan a la representación-objeto inconsciente. Examina la posibilidad terapéutica en estos casos comparando las enunciaciones de los principales teóricos de las escuelas inglesa y lacaniana sobre el tema. Se desarrollan nociones sobre la pulsión de muerte, agresividad y energía libre junto a la desorganización del yo en estas patologías y termina por presentar un posible diálogo entre el psicoanálisis y la psiquiatría fenomenológica contemporánea a partir de las ideas de psicopatólogos españoles, alemanes y dinamarqueses de la contemporaneidad.*

PALABRAS CLAVE *inconsciente; esquizofrenia; psicopatología fenomenológica; psicoanálisis*

2. Agradecimentos aos colegas Maria Inês Escoteguy e Nelson Goldstein pelo estímulo e sugestões.

Referências

- Almeida, S. (1991). Freud: a questão psicótica. *Revista de Psicanálise do Rio de Janeiro*, 1, 35-42.
- Almeida, S. (1995). A Verwerfung freudiana e a forclusão lacaniana: um possível entendimento. *Trieb*, 4, 19-32.
- Almeida, S. (2014a). Considerações sobre o tratamento das psicoses: a interface possível entre psiquiatria e psicanálise. Apresentação em mesa-redonda, Buenos Aires, Congresso da Fepal, setembro, 2014.
- Almeida, S. (2014b). Crônica de uma psicose anunciada. *Trieb*, 13 (2), 163-183.
- Alonso-Fernandez, F. (1972). *Fundamentos de la psiquiatria atual*. 2ª ed. Madri: Paz Montalvo.
- Berrios, G.; Porter, R. (2012). *Uma história da psiquiatria clínica: a origem e a história dos transtornos psiquiátricos*. São Paulo: Escuta.
- Bion, W. (1977). *Volviendo a pensar*. Buenos Aires: Horme.
- Bion, W. (1994). *Estudos psicanalíticos revisados*. Trad. Wellington M. de Melo Dantas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imago.
- Cabaleiro Goas, M. (1966). *Temas psiquiátricos: algunas cuestiones psicopatológicas generales*. Madrid: Paz Montalvo.
- Conrad, K. (1997). *La Esquizofrenia Incipiente*. Madrid: Editorial Triacastela. (Trabalho original publicado em 1958).
- Emde, R. (1987). Development terminable and interminable. Presentation on 35th IPA Congress, Montreal, Canada.
- Fink, B. (2015). *Fundamentos da técnica psicanalítica*. Londres: Karnac Books.
- Freud, S. (1977). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado 1892-1899).
- Freud, S. (1980). Notas psicanalíticas de um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia paranoides). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (1974). O inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1974). Suplemento metapsicológico à teoria do sonho. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (1976). O ego e o id. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).

- Freud, S. (1976). Problema econômico do masoquismo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1976). *Análise terminável e interminável*. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (1976). Construções em análise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (1987). *Neuroses de transferência: uma síntese (manuscrito recém-descoberto)*, Rio de Janeiro: Imago.
- Kernberg, O. (1995). *Agressão nos transtornos de personalidade e nas perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Lacan, J. (1955-1956). *Seminário, livro 3: As Psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Rosenfeld, H. (1968). *Os Estados Psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rosenfeld, H. (1988). *Impasse e Interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Sass, L.; Parnas, J. (2003). Schizophrenia, consciousness, and the self. *Schizophrenia Bulletin*, 29 (3), 427-444.

Recebido: 04/01/19

Aceito: 29/01/19

Sergio Costa de Almeida
Rua Jardim Botânico, 700/605 – Jardim Botânico
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22461-000
(21) 2512-3154 – 99808-0988
sergioalmeida@netbotanic.com.br

Contemporaneidade e campo psicanalítico: articulações com o fazer político

Maria Regina Maciel¹

RESUMO O artigo constata mudanças nos processos subjetivos e na experiência coletiva das pessoas que apontam tanto para sofrimentos de fundo depressivo quanto para novas formas mais horizontalizadas de fazer política. Seu propósito é contribuir para a articulação do campo analítico com o fazer político atual. Para tal, privilegia o pensamento de Winnicott, mais particularmente suas noções de *self* e espaço potencial. Conclui que a psicanálise e o campo político podem se encontrar quando possibilitam viver experiências nas quais exista ação humana que nos encaixa socialmente e produz cultura.

PALAVRAS-CHAVE depressão; política; *self*; espaço potencial

Introdução

Na virada do século XX para o XXI, pudemos observar mutações na individualidade. Tomemos o que nos disse, nos anos 90, o sociólogo francês Ehrenberg (1998) a este respeito. O autor referia-se a uma mudança na experiência coletiva das pessoas que, primeiramente, se exprimiam tanto pelo assujeitamento disciplinar quanto pelo conflito, e agora se veem às voltas com a questão da responsabilidade e da ação. Devido a este fato, ele levantava a hipótese de que, desde os anos 1970, a depressão tenha se tornado o problema mental mais disseminado no mundo.

Ehrenberg (1998) se propôs, então, a combinar uma história cultural e uma histórica técnica da psiquiatria. Neste caso, estaríamos às voltas com a falta de for-

1. Membro efetivo do CPRJ e professora associada da UERJ.

ças internas para responder às diversas demandas com que nos vemos confrontados. A depressão – que ele chamava de “patologia da liberdade” – serviria, portanto, de modelo para nos instruir sobre nossa experiência atual, porque é a patologia de uma sociedade na qual a norma não é mais fundada sobre a culpabilidade e a disciplina, mas sobre a responsabilidade e a iniciativa. Ele nos assinalava, inclusive, que a psiquiatria tinha alterado seu entendimento sobre as depressões, trocando o modelo da melancolia pelo modelo da depressão distímica. Isto vindo junto com a atual dificuldade clínica de se trabalhar com a noção de sujeito do conflito, próprio da neurose. O que nos restaria, segundo ele, seria uma dificuldade de falar de um sujeito. No máximo, teríamos o sujeito insuficiente da depressão.

Mais do que conflito, estes sujeitos nos trazem sobretudo questões ligadas à consistência do eu. Da mesma forma, ao contrário do recalque da sexualidade dos sintomas histéricos, neste modelo de depressão contemporânea, o recalque não se mostra um operador muito frutífero a ser trabalhado. Trata-se, predominantemente, de problemáticas narcísicas.

Variados psicanalistas têm tomado esta direção. Figueiredo (2018), por exemplo, refere-se aos sofrimentos contemporâneos de fundo depressivo como os daqueles sujeitos que se esgotam na perseguição do “Eu Ideal”. Chamando-os de “sofrimento da passivação”, ele acrescenta que hoje em dia as depressões se mostram mais importantes que as “melancolias e seus lutos encruados”. A partir do nosso contexto, se tomarmos o que nos dizem sociólogos como Bauman (1999), o autor afirma que “as agonias se tornam mais incidentes que as angústias”. Da mesma maneira, “os vazios emocionais (apatias) se tornam mais importantes que as turbulências (ainda que muitas vezes mascaradas por elas)”. Dentre outras características, nesses sujeitos há uma aguda “falta de tempo para fazer contato consigo mesmo e com os outros” (Figueiredo, 2018, p. 92, 94, 96).

Vejamos, agora, o que podemos observar no âmbito político. Neste também é possível referir-se a transformações que, por sua vez, demonstram um modo de relação com o mundo marcado mais por um “sou-com” do que com um “sou-diferente-de”. Digo isto pensando nas novas formas mais horizontalizadas de fazer política que, desta forma, parecem buscar o espaço do “comum”. Com esta perspectiva, me pergunto se estas mudanças no campo político podem expressar tentativas de se contraporem ao tipo ideal contemporâneo que é, seguindo as indicações de Ehremberg (1998), o depressivo.

Sobre o espaço do “comum”, tomemos o que em 2014 nos disseram Dardot e Laval (2017) a respeito de movimentos e correntes de pensamento trazidos à luz nas últimas décadas pelas lutas sociais e culturais contra a ordem ca-

pitalista e o Estado empresarial. Visando contestar a apropriação por parte das oligarquias de recursos naturais, conhecimentos, serviços públicos etc., esses movimentos podem ser agregados num mesmo princípio: o comum. Com base neste princípio, é possível dizer que só a prática pode decidir o que é comum, além de só ela ser capaz de produzir regras de responsabilização a seu respeito.

A partir do tema do comum e das novas formas de fazer política, os autores (filósofo e sociólogo, respectivamente) postulam que assistimos a uma “práxis instituinte” que não é nem o reconhecimento retroativo do que já existe, nem uma “criação a partir do nada” (Dardot; Laval, 2017, p. 244). Trata-se de dar ênfase ao estabelecimento coletivo de regras de ação prática que podem introduzir sistemas institucionais que incitem à cooperação. Acreditam que, por essa práxis, “a imaginação dos indivíduos pode agir sobre as significações instituídas” (Dardot; Laval, 2017, p. 453) e, quem sabe assim, novas formas democráticas advenham.

O dito acima me remeteu ao que assisti nas ocupações das escolas públicas por parte dos secundaristas, em anos recentes, no Brasil. Naquela ocasião, tive a oportunidade de observar tentativas de organização política e de sociabilidade mais horizontalizadas e coletivamente postas. Refiro-me, mais precisamente, a março de 2016, no Rio de Janeiro, quando secundaristas de mais de 70 escolas públicas estaduais ocuparam esses estabelecimentos em solidariedade à greve dos professores. Conheci duas dessas escolas ocupadas, nas quais pude observar uma aguda crítica às maneiras de representação política. A proposta era tomar decisões em grupos. As palavras de ordem eram dadas em forma de jogral que ecoavam pelos cantos da escola.

Uma de minhas lembranças daquelas idas a essas instituições refere-se a um momento em que os alunos receberam a visita de um professor de matemática de uma Universidade próxima que tinha ido conhecê-los e que ofereceu dar uma aula. Os jovens estavam felizes por participar deste evento. Isto me chamou a atenção, já que, usualmente, sabemos que esta matéria gera aversão na maioria deles. Ao observar a cena, fiquei pensando o quanto ocupar espaços, de forma lúdica, coletiva e criativa pode modificar tendências e, diversamente, proporcionar momentos de alegria.

Penso também no recente movimento dos “coletes amarelos” que se iniciou na França em novembro de 2018 e continua acontecendo, ao menos até fevereiro de 2019. Esse movimento começou reivindicando a revogação de uma taxa sobre os combustíveis. Nas manifestações, contudo, outras reivindicações foram se agregando, como o imposto sobre as grandes fortunas (abolido pelo atual governo francês). Diante da pressão, o governo adiou a cobrança do im-

posto sobre combustíveis. Disputado por diversas correntes políticas, a população presente às manifestações parecia sobretudo denunciar as crescentes desigualdades sociais e a exclusão política. Os “coletes amarelos” buscam evidenciar tanto uma crise na sociedade quanto uma tentativa de maior participação ativa de uma população que está cansada de apenas sobreviver.

A partir da observação dessas mudanças no contexto contemporâneo, meu objetivo neste artigo é articulá-las com o campo psicanalítico, mais particularmente, com as noções de *self* e de espaço potencial de Winnicott. Postulo que essa noção psicanalítica pode ampliar nossa reflexão sobre as mutações (nos níveis subjetivos e políticos) recém-assinaladas. Trata-se de níveis empíricos e teóricos diferentes. Porém, acredito que nos cabe começar a indagar sobre até que ponto essas noções que nos direcionam para a questão de uma vida criativa e não depressiva são frutíferas para um maior entendimento a respeito dos processos de subjetivação contemporâneos e das novas formas mais horizontalizadas de fazer política. Quanto a esta última, advogam-se certa reciprocidade, gestão democrática e participação ativa, na qual somos coprodutores no estabelecimento de regras.

A psicanálise de Winnicott: aproximações com o pensamento de H. Bergson

O campo psicanalítico não é homogêneo. Nele convivem discursos diversos. Alguns psicanalistas positivam a noção de modos de subjetivação sem o suporte do recalque e da interdição na construção do psiquismo e dos laços sociais. Outros dificultam essa possibilidade de apreensão sem esse suporte. Da mesma maneira, para uns, eu e outro não são colocados necessariamente em oposição. Para outros, isto não é possível.

Entendo que o leque de possibilidades com que pensamos, entre outras questões, o recalque ou a relação eu/outro, conforme aponte no parágrafo anterior, se deve à escolha do psicanalista clássico em quem nos apoiamos. Este, por seu turno, sustenta-se em bases filosóficas específicas. Para este artigo, vou me ater ao pensamento de Winnicott. Como nos esclarece Philips (2006), o psicanalista inglês foi influenciado pelo Existencialismo e tendeu a desenhar suas redescrições de Freud da biologia darwinista, da etologia e da literatura. Sabemos também que seu pensamento pode ser aproximado, em certa medida, ao de filósofos como Henri Bergson.

Para Bergson (2010, p. 34), “os seres vivos constituem no universo ‘centros de indeterminação’”. Esses centros dependem de atividades motoras das

quais se derivam as percepções. Estas, por sua vez, têm um caráter subjetivo devido à memória (considerada por ele como ponto de interseção entre espírito e corpo, mas diante da qual podemos pensá-la também como atividade criadora). O filósofo afirma em seu livro denominado *Matéria e Memória* (Bergson, 2010) que ação é a “faculdade que temos de operar mudanças nas coisas” (p. 66) e que “o pensamento é um movimento” (p. 145). Assim, “o espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprime sua liberdade” (p. 291).

Costa (2004) relaciona os pensamentos de Henri Bergson e de Donald Winnicott. Mais precisamente, refere-se à ideia de temporalidade implícita à noção de “espaço potencial”. Nesta perspectiva, ele examina os chamados paradoxos winnicotianos à luz das teorias de espaço e de tempo do filósofo francês. Isto o leva a afirmar que a noção de espaço winnicotiano tem uma significação bergsoniana.

O autor nos esclarece que, para Bergson, espaço é um esquema de nossa ação possível sobre as coisas (Costa, 2004). Desta forma, “espaço é o tempo contraído ou dilatado em função dos interesses e das possibilidades da ação do corpo sobre os objetos”. Ao que acrescenta: “próximo é o que pode ser mais facilmente alterado pela ação corporal e longínquo é o que dificilmente se deixa transformar pelos meios disponíveis à ação”. Entende que para o filósofo não há “vazio” entre os objetos. Segundo as palavras de Costa (2004), “o chamado ‘vazio’ entre objetos é, de fato, pleno de matéria que pode ser observada e, na maioria das vezes, qualificada. O fato de nem sempre podermos percebê-la a olho nu não impede que ela exista” (p. 99).

Ele segue afirmando que, de maneira semelhante, em Winnicott, no espaço potencial, o “tempo de separação” que experimenta o bebê diante dos inícios de “afastamento psíquico” da mãe para com ele não é um fosso de “vazios” e “nadas”. As experiências que o bebê experimenta são “estados heterogêneos de uma mesma escala temporal, e não qualidades posicionais incompatíveis de coisas e eventos” (Costa, 2004, p. 101).

Em consonância com uma abordagem psicanalítica mais desenvolvimentista que pode ser apreendida de Winnicott, o referido autor explica que no espaço potencial há certa “disposição mental”, ou processos psíquicos, que podem viver experiências nas quais há o “sentimento de continuidade da existência”, que pode desaguar numa ação criativa. Se isto se dá, o eu se expande, “tecendo o fio da continuidade da existência” (Costa, 2004, p. 102).

Seguindo esta perspectiva e pensando o desenvolvimento do bebê à luz de Winnicott, podemos dizer que, inicialmente, a criança tenta conciliar a rea-

lidade interior do *self* e a realidade exterior nas alucinações onipotentes. Num segundo momento de constituição (do espaço potencial), o bebê não conseguirá essa conciliação, posto que o objeto transicional oferece certa resistência à alucinação, o que permite um vislumbre de alteridade. Se tudo vai bem, uma qualidade diferente de *self* pode aparecer, ou seja, há um sentimento de existência que permanece para além das mudanças na qualidade do *self*. Por fim, o bebê vai se encaminhando para o mundo das relações compartilhadas. Como resultado, estará apto a novas e amplas experiências criativas, já que, em sua perspectiva, o mundo vai se apresentando no brincar e a criança pode trazer algo de seu *self* para a cultura, fazendo, portanto, uso dela.

Desta maneira, podemos dizer que o eu pode ser concebido como uma espécie de *elã vital* (expressão de origem francesa que foi utilizada por Bergson) que se expande e cria. Esta ideia me parece, em certa medida, estar também presente na maneira como Winnicott descreve a expansão do *self* e os processos criativos.

Winnicott: *self* e espaço potencial

Como nos esclarece Abram (2000), nos textos de Winnicott, com muita frequência, os termos *self* e ego são empregados alternadamente. Em algumas passagens de sua obra, contudo, podemos verificar tentativas de estabelecer diferenças entre estes termos. Para maiores esclarecimentos, vejamos o que aponta Pontalis (2005) sobre o termo que aqui nos interessa: *self*.

Pontalis (2005) começa por nos dizer que a psicanálise francesa deixou de lado a ideia de *self*, posto que o sujeito é dividido e sobredeterminado. No entanto, a clínica, principalmente com os pacientes “como se” (que se sentem vazios e submetidos), fez alguns psicanalistas retomarem a noção de *self*. O autor, então, faz uma revisão do tema e afirma que, para ele, o *self* é um “fenômeno subjetivo” e não “pessoa total”.

Isto o faz divergir de uma “ideologia personalista, bergsoniana até”, que entende o *self* como “eu profundo”. Diferentemente, portanto, dos que aproximam Winnicott de Bergson (particularmente Pontalis diverge, como já dito, das aproximações derivadas de noções do filósofo francês como “pessoa total” e “eu profundo”), o autor fará seu próprio percurso a partir do que entende por *self* em Winnicott (Pontalis, 2005, p. 179, 198).

Pontalis (2005, p. 191, 196, 178, 187), com base em Winnicott, afirma que há um núcleo de funcionamento em qualquer indivíduo “que não se comunica

com o mundo dos objetos percebidos”. Este é o *self*, que é aquele que concerne “à vida, ao fato de viver”. O *self* visa à “realidade psíquica” que faz funcionar o aparelho psíquico. Essa realidade psíquica, por sua vez, é aproximada da “área intermediária” (posto que situada entre realidade psíquica interna e realidade externa), dos fenômenos transicionais. Esses fenômenos têm como “protótipo infantil” o balbúcio do bebê e podem ser encontrados também na arte. Neste tipo de encaminhamento, “o *self* não é elã vital, mas, no espaço psíquico, o representante do *vivo*: espaço aberto para o ambiente que primeiro o nutre e que ele, em troca, cria”. Esta compreensão do *self* nos leva a conceber o espaço potencial como uma “zona do informe”, “espaço de jogo, de fronteiras móveis, que faz nossa realidade” (Pontalis, 2005, p. 197, 209).

Nesta mesma perspectiva em que se aproxima o pensamento de Winnicott da arte e da poesia (mais do que de uma teoria do desenvolvimento, por exemplo), Luz (1989) dirá que Winnicott fundamenta a cultura no jogo. Isto é diferente de fundá-la na culpabilidade que se segue à frustração ou na linguagem que se estrutura em torno da negatividade da falta. Dirá, então e em conformidade com o que vemos em Freud de “Escritores Criativos e Devaneios” (1908/1976), que a cultura não é devaneio, nem algo que nos sobredetermina. Ela tem sua origem no jogo, posto que a ilusão criadora que experimenta a criança será a cultura do mundo adulto.

Nesta parte do artigo estamos privilegiando a contribuição de Winnicott a respeito, sobretudo, do *self* e do espaço potencial para tecer aproximações com a subjetividade contemporânea e com as novas formas mais horizontalizadas de fazer política. O psicanalista inglês afirma ser o espaço potencial o lugar de cooperação entre mãe/bebê, no qual devemos manter uma posição de “concordância” de nunca perguntar se o objeto foi criado ou se estava ali para ser criado (Winnicott, 1953/1975, p. 28). Deste dito de Winnicott, podemos entender que o bebê cria o objeto transicional desde que este esteja efetivamente lá, ou seja, o objeto precisa estar presente, antes de faltar ou ser alucinado.

Quanto a esta maneira de se referir ao espaço potencial, ela me parece ser uma das mais propícias para o estabelecimento de ligações com as questões da política, conforme nos referimos no início deste artigo. Winnicott (1953/1975) menciona o termo “concordância”. Se assim acontece, a criança brinca e cria ao invés de se submeter a nós. Cabe aqui, então, uma pergunta: em termos políticos, essa “concordância” (paradoxal) na qual entramos num tipo de acordo poderia ser aproximada de um posicionamento político mais democrático e menos totalitário?

Sabemos que essa área intermediária, além de poder existir na clínica psicanalítica, pode ser expandida, com certos limites, para outras áreas da vida. Particularmente, o próprio Winnicott (1953/1975) entende que ela pode se expandir para a arte e a religião. Segundo ele,

Estou, portanto, estudando a substância da ilusão, aquilo que é permitido ao bebê e que, na vida adulta, é inerente à arte e à religião, mas que se torna marca distinta de loucura quando um adulto exige a credulidade dos outros, forçando-os a compartilhar de uma ilusão que não é própria deles. Podemos compartilhar o respeito pela *experiência ilusória* e, se quisermos, reunir e formar um grupo com base na similaridade de nossas experiências ilusórias. Essa é uma raiz natural do agrupamento entre os seres humanos (Winnicott, 1953/1975, p. 15).

Questiono-me, então: por que não expandir a “área intermediária” para a política?

Ao entrelaçar os campos psicanalítico e político, estamos tratando de níveis empíricos e teóricos diferentes. No entanto, estes dois campos distintos se articulam, neste artigo, em prol de favorecer leituras necessárias à complexidade do tempo contemporâneo. Neste sentido, creio que cabe nos indagar: até que ponto norma de reciprocidade, gestão democrática e participação ativa em que somos coprodutores no estabelecimento de regras (características a que se propõem muitos movimentos coletivos hoje) podem ser aproximadas do que indicava Winnicott sobre o que ele esperava acontecer no espaço potencial? Ou seja, um espaço lúdico, no qual nunca devemos perguntar se o objeto foi criado ou se o objeto já estava lá para ser criado, não poderia ser mais facilmente experimentado em movimentos sociais coletivos (que buscam estabelecer suas normas de baixo para cima) do que em ações políticas que pretendem nos submeter a um poder que venha de cima para baixo?

Para concluir

Neste texto me propus a estabelecer relações entre o campo psicanalítico e as novas formas mais horizontalizadas de fazer política. Ambos podem ser pensados como um agir no mundo que aponta para a importância do conviver num espaço criativo. Nesta perspectiva, procuramos positivar outros modos de subjetivação e de ações políticas que não os tradicionais. Por conta disto, buscamos nos direcionar tanto para uma análise crítica a respeito do modelo do recalque, típico da neurose, quanto para um modelo de representatividade política.

Após remeter-me às influências filosóficas de Winnicott, privilegiei as noções de *self* e espaço potencial. Neste sentido, o campo psicanalítico e o campo político podem se encontrar quando possibilitam viver experiências nas quais exista ação humana que, por seu turno, nos encaixa e produz cultura.

Claro que estou alerta para, diante dos novos cenários (com seus coletivos flexíveis, diferentes das grandes estruturas associativas e sindicais do passado), não cair numa posição ingênua que abdique de qualquer racionalidade. Contudo, inclino-me a pensar em entrelaçamentos que se dão sobretudo por afetos e no espaço do comum. Da mesma maneira, inclino-me a positivar modos de subjetivação que parecem se dar sem o suporte do recalque na constituição do psiquismo e dos laços sociais.

Ações orquestradas por alguns jovens, especialmente das periferias, nos permitem pensar em subjetividades que tendem a ser menos depressivas e mais criativas. Da mesma forma, no nível mais social, a procura pelo comum e pelo cotidiano parece querer radicalizar a democracia. Nesse diapasão, muitas manifestações políticas contemporâneas buscam estabelecer um autogoverno das pessoas que se libertam tanto do domínio do Estado quanto do domínio abstrato do sistema econômico vigente.

Cabe, então, deixar em aberto se está em jogo uma “nova democracia”. Essas ações políticas recentes parecem buscar um modelo de poder imanente popular no qual, diante de experiências de indeterminação (semelhantes às experiências transicionais quando vivemos estados de indeterminação, não orientados para um objeto ou objetivo preestabelecido), tenta-se criar algo novo, ao invés de procurar ordem e representação. Até que ponto isto é viável, não sabemos. Resta-nos ir acompanhando atentamente.

Contemporaneity and the psychoanalytic field: articulations with the political doing

ABSTRACT *The article notes changes in the subjective processes and in the collective experience of people that point to both depressive background pain and new, more horizontal forms of politics. Its purpose is to contribute to the articulation of the analytical field with the current political practices. For this, it privileges Winnicott's thinking, more particularly his notions of self and of potential space. It concludes that psychoanalysis and the political field can be found when they allow to live experiences in which there is human action that socially embeds us and produces culture.*

KEYWORDS *depression; politics; self; potential space*

La contemporaneidad y campo psicoanalítico: articulaciones con el hacer político

RESUMEN El artículo muestra cambios en los procesos subjetivos y en la experiencia colectiva de las personas que señalan tanto el dolor de fondo depresivo como las nuevas formas de política más horizontales. Su finalidad es contribuir a la articulación del campo analítico con la práctica política actual. Por esto, privilegia el pensamiento de Winnicott, más particularmente sus nociones de self y de espacio potencial. Se concluye que el psicoanálisis y lo campo político pueden encontrarse cuando permiten vivir experiencias en las que hay acción humana que nos inserta socialmente y produce cultura.

PALABRAS-CLAVE depresión; política; self; espacio potencial

Referências

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Bauman, Z.; (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor
- Bergson, H. (2010). *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Costa, J. F. (2004). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Dardot, P.; Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Ehrenberg, A. (1998). *La Fatigue d'être-soi: depression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Figueiredo, L. C. (2018); "Trauma e dissociação na contemporaneidade. De volta ao assunto vinte anos depois". *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 40 (39), 91-109.
- Freud, S. (1976). "Escritores criativos e devaneios". In S. Freud, *Obras Completas*. Vol. IX (149-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1908).
- Luz, R. (1989). O espaço potencial: Winnicott. *Revista Percurso*, 3, 25-32, Ano II.
- Philips, A. (2006). *Winnicott*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Pontalis, J-B (2005); *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Winnicott, D. (1975). Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. In D. Winnicott, *O brincar e a realidade* (p. 13-44). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1953).

Recebido: 01/04/2019

Aceito: 27/05/2019

Maria Regina Maciel

Rua Pacheco Leão, 174/302A – Jardim Botânico

Rio de Janeiro – RJ – CEP 22460-030

(21) 9889-55446

mreginamaciel@terra.com.br

O trauma perante o desejo do Outro e o traumatismo perante a paixão do outro: articulações entre Ferenczi e Lacan

Daniel Migliani Vitorello¹

RESUMO A partir de teorias, a princípio antagônicas como a de Sándor Ferenczi e a de Jacques Lacan, o artigo pretende discutir a noção de trauma na sua relação com a mentira. Por um lado, o sujeito, na constituição da sua fantasia fundamental, não deixa de inventar uma mentira na tentativa de tamponar a falta do Outro. De outra parte e a partir da retomada da traumatogênese realizada por Sándor Ferenczi, não se trata apenas de que o sujeito mente para si mesmo, mas que, por vezes, é o outro que mente. Tal mudança imputa, portanto, a falta no outro. A partir daí, onde enxergar a falta? Trata-se de imputar a falta ao sujeito na sua construção fantasmática ou ao outro primordial que acolheu mal? Quem convoca a mentira como resposta: o outro do traumatismo ou o Outro da estrutura? Como escolher? Uma concepção inviabilizaria a outra? Ou seriam antes no mínimo concomitantes? Nesse sentido, o artigo tem como objetivo, para além destas questões, discutir principalmente que o encontro traumático presente na confusão de língua entre os adultos e a criança proposto por Sándor Ferenczi é compatível com uma concepção lacaniana do trauma que está ligada ao real e ao impossível da relação sexual.

PALAVRAS-CHAVE trauma; mentira; hipocrisia; Sándor Ferenczi; Jacques Lacan

Trauma e mentira

Através da transferência, a clínica psicanalítica nos oferece a possibilidade e os recursos para (re)construir as bases das condições arcaicas que constituem um

1. Psicanalista, Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq 2011-2015.

sujeito. Ela, a transferência, reinstaura as demandas inconscientes de uma imemorable relação, na medida em que, como se refere o psicanalista húngaro Sándor Ferenczi (1909/2011), ela aí desempenha um papel como uma espécie de catálise. “A pessoa do médico atua aí como um catalisador que atrai provisoriamente os afetos liberados pela decomposição” (p. 90). Uma análise revela, portanto, os complexos e os representantes psíquicos – significantes – da cena fundamental infantil da relação do *infans* com o Outro. Mas fundamentalmente, ao reconduzir à situação arcaica inscrita nas bases dessa relação, uma das coisas que a transferência nos revela é a extraordinária relação de poder e, portanto, de dominação que liga o *infans* a esse Outro. Mais ainda, a partir da leitura de Jacques Lacan, ao desejo desse Outro autorizado a nomear a verdade do sujeito.

No entanto, como nomear a verdade desse desejo se a linguagem precipita uma falta, ou se quisermos, uma falta de palavra que impede dizer a verdade? Em termos da constituição do sujeito, uma das formas é supostamente preenchê-la – a falta – com a mentira da fantasia, ainda que seja uma mentira sincera. Esta mesma mentira, que Ferenczi (1928/2011b) fazia questão de lembrar que Freud a chamava de realidade psíquica, não deixa de ser – ainda que provocada pelo Outro – uma mentira construída pelo sujeito, ou seja, trata-se de uma necessidade imposta pela relação do sujeito com a estrutura do Outro, como também pela sua relação com a moral, como pretendemos demonstrar no decorrer deste trabalho.

O tema da mentira foi objeto de reflexão de Ferenczi em diversos momentos. Por exemplo, no texto “A adaptação da família à criança” (1928/2011a), encontramos as seguintes ideias. Para ele, o ego, suscetível de adaptação, deve se adequar ao meio. No entanto, como os seres humanos também fazem parte desse meio, o autor lembra que estes têm uma particularidade bastante específica que torna tal adaptação difícil: “o homem é o único ser vivo que mente” (1928/2011a, p. 12). As primeiras opiniões da criança se defrontam com uma série de opiniões diferentes. Assim, a sua vivência efetiva se opõe às ideias e aos ideais à sua volta, obrigando “também a criança a mentir” (1928a/2011a, p. 12), ou seja, as crianças mentem em decorrência da relação com a moral, de modo a incorporar essa mentira e torná-la sua *pseudo* verdade, enquanto a sua verdade efetiva foi reprimida.

Da mesma forma, no texto *O problema do fim da análise* (1928/2011b), ao retomar o tema, Ferenczi aponta que qualquer mentira de criança é uma mentira por necessidade, uma vez que é mais confortável ser franco e sincero. A seguinte imagem é usada para expor suas ideias: no início, tudo o que tem gosto

bom é considerado pela criança como algo bom. Deve, então, aprender a considerar e a sentir que algumas coisas que têm gosto bom são ruins. Descobre também que a obediência aos preceitos que demandam renúncias se transforma, por vezes, em fontes de felicidades e satisfações extremas. Esse processo, para Ferenczi, é a passagem do amoral para a aquisição da moral. Ainda neste texto, ele faz a exposição de um caso no qual um paciente tinha uma tendência para a mentira, de modo a induzir seu analista ao erro sobre alguns dados, no caso, de natureza financeira. Mas no decorrer da análise, certa vez o paciente faltou à sessão, sem mesmo mencionar posteriormente sua omissão. Ferenczi, ao retomar o ocorrido, percebe juntamente com o paciente que este não somente não se lembrava de sua falta, como também de todos os acontecimentos do dia em questão. Portanto, no momento em que Ferenczi obteve a prova irrefutável da sua tendência para a mentira, teve a convicção de que o sintoma de “clivagem da personalidade, pelo menos nele, era apenas o sinal neurótico dessa tendência de caráter. Assim, neste caso, o surgimento de provas de uma mentira tornou-se um evento que favoreceu a compreensão analítica” (1928/2011b, p. 18).

Nesse contexto, ele chega inclusive a propor que o “neurótico não pode ser considerado curado enquanto não renunciar ao prazer do fantasiar inconsciente, ou seja, à mentira inconsciente” (1928/2011b, p. 19). Desta forma, Ferenczi constata, como já demonstra o caso relatado, que há uma mentira, mas que na mentira mesmo a verdade se mostra: a mentira levou à verdade da clivagem da personalidade. Mas também se trata de reconhecer, pelo menos neste momento do seu ensino, que o sujeito, impulsionado a inventar uma ficção na operação da fantasia, mente para si mesmo, de modo que a falta é imputada a ele mesmo. Estamos no âmbito da constituição da fantasia à maneira freudiana e avançada por Lacan.

No entanto, o que orientava Ferenczi (1928/2011b) nessa comunicação era sua divergência quanto a uma opinião da época: “saber em que medida esse conteúdo fantasioso também representa uma realidade efetiva, quer dizer, física, ou a lembrança de tal realidade, era considerado de importância secundária para o tratamento e seu êxito” (p. 19). Por outro lado, continua Ferenczi: “minha experiência ensinou-me, porém, outra coisa” (p. 19): que enquanto não houver uma nítida separação entre o real e a pura fantasia, nenhum caso de histeria poderá ser considerado solucionado. Como ele fez referência a este quadro da neurose, nós a tomamos para melhor compreender essas ideias.

Segundo Safouan (2013), para a histérica não se trata, por exemplo, e segundo o modelo da *neurotica* freudiana, de ter sido seduzida pelo seu pai, mas

de ter sido desejada. Este fantasma se repete e exala pelos poros do discurso histórico. Mas, com efeito, e ainda para Safouan, é difícil dissociar a gênese de um tal fantasma dos momentos deliciosos em que o pai, por exemplo, teve o prazer de ensinar sua filha a nadar, sem falar, ainda, de outros jogos nos quais os pais adoram relaxar com seus filhos. Para Ferenczi, ao contrário, a convicção do paciente viria exatamente quando fosse possível retomar as lembranças relativas a essa relação e distinguir as esferas da realidade e da fantasia. O esforço de Ferenczi era para permitir o reaparecimento do evento traumático para que o paciente adquirisse, ele próprio, uma convicção. Pode-se, a partir daí, pensar que se trata de uma ambição ou mesmo de uma ingenuidade de Ferenczi, mas deixamos em aberto esta questão, pois o interessante é o que ele (1928/2011b) aponta imediatamente em seguida.

Podemos com segurança caracterizar qualquer mentira por necessidade; a tendência para a mentira, posterior, relacionada com essas primeiras, talvez seja algo imposto pela necessidade. [...] O que designamos por nomes de bela sonoridade, como ideal, ideal de ego, superego, deve seu aparecimento a uma repressão deliberada de moções pulsionais reais, que cumpre, pois, demitir ao passo que os preceitos e os sentimentos morais, impostos pela educação, são enfatizados com uma insistência exagerada. Mesmo que os professores de ética e os teólogos da moral fiquem desolados, não podemos nos impedir de afirmar que mentira e moral têm algo a ver uma com a outra (p. 20).

É nesse sentido que a moral convoca a mentira como repostas. Da mesma forma, o que é a moral senão uma estrutura simbólica? E ainda, isso não remete ao que Lacan chamou de Outro? Pois esse grande Outro descrito tantas vezes como o lugar da verdade é também, como nos lembra Safouan (2013), o lugar da mentira, porquanto ele só permite ao sujeito o acesso aos significantes filtrados pelo desejo do Outro, assim como a censura primária na qual se reconhecem os efeitos do recalque freudiano. Desse modo, a mentira de que se trata aqui, pautada na censura, constitui, por um lado, o mecanismo graças ao qual a moral continua a transmitir a falta, enquanto, por outro lado, é o mecanismo no qual o desejo se torna possivelmente moral ou social, ainda que marcado por um mal-estar.

No entanto, caso seja possível esvaziar o Outro da estrutura, uma vez que o simbólico estando aquém e além nos convida a enxergar o encontro com o Outro pela via do transpessoal, para Ferenczi não é assim. Para ele há espaço para um encontro, por vezes traumático, entre uma criança e um adulto, já que

este inevitavelmente vem encarnar o lugar do Outro. Sendo assim, se o humano é o único ser vivo que mente, de modo que “torna difícil para a criança a adaptação a essa parte do seu meio ambiente” (Ferenczi, 1928/2011b, p. 12), é possível esboçar outra pergunta: quem mente para quem? O Outro que impõe a mentira como resposta seria somente o Outro da estrutura?

Esta concepção que até agora mostramos, ou seja, que o sujeito mente para si mesmo na relação com o Outro, começa, pelo menos com Ferenczi, a vacilar. Este Outro que impõe a mentira como resposta não é somente o Outro da estrutura ou da moral, é também o outro semelhante. Desse modo, a responsabilidade da mentira poderia ser simplesmente imputada ao sujeito devido à sua mentira inconsciente, ou se quisermos, devido à sua construção fantasmática? Mais ainda: a responsabilidade da mentira só seria imputada ao sujeito devido a um real traumático que sempre retorna porque impossível de ser simbolizado, haja vista a falta estrutural de uma palavra? Não haveria espaço para o acidental ou para um encontro traumático entre uma criança e um adulto já que este inevitavelmente vem ocupar o lugar do Outro? Enfim, é possível esvaziar o Outro da estrutura de modo que o adulto não faça irrupção?

Freud, em 1917, dizia: “Confirma-se assim o fato de que, na vida mental, o que é inconsciente é também o que é infantil” (Freud, 1917/1996, p. 212). Não fossem as transformações que o legado freudiano sofreria nos anos 1920, esta afirmação confirmaria ainda mais os questionamentos acima, uma vez que a disposição polimorfa perversa da sexualidade infantil não se reduz mais unicamente à criança e à infância. O sexual infantil também se faz presente do lado do adulto de modo a elevar sua potencialidade traumática ou os traumatismos inerentes ao encontro entre ele e uma criança. Mas fundamentalmente e como dissemos, a partir dos desdobramentos que a psicanálise sofreu nos anos 1920, abriu-se espaço para que o real – que sempre retorna ao mesmo lugar – fosse cada vez mais considerado, por excelência, o trauma, porque impossível de ser assimilado pelo aparelho psíquico ou, se quisermos, por um simbólico que não é capaz de representá-lo.

No entanto, “a continuidade da obra não pode de nenhum modo esconder as discontinuidades de uma pesquisa aberta sobre a clínica e sobre as consequências novas, imprevistas e perturbadoras da experiência clínica” (Guyomard, 2007, p. 79). Talvez fosse esse espírito, típico de Ferenczi, que lhe permitiu retomar a *neurotica* abandonada por Freud e reabrir outras possibilidades para estas questões. O retorno da traumatogênese implicou não se tratar apenas do fato de que o sujeito mente para si mesmo, mas que, por vezes, é o outro que

mente. Tal mudança imputa a falta ao outro: “As histéricas não mentem” (Ferenczi, 1930/2011c, p. 73).

A partir daí, como escolher? Uma concepção inviabilizaria a outra? Não seriam antes no mínimo concomitantes? Onde enxergar a falta? Trata-se de imputar a falta ao sujeito na sua construção fantasmática ou ao outro primordial que o acolheu mal? Quem convoca a mentira como resposta: o outro do traumatismo ou o Outro da estrutura? O que está em jogo aqui não é pouca coisa, pois, como se sabe, foi aqui que a psicanálise separou Freud e Ferenczi. É aqui, ainda, que a psicanálise se divide. Este trabalho tem como objetivo esboçar algumas possíveis respostas para estas questões.

Quem seduz quem?

A partir do princípio de *laisse-faire* que culminou na análise pelo jogo, Ferenczi levou seus pacientes a adotarem um relaxamento muito mais profundo. Isto o fez perceber que quanto mais verdadeira era a associação livre, tanto as falas quanto outras manifestações dos pacientes se tornavam cada vez mais ingênuas, isto é, infantis. No entanto, esses jogos o levaram a notar também uma grave realidade, ou seja, os choques traumáticos da infância. Trata-se dos elementos de malevolência, de arrebatamento passional e de perversão aberta que “são, na maioria das vezes, consequências de um tratamento desprovido de tato, por parte do ambiente” (Ferenczi, 1931/2011d, p. 85). Por exemplo, no texto *Confusão de língua entre os adultos e a criança*, Ferenczi (1933/2011e) utiliza a seguinte imagem de sedução incestuosa: “um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura” (p. 116).

No entanto, por vezes, os adultos “confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual, e deixam-se arrastar” (p. 116), ocorrendo assim uma confusão entre a língua da ternura e a língua da paixão. Somado com alguns ingredientes que veremos em breve, o resultado é uma criança traumatizada. Mas não são apenas as seduições incestuosas que provocam tal efeito, pois, para além do amor forçado, há também as medidas punitivas insuportáveis, continua ele: “os delitos que a criança comete, de brincadeira, só passam a ter um caráter de realidade pelas punições passionais que recebem de adultos furiosos, rugindo de cólera, o que acarreta numa criança, não culpada até então, todas as consequências da depressão” (p. 119).

Por fim, um terceiro meio de se “prender uma criança” é evocado por Ferenczi. Trata-se do que ele nomeia de “terrorismo do sofrimento” (p. 120), que aconteceria da seguinte maneira,

As crianças são obrigadas a resolver toda espécie de conflitos familiares, e carregam sobre seus frágeis ombros o fardo de todos os outros membros da família. Não o fazem, afinal de contas, por desinteresse puro, mas para poderem desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre. Uma mãe que se queixa continuamente de seus padecimentos pode transformar um filho pequeno num auxiliar para cuidar dela, ou seja, fazer dele um verdadeiro substituto materno, sem levar em conta os interesses próprios da criança (p. 120).

Ferenczi, portanto, está longe de ter apontado o trauma exclusivamente como simples efeito da realidade de sedução. Nesse sentido, uma questão se põe: nesta série de descrições, como não perceber, como aponta Safouan (2013), que a dependência da criança em relação ao adulto representa o ponto mais distante que se poderia esperar – de Ferenczi e em seu tempo – na tentativa de compreender o desejo como o desejo do Outro? Proposição cujos sentido e alcance estrutural foram posteriormente desenvolvidos por Lacan que, por sua vez, não deixou de apontar o efeito potencialmente traumático perante o enigma do desejo do Outro. Como não associar, aqui também, essas ideias com um texto dos primórdios de Lacan: *Os complexos familiares na formação do indivíduo*? Nas próprias palavras de Ferenczi (1933/2011e) encontramos uma importante menção que toca nessas aproximações: “Esta série de reflexões não fez mais do que abordar de modo descritivo o que existe de terno no erotismo infantil e o que há de apaixonado no erotismo adulto; em suspenso ficou o problema da própria essência dessa diferença” (p. 121). Diferença esta que, como aponta Guyomard (2007), por si só é geradora de confusão. Pois como vimos com o exemplo cunhado anteriormente por Safouan (2013), como diferenciar “o que é de um e o que é de outro quando seu contato, sua união e sua ligação são eles mesmos geradores de confusão?” (Guyomard, 2007, p. 95), ou seja, quem seduz quem?

Neste caso, “não há traumatismo na sexualidade, mas é a sexualidade que, de um modo ou de outro, é traumática. A confusão não é um erro, *ela é o efeito, a consequência do sexual como traumático*” (p. 94, grifos do autor). Trata-se ainda de uma confusão entre a presença de uma outra língua – a da paixão – e a língua da ternura, sem que seja possível, para a criança, a cisão das duas línguas. Continua o autor, referindo-se às ideias de Ferenczi,

Mas os múltiplos esclarecimentos, diferenciações e nominações do *a posteriori* jamais apagarão a inscrição do traumatismo e seu efeito de confusão. Efeito repetitivo de confusão, inconsciente, este título marca o que de infantil, de inconsciente como infantil, jamais deixará de se absorver e nem de se reabsorver na forte e necessária diferença entre a sedução e o fantasma. Ela é, em cada um, o inquietante estrangeiro do sexual infantil. O infantil é *unheimlich* (Guyomard, 2007, p. 95-96).

A princípio podemos então presumir que há um trauma estrutural, que é aquele que ocorre ao se dar um *unheimlich*, um real evasivo ao duplo sentido característico do simbólico. O encontro traumático entre a dupla linguagem ferencziana é, portanto, compatível com uma concepção lacaniana do real que está ligada ao impossível na relação sexual. A sexualidade, como diz justamente Lacan (1972-1973/2008), é sempre traumática.

Sendo assim, as “confusões” de Ferenczi não servem inclusive para sustentar as teses de Lacan? No entanto, se a sexualidade, como o real, tem efeitos traumáticos reconhecidos, não existiria, por outro lado, diferentes consequências e modalidades de traumas? Se até aqui a teoria lacaniana mostrou-se apta em reconhecer o campo que indica o infantil como traumático, este reconhecimento, por sua vez, se daria na única forma da impossível simbolização do real? O trauma perante o desejo do Outro impede o traumatismo perante as paixões do outro?

Reduplicar o trauma

“O peso da experiência, da diversidade da clínica e do campo da psicopatologia se impõe” (Guyomard, 2007, p. 104) e, por vezes, nos leva, como outros, a propor exatamente o que se segue quando pensamos no cotidiano da nossa prática clínica.

A linguagem é sustentada, como aponta Florence (1987), pelos adultos que são os primeiros a usar a fala. Se, por um lado, o trauma é inevitável, por outro, é pela sua insubstituível função de introduzir o sujeito no discurso (com os ideais, os interditos e as exigências educativas) que os personagens concretos podem reduplicar por vezes o trauma estrutural.

Ora, reduplicar o trauma não é transformá-lo naquilo que Ferenczi chamou de traumatismo patogênico e sua consequente “progressão traumática”? (1933/2012, p. 119). Se esta concepção se sustenta, a progressão traumática – entendendo-a como uma maturidade apressada que produz, por sua vez, uma

autoclivagem narcísica – só pode ser, apesar do aparente engano, pós-trauma, de modo que “o reconhecimento da castração e da falta-a-ser” lacaniano é, por exemplo, “perfeitamente compatível com a visada da restauração de um laço pré-traumático” (Guyomard, 2007, p. 104) proposto por Ferenczi.

A partir daí, talvez a questão seja outra. Questão mais fundamental que se impõe da seguinte maneira: seria suficiente reconhecer a falta-a-ser ou a castração para apagar ou reparar os possíveis traumatismos patogênicos? Pois, se se recusa o traumatismo, corre-se o risco de negligenciar os efeitos potencialmente retraumatizantes de uma prática.

Por vezes, há a recusa, a negação ou a denegação dos fatos, da realidade e dos sentimentos. Há também o *pseudo* repúdio dos atos e principalmente a mentira e o desmentido. Em suma, um leque de modalidades que podemos colocá-las sob a égide, pelo menos a princípio, de um nome: hipocrisia. A consequência disso é uma imposição feita à criança de modo a obrigá-la a uma escolha impossível: ou se “contesta o dito parental onipotente respeitando a realidade percebida, ou bem se submete ao dito mentiroso e se nega a existência mesma de seu sentimento, de sua sensação e do seu pensamento” (Florence, 1987, p. 174, tradução livre). O resultado não pode ser outro a não ser rejeitar uma parte vivente de sua própria subjetividade. A discordância traumática do discurso ou, se quisermos, da linguagem abala a posição subjetiva desejante, “porque ela oblitera o prazer e o poder de pensar, ou seja, de desejar, e abre as vias aos recalcamientos, às torturas da culpabilidade e da angústia, fazendo do sujeito a presa da demanda do Outro e de sua violência impossível de denunciar” (p. 175, tradução livre), pois, mesmo recorrendo ao adulto, este a desmente (*verleugnung*). Diz Ferenczi (1931/2011d),

O pior é realmente a negação (*verleugnung*), a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico. Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, uma total sinceridade (p. 91).

Por isso que a confusão de línguas é pós-trauma. Ou ainda, se assim podemos nos referir, é uma tripla confusão: por um lado, porque os adultos “podem, por exemplo, ir muito longe em sua paixão erótica pelas crianças” (Ferenczi,

1930/2011c, p. 73), reduplicando o que já era trauma por excelência, por outro, porque também o adulto, ou o seu entorno, desmente essa mesma “manifestação violenta da paixão” (p. 73) de modo a facilitar uma clivagem. Em um dos relatos que encontramos no *Diário Clínico* sobre o caso B., diz Ferenczi (1932/1990): “A solidão traumática, a interdição e a vontade de interdizer do pai, a surdez e a cegueira da mãe, é isso que torna a agressão traumática, isto é, própria para fissurar o psiquismo” (p. 240).

Faz-se notar que a importância na constituição do traumático defendido por Ferenczi está mais no desmentido (*verleugnung*) do que nos fatos propriamente ocorridos, de modo que é a partir daí que o trauma se tornaria patogênico. Segundo Pinheiro (1993), a marca registrada da teoria ferencziana, assim como sua originalidade, está em atribuir “ao desmentido toda a responsabilidade do trauma” (p. 52)

Por um lado, reconhecemos evidentemente nessa descrição acima os efeitos da progressão traumática sobre o funcionamento psíquico da criança, que Ferenczi denominou autoclivagem narcísica. Reconhecemos também o primeiro Freud, assustado com a ideia de uma perversidade generalizada do adulto e posteriormente abandonada em favor da hipótese do fantasma infantil como produtor das neuroses, ou seja, se Ferenczi retomava as vias cujo abandono tinha sido para Freud tão benéfico, a “confusão” entre os dois só veio aumentar.

Para Safouan (2013), esta mesma confusão, pelo menos entre Freud e Ferenczi, sustentou-se sobre um mal-entendido fundamental: “[...] para Freud, a questão do traumatismo concernia à realidade do ato atribuída ao outro, enquanto Ferenczi pressentia que ela remetia antes ao seu desejo” (p. 125). Da mesma forma, como pergunta Guyomard (2007), o abandono da *neurotica* por Freud, não foi, à sua maneira, um mal-entendido fundador? Se, de uma parte, o abandono da realidade da cena de sedução libera e abre as vias do fantasma e da realidade psíquica, pode-se supor que, de outra parte, ele “abandona mal e muito rapidamente a modalidade traumática da irrupção da sexualidade em uma cena onde o outro é igualmente menos ausente, de modo que sua presença pode, às vezes, ser mal dissociada do próprio traumatismo” (p. 88, tradução livre).

A inerente “confusão de línguas” está posta e, como já apontamos, como seria possível escolher? Ou antes, por que escolher?

Clinicamente, uma concepção inviabilizaria a outra? Como defendemos acima, não é razoável, por vezes, supor uma reduplicação do trauma transformando-o em patológico? Uma vez que o traumático não se reduz ao trauma, quando pensamos no momento em que estamos diante de um paciente, é su-

ficiente, conveniente ou até mesmo possível escolher entre uma concepção e outra? Não se tornaria no mínimo perigoso privilegiar um corpo teórico em detrimento do corpo aos nossos olhos?

Mas o que julgamos mais importante para continuar o nosso percurso é o que se segue. Se se julga mais ou menos verdadeiro ora a hipótese do poder do fantasma, ora a hipótese do poder do traumatismo na gênese da neurose, resta ao menos o fundamental que se repete na transferência: os efeitos da estrutura inicial que encontramos na base da relação arcaica na qual se constitui um sujeito.

O trabalho de análise, com a regressão que ele provoca às demandas mais primordiais, atualiza, segundo Florence (1987), “a relação de submissão às significações acusadas pelo Outro. A análise reconduz às fontes de autoridade, às fontes do que autoriza o sujeito a dizer e ao lugar umbilical de seu desejo” (p. 175, tradução livre). Essa relação de poder não escapa, portanto, à hipótese da fantasia ou do traumatismo. Seja um Outro da estrutura, ou um outro do traumatismo, ambos e cada qual à sua maneira impõem a mentira como resposta, e autorizam o que pode e o que não pode ser dito.

O sintoma fala, e o sabemos desde que Freud se dedicou a decifrá-lo; tem a verdade como causa, mas é de uma mentira que ele nasce. “*Proton pseudos*, a primeira mentira histórica”: é assim que Freud qualifica a “falsa associação”, consecutiva ao recalque, que dá origem ao sintoma [...]. A neurose é fruto de uma mentira que não passa de uma falta de palavra, que só nasce pela falta de uma palavra, e é quase sempre uma mentira piedosa imposta pela hipocrisia geral e pela educação bem-pensante, ou seja, aquela que proíbe pensar (Millot, 2001, p. 16).

O que nos interessa, portanto, é a inevitável relação de poder que se repete sobre o *infans*, ou seja, ainda que se resolva escolher entre o outro do traumatismo e o Outro da estrutura, o que insiste é a relação de dominação que não escapa entre a criança e o adulto ou entre o *infans* e sua submissão ao enigma potencialmente traumático do desejo do Outro, este Outro que, segundo Miller (1991), quase poderia ser escrito com um “A” de agressor. Portanto, reconhece-se que se trata ao menos de uma inevitável relação de poder, marcada por uma hipocrisia que está na base do trauma relacional – trauma que condiciona o sujeito e que se reinscreve na história da relação criança-adulto, ainda que este último seja apenas mais um termo de uma série maior e cuja estrutura seja o Outro. Diz Ferenczi (1933/2011e): “a situação analítica, essa fria reserva, a hipocrisia

profissional e a antipatia a respeito do paciente que se dissimula por trás dela, e que o doente sente com todos os seus membros, não diferem essencialmente do estado de coisas que outrora, ou seja, na infância, o fez adoecer” (p. 114).

Hipocrisia e resistência do analista

Em outras palavras, se a análise atualiza a relação de submissão às significações acusadas pelo Outro, tudo está propício, pela transferência mesmo, para que uma situação potencial de abuso de poder se repita com seus efeitos iatrogênicos, retraumatizantes que são, ou seja, se o trauma arcaico encontra suas condições em uma relação de poder e fundamentalmente na hipocrisia e no desmentido, é necessária, para uma possível modificação ocorrer em uma análise, a possibilidade de se estabelecer, no mínimo, uma relação cuja estrutura seja diferente.

A partir daí, o que dizer de uma dessemelhança e disparidade entre analista e analisante? Como aponta Safouan (2013), foi Ferenczi quem primeiro colocou a seguinte questão fatal para o narcisismo dos psicanalistas: “o que é que justifica a diferença sobre a qual repousa a distribuição da situação psicanalítica entre psicanalista e paciente?” (p. 110, tradução livre).

Como escapar disso, permitir a associação livre e autorizar realmente o sujeito a dizer? Ou como dizia Ferenczi (1933/2012), permitir o “solta-lhes a língua”? (p. 121). Seria possível não repetir essa relação de poder através das posições de outrora do adulto e da criança e agora do analista e do analisante? Talvez não, pois se o analista dirige o tratamento, já há uma relação de poder instalada. Mas e quanto à hipocrisia profissional? Como não deixar que ela reproduza a hipocrisia do Outro, já que este é, também, o lugar da mentira? Qual funcionamento psíquico deveria o analista adotar ou almejar atingir para estar a serviço da liberdade do paciente? Ora, se Ferenczi postulou que a hipocrisia profissional da situação analítica não difere daquilo que outrora fez adoecer, é necessário estabelecer alguma coisa que seja diferente das condições do passado. O que se requer é uma relação distinta para não repetir aquela de outrora, ou seja, as condições de uma análise não podem ser as mesmas que fizeram adoecer. São necessárias condições diferentes. Como o próprio Ferenczi (1932/1990) aponta, a situação analítica “deve tornar-se diferente do que é propriamente traumático, para que seja possível uma outra saída favorável” (p. 146). Enfim, é necessária, portanto, uma condição que não seja marcada pela hipocrisia profissional. Diz Ferenczi,

Os pacientes sentem o que há de hipócrita no comportamento do analista, descobrem-no a partir de centenas de pequenos indícios. (Alguns acham até que eles leem os sentimentos e pensamentos do analista). Esses indícios só se tornam objetos de análise (e de reconhecimento por parte do analista) muito raramente. O remédio, mesmo que as coisas tenham “evoluído” a tal ponto, é a “contrição” autêntica do analista (p. 247).

Nesse sentido, trata-se de uma relação que seja pela via da autenticidade. Se a análise descamba para uma mesmice, não seria porque o analisante só encontra nela certas resistências ou, se quisermos, somente certas relações de hipocrisia que são, por sua vez, correlatas com a situação traumática das relações primordiais? Se assim ocorre, podemos nos apoiar em Lacan (1958/1998) e afirmar que, realmente, a impotência em sustentar autenticamente uma *práxis*, para além de se reduzir a um exercício de poder, só faz repetir esse mesmo exercício que se encontrava nas origens do sofrimento psíquico.

The trauma face the desire of the Other and the trauma face the passion of the other: articulations between Ferenczi and Lacan

ABSTRACT *From theories at first antagonistic as the Sándor Ferenczi and Jacques Lacan, this article discusses the notion of trauma in its relationship with lie. On the one hand, the subject, in the constitution of his fundamental fantasy, does not cease to invent a lie in an attempt to buffer the lack of the Other. On the other hand and from the resumption of traumatogenesis held by Sándor Ferenczi, it is not just the subject that lie to yourself, but sometimes it is the other lying. This change allocates therefore the lack in the other. From there, where we can see the missing? This is attributed to the lack to the subject in his phantasmic construction or to the other primordial who had badly welcomed? Who calls the lie as answer: the other of the trauma or the Other of the structure? How to choose? One conception would remove the other? Or they were before at least concomitant? In this sense, the article aims, in addition to these issues, discuss that the meeting traumatic present in Confusion of tongues between adults and the child proposed by Sándor Ferenczi is compatible with a Lacanian conception of trauma that is linked to the real and to the impossible intercourse.*

KEYWORDS *trauma; lie; hypocrisy; Sándor Ferenczi; Jacques Lacan*

El traumatismo en el deseo del Otro y el trauma ante la pasión del otro: articulaciones entre Ferenczi y Lacan

RESUMEN *A partir de teorías, en un primer momento antagónicas como la de Sándor Ferenczi y de Jacques Lacan, este artículo discute la noción de trauma en su relación con la mentira.*

Por un lado, el sujeto, en la constitución de su fantasía fundamental, no deja de inventar una mentira en un intento de tamponar la falta del Otro. Por otro lado y desde la reanudación de la traumatogênese realizada por Sándor Ferenczi, no es sólo el sujeto que miente a sí mismo, pero a veces es otro que mente. Por lo tanto, este cambio atribuye la falta en otro. ¿En este caso, donde se ve la falta? ¿Esto se atribuye al sujeto en su construcción fantasmática o a otro primordial que ha acogido malo? ¿Quién llama a la mentira como respuesta: el otro del trauma o el Otro de la estructura? ¿Cómo elegir? ¿Un eliminaría la otra? O son al menos concomitantes? En este sentido, los objetivos del artículo, más allá de estas cuestiones, discuten que el encuentro traumático presente en confusão de língua entre os adultos e a criança propuesto por Sándor Ferenczi es compatible con una concepción lacaniana del trauma que está vinculado al real y el imposible de la relación sexual.

PALABRAS CLAVE trauma; mentira; hipocresía; Sandor Ferenczi; Jacques Lacan

Referências

- Ferenczi, S. (1990). *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1932).
- Ferenczi, S. (2011). Transferência e introjeção. In *Obras completas*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1909).
- Ferenczi, S. (2011a). A adaptação da família à criança. In *Obras completas*. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Ferenczi, S. (2011b). O problema do fim da análise. In *Obras completas*. Vol. 4. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Ferenczi, S. (2011c). Princípio de relaxamento e neocatarse. In *Obras completas*. Vol. 4. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1930).
- Ferenczi, S. (2011d). Análise de crianças com adultos. In *Obras completas*. Vol. 4. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1931).
- Ferenczi, S. (2011e). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Obras completas*. Vol. 4. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (1996). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 16. Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).
- Florence, J. (1987). Les fins de la cure analytique. Dialogue avec Freud, Ferenczi et Lacan. *Psychothérapies*. 4, 173-178.
- Guyomard, P. (2007). Il n'y a que les mots qui diferente. Ferenczi et Lacan: la confusion de langues. In J. André (org.), *La sexualité infantile de la psychanalyse* (p. 79-106). Paris: Presses Universitaires de France.

- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (p. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário: Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973).
- Miller, J.-A. (1991). La agresividad en psicoanálisis de Jacques Lacan. In *Agresividad y pulsión de muerte* (p. 7-22). Medellín: Fundación Freudiana de Medellín.
- Millot, C. (2001). *Freud antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pinheiro, T. (1993). Trauma ou melancolia. *Percurso*, 6 (10), 50-55.
- Safouan, M. (2013). *La Psychanalyse: science, thérapie et cause*. Paris: Thierry Marchaisse.

Recebido: 13/1/2019

Aceito: 11/3/2019

Daniel Migliani Vitorello
Av Paulista, 1471, conj. 815 - Jardim Paulista
São Paulo - SP - CEP: 01311-200
(11) 99463-3920
danielvitorello@yahoo.com.br

Psicanálise e Cinema

O insulto como fúria narcísica

Referente ao filme O Insulto,
produção franco-libanesa de 2017
dirigida por Ziad Doueri, falada em árabe.

Luiz Fernando Gallego ¹

Por trás de uma desavença – que, a princípio, teria sido causada por um cano de escoamento de água irregular na varanda de um apartamento – há mais ressentimentos do que se poderia supor. Águas passadas ainda movem moinhos e reforçam fronteiras intransponíveis entre um libanês cristão e um palestino refugiado que trabalha em obras urbanas, exatamente para corrigir pequenas irregularidades em construções fora de padrões, o que parece ocorrer de modo desordenado em certos bairros da cidade de Beirute, na atualidade.

É evidente que este filme trata de graves questões políticas que, entretanto, também podem ser exemplificadas num microcosmo como o que é descrito – e a partir do qual o conflito vai ganhar proporções infinitamente maiores, chegando às dimensões que o diretor e seus roteiristas querem atingir, mas sem repetir estereótipos por demais conhecidos: talvez seja a primeira vez que um filme de grande projeção aborda a mais do que complexa questão palestina sem se limitar ao conflito com Israel, mas apontando o dedo para a raramente levantada cisão entre demais árabes e palestinos. Só por isto o filme já mereceria atenção redobrada.

Por outro lado, vale mencionar que o conflito que se estabelece entre o libanês Tony Hanna (interpretado pelo ator Adel Karan) e o palestino Yasser Abdallah Salameh (interpretado por Kamel El Basha, prêmio de melhor ator no Festival de Veneza 2017) também serve para caracterizar uma circunstância emocional que a psicanálise descreve como “*Fúria Narcísica*”.

1. Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

Para não entrar em minúcias de detalhes teóricos, fiquemos com o exemplo que o próprio psicanalista Heinz Kohut (1913-1981), que foi quem cunhou o conceito, utilizou: o Capitão Ahab, imortal criação de Herman Melville em sua obra-prima *Moby Dick*. Ahab quer destruir a baleia branca que havia provocado o naufrágio que lhe custou uma perna. Para ele, só havia uma meta na vida: destruir a baleia, mesmo que para tal ele morresse junto – como de fato acontece no desfecho do romance. Mas isto “não importa”: pessoa, coisa, entidade, ideário político, grupo étnico, país, time adversário, seja o que for, que tenha sido identificado como obstáculo a nossos interesses e/ou necessidades e, portanto, experimentado como uma decepção gravíssima (por não estar a serviço do que eram nossas expectativas conscientes ou não), este objeto de frustração passa a ser vivenciado como causa de uma ferida irreparável na representação do sujeito sobre si mesmo (o *self*).

E para tentar restaurar o *self*, cicatrizar esta chaga, só se vê uma suposta solução: a destruição do causador de tal ferida em nosso amor-próprio. Não se trata necessariamente de uma explosão furiosa, como se poderia supor: eventualmente poderá até ser assim, mas também pode aparecer como a alimentação demorada de estratégias para atingir uma vingança que venha a ser comida fria.

E o filme mostra que as reações, inicialmente de Tony, mas também de Yasser, caracterizam algo da “fúria narcísica”: o narcisismo estruturante que serve à autoimagem sofre uma ferida tão profundamente sentida que apenas a fúria voltada contra quem causou tal ferida irá satisfazer aquele que se sentiu ofendido – mesmo que esta pessoa que quer destruir o outro também sofra danos paralelos, secundários à sua fúria.

Logo percebemos a insensatez (para quem olha de fora) das atitudes dos dois (quase) irmãos em etnia. Para eles, entretanto, não pode ser diferente: fazem o que fazem “justificados” por seus motivos políticos (uma cortina de fumaça?), por suas histórias pessoais (mais do que uma desculpa) e por suas feridas narcísicas transformadas em fúria narcísica.

O diretor deste filme não foge de polêmicas: sua obra anterior, *O Atentado*, de 2012, lidava com outra explosiva (literalmente) questão ao tratar de uma mulher-bomba palestina casada com um importante cirurgião, também palestino, domiciliado, e muito bem considerado até então, em Tel-Aviv. O filme só foi exibido em um país árabe, Marrocos, durante um festival (em que foi até mesmo premiado), mas permanece inédito no mundo árabe sob a alegação de que foi rodado em Israel.

Recebido em: 13/12/2018

Aprovado em: 10/4/2019

Luiz Fernando Gallego

Rua Xavier da Silveira, 45/603 – Copacabana

Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22061-010

(21) 99985-4127

luizgallego@gmail.com

Psicanálise e Literatura

Um convite ao viver criativo: voando fora da asa com o psicanalista e o poeta¹

Joana Chissini²

Paula Melgaço³

Regina Murat⁴

RESUMO Propõe-se neste trabalho o desenvolvimento do conceito de criatividade segundo Winnicott, a partir da tessitura de um diálogo entre o psicanalista inglês e o poeta brasileiro, Manoel de Barros. Há como interesse a manifestação do brincar pelas palavras, presente tanto na edificação da teoria de Winnicott quanto na desconstrução e na reconstrução de mundo dos versos subversivos de Barros.

PALAVRAS-CHAVE criatividade; espaço potencial; viver criativo; poesia; psicanálise

“A criatividade que me interessa é uma proposição universal. Relaciona-se ao estar vivo. [...] tudo que acontece é criativo, exceto na medida em que o indivíduo é doente, ou prejudicado por fatores ambientais que sufocaram seus processos criativos.”

(Winnicott, 1975, p. 98)

1. Trabalho apresentado no evento “Viver Criativo: Winnicott Convida”, outubro de 2018, PUC-Rio. Apoio financeiro do Instituto de Estudos Avançados sobre Humanidades, PUC-Rio.

2. Psicóloga graduada pela PUC-Rio.

3. Doutoranda em Psicologia Clínica (PUC-Rio), Mestre em Psicologia (PUC-MG), Especialista em Psicanálise com Crianças e Adolescentes (PUC-MG).

4. Professora-Supervisora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Membro Efetivo da International Psychoanalytical Association.

Para compreender o pensamento de Donald Winnicott precisamos criar um espaço transicional que nos permita brincar com a experiência que sua teoria nos proporciona (Outeiral; Graña, 1994). A partir de um diálogo inventado entre o psicanalista inglês e o poeta brasileiro Manoel de Barros tentaremos facilitar esta compreensão e colorir a arte com as ideias da psicanálise e da poesia.

Para tanto, lançaremos mão do conceito de criatividade de Winnicott. É imperativo ressaltar que o autor expande essa noção para além das criações exitosas e aplaudidas, presentes principalmente nas consideradas obras de arte, pensando a criatividade como “um colorido de toda atitude em relação à realidade externa” (Winnicott, 1975, p. 108). “Verdade que uma criação pode ser um quadro, uma casa, um jardim, um vestido, um penteado, uma sinfonia ou uma escultura; tudo, desde uma refeição preparada em casa. Dizendo melhor talvez, essas coisas poderiam ser criações” (Winnicott, 1975, p.113).

Trata-se, portanto, de atitudes que podem ocorrer em situações comuns do cotidiano e que resultam na sensação de que “a vida é digna de ser vivida” (p. 108), ou seja, a criatividade relaciona-se com produções que rompem com estados de submissão, em que o sujeito se posiciona em suas relações com o ambiente de forma automática, abrindo espaço para expressões únicas que o representam.

É imprescindível destacar que os processos criativos necessitam de um ambiente suficientemente bom, seguro e confortável para que ocorram, ou seja, de uma “área neutra em que a experiência não será contestada” (p. 27), nomeada por Winnicott como espaço potencial, “uma área intermediária de experimentação” (p. 12) e que se situa entre a realidade interna e a realidade externa. Ogden (2017), em sua releitura da obra de Winnicott, afirma que o espaço potencial seria um lugar – onde acontece o brincar, a análise, a cultura, o viver criativo – alojado entre a fantasia e a realidade.

O espaço potencial é importante desde as primeiras relações do bebê com o ambiente, permanecendo essencial ao longo da vida do sujeito, onde ele pode experimentar livremente sentimentos e diversas facetas do seu próprio eu. A criatividade, portanto,

É algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo naturalmente necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando qualquer pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou velho – se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa, desde uma

sujeira com fezes ou o prolongar do ato de chorar como fruição de um som musical. Está presente tanto no viver momento a momento de uma criança retardada que frui o respirar, como na inspiração de um arquiteto ao descobrir subitamente o que deseja construir, e pensa em termos do material a ser utilizado, de modo que seu impulso criativo possa tomar forma e o mundo seja testemunha dele (Winnicott, 1975 p. 114).

Winnicott (1999) completa dizendo que, independentemente do conceito que seja utilizado para caracterizar a criatividade, um ponto essencial é a “ideia de que a vida vale a pena – ou não – ser vivida, a ponto de a criatividade ser – ou não – uma parte da experiência de vida de cada um” (Winnicott, 1999, p. 31). A criatividade se origina, portanto, do ser, isto é, de uma experiência espontânea. O sujeito vai além da submissão ao ambiente, sendo capaz de criar e inventar. Trata-se de algo que se origina “na capacidade de criar o mundo” (p. 32), ou seja, na ilusão de onipotência presente na experiência do bebê. Segundo Cervo (2013), o espaço potencial “vai aos poucos se ampliando, abarcando o brincar criativo da criança, o brincar compartilhado com as demais e, mais tarde, as experiências culturais compartilhadas: as artes, o viver imaginativo, as religiões e o trabalho científico criador” (p. 384).

O brincar de Winnicott e o “criançamento” de Manoel

*“o que quer que se diga sobre o brincar de crianças
aplica-se também aos adultos.”*

(Winnicott, 1975, p. 61).

O brincar para Winnicott, localizado na zona entre o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido e, simultaneamente, pertencendo a ambos é uma experiência em que o sujeito se descobre em sua singularidade. “É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto frui sua liberdade de criação” (Winnicott, 1975, p. 88). Logo, “o natural é o brincar” (p. 70), isto é, no curso saudável de desenvolvimento, o brincar seria uma expressão positiva, um sinal de saúde. A doença, ao contrário, seria o “resultado do desvio de uma dinâmica natural cujas características centrais são a espontaneidade e a criatividade” (Plastino, 2014, p. 36).

Através do brincar o sujeito se expressa espontaneamente, manifesta algo do seu verdadeiro *self*, encontrando-se numa área de relaxamento e segurança, ausente de tensões e intrusões que podem atrapalhar seu desenvolvimento. “Su-

giro que devemos encontrar o brincar tão em evidência nas análises de adultos quanto o é no caso de nosso trabalho com crianças. Manifesta-se, por exemplo, na escolha das palavras, nas inflexões de voz e, na verdade, no senso de humor” (Winnicott, 1975, p. 68).

O exemplo utilizado por Winnicott é o do *setting* analítico, contudo o que nos interessa aqui é a manifestação do brincar pelas palavras, ponto comum entre o psicanalista e o poeta. Assim como Winnicott que brincava com as palavras para edificar sua teoria, Manoel de Barros construiu e desconstruiu sua obra a partir delas e de usos completamente peculiares e inusitados que nos fazem pensar em uma brincadeira repleta de neologismos e criações, como é o caso do “criançamento” do poeta:

Carrego meus primórdios num andor,
minha voz tem um vício das fontes.
Eu queria avançar para o começo.
Chegar ao criançamento das palavras.
Lá onde elas ainda urinam nas pernas.
Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos.
Quando a criança garatuja o verbo para falar o que não tem.
Pegar no estame do som.
Ser a voz de um lagarto escurecido.
Abrir um descortínio para o arcano (Barros, 2019, p. 38).

O “criançamento” de Manoel parece representar seu anseio em produzir nascimentos, aproximando-o do universo infantil. É interessante notar que ele se distancia do que pode ser entendido como erro, enxergando no aparente uso equivocados de uma palavra a “possibilidade de renovação da imagem poética, de ‘desautomatização da língua’” (Barbosa, 2018, p. 112). Assim, quando uma criança troca a função de um verbo, como em “eu escuto a cor dos passarinhos”, Manoel diz que ele delira, concluindo que “em poesia que é voz de poeta [...] o verbo tem que pegar delírio” (Barros, 2016, p. 17).

De acordo com Outeiral e Moura (2002), a arte nos recria e garante que possamos seguir em contato com o que temos de mais autêntico. Talvez seja dessa maneira “brincativa” que Manoel renasça em sua arte poética, desconstruindo aquilo que empobrece as nossas perspectivas e alargando as possibilidades de nos encontrarmos e sermos mais espontâneos no mundo. Afinal, como adverte o poeta, “é preciso transver o mundo” (Barros, 2019, p. 55).

Aflorando Barros: de que forma o poeta “transvê”?

“A palavra poética tem que chegar ao grau de brinquedo para ser séria”. Assim, Manoel de Barros toca sua poesia. “Brincativamente”, o poeta implica-se na reconstrução de uma realidade acostumada e repetitiva. Sua escrita apreende as miudezas despercebidas do cotidiano (Marinho, 2018). Quando sua poesia aflora, “hoje eu desenho o cheiro das árvores”, Manoel subverte a lógica sensorial existente, extrapolando a percepção imediata e emergindo, desta maneira, no “estofo imaginativo” (p. 17). Com o olhar fecundo de criança e uma imaginação criadora, Manoel faz com que o humano e a natureza recheada de seus elementos orgânicos e inorgânicos mesclam-se, promovendo o reencantamento do mundo. O cotidiano primordial de Barros é “transvisão de sentidos, modulador criativo das esferas do ser, sendo então um estado de criação a serviço da suspensão momentânea do fluxo da vida diária” (p. 19). Talvez aí esteja o mais incrível da expressividade manoelina: desacostumar a forma concebida com a qual olhamos para as coisas e para o mundo. Em outros versos seus, encontramos: “O menino fazia prodígios. Até fez uma pedra dar flor!” (Barros, 1999, p. 20). Como disse Valter Hugo Mãe (2016, p. 9), “as suas palavras adentram um idioma distinto ou idioma nenhum. São de outra liberdade”.

Tessituras “deslimitadas” entre Winnicott e Manoel de Barros

Acreditamos que o interjogo da teoria de Winnicott com os versos de Manoel pode nos auxiliar, diante da sensibilidade inerente aos dois, a encontrar a criatividade que faz com que nos mantenhamos vivos: a capacidade de criar o mundo.

Assim como Winnicott tece elaborações peculiares sobre a subjetividade e a cultura, ampliando a compreensão psicanalítica, Barros transgride os limites da palavra, ampliando a compreensão do que seja poesia. Segundo Souza (2010), o poeta nos deixa ver o deslimite enquanto matéria em sua poesia, uma vez que somos surpreendidos por uma positividade que flagra a “verdez das coisas” (p. 15). Mas o que seria esse deslimite que flagra a “verdez das coisas”? Poderíamos aproximá-lo da criatividade segundo Winnicott?

O deslimite da poesia manoelina estaria ligado a um processo de perda de limite daquilo que se tornou hábito, relacionando-se a um devir no qual o ato de escrever seria um processo sempre inacabado (Souza, 2010, p. 16). Além de não se submeter ao curso lógico da realidade, ele brinca com as regras daquilo que sufoca o discurso. Sua escrita poética parece extravasar as significações

dominantes libertando-se de qualquer tipo de forma, molde ou limite. Winnicott, por sua vez, também apreende um “deslimite” psicanalítico ao adotar uma linguagem simples, que se torna paradoxalmente complexa, para expor suas ideias e nomear fenômenos observados sobre o desenvolvimento psíquico. Arriscamos considerar que Winnicott “transvê” a ideia de criatividade ao oferecer a cada sujeito a possibilidade de usufruir da experiência cotidiana de um viver criativo, de “ser”, caso tenha vivido a experiência de criar o mundo em sua ilusão de onipotência.

A partir do inconformismo de Manoel e de sua potente desconstrução e reconstrução do mundo, observamos que o vazio para ele é cheio de vida, pois é a partir do desconhecimento das coisas, que ele renasce em sua arte poética, construindo subjetivamente um novo espaço mais autêntico. Seu modo de tecer parece subverter qualquer costura: ele desmancha o feito a fim de chegar ao deslimite do fio para que, desta forma, qualquer nova possibilidade de tecer se apresente. Assim como a criatividade para Winnicott (1999) refere-se ao fato de alguém ver tudo pela primeira vez, a poesia criativa e “deslimitada” de Manoel é a “voz de fazer nascimento”. Em ambos, percebemos o sentido que faz a vida ser digna de ser vivida.

“Tudo que não invento é falso”

Conforme descobriam seus interesses em comum, as cartas trocadas entre Manoel de Barros e Donald Winnicott já não eram suficientes para amenizar a curiosidade que sentiam um a respeito do outro. Resolveram, então, que deveriam se encontrar pessoalmente.

Ao pensarem em um lugar para o encontro que não fosse nem o Brasil nem a Inglaterra, mas um espaço paradoxal surgido também da interseção destes dois países, descobriram a “Terra dos Transvercionamentos”, onde a natureza é pródiga e a imaginação fértil. Acertaram os detalhes para que este diálogo peculiar acontecesse num clima de “aconchegamento” diante das expectativas de ambos. Afinal, não é sempre que acontece uma conversa entre um psicanalista-poeta e um poeta-psicanalista. Provavelmente, a tônica desta comunicação deve privilegiar a mescla entre fato e ficção, entre “realidade” e “inventividade”.

Este dia tão esperado chegou!

Winnicott: Manoel, você já reparou que em certas pessoas existe um relacionamento de submissão à realidade externa? Como se o mundo exigisse adaptação e ajuste?

Manoel: Humm, sei... bem que essas pessoas poderiam descobrir o meu livro sobre águas e meninos! Sabe, Donald, é sobre um menino que carregava água na peneira. E ele era tão ligado em despropósitos!

W.: Curioso esse menino... Gostaria de saber mais sobre ele. Estou curioso também!

M.: Bom, certo dia sua mãe reparou que ele gostava mais do vazio do que do cheio. Falava que os vazios são maiores e atééééé infinitos. Com o tempo, ele descobriu que escrever seria o mesmo que carregar água na peneira. No escrever, o menino viu que era capaz de ser noviça, monge ou mendigo ao mesmo tempo. Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.

W.: Está aí, Manoel! Esse menino parece dar um colorido em sua atitude em relação à realidade externa. Nada de apenas reações mecânicas a estímulos. Estamos diante de um viver criativo! Veja bem, para mim, a criatividade é o fazer que, gerado a partir do ser, indica aquele que está vivo.

M.: Que interessante, Donald! Eu também já não gosto de me acostumar, quer dizer, de palavra acostuada. Eu sinto que tudo que não invento é falso.

W.: Saúde! Não se acostumar e inventar são expressões de saúde. E isso é ir contra a submissão. É viver criativamente!

M.: Se não estamos falando “grego”, isso é como a poesia, que é voar fora da asa! Que é a voz de fazer nascimento. O menino que fazia prodígios, por exemplo, modificou a tarde botando uma chuva nela. Até fez uma pedra dar flor!

W.: Sim, como a poesia! E nada de grego, português ou inglês: estamos no mesmo idioma transvercionático! E a criatividade é... é a capacidade de brincar, né? De criar o mundo. E não precisamos de nenhum talento especial para isso. É a base da nossa existência. É o resgate de algo que pertence à experiência infantil. Penso que deva ser como o seu “criançamento”. O que você me diz?

M.: Nossa... pensei agora na criança que diz: eu escuto a cor dos passarinhos. O verbo tem que pegar no delírio!

W.: Como assim pegar no delírio, Manoel?

M.: É que a criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então, se a criança muda a função de um verbo, ele delira! Quer sentir? Imagine pegar na voz de um peixe. Ou... ou... desinvente objetos! Dê ao pente funções de não pentear! Ou ainda imagine palavras que não tenham idioma!

W.: Paradoxos são conosco mesmo! Ah, Manoel, imaginar isso fortalece o sentimento de que estou vivo!

M.: Invenção é aquilo que serve para aumentar o mundo, né?! É tão bom se ocupar com o desconhecer... Desaprender oito horas por dia ensina os princípios.

W.: Como assim? Que princípios?

M.: É... como posso dizer... bem... eu lembro que o rio que fazia uma volta atrás da minha casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa. Certo dia passou um homem e disse: essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada. Pronto! Acabou... não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás de casa. Entende? Era uma enseada. Acho que o nome empobreceu a imagem.

W.: Talvez se fixar em um tipo de aprendizado empobreça as possibilidades de criar. Como a submissão de que estávamos falando, que compromete a criatividade.

M.: É, Donald... as coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis: elas desejam ser olhadas de azul, que nem uma criança que você olha de ave! Voando fora da asa...

W.: E como a criança que existe em você voa fora da asa?

M.: Brincando com as palavras! A palavra poética tem que chegar ao grau de brinquedo para ser séria. Não gosto de me acostumar. Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às seis da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai. Mas eu preciso ser outros, Donald!

W.: Realmente voar fora da asa é preciso! Aliás, nós dois gostamos de voar fora da asa...

M.: A imaginação transvê. Já a expressão reta não sonha... Como é preciso transver o mundo!

Tomados pelos sons coloridos da natureza e pelos sabores inebriantes da imaginação, eles não viram o tempo passar. Mas que tempo? E quanto tempo? Imaginação não tem tempo! Ou melhor, tem o tempo de seu próprio tempo.

Então, em algum momento, a despedida aconteceu. Mas que sede! Quanta sede de sonhar mais com as palavras e de aumentar o mundo! Deixaram, assim, marcado um novo encontro. Mas, dessa vez, celebraram os avanços da atualidade e combinaram que logo se encontrariam via Skype. Ou WhatsApp. Ou... quem sabe, Instagram Direct?!

An invitation to creative living:

flying off the wing with the psychoanalyst and the poet

ABSTRACT *In this work it is proposed the development of the concept of creativity according to Winnicott, through the weaving of a dialogue between the English psychoanalyst and*

the Brazilian poet, Manoel de Barros. There is an interest in the manifestation of play by words, present both in the construction of Winnicott's theory and in the deconstruction and reconstruction of the world of Barros's subversive verses.

KEYWORDS *creativity; potential space; creative living; poetry; psychoanalysis*

Una invitación a un vivir creativo: vuelando fuera del ala con el psicoanalista y el poeta

RESUMEN *En este trabajo se propone el desarrollo del concepto de creatividad según Winnicott, basado en el diálogo entre el psicoanalista inglés y el poeta brasileño, Manoel de Barros.*

Hay, como interés, la manifestación de jugar a través de las palabras, presente tanto en la construcción de la teoría de Winnicott como en la deconstrucción y reconstrucción del mundo de los versos subversivos de Barros.

PALABRAS CLAVE *creatividad; espacio potencial; vivir creativo; poesía; psicoanálisis*

Referências

- Barbosa, L. (2018). O não lugar ocupado pela poesia de Manoel de Barros na literatura brasileira. In E. Souza (org.), *Poesia pode ser que seja fazer outro mundo* (p. 113-127). Rio de Janeiro: 7letras.
- Barros, M. (1999). *Exercícios de ser criança*. São Paulo: Salamandra.
- Barros, M. (2016). *O Livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- Barros, M. (2019). *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- Cervo, L. M. (2013). O mundo virtual: um espaço para criar? *Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, 15 (2), 381-391.
- Mãe, V. H. (2016). O verbo virgem. In M. Barros, *O Livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- Marinho, S. (2018). O cotidiano primordial de Manoel. In E. Souza (org.), *Poesia pode ser que seja fazer outro mundo* (p. 17-31). Rio de Janeiro: 7letras.
- Ogden, T. (2017). O espaço potencial. In *A matriz da mente: relações objetais e o diálogo psicanalítico*. São Paulo: Blucher.
- Outeiral, J.; Graña, R. (1994). Apresentação à edição brasileira. In C. Winnicott; R. Shepherd; Davis, M. (orgs.), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Outeiral, J.; Moura, L. (2002). *Paixão e Criatividade (Estudos psicanalíticos sobre Frida Kahlo, Camille Claudel, Coco Chanel)*. São Paulo: Revinter.
- Plastino, C. (2014). *Vida, criatividade e sentido no pensamento de Winnicott*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Souza, E. (2010). *Manoel de Barros: a poética do deslimite*. Rio de Janeiro: Editora 7letras.

Joana Chissini, Paula Melgaço e Regina Murat

Winnicott, D. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. (1999). Vivendo de modo criativo. In D. Winnicott, *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido: 9/4/2019

Aceito: 14/5/2019

Joana Chissini

Rua Ministro Otávio Kelly, 358. Icaraí

Niterói – RJ – CEP: 24220-301

(21) 98565-0331

jmchissini@gmail.com

Paula Melgaço

Rua Dona Mariana, 113/204. Botafogo.

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22280-020

(21) 99992-2296

Paulamelgaco.psi@gmail.com

Regina Murat

Rua Gildásio Amado, 55/702 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22631-020

(21) 2491-1128

reginamurat@terra.com.br

Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. O rei Uruk e a luta pela imortalidade

Paulo Marchon¹

Maria Livia Diana de Araujo Marchon²

RESUMO A escrita cuneiforme está entre o oral e o escrito. A história de Gilgamesh, o herói lendário de Uruk, na Mesopotâmia, despertou atenção quando George Smith, em 1872, desvendou, nas primeiras tábuas, que um milênio antes da Bíblia eles já escreviam uma história do dilúvio. Uruk era uma Nova York de 4.000 anos atrás. O autor reconta a história de Gilgamesh, acrescentando algumas perspectivas psicanalíticas. Gilgamesh tem o *ius primae nocte*, além de usar todas as mulheres de Uruk, atacando e matando seus habitantes, que pedem ao deus Anu a proteção. Este cria do pó da terra Enkidu para destruir Gilgamesh. Mas os dois se tornam amigos e vão combater Humbaba, o monstro encarregado pelo deus Enlil de fazer a interdição na Floresta de Cedro. Os dois matam o monstro, mas o deus Enlil decreta a morte de Enkidu e, assim, surge a questão da morte e do medo da morte de uma perspectiva psicanalítica e da ciência moderna.

PALAVRAS-CHAVE Édipo babilônico; fronteiras entre oral e escrito, entre animal e homem; ciência; interdição e morte

1. Psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ, da Sociedade Psicanalítica do Recife – SPR-PE e da Sociedade Psicanalítica de Fortaleza – SPFOR

2. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apresentadora do Programa Escutar e Pensar da Sociedade Psicanalítica de Fortaleza – SPFOR. Autora do Livro *A Arte de Contar em Júlio Dinis: alguns aspectos da sua técnica narrativa* – Livraria Almedina - Coimbra

Gilgamesh é, até agora, o primeiro livro da Humanidade. A mais antiga história da Humanidade foi escrita em torno de 2.100 a.C., cerca de 1000 anos antes da *Bíblia* e da *Iliada*. *Gilgamesh* situa-se nas fronteiras entre o oral e a escrita.

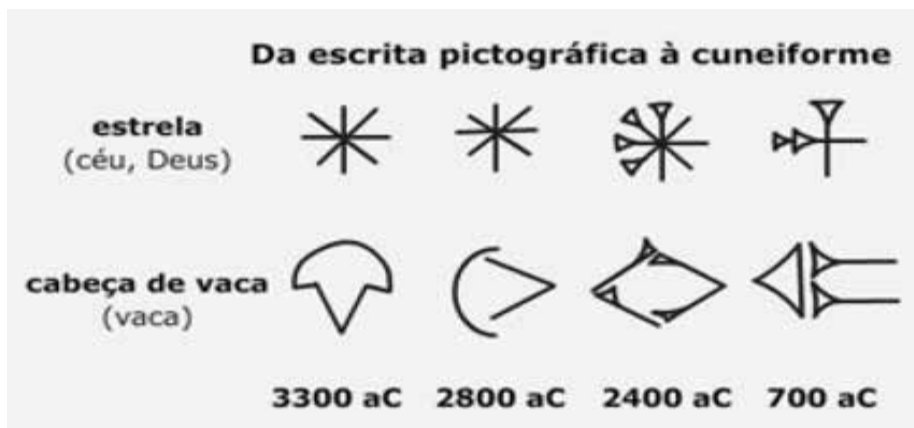
Este poema épico foi encontrado nas ruínas da biblioteca do rei assírio Assurbanipal quando as escavações, iniciadas em 1844, onde hoje existe a cidade de Mossul, na Síria, trouxeram à luz o que restou dos palácios de Nínive, a antiga capital da Assíria. O texto estava gravado em tabuinhas de argila em escrita cuneiforme, o sistema de escrita mais antigo que conhecemos, com sinais triangulares em feitiço de cunha, e que foi decifrado em 1857. Tal escrita, que apresentava mais de 700 sinais distintos, era usada pelos sumérios e foi depois adotada pelos acádios (assírios e babilônios) e por outros povos, como os elamitas e os persas. O idioma em que o poema foi escrito é o acádio, língua semita parente do hebraico e do árabe.

Como afirma Vendryes (1968), nossas crianças rapidamente passam a compreender que “o que veem escrito nos livros oferece a seus olhos a imagem das palavras que seus ouvidos escutam”, mas tal “ginástica psíquica” que coordena grafia e som, tal valor simbólico da escrita não é algo natural ao homem. Nós o devemos às “tentativas intelectuais de nossos ancestrais longínquos”, ao longo tempo e esforços que eles gastaram para “adestrar o cérebro que nos transmitiram a ponto de não termos mais consciência deste adestramento” (p. 343-4).

Foi longa a caminhada para chegarmos à escrita, nascida da necessidade humana de se expressar, de comunicar, e algo tão importante que os povos antigos a atribuíram a deuses ou heróis lendários.

De início, o homem fez desenhos das coisas e identificava imagem desenhada e objeto; com o tempo, foi tomando consciência de que o signo gráfico era uma representação objetiva das coisas e não as próprias coisas. E foi passando de imagens desconexas a imagens que representavam uma pequena narrativa, foi conseguindo expressar ideias, abstrações e, depois, palavras e sílabas, até chegar à expressão de sons isolados através de umas poucas letras (p. 22-26). A evolução da escrita até a elaboração da cuneiforme mostra uma boa parte dessa caminhada.

Avzaradel (2006), estudando os ideogramas da escrita chinesa, mostra um processo semelhante ao ocorrido na evolução da escrita até o cuneiforme. Pictogramas são reunidos dois a dois para formar ideogramas. “Objetos, ou representações de coisas, são relacionados uns aos outros, constituindo conceitos abstratos a partir de conceitos materiais”. Juntam-se o pictograma de árvore com o de sol, e o sol “visto através dos galhos de uma árvore gera o conceito de Leste, pois somente quando nasce ele assim é percebido” (p. 193).



Tabuinhas de argila muito antigas encontradas na cidade de Uruk mostram uma escrita figurativa, pictográfica. Um desenho lembrando o sol representaria o sol apenas. Mais adiante, a escrita foi passando a ideográfica e fonética: o disco solar representa também “dia” e “tempo”, noções mais complexas; ideogramas vão se combinando, uma cabeça e uma tigela juntas podem significar “comer”. E os sinais passam também a corresponder a um ou mais sons. Uma *seta*, por exemplo, vale então para duas palavras sumérias de pronúncia igual e significado diferente, *ti*, “flecha” e *ti*, “vida”. Para distinguir tais significados foi necessário acrescentar ao som algum ideograma. Aos poucos as figuras foram se afastando da realidade visível que exprimiam anteriormente, foram gravadas linearmente, na horizontal e não na vertical, e foram se simplificando, apresentando-se como simples triângulos ou cunhas, daí o nome cuneiforme dessa escrita, que atingiria seu esplendor com os escribas assírios e que possibilitaria a expressão de problemáticas humanas complexas e fundamentais, como a tentativa de vencer a morte tão bem mostrada no poema épico *Gilgamesh*.

Os sumérios e os acádios organizavam-se em cidades-estados, fortificadas e rivais, cada uma constituindo uma unidade política e tendo seu soberano e seu deus. A cidade suméria de Uruk destacou-se pelo imenso desenvolvimento alcançado. Existe, em escrita cuneiforme, uma lista de reis sumérios, e as façanhas dos soberanos semilendários da Primeira Dinastia de Uruk foram relatadas pelos escribas sumérios e babilônicos. *Gilgamesh* é o mais importante desses relatos.

Em 1872, o pesquisador George Smith decifrou e conseguiu ler num dos fragmentos cuneiformes do *Gilgamesh* a história do dilúvio. Ficou de tal maneira maravilhado com esta descrição que confirmava, com antecedência de 1.000

anos, o dilúvio da *Bíblia*, que ele passou a pular e a correr entre os colegas, ao mesmo tempo em que se despia... O fato de haver antecipado, com a decifração de *Gilgamesh*, a história do dilúvio 1.000 anos antes da história bíblica pode ter contribuído para o isolamento e o esfriamento do interesse para com George Smith e seu trabalho, que inicialmente havia obtido grande repercussão. Ao final, veio a morrer isolado e só (Mitchell, 2004, p. 4).

Uruk, no Iraque, com o nome atual de Warka, é considerada por muitos como a primeira cidade da humanidade. No Gênesis era chamada de Ereque, sediada na atual Mesopotâmia. Tinha diversos e monumentais templos, com



Uruk: 80 mil habitantes há 4000 anos



Uruk atual destruída, com vestígios do passado

“espaços públicos bem planejados” (Leick, 2019, p. 58). Era cercada por um monumental anel de muralhas de sete metros de altura e 10 km de circunferência, “bem discernível ainda hoje” nas ruínas da cidade, em Warka (Leick, 2019, p. 58). Era a Nova York dos anos 4.000 antes de Cristo. Seus prédios eram monumentais, suas praças e ruas, magníficas.

Existem várias traduções do poema épico *Gilgamesh*. Conhecemos duas versões para o inglês deste extraordinário poema. A primeira tem o título de *The Gilgamesh epic and Old Testament Parallels*, e foi feita em 1946 por Alexander Heidel, um dos colaboradores do *Assyrian Dictionary of the Oriental Institute*, da Chicago University. Nela podemos ver a história que o próprio Heidel considera curiosa e que, para nós, é particularmente notável: um outro Édipo, um Édipo babilônico. Trata-se da história contada por Claudius Aelianus, escritor romano do segundo século a.C., “que recolheu a seguinte história concernente ao nascimento e à infância de Gilgamesh” (p. 4), o herói de Uruk:

Quando Enmekar reinou sobre Uruk e os babilônios, os caldeus disseram que sua filha geraria um neto que tomaria o reino do avô. Por isso, ele ficou amedrontado e, para expressá-lo jocosamente, diz Claudius Aelianus, tornou-se um novo Acrísio. Este era o rei de Argos, de quem uma história semelhante é contada na mitologia grega. Acrísio, na Grécia, e Enmekar, em Uruk, encerraram cada um a própria filha em local inatingível e muito bem guardado. Mas, quanto a Enmekar, sem o seu conhecimento – pois o destino era mais engenhoso que os babilônios – a moça engravidou de um homem obscuro. Seus guardas, com medo do rei, atiraram o bebê do alto da Acrópole, pois era lá que a mãe estava aprisionada. Mas uma águia muito esperta viu a queda da criança e, antes que ela atingisse o chão, amparou-a e voou, carregando-a para um pomar, onde a colocou a salvo. O jardineiro amou o menino e educou-o. Ele recebeu o nome de Gilgamesh e reinou sobre os babilônios.

Na mitologia grega prevaleceu o trágico: o rei-avô Acrísio morreu acidentalmente, atingido por um disco lançado pelo seu neto Perseu, que cumpriu uma trágica profecia, matando assim o avô e ocupando o seu trono (Heidel, 1975, p. 4).

Na história de Gilgamesh, revelada pelo poema, ele seria filho da deusa Ninsum, que era a esposa do deus Lugalbanda. “Seu pai, contudo, não seria Lugalbanda, como se esperaria, mas sim um simples mortal a quem a lista de reis sumérios chama de “alto prelado de Kullab”, um distrito da cidade de Uruk. Isto é importante, pois isso explica por que, de acordo com a epopeia, Gilgamesh é em parte deus e em parte homem” (Heidel, 1975, p. 4). Muito tempo depois, Gil-

gamesh se tornaria deus, “rei do mundo dos mortos” (Heidel, 1975, p. 5), tendo conseguido, somente no final, a imortalidade tão desejada e pela qual tanto lutou.

Em 2004 foi publicada a tradução do poema elaborada por Stephen Mitchell, que é detentor da aura de tradutor de Rilke, sendo seu trabalho consagrado por Harold Bloom, Harold Pinker e pelas colunas literárias dos mais importantes jornais americanos com adjetivos enaltecendo. Rilke tornou-se, em 1916, o primeiro a “reconhecer a verdadeira estatura literária de Gilgamesh” (Mitchell, 2004, p. 3): “Gilgamesh é estupendo! Acredito que esteja entre as maiores coisas que podem acontecer a uma pessoa. Mergulhei nestes fragmentos, verdadeiros gigantes em que tenho experimentado medidas e formas (*measures and forms*) que pertencem às obras supremas que a magia da Palavra já conseguiu produzir”. O épico seria “uma obra-prima da literatura mundial” não só para Rilke, mas para Stephen Mitchell e aqueles que se maravilharam com a magia das suas criações (Mitchell, 2004, p. 3). Heidel afirma, com convicção e admiração, que o poema é a *Odisseia* dos babilônios e que “continuará a mobilizar os corações dos homens pelos tempos afora” (Heidel, 1975, p.1).

O livro conta a história do herói – Gilgamesh – que era o rei de Uruk e também de seu povo. Ele tinha o direito à primeira noite de todas as noivas, o *ius primae nocte*. Paralelamente, era muito perverso para com todos os habitantes de sua terra.

é o Rei e ele faz o que deseja
Toma o filho de seu pai e o esmaga
Toma a moça de sua mãe e a usa
A filha do guerreiro, a noiva do jovem,
Ele a usa e ninguém ousa se opor a ele.
(Mitchell, 2004, p. 72, tradução do autor)

Parece que ele “usa” todas as mulheres de Uruk para compensar a frustração de que a mãe, a Deusa Ninsum, não é dele.

Mas o povo de Uruk implorou aos céus
E seus lamentos foram ouvidos...
E chegaram até Anu, o pai de todos...
“Pai celestial, Gilgamesh...
Ultrapassou todos os limites.
O povo sofre com sua tirania”
(Mitchell, 2004, p. 73, tradução do autor)

Anu, deus supremo, resolveu criar uma espécie de “duplo” de Gilgamesh, dando-lhe o nome de Enkidu, que teria a função de derrotá-lo e, assim, dar fim às iniquidades do rei de Uruk. Enkidu foi feito do “pó do chão” (p. 11) por Anu. Avisado que teria diante de si um rival, um “duplo” muito poderoso, Gilgamesh achou melhor pedir o auxílio de Shamhat, uma das sacerdotisas do amor, para ela se oferecer sexualmente a Enkidu e, assim, domá-lo. Gilgamesh pediu “para que Shamhat tirasse as roupas e ficasse lá, nua, de pernas abertas” à espera de Enkidu (p. 12) que, até então, vivia apenas entre os animais, não tendo tido contato com seres humanos. Ao ver Shamhat naquela posição ordenada por Gilgamesh, Enkidu abandonou seus amigos animais bebendo água no poço e partiu para os braços de Shamhat. Foram sete dias e sete noites irresistíveis de “ereção e prazeres constantes” que transformaram a disposição animal de Enkidu em um ser humano. “Ele agora conhecia coisas que um animal não pode saber... e ele entendeu todas as palavras que Shamhat estava falando para ele: “Agora, Enkidu, você sabe o que é estar com uma mulher, unir-se a ela. Você é belo. Você é igual a Deus. Por que viver como animal? Deixe-me levá-lo para o Palácio do poderoso Rei Gilgamesh” (p. 80). Shamhat conta para Enkidu o sonho de Gilgamesh.

Ele sonhou que uma pesada estrela caía a seus pés e que ele a acariciava em seus braços como se ela fosse uma mulher. Sua mãe, a sábia deusa Ninsum, interpretou o sonho assim (p. 83):

É um querido amigo, um poderoso herói.
Você irá tomá-lo em seus braços e acariciá-lo
Do modo como um homem acaricia sua mulher.
Ele será seu duplo, seu segundo eu,
Um homem que é leal, que estará de seu lado
Nos maiores perigos. Brevemente você o encontrará
O companheiro do seu coração. Seu sonho disse isso.

Gilgamesh disse: Possa o sonho tornar-se verdade.
(Mitchell, 2004, p. 83-84, tradução do autor).

Para Gilgamesh, a mãe-psicanalista interpretando o sonho estaria mostrando que ambos, mãe e filho, formam um casal, juntos e sexualmente unidos, e que teriam concebido um filho e que este filho, nosso herói analisado, tem ordem da mãe-psicanalista para com ele se casar: “você irá tomá-lo em seus braços” e serão marido e mulher. Parece ser uma tentativa de solução para o conflito

edipiano da mãe e do filho, criado no sonho e na psicanálise. Uma solução para ele ser como o pai e não ter que matar o genitor para ocupar o lugar dele. Por outro lado, ela não seria uma Jocasta. Mas Gilgamesh queria tornar-se deus. Para tornar-se deus, imortal, as exigências seriam extraordinárias.

De sua parte, embora Enkidu sinta um anelo, um desejo no fundo de seu coração de ter uma verdadeira amizade, não esquece sua missão:

Shamhat, eu vou, leve-me com você!
Vou desafiar Gilgamesh. Vou gritar na sua face:
Eu sou o mais poderoso! Eu sou o homem
Que pode fazer o mundo tremer! Sou supremo
(Mitchell, 2004, p. 80, tradução do autor)

Mas Shamhat quer amor e paz, detalhando as belezas de Uruk, reiterando a Enkidu que ele próprio é o verdadeiro sonho de Gilgamesh.

“Come,” said Shamrat, “let us go to Uruk,
I will lead you to Gilgamesh the mighty king.
You will see the great city with its massive wall,
You will see the young men dressed in their splendor,
In the finest linen and embroidered wool,
Brilliantly colored, with fringed shawls and wide belts.
Every day is a festival in Uruk,
With people singing and dancing in the streets,
Musicians playing their lyres and drums,
The lovely priestesses standing before
The temple of Ishtar, chatting and laughing,
Flushed with sexual joy, and ready
to serve men’s pleasure, in honor of the goddess,
so that even old men are aroused from their beds.
You who are still so ignorant of life,
I will show you Gilgamesh the mighty king

Venha, disse Shamrat, vamos para Uruk,
Eu te levarei a Gilgamesh, o poderoso rei.
Você vai ver a grande cidade e sua muralha maciça
Você vai ver os jovens vestidos em seu esplendor

Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. O rei de Uruk e a luta pela imortalidade.

Nos melhores trajes de lã bordada,
Brilhantemente coloridos, com xales de franjas e cintos largos,
Todo dia é um festival em Uruk,
Com pessoas cantando e dançando nas ruas
Músicos tocando suas liras e tambores,
As adoráveis sacerdotisas em pé diante do
Templo de Ishtar, conversando e rindo,
Coradas de alegria sexual e prontas
Para servir ao prazer dos homens, em honra da deusa,
De modo que até velhos alquebrados
Levantam-se de suas camas remojados.
Você que desconhece tanto a vida
Vou mostrar-lhe Gilgamesh, o poderoso Rei.
(Mitchell, 2004, p. 81, tradução do autor)

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização
.....
Tem alcaide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Para a gente namorar
Vou-me embora pra Pasárgada.
(Manuel Bandeira, *Libertinagem*, 1930)

Há semelhanças nestes versos escolhidos, livremente traduzidos, entre a poesia de Gilgamesh, de 6.000 anos atrás, e os versos de Manuel Bandeira. É de estremecer de emoção confrontar as duas maravilhosas poesias, ocasião em que se faz sentir, com vigor, o esplendor da magia da Palavra, algo “estupendo”, como dizia Rilke (Mitchell, 2004, p.3)

Não obstante estas palavras de Shamhat e mesmo diante da previsão de uma relação amorosa entre ele e Gilgamesh, Enkidu não se comoveu. Ele sabia

de sua missão, ordenada por Anu Supremo, e decidiu desincumbir-se logo de sua obrigação: a de lutar contra Gilgamesh e, derrotando-o, dar fim à perversidade reinante em Uruk.

No momento de um casamento, diante do noivo e dos convivas, quando Gilgamesh entrou na festa para exercer o *ius primae nocte*, Enkidu se opôs e travaram luta terrível, mas Enkidu não conseguiu vencer o rei, pois Gilgamesh mostrou-se mais forte. Em vez do ódio mútuo esperado, nasceu o amor entre os dois. A amizade jamais teve fim. Juntos desfrutaram da boa vida de Uruk, a Pasárgada dos anos 4000. Eles, por certo, eram frequentadores do Templo de Ishtar com suas sacerdotisas sempre oferecidas, bem como se deliciavam nas alegres cervejarias, nas festas constantes da Nova York da época, centro e capital do mundo, e no amor de um pelo outro.

Mas nada disto bastava, Gilgamesh decidiu tornar-se famoso e então resolveu matar o terrível, invencível “Humbaba e extirpar o mal da terra... ‘Eu irei estampar minha fama na mente dos homens para sempre’” (Mitchell, 2004, p. 95). Humbaba era protegido dos deuses e tomava conta da Floresta de Cedro onde os mortais não podiam entrar por determinação de Enlil e da Assembleia dos Deuses. Porém Gilgamesh era filho de uma deusa e tinha que ser um deus. Ele teria que lutar contra deus-pai, ocupar o lugar dele para se tornar deus. Assim, ele parte para enfrentar Humbaba e, através deste, desafiar o deus Enlil que o colocou lá, na Floresta dos Cedros, para aterrorizar os homens.

De mãos dadas os dois amigos caminharam
Ao templo de Ninsum. Gilgamesh se curvou
À mãe, a deusa Ninsum, e disse,
“Eu tenho que ir agora para a Floresta dos Cedros...
Eu tenho que enfrentar o combate que nenhum homem conheceu...
Querida Mãe, querida deusa, me ajude nesta luta,
Dê-me sua bênção antes da partida
Para que eu possa voltar da Floresta dos Cedros
Vitorioso e ver sua face de novo.”
(Mitchell, 2004, p. 98-99, tradução do autor)

Então, é para ver e ter a mãe que Gilgamesh irá lutar. Possuir todas as mulheres do reino, possuir Enkidu, o irmão que viera para aniquilá-lo, não basta. É preciso mais... Lutar e desfazer toda e qualquer interdição. Na Floresta de Cedros

irá se realizar a grande luta contra a grande maldade do pai – o guardião da interdição. Todas as mulheres do reino não bastam, a Mãe é essencial.

Para o Coro dos Anciões, que não conhece o drama íntimo do nosso herói, até mesmo o pai, o deus Lugalbanda, irá ajudá-lo nesta empreitada de desafiar Enlil, uma das deidades que compõem a Trindade que dirige os céus dos babilônios (p. 99). Por outro lado, é sabido que o pai verdadeiro de Gilgamesh é um “alto prelado” e não o deus.

“E lembre-se de Lugalbanda seu pai
Que viajou também para montanhas distantes.”
(Mitchell, 2004, p. 103)

O processo de Gilgamesh para tornar-se deus seria o mesmo que o pai havia realizado.

Enkidu disse para Gilgamesh:
“Se você tem que fazer isto, eu tenho que ir com você.”
(Mitchell, 2004, p. 104)

E realmente foram, e só depois de muita luta dos dois contra o monstro, em um momento em que Humbaba ia matar Gilgamesh, Shamash, o deus-Sol, a pedido da mãe Ninsum, paralisou Humbaba (124). Gilgamesh aproveitou-se da ajuda salvadora, “levou uma faca na garganta de Humbaba”. Não adiantaram seus pedidos de clemência, pois Enkidu insistia:

“Coragem, querido amigo.
Feche seus ouvidos para as maldições de Humbaba.
Não dê atenção a uma única palavra dele. Mate-o! Agora!”
(Mitchell, 2004, p. 127)
E assim foi feito...

A mãe aliou-se ao filho para eliminar a maldade do pai. Talvez estivesse aí a fronteira, o momento em que se afirma a perenidade e a continuidade da vida, momento em que a mãe se une ao filho para que ele sobreviva, vencendo e sobrevivendo aos impulsos destrutivos internos e externos. O amor da mãe permitiria nossa existência e sobrevivência.

“Trouxemos para a terra a mais alta das árvores,
O cedro cujo topo uma vez mergulhou no céu
Vamos transformá-lo numa porta gigantesca.”
(Mitchell, 2004, p. 129)

Mas o conflito continua; é preciso – consumir a castração – arrancar o pênis paterno que havia vivido o céu no paraíso materno e triunfar sobre ele, utilizando-o para uma porta – vagina – gigantesca. Porém, no final, a culpa e a perseguição não permitem e ela teria que voltar para “o Deus Enlil desfrutá-la ao máximo e nenhum homem, mas apenas os deuses poderiam atravessá-la...”. E a dança do conflito edipiano continua...

No retorno triunfal a Uruk os dois heróis levaram a cabeça monstruosa de Humbaba. Vendo Gilgamesh belamente vestido, a deusa do Amor e da Guerra, Ishtar, disse: “Case comigo, seja meu bem-amado”, e ofereceu riquezas e mais riquezas ao herói vitorioso. Mas Gilgamesh rejeitou-a, dizendo que o preço dela era muito alto. Gilgamesh enumera os homens que ela seduziu e depois desprezou (Mitchell, 2004, p. 120-121).

Podemos depreender que o desenvolvimento da atração sexual e do amor entre Gilgamesh e Enkidu, sendo muito intensos e evidentes, pudessem dar lugar à rejeição a Ishtar. “No Tablet 12, um poema separado apenso ao épico original de *Gilgamesh*, a sexualidade genital [entre os dois] é explícita” (Mitchell, 2004, p. 218-219).

Na rebelião dos filhos contra os pais, os filhos se uniram amorosamente, mergulharam na Floresta dos Cedros, colocaram abaixo o mais alto dos cedros e deram fim à interdição. Enkidu tem dois sonhos, porém a Assembleia dos Deuses decreta sua morte e os sonhos têm que se materializar em 12 fatídicos dias. Os dois teriam que pagar. A Assembleia dos Deuses realmente decreta a morte de Enkidu.

Então Enlil disse para ele: “Enkidu,
E não Gilgamesh é quem [tem de pagar e] tem que morrer.”
(Mitchell, 2004, p. 141)

Enkidu adoece e morre em 12 dias, sofridos dramaticamente por Gilgamesh e Enkidu.

“Meu amado amigo está morto, ele está morto.
Meu amado irmão está morto. Irei pranteá-lo
Enquanto eu respirar. Vou soluçar por ele

Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. O rei de Uruk e a luta pela imortalidade.

Como uma mãe que perdeu seu único filho.

(Mitchell, 2004, p. 152-153)

[...]

Por seis dias e sete noites eu chorei sua morte,

Até que um verme saiu de seu nariz.

Então eu fiquei com medo, fiquei aterrorizado com a morte”

(Mitchell, 2004, p. 167)

Mortificado pela dor da perda de Enkidu, Gilgamesh abandona o poder, a cidade, os amigos, as sacerdotisas do amor, abandona tudo, enfim, inclusive a condição humana, veste-se com a pele de um animal e vai-se embora de Uruk (Mitchell, 2004, p. 158). A solução seria tornar-se animal novamente e, com isto, não conhecer, não ter noção da morte.

“Tenho eu que morrer também? Tenho eu que ser sem vida como Enkidu?

Como posso eu suportar a dor que corrói minha alma, este medo da morte?”

(Mitchell, 2004, p. 159).

Gilgamesh já não acredita mais que os deuses sejam imortais e anseia por conhecer o homem que seria imortal mesmo: “Eu iria perguntar-lhe como vencer a morte” (Mitchell, 2004, p. 159). Para Gilgamesh, quem é imortal mesmo é Utnapishtim, o Noé deles, que foi aquele que, construindo a Arca, salvou a humanidade da eliminação total.

Rilke disse que Gilgamesh é o épico do medo da morte (Mitchell, 2004, p. 202). O medo da morte superou o sofrimento pela perda do amor.

Freud, diante do masoquismo, da compulsão à repetição e do sentimento de culpa dos neuróticos, percebeu que o prazer não tinha aquele poder absoluto e que outro poder mais alto se alevantava: “a pulsão agressiva ou destrutiva, e que fazemos derivar da pulsão de morte originária da matéria animada. Não é uma questão de antítese entre uma teoria de vida otimista e uma pessimista. Somente pela ação concorrente ou mutuamente oposta dos dois primitivos instintos-Eros e o instinto de morte –, nunca por um ou outro sozinho, podemos explicar a rica multiplicidade dos fenômenos de vida” (Freud, 1937/1971).

Para Green (2008), a biologia não mostrava nada que pudesse se “acoplar ao conceito freudiano” de pulsão de morte (p. 325), até que o neurobiólogo Jean Claude Ameisen (1999) sustentou

uma tese que se aproxima do conceito [de Freud] de forma singular: “Hoje em dia, sabemos que todas as nossas células possuem o poder de, a qualquer momento, se autodestruir em algumas horas. As células fabricam permanentemente as substâncias mortais para cumprir essa tarefa. É a inibição delas que assegura a vida”. A vida procede da negação de um acontecimento negativo, a autodestruição. (Green, 2008, p.325)

Ohsumi, o prêmio Nobel de Medicina de 2016, disse: “Eu queria fazer algo diferente dos outros. Pensei que a autodecomposição seria um tópico interessante. O corpo humano está o tempo todo repetindo o processo de autodecomposição, ou canibalismo, e há um equilíbrio delicado entre formação e decomposição. A vida é isso” (<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/nobel-de-medicina-vai-para-yoshinori-ohsumi.ghtml>, acessado em 01/08/ 2019)

Voltando a Gilgamesh, ele, depois de muitas peripécias, encontra Utnapishtim e fica sabendo como este Noé construiu a Arca e salvou todas as criaturas da destruição do dilúvio. Utnapishtim ainda conseguiu, na Assembleia dos Deuses, conquistar a imortalidade, tornando-se ele e a mulher verdadeiros deuses, em reconhecimento a seu ato salvador da humanidade com a construção da Arca. Muitos deuses haviam se arrependido de terem deflagrado o dilúvio que inicialmente era destinado a aniquilar toda a humanidade.

Money-Kyrle (1996) afirma que Freud “postula um instinto primário para buscar a morte, Klein, um impulso primário para temê-la e evitá-la”. Money-Kyrle continua afirmando que

para a Psicanálise não haveria o temor básico à morte e sim outros medos inconscientes básicos como o temor à castração. Mas, hoje em dia, concorda-se que há medos muito mais básicos que o temor à castração ou o temor à perda do amor (Freud) ou à afanise de Jones. Por exemplo, diz Money-Kyrle, o terror à desintegração (p. 306).

Utnapishtim propõe uma prova para Gilgamesh tentar conquistar a imortalidade: que nosso herói permanecesse sete dias e sete noites sem dormir. Mal iniciada a prova, Gilgamesh cai em sono profundo por sete dias. É despertado, recebe roupas dignas de um rei e é mandado de volta a Uruk, para jamais voltar, pois falhara lamentavelmente na primeira prova para ser deus. Penalizado, Utnapishtin lhe dá uma última chance: lançar-se nas Grandes Profundezas, encontrar e apanhar uma planta espinhosa e milagrosa. Gilgamesh se lança

Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. O rei de Uruk e a luta pela imortalidade.

nas Grandes Profundezas e consegue apanhar e trazer a maravilhosa planta da Eterna Juventude. Sai triunfante e diz para Urshanabi:

“Venha! Veja esta maravilhosa planta,
O antídoto do medo da morte.
Com ela nós voltamos à Juventude que outrora tivemos. [...]
Irei comer algumas folhas e me tornar um jovem alegre de novo.”
(Mitchell, p. 196-197).

No retorno para Uruk, Gilgamesh, depois de longa marcha, parou no caminho para se alimentar e banhar-se, deixando a planta em local próximo. Uma serpente sentiu o perfume da planta, comeu-a e deixou sua pele no local. Dizem que as serpentes perdem a pele e ganham, desta forma, nova vida. Assim aconteceu.

Gilgamesh, quando viu o que a serpente havia feito,
Sentou no chão e chorou. Disse ao barqueiro:
“O que farei agora? Todos os meus sofrimentos
Deram em nada.”
(Mitchell, 2004, p. 197, tradução do autor)

Gilgamesh perdeu a planta maravilhosa, outros homens a encontraram, perderam de novo e neste perde e ganha tem vivido a humanidade desde aqueles tempos até hoje.

Os gregos acreditavam que, no princípio, o Caos havia se unido à deusa Noite e, desta união, nasceram todos os imprevisíveis deuses e homens. O *Universo seria caótico*. Nos séculos VI e IV antes de Cristo, na Jônia, eles desenvolveram uma ideia extraordinária: o Universo seria cognoscível, porque apresentava uma ordem interna, regularidades que permitem que os seus segredos sejam desvendados. “Esta característica ordenada e admirável do Universo foi chamada Cosmos” (Sagan, 1989, p. 175). O *Universo não seria caótico!*

Foi necessário ultrapassar a crença e a fé no misticismo, na deusa Noite se unindo sexualmente ao Caos, para que a humanidade fizesse esta *transição* e assim pudesse sair do Caos e chegar ao Cosmos, que é a Beleza.

Seguindo Carl Sagan, nos séculos VI e IV antes de Cristo, nasceram a ciência e a filosofia com Tales, de Mileto, e seus geniais contemporâneos nas Ilhas Jônicas, nas vizinhanças de Atenas.

“Se suas conclusões estavam ou não certas, não importa, mas sim o seu lema: o mundo não seria governado por Deuses, mas sim por forças materiais interagindo com a Natureza” (Sagan, 1989, p. 177). O amigo de Tales, Anaximandro, criou a primeira teoria evolucionista; Teodoro foi o primeiro a fazer experimentos utilizando seus inventos geniais; Hipócrates instaurou a sabedoria na medicina; Demócrito criou a palavra átomo e o seu conceito. Anaxágoras, Pitágoras e Aristarco foram outros que cultivaram também a planta maravilhosa, a Ciência!

Tales de Mileto deu início à filosofia científica: ele fez perguntas sobre a Teogonia e procurou uma resposta em termos materiais, vendo todas as coisas como modificações da água, que era necessária à vida, e pode se solidificar ou tornar-se gasosa.... Embora estas especulações científicas não fossem livres do mito... seu movimento era para o Racionalismo (Parrinder, 1983, p. 155-156).

“Mas, na supressão dos fatos inquietantes, a ideia de que a ciência devia ser guardada para uma elite restrita, a aversão pela experiência, a aceitação do misticismo, a fácil aceitação das sociedades com escravos”, o mundo daquela época desprezou aqueles sábios e “atrasou o empreendimento humano” (Sagan, 1989, p. 187). Imaginemos o que seria o mundo se estes sábios tivessem sido ouvidos. Houve séculos de atraso porque não foram ouvidos. Sócrates, no ano 399 a.C., ou seja, no século IV antes de Cristo, “foi julgado com acusações de ‘violar as leis, pois ele não acreditava nos deuses de nosso país, [além] de acreditar em um novo tipo de demônio e de perverter a juventude” (Jaspers, 1962, p. 11-12). Sócrates, ao demonstrar a imortalidade da alma, “que está acima de qualquer dúvida”, parece estar dizendo que toda a paz da mente se baseia nesta certeza. “Se o que eu falo é verdade, então eu faço bem em ser convencido pela verdade; mas se não houver nada depois da morte, durante o pouco tempo que me resta eu não vou afligir meus amigos com lamentações e minha ignorância não vai durar muito” (Jaspers, 1962, p. 14). Naquele momento, ele já havia tomado a cicuta e tinha, no máximo, seis horas de vida.

Muito tempo depois, no século XVI, Giordano Bruno, Copérnico, Galileu e outros encontraram e cultivaram a planta maravilhosa, mas, quando foram oferecê-la à humanidade, enfrentaram imensas dificuldades, acusados também de não acreditarem em Deus e, por isto, expostos à Inquisição.

Em 1610, há 400 anos, Galileu aperfeiçoou o telescópio, construindo um que aumentava em 30 vezes a dimensão dos objetos. Passou a fazer descober-

tas astronômicas extraordinárias, entre elas, os satélites de Júpiter. Descreveu suas descobertas no livro *O mensageiro das estrelas*. Os satélites confirmaram o heliocentrismo de Copérnico e aí começou a desgraça de Galileu, ao final condenado e preso pela Inquisição. Mais uma vez o misticismo prevalecia, mas, apesar disso, a ciência progrediu no mundo, de tal maneira que se pode dizer que Galileu criou a ciência moderna. Newton seria a expressão máxima desta dualidade: misticismo e ciência.

Não obstante o misticismo e as perseguições, a pequena planta tem se desenvolvido em todo o mundo, levando por vezes a situações perigosas para nossa sobrevivência, mas também permitindo atender a uma legítima aspiração de ampliação do tempo de vida e de melhores condições de existência do ser humano. Nós sabemos muito pouco de nós mesmos e do Universo. Se o homem não se destruir, é possível que o pequeno ramo da ciência que Gilgamesh arrebanhou das Grandes Profundezas possa dar frutos ainda mais maravilhosos.

O planeta Júpiter, formado há 4,6 bilhões de anos, está a 869 milhões de quilômetros da Terra. A Nasa construiu uma nave com o nome de *Juno* que pesa 4 toneladas, tem 20 metros de diâmetro e 4,5 metros de altura. É do tamanho de um campo de basquete. Levou cinco anos para chegar lá. *Juno* fez diversas voltas em torno do planeta até 2018, quando mergulhou em Júpiter, para melhor verificar dados para o desenvolvimento da ciência. *Juno* está observando principalmente se existe água sob as nuvens do planeta, que teria uma meteorologia similar à da Terra. E onde há água, há vida. Estamos à procura da Vida.

Se nesses 400 anos, com a ciência contida, cerceada, combatida e limitada, foi possível este avanço extraordinário, partindo de uma descoberta de satélites de Júpiter pela luneta de Galileu, para um contato direto com o planeta Júpiter, imaginemos daqui a vinte, cinquenta, cem anos. Como muitos de vocês que estão lendo este artigo serão? Daqui a 400 anos como nossos descendentes serão? O que saberemos?

Michel Serres (1990) filósofo francês, disse que em 1981 havia mais cientistas produzindo do que em todas as épocas juntas da humanidade. Pergunto eu: e em 2019, quantos hão de existir? E em 2029? Quais serão os resultados?

Na época de Cristo, o tempo de vida média era de 28 anos. Um mil e novecentos anos depois passou a ser de 46 anos, quase o dobro. Dezenove séculos foram necessários para quase dobrar o tempo de vida média enquanto no século XX aumentou 20 anos, em menos de um século. Em 2002, no Brasil, era de 71 anos o tempo de vida. Em 2015 era de 75,2. Em apenas 13 anos ganhamos quatro anos de vida. De outro ângulo: O que nós sabíamos aos 28 anos?

E dos 28 anos até agora quanto desenvolvemos? O que fizemos e criamos dos nossos 28 anos até agora?

Voltando ao passado, nessa mesma época de Galileu e dos primórdios da ciência, em 1644, barcos pertencentes à Companhia das Índias Ocidentais Holandesa começaram a ser atacados no litoral do Brasil pelos indígenas. Antes estes indígenas já haviam atacado a guarnição estrangeira em terra.

Em 2019, hoje, 400 anos depois, estamos no local onde os indígenas dominavam e o fizeram lutando pela liberdade e rechaçando os invasores. Hoje, acolhemos com todo o carinho, em nossa terra, a Ciência, a Filosofia, a Literatura e os povos do Brasil e das Américas, bem como os da Europa e os do resto do mundo.

Gilgamesh, on the borders between the animal and the human.

The king of Uruk and the fight for immortality

ABSTRACT Cuneiform writing is between oral and written. The story of Gilgamesh, the legendary hero of Uruk in Mesopotamia, awakened world attention when George Smith, in 1872, unveiled, on the tablets of the first writing, that a thousand years before the Bible, there was already the story of the Flood. Uruk was like New York 4000 years ago and the author recounts the history of Gilgamesh adding some psychoanalytic perspectives. Gilgamesh has the *ius primae nocte*, in addition to using all the women of Uruk, attacking and killing its inhabitants who ask the god Anu for protection. He creates Enkidu from the dust of the earth to destroy Gilgamesh. The two become friends and will fight Humbaba, the monster commissioned by the god Enlil to make the Interdiction of the Cedar Forest. They kill the monster, but Enlil decrees the death of Enkidu, and thus the question of death and fear of death arises from the psychoanalytic and modern scientific perspective as well as a perspective of the development of science.

KEYWORDS Babylonian Oedipus; oral and written boundaries and between animal and man; science; interdiction and death

Gilgamesh, en las fronteras entre el animal y el humano.

El rey de Uruk y la lucha por la inmortalidad

RESUMEN La escritura cuneiforme está entre el oral y el escrito. La historia de Gilgamesh, el héroe legendario de Uruk, en Mesopotamia, despertó la atención mundial cuando George Smith, en 1872, descubrió, en las tablas de la primera escritura, que mil años antes de la Biblia ya contaban la historia del diluvio. Uruk era la Nueva York de hace 4000 años. El autor relata la historia de Gilgamesh añadiendo algunas perspectivas psicoanalíticas. Gilgamesh tiene el *ius primae nocte*, además de usar todas las mujeres de Uruk, atacando y matando a sus habitantes, que piden al dios Anu la protección. Este crea Enkidu del polvo de la tierra para

Gilgamesh, nas fronteiras entre o animal e o humano. O rei de Uruk e a luta pela imortalidade.

destruir Gilgamesh. Los dos se vuelven amigos y van a combatir a Humbaba, el monstruo encargado por el dios Enlil de hacer la interdicción del Bosque de Cedro. Matan al monstruo, pero Enlil decreta la muerte de Enkidu y, así, surge la cuestión de la muerte y del miedo a la muerte bajo la perspectiva psicoanalítica y científica moderna así como una perspectiva del desarrollo de la ciencia.

PALABRAS CLAVE Edipo babilónico; fronteras entre oral y escrito, entre animal y hombre; ciencia; interdicción y muerte

Referências

- Ameisen, J.C. (1999). *La sculpture du vivant: Le suicide cellulaire et la mort créatrice*. Paris: Éditions du Seuil. In André Green. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago
- Avzaradel, J.R. (2006). Ideograma e formação de significado. In J. R. Avzaradel (org.), *Linguagem e construção do pensamento* (p. 189-206). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Castro, F. (2019, 3 de outubro de 2016). Japonês vence Nobel de Medicina. *Estado de São Paulo* p. 19-20. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,japones-vence-premio-nobel-da-medicina-de-2016,10000079813>. Recuperado em 10 de janeiro de 2019.
- Diringer, D. (1968). *A escrita*. L. Armando (Trad.). Lisboa: Editorial Verbo.
- Freud, S. (1971). Analysis terminable and interminable. In S. Freud, S.E. Vol. 23. London: Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1937).
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. A.M.R. Rivarola (Trad.). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 2002).
- Heidel, A. (1975). *The Gilgamesh epic and Old Testament Parallels*. Chicago: The University of Chicago Press (Trabalho original publicado em 1946).
- Jaspers, K. (1962). *Socrates, Buddha, Confucius, Jesus*. New York: Harvest.
- Leick, G. (2019). *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Trad. A. de Cabral. Rio de Janeiro: Imago. Disponível em: <https://www.travessa.com.br/mesopotamia-a-invencao-da-cidade/artigo/ee96970a-90e4-4557-9512-0abdaf6c3a36>. Acesso em 10/01/2019.
- Mitchell, S. (2004). *Gilgamesh. A new English version*. New York: Free Press.
- Money-Kyrle, R. (1996). *Obra selecionada de Roger Money-Kyrle*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lenharo, M. (2016, 3 de outubro). Japonês leva Nobel de Medicina por pesquisa sobre reciclagem da célula. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/nobel-de-medicina-vai-para-yoshinori-ohsumi.ghtml>. Recuperado em 01/08/ 2019.
- Parrinder, G. (1983). *An illustrated history of the world's religions*. Oxford: Newnes Books.
- Roaph, M. (1996). Origens da escrita. In M. Roaph, *Mesopotâmia e o antigo Médio Oriente* (p. 68-71). Vol. 1. Madri: Edições del Prado.

Paulo Marchon e Maria Livia Diana de Araujo Marchon

- Roaph, M. (1996). Uruk e Nippur. In M. Roaph, *Mesopotâmia e o antigo Médio Oriente* (p. 58-84). Madri: Edições del Prado.
- Sagan, C. (1989). *Cosmos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Serres, M. (1990). *Filosofias: Entrevistas do Le Monde*. Trad. N. Ramos. São Paulo: Editora Ática.
- Vendryes, J. (1968). Origine et développement de l'écriture. In J. Vendryes, *Le langage: introduction linguistique à l'histoire* (p. 343-359). Paris: Éditions Albin Michel.

Recebido: 11/01/19

Aceito: 21/05/19

Paulo Marchon

Rua Nunes Valente, 1450 apartamento 1002 Fortaleza – Ceará
CEP 60125-035 – telefone 85 99985 1902
marchonpaulo@gmail.com

Maria Livia Diana de Araújo Marchon

Rua Nunes Valente, 1450 apartamento 1002 Fortaleza – Ceará
CEP 60125-035 – telefone 85 99985 1902
marialiviamarchon@yahoo.com.br

Riobaldo também envelhece

Guillermo Julio Montero¹

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.” (p. 63)

“Eu estou depois das tempestades.” (p. 482)

RESUMO: O autor propõe uma compreensão e interpretação psicanalíticas da novela *Grande Sertão: Veredas*, da perspectiva do envelhecimento de Riobaldo, seu protagonista. Apresenta o conceito de trabalho do envelhecimento, assim como articula a trama com o seu conceito de madurescência. Sugere a dissolução do “pacto com o diabo” como um momento característico do início do envelhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: envelhecimento; meia idade; pacto com o diabo; madurescência

Introdução

Desde bem novo senti fascinação pela obra de João Guimarães Rosa, especialmente por *Grande Sertão: Veredas* (1956). Nunca soube nem consegui lembrar como cheguei naquela época até Guimarães Rosa, embora talvez fosse a partir da obra de Glauber Rocha que, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*

1. Guillermo Julio Montero. PhD, é psicanalista, membro titular da Associação Psicanalítica Internacional (API), Chair do Comitê da API Perspectivas Psicanalíticas do Envelhecimento, e presidente da Fundação Travessia (Psicanálise para a Transição e Crise de Meia-Idade) [www.fundaciontravesia.org.ar]. É autor de vários livros centrados na madurescência e na meia-idade da vida, e também dissertador frequente em congressos internacionais da especialidade.

(1964) e em *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (Antonio das Mortes) (1969), incentivou em mim o desejo de compreender o universo dos cangaceiros e jagunços, arquétipos de certo tipo de homem livre com o qual me identificava e me identifico ainda hoje. Os “habitantes” do sertão me pareciam indivíduos que tentavam fundar o mundo novamente, que desafiavam a natureza humana, que estavam entregues às suas paixões, possuídos por elas: eram indivíduos que tinham alguma coisa a dizer, e meu desejo era poder desentranhar essa mensagem.

Muito mais tarde Euclides da Cunha, com *Os Sertões* (1902), me conduziu até as origens do Brasil moderno com sua história sobre a guerra de Canudos e os fatos relacionados com Antônio Conselheiro, que posteriormente foram romanceados tanto por R. B. Cunninghame Graham: *A Brazilian Mystic: Being the Life and Miracles of Antonio Conselheiro* (1920), como por Mario Vargas Llosa no romance *La guerra del fin del mundo* (1981). O mesmo interesse que, próximo de 2006, me levou a encontrar e a entrevistar em Buenos Aires Vera Ferreira Nunes, neta de Lampião e Maria Bonita – que me presenteou com o maravilhoso volume *Cangaceiros*, de Élise Jasmin (2006) – em mais outra tentativa de desentranhar os mistérios da cultura popular dos quais se ocupa a tal chamada cultura “cult”, embora muitas vezes sem mencionar sua origem. E precisamente Guimarães Rosa não renega a origem popular de tudo aquilo que relata.

Este interesse me fez festejar o convite para apresentar minhas ideias a respeito neste congresso à maneira de uma homenagem a esse Brasil do qual estou falando, esse Brasil que sinto que habitou em mim desde muitíssimos anos e que continua me intrigando com a mesma intensidade de sempre nos meus 65 anos de idade. Propus-me a fazer uma leitura pessoal de *Grande Sertão: Veredas*, centrada em uma perspectiva psicanalítica do envelhecimento de Riobaldo, o personagem principal.

Não me escapa a ousadia que significa acometer uma tarefa como a que aqui me proponho, mas tenho certeza de que todos vocês saberão disfarçar qualquer erro, considerando esta apresentação como exemplo da minha admiração pela obra de Guimarães Rosa.

Ao mesmo tempo, acredito que por trás de um livro que se transforma em “clássico” sempre existe certa sabedoria que representa vários dos arquétipos profundos da natureza humana – de outra maneira não se transformaria em clássico –, por isto também postulo que Riobaldo somos todos nós, que Riobaldo habita na alma de todos os presentes. Vou tentar demonstrá-lo.

Características do romance

Grande Sertão: Veredas é um daqueles romances que podem ser considerados romances-totais ou romances-mundo, romances que pretendem abranger uma *weltanschauung* que não deixa detalhe algum descuidado. Como *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1615) de Miguel de Cervantes, *Fausto* (1828) de Goethe, *Ulysses* (1922) de James Joyce – e tantos outros romances-totais com os quais dialoga –, *Grande Sertão: Veredas* também se torna um clássico porque alude aos temas centrais da natureza humana: a vida e a morte, a esperança, o desejo, a dor. Por esta razão, meu recorte pessoal do romance – tal como o de outra pessoa qualquer – inevitavelmente será parcial, porque só o romance em si mesmo pode ser totalizador: qualquer interpretação o condiciona a um marco que o deforma na tentativa originária atravessada pela perspectiva do comentarista.

Se bem Guimarães Rosa tivesse “inventado” um interlocutor com quem Riobaldo estaria se comunicando, minha impressão é de que o verdadeiro interlocutor a quem está direcionado o discurso é o leitor posicionado em um lugar de confidente e apoio emocional, com a finalidade aparente de poder ajudá-lo a representar psiquicamente a intensidade da vida vivenciada nos anos da maturidade que está atravessando. Desde esta perspectiva, o narrador posiciona o leitor como uma espécie de “psicanalista” a quem Riobaldo vai contando, pausada e meticulosamente, sua vida, buscando certa compreensão psicoterapêutica que promova uma integração da história pessoal de vida.

Por isto é que acredito que o “tratamento psicanalítico” de Riobaldo começa com estas palavras: “De tudo não falo. Não tenciono relatar ao senhor minha vida em dobrados passos; servia para quê? Quero é armar o ponto dum fato, para depois lhe pedir um conselho. Por daí, então, careço de que o senhor escute bem essas passagens: da vida de Riobaldo, o jagunço.” (p. 183).

A “transferência psicanalítica” também pode ser inferida nos seguintes parágrafos:

“O senhor é de fora, meu amigo mas meu estranho. Mas, talvez por isto mesmo. Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo.” (p. 44).

“Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.” (p. 193).

Este é o lugar que Riobaldo espera do leitor-“psicanalista”: ser o objeto que tolere o que talvez saiba e compreenda, suplicando espaço para expressar “o

que não sei se eu sei”, quer dizer, um objeto que lhe permita tolerar a incerteza, porque, sustenta também Riobaldo, em um exemplo de sua profunda sabedoria da vida: “A gente só sabe bem aquilo que não entende.” (p. 311).

Os emblemas que insistem

Os “emblemas” de um relato são frases ou palavras que se repetem várias vezes e que desempenham duas funções principais. Por um lado, são núcleos de significação que servem ao propósito da articulação do sentido do discurso outorgando identidade, enquanto, por outro lado, funcionam como estereótipos que ajudam a memória do poeta que repetiria oralmente a saga, um recurso para enfatizar precisamente a pretendida oralidade do discurso, por exemplo, quando se trata de um texto escrito.

Encontro três emblemas no discurso de Riobaldo que “insistem” em obter certa visibilidade. O primeiro emblema que “insiste” dentro da “oralidade” do romance é a frase repetida muitas vezes por Riobaldo: “Viver é muito perigoso” (p. 25, 26, 31, 38, 47, 60, 92, 226, 255, 293, 535).

Resulta muito difícil contar a quantidade de vezes que a frase volta ao longo do texto.

O que quer dizer Riobaldo com esta frase?

Qual é o “perigo” de viver?

Minha ideia é que Riobaldo deseja transmitir algo profundo que o transpassa ao longo de toda a sua história individual: que estar aberto a Viver – letra maiúscula, diria eu – quer dizer estar aberto à plenitude da vida, e a incerteza é algo que resulta perigoso porque demanda assumir riscos incomuns, permanentemente. Este é o posicionamento que ele tenta transmitir a seu interlocutor. Por isto Riobaldo sustenta: “Mas, quem é que sabe como? Viver... O senhor já sabe: viver é etcétera.” (p. 87).

Quiçá o próprio Riobaldo entregue uma resposta ao “perigo de viver” na sua fala, quando sustenta: “Será que tem um ponto certo, dele a gente não podendo mais voltar para trás? Travessia de minha vida.” (p. 241).

Quiçá conectado com o “perigo de viver”, Riobaldo “insiste” em um segundo emblema: o medo. É muito pregnante a presença do medo como emblema no relato de Riobaldo, muitas vezes associado ao anterior. Por isto “insiste” tantas vezes com a pergunta: “Que é que a gente sente, quando se tem medo?” (p. 97).

Pergunto-me: Qual é o “medo” de Riobaldo?

Talvez Riobaldo esteja aludindo ao medo como aquilo que faz evidente uma plenitude que é difícil de suportar, que se faz urgente expulsar. Por esta razão sustenta: “O prazer muito vira medo, o medo vai vira ódio, o ódio vira esses desesperos?” (p. 196).

Desta maneira, Riobaldo propõe um circuito onde o medo se transmuta e transmite o prazer e a dor, o “ódio” na sua fala.

No fundo, quero colocar aquilo que também Riobaldo sustenta: “E eu tinha medo. Medo em alma.” (p. 37). A este medo na alma também vou me referir quando descrever o “pacto com o diabo”.

O terceiro emblema que encontro no discurso de Riobaldo é a palavra “travessia”. Ao “perigo de viver”, ao “medo”, Riobaldo acrescenta a noção de “travessia”, como a expressão da experiência subjetiva do ciclo vital. O lema deste trabalho: “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (p. 63) – já lido no início – é a primeira alusão, apesar de existirem muitas outras ao longo do relato.

“Até os pássaros, consoante os lugares, vão sendo muito diferentes. Ou são tempos, travessia da gente.” (p. 329)

“Travessia – do sertão – a toda travessia.” (p. 408)

“Travessia perigosa, mas é a da vida.” (p. 440)

Tampouco pode se deixar para lá o fato de que a palavra “travessia” é precisamente a última que pronuncia Riobaldo em todo o seu relato: “Existe e homem humano. Travessia.” (p. 492).

Estes três emblemas, então, fazem referência à incerteza da vida e à vivência do passar do tempo, algo que acaba decorrendo do trabalho de envelhecimento que se inicia com a madurescência e a meia-idade da vida concomitante.

O sertão

A geografia onde transcorre o romance é o sertão. Mas qual é o sertão a que Riobaldo se refere quando relata as memórias dele para o interlocutor?

A partir desta perspectiva, poderia definir o sertão como um exemplo do espaço psíquico. São muitas as tentativas de traduzir em palavras a “vivência” adjudicada ao sertão por Riobaldo. Não é apenas o lugar geográfico onde transcorre a vida do jagunço, mas também é o sertão uma espécie de geografia psíquica, um espaço imaginário disposto para desenrolar a própria vida “travessia-de-vida”.

“O sertão é sem lugar.” (p. 292).

“O sertão não tem janelas nem portas.” (p. 403).

“Sertão, – se diz –, o senhor querendo procurar, nunca não encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem.” (p. 313).

Por esta razão é que o relato tenta figurar nas primeiras páginas o espaço do sertão, como para situar esta “geografia psíquica” onde Riobaldo vai localizar sua própria vida.

Riobaldo sustenta:

“Sertão é donde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar.” (p. 33).

Quer dizer, o sertão como um espaço imaginário em que é possível uma espécie de alucinação onírica que permite a realização psíquica de tudo o que se deseja:

“Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo!” (p. 237).

Riobaldo também caracteriza o sertão como algo interno:

“Sertão é o sozinho. Sertão: é dentro da gente.” (p. 256).

Também como algo onipresente:

“O sertão está em toda a parte.” (p. 19).

Também como algo não abrangente:

“O sertão é do tamanho do mundo.” (p. 71).

Também como algo incerto:

“Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.” (p. 136).

Também é algo que implica um fenomenal paradoxo:

“Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro.” (p. 232).

Impacta da mesma maneira que Riobaldo caracterize o sertão nas últimas páginas de forma diferente, quando afirma:

“O sertão é uma espera enorme.” (p. 466).

À qual espera se refere Riobaldo? Poderia significar esta frase que a vida inteira é a enorme espera de um momento que resignifica tudo o que é vivenciado, quer dizer, que a morte chega para outorgar sentido a tudo o que pôde ser vivido?

O pacto com o diabo

Todo o relato de Riobaldo está caracterizado também por uma pergunta que o sustenta desde sua própria gênese interna. Esta pergunta faz referência à urgência em compreender se Riobaldo teve um pacto com o diabo. Este motivo do pacto com

o diabo – além de levar o romance a um diálogo com toda uma tradição literária – coloca um problema que também tem uma resposta a partir da psicanálise.

Quero sustentar perante vocês que todos – todos nós inclusive – realizamos um pacto com o diabo, que é uma condição da própria existência e que a mitologia popular assim o manifesta permanentemente, como tentarei explicar a seguir. O pacto com o diabo mais característico implica a entrega da própria alma ao poder do diabo em troca da imortalidade. Isto significa que o “pactário” será capaz de cometer qualquer “sacrilégio” que lhe seja pedido tendo a garantia de que a morte não vai alcançá-lo. Isto quer dizer que o pacto se realiza para tentar burlar as leis da natureza.

Minha ideia é de que a realidade da vida inconsciente, incapaz de integrar um conceito que inclua a representação da própria morte individual, faz necessária a crença de que para cada pessoa será possível individualmente “evitar” a morte, garantindo a imortalidade.

Proponho que a gênese desta experiência interna possa denominar-se “pacto com o diabo”, algo que começaria desde antes mesmo do nascimento, visto que o casal parental quando considera o filho em gestação como “His Majesty, the baby”, a quem nenhum poder terreno poderá impor-se, nenhum mal poderá afetá-lo etc., já está colocando a criança nesse lugar. O narcisismo primário, posteriormente, faz o restante. Seguindo Freud (1914): “O ponto mais espinhoso do sistema narcisista, essa imortalidade do eu que a força da realidade acossa duramente, ganhou sua segurança se refugiando na criança.” (p. 88). Desde este posicionamento se impõe – e continuará se impondo sempre, segundo eu acho – com força o “pacto com o diabo”.

Quero propor que a pergunta e a preocupação de Riobaldo, então, alude a uma experiência humana universal, talvez razão suficiente para que esta seja encontrada repetidamente nas tradições populares universais, visto que tem a ver com a dificuldade de reconhecer a própria morte individual, tal como o próprio Freud (1915) afirma: “No fundo, ninguém acredita na sua própria morte, ou, o que acaba sendo a mesma coisa, no inconsciente cada um de nós está convencido de sua imortalidade.” (p. 290).

Se der a palavra a Riobaldo, ele afirmará algo equivalente ao que estou propondo: “Que, quando um tem noção de resolver a vender a alma sua, que é porque ela já estava dada vendida, sem se saber; e a pessoa sujeita está só é certificando o regular dalgum velho trato – que já se vendeu aos poucos, faz tempo?” (p. 44).

Esta frase coincide com minha ideia de que “vender a alma ao diabo” é um acontecimento universal que alude aos estados originários do narcis-

sismo, em uma procura incessante de certa forma de imortalidade que o ser humano almeja ao longo de toda sua vida, e à qual é difícil renunciar. Sustento que a madurescência e a meia-idade da vida consequente constituem uma oportunidade para esta resignificação e renúncia ao “pacto com o diabo”.

A saudade de Riobaldo

Quando Riobaldo se questiona se pactuou com o diabo, também coloca uma maneira de compreender o que denomina “almejo”, “saudade” e “tristeza”. Afirma: “Tem horas em que penso que a gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto. As pessoas, e as coisas, não são de verdade! E de que é que, a miúdo, a gente adverte incertas saudades? Será que nós todos, as nossas almas já vendemos?” (p. 79).

Isto me leva a considerar que quando Riobaldo compreende que está livre do “pacto com o diabo” – após a morte de Hermógenes, que era quem o personificava –, surge uma nova vivência que denomina “almejo”, mas que logo decanta em uma vivência de “saudade” e de “tristeza”.

A nostalgia e a tristeza de Riobaldo estão vinculadas com a perda de uma plenitude –aquela promessa de imortalidade originária a que já me referi – algo que a pessoa que começa a reconhecer seu próprio envelhecimento está obrigada a considerar.

Esta é a razão pela qual as referências à “saudade” permeiam o relato todo: “Por mim, só, de tantas minúcias, não era o capaz de me alembrear, não sou de à parada pouca coisa; mas a saudade me alembra. Que se hoje fosse.” (p. 36).

“Acho que o espírito da gente é cavalo que escolhe estrada: quando ruma para tristeza e morte, vai não vendo o que é bonito e bom. Seja?” (p. 160).

Note-se que também Riobaldo sustenta uma frase que daria conta do trabalho de envelhecimento – tal como eu coloco – depois da perda da ilusão de imortalidade: “Toda saudade é uma espécie de velhice.” (p. 45).

Porém, quando Riobaldo começa a se sentir livre do “pacto com o diabo”?

O desejo de Riobaldo

Riobaldo tem um objeto de desejo muito claro ao longo de todo o relato. Renuncio a comentar os detalhes desse desejo porque não quero que quem desconheça o texto perca a surpresa que guarda o desenlace.

Todavia é possível esclarecer que a realidade psíquica de Riobaldo está constituída por um *continuum* que tem ao amor erótico e ao amor terno por extremos. Nhorinhá, a prostituta com quem alguma vez manteve relações sexuais, está instalada no polo erótico; e Otacília, o amor ideal que parece impossível de se concretizar, no polo terno. No meio de ambas Riobaldo instala o autêntico objeto do seu desejo, motor da narração toda.

Quando esse autêntico objeto de desejo morre e Riobaldo descobre o grande segredo que oculta, se desorienta e reorienta simultaneamente, começando o verdadeiro reconhecimento do passar do tempo tanto quanto seu próprio trabalho de envelhecimento. Este acontecimento acaba sendo sincrônico com a finalização do seu “pacto com o diabo” – quiçá este fato também seja parte desta mesma finalização tanto quanto a morte de Hermógenes já anunciada – razão pela qual agora a velhice irrompe aberta à eventualidade da morte, porque a ilusão de eternidade derrui, definitivamente, à procura de uma integração psíquica diferente. Tudo muda: Riobaldo abandona a vida de jagunço, se retira para suas posses etc.

Haveria outros muitos detalhes apontando no mesmo sentido no texto, por exemplo, a potência simbólica que significa se acompanhar com o cego Guirigó e o menino Borromeo – que se deixe guiar por eles –, ou que finalmente decida botar o nome dele em um recém-nascido –devemos levar em consideração que Riobaldo não teve filhos biológicos, com tudo que isso possa representar psiquicamente durante a madurescência –, falando para a mãe do menino uma frase impactante e decisiva: “Minha Senhora Dona: um menino nasceu – o mundo tornou a começar!” (p. 381).

Todos esses elementos apontam para a renúncia à promessa de plenitude que a juventude propõe, todos esses elementos apontam para que Riobaldo finalmente consiga reconhecer o trabalho do envelhecimento.

Esta também é a percepção de Riobaldo quando ele se pergunta: “Se não, o senhor me diga: preto é preto? branco é branco? Ou: quando é que a velhice começa, surgindo de dentro da mocidade?” (p. 207).

A velhice de Riobaldo

No início deste trabalho eu propus um interlocutor para Riobaldo que funcionaria como um psicanalista. Finalizando-o, diria eu que o “psicanalista” de Riobaldo está posicionado também no lugar de testemunha do relato do seu envelhecimento.

O desmoronamento do “pacto com o diabo”, tanto pelo lado da morte de Hermógenes quanto pelo lado da morte física do objeto de desejo sexual, ou seja, a renúncia à promessa de imortalidade que cinge o «pacto» e o amor, conduz Riobaldo a reconhecer seu trabalho de envelhecimento, posicionando sua subjetividade de maneira renovada.

Vejamos alguns exemplos:

“Ah, a gente, na velhice, carece de ter sua aragem de descanso.” (p. 21).

“Mocidade. Mas mocidade é tarefa para mais tarde se desmentir.” (p. 32).

“Desculpa me dê o senhor, sei que estou falando demais, dos lados. Resvalo. Assim é que a velhice faz.” (p. 127).

“Ah, a mocidade da gente reverte em pé o impossível de qualquer coisa!” (p. 138).

Gostaria de terminar com um trecho de Riobaldo que sintetiza o seu trabalho de envelhecimento:

Agora, que mais idoso me vejo, e quanto mais remoto aquilo reside, a lembrança demuda de valor – se transforma, se compõe, em uma espécie de decorrido formoso. Consegui o pensar direito: penso como um rio tanto anda: que as árvores das beiradas mal nem vejo... Quem me entende? O que eu queira. Os fatos passados obedecem à gente; os em vir, também. Só o poder do presente é que é furiável? Não. Esse obedece igual – e é o que é. (p. 283).

Espero que agora possamos partilhar uma discussão que permita continuar desentranhando alguns dos segredos do trabalho de envelhecimento de Riobaldo – de alguma maneira também nosso próprio trabalho de envelhecimento. Muito obrigado.

Riobaldo also grows old

ABSTRACT: *The author proposes a psychoanalytic comprehension and interpretation to the novel Grande Sertão: Verdedas from the aging perspective of Riobaldo, the novel's protagonist. He presents the concept of aging work, and articulates the plot with his concept of madurescence. The author suggests the dissolution of the “pact with the devil” as a characteristic moment of the beginning of aging.*

KEYWORDS: *aging; middle-age; pact with the devil; madurescence*

Riobaldo también envejece

RESUMEN: *El autor propone una comprensión e interpretación psicoanalíticas de la novela Grande Sertón: Veredas, desde la perspectiva del envejecimiento de Riobaldo, su protagonista. Propone el concepto de trabajo del envejecimiento, así como articula la trama con su concepto de madurescencia. Propone la disolución del “pacto con el diablo” como un momento característico del inicio del envejecimiento.*

PALABRAS CLAVE: *envejecimiento; mediana edad; pacto con el diablo; madurescencia.*

Referências

- Cunninghame Graham, R. B. (2001). *Un místico brasileiro. Vida y milagros de Antonio Conselheiro*. Montevideo: Lectores de Banda Oriental. (Trabalho originalmente publicado em 1920).
- Da Cunha, E. (2003). *Los Sertones. Campaña de Canudos*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho originalmente publicado em 1902).
- Freud, S. (1992). Introducción del narcisismo. Em *Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. 14. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (1992). De guerra y muerte. Temas de actualidad. Em *Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. 14. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (obra original publicada em 1915).
- Guimarães Rosa, J. (2015). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015. (Trabalho originalmente publicado em 1956).
- Jasmin, E. (2006). *Cangaceiros*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Vargas Llosa, M. (2000). *La guerra del fin del mundo*. Madrid: Alfaguara. (Trabalho originalmente publicado em 1981).

Recebido: 13/11/18

Aceito: 22/01/19

Guillermo Julio Montero
00 54 911 6822 6153
guillermontero@hotmail.com.

Tradução: Patrícia Moreno

Depoimentos

(Título provisório)

Simone W. Rothstein¹

Desde que me mudei para Israel há quase três anos, frequentemente me perguntam se já estou adaptada. E logo a pergunta se desdobra em mim: O que significa estar adaptada? Sim, estou feliz, me viro bem, trabalho como psicanalista, tenho amigos, muitos desafios e novidades interessantes. Não! É difícil, é limitante, é cansativo. Lembro-me de que no começo me sentia muito mais cansada do que de costume, tudo era mais difícil, até descer no elevador correndo o risco de encontrar algum vizinho simpático que resolvesse puxar papo no idioma estrangeiro.

Algumas vezes me senti como uma árvore, arrancada de seu solo, replantada. Vim com raízes e tudo mais. Mas em novo terreno, há de se ter paciência, é preciso dar um tempo para a “pega”.

São vários os estranhamentos e as saudades. Saudades até de mim. Saudades de poder me dizer, de poder me expressar. E então soffro. Sofro porque sou também o que falo e como falo (Cadê meu falo?). Há momentos em que a sensação é a de que partes de mim podem ressecar, como uva-passa. Não sendo ditas ou escutadas por um outro que as reconheça, partes minhas parecem correr o risco de cair em desuso.

O português é o meu riscado, é a linha-língua que me costura, que me desenha e que me faz ligar. Com licença, Caetano Veloso, mas também para mim a língua é minha pátria, minha mãe, minha irmã! E que prazer sentir minha língua roçar a língua de Luís de Camões. Trago meu português comigo. Ligo pros queridos que ficaram na minha margem atlântica. Escuto minhas músicas emepebe e bossa nova. E nesses momentos sou transportada, num ônibus circular imaginário, a uma zona pra lá de confortável. O português serve assim como um objeto transicional, uma fronteira móvel, linha de pesca que chega onde os olhos não veem, mas que me faz pulsar.

1. Psicóloga, especialista em saúde materno-infantil (UFRJ). Membro Associado da SBPRJ.

E sigo criando espaço para o diferente, para o outro e para a nova língua. Poucos meses depois de minha chegada, comecei a estudar hebraico junto a tantos outros estrangeiros.

Unheimlich! Aprender hebraico me coloca em um lugar bom e desconfortável. Traz um lado doce e familiar de infância, de estar na escola, de ser aluno com suposta e “autorizada” ignorância, ter hora de recreio e de lanche. Permite-me compartilhar com pessoas desconhecidas aflições comuns e poder rir da “desgraça alheia”, sabendo que ela é minha também. E me faz reconhecer em mim o desconforto de uma senhora tímida no canto da sala, e depois saber que se trata de uma renomada médica parisiense. Mas é isso, vale para todos: Em outras terras, ou em outras palavras, temos que nos reinventar. E nesta reinvenção, acolher o sentimento vertiginoso do não saber o que fica e o que se vai.

Moro em Tel Aviv – Tel Aviv, cidade que tem seu nome inspirado no título de romance escrito por Theodor Herzl, *Altneuland*: A terra do velho e do novo. *Tel* significa monte constituído pelo acúmulo de camadas civilizatórias, trata-se das marcas do passado no presente, enquanto *Aviv*, que significa primavera, faz referência à novidade, aos novos frutos, ao que está por vir.

Em Tel Aviv divido seus 52 km quadrados com aproximadamente 440 mil pessoas, que vêm de todos os cantos do mundo. Pessoas dos mais diversos idiomas, sexos e credos convivem neste pequeno espaço físico. Passado se faz presente no passeio das famílias que parecem recém-chegadas da Polônia ou da Rússia na virada do século retrasado. Mais antigos ainda, judeus e árabes com seus hábitos tribais. Muçulmanas usando hijab, que chegam da entrada principal da Universidade de Tel Aviv, conversam com judias americanas, francesas, argentinas ou brasileiras, que dividem calçada com o casal gay que leva seu cachorro para passear, que esbarra na esquina com um grupo de israelenses e chineses que já estão no amanhã tecnológico. Neste *melting pot* sou convocada a reconhecer minha liga, o que tenho e o que sou, forjando minha identidade, ainda que para isso pareça correr o risco de derreter. Lido constantemente com as dores e as delícias de ser nova neste outro lugar, fazendo questão de ser também velha e ter história para contar.

Estou morando aqui há quase três anos e tudo ainda parece ter título provisório, não por ser, ou não, esta moradia temporária, mas por sermos nós transitórios. Na medida em que nos arrancamos de nossa terra, nossas raízes ao vento se arejam, a angústia de castração ou de perda de bordas é intensa, mas não maiores do que a alegria de se reconhecer em nova primavera. Dentro de nós, rosas e jequitibás.

Mudaram as estações, nada mudou. Tudo mudou.

Recebido em: 7/2/2019

Aceito em: 10/4/2019

Simone W. Rothstein
Boyer Street, 2/55
Tel Aviv - Israel
+972 54 3446905
simonewr@rotx.com.br

Resenhas

A vida?... É logo ali.

David Léo Levisky, 2018

São Paulo: Editora Blucher. 274 pp

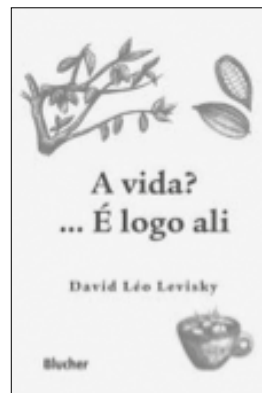
Alicia Beatriz Dorado de Lisondo¹

David condensa em *A vida?... É logo ali* – curioso título – a longa experiência clínica como psicanalista e escritor, com uma vasta cultura cosmopolita, musical, na arte da culinária, turística e suas raízes judaicas. O livro está atravessado por sua postura ética, valores humanitários e posição política. O enredo traz à baila o tempo da ditadura no Brasil e o contexto internacional em 1964.

Na América Latina, nos defrontamos com as dramáticas carências em saúde pública e especialmente em saúde mental de bebês, crianças e adolescentes com deficiências, que exigem tratamentos especializados de equipes multidisciplinares em *homes-care*, centros de reabilitação, escolas altamente capacitadas para uma inclusão verdadeira e oficinas de trabalho profissionalizantes assistidas.

David denuncia a situação de penúria e a falta de assistência do Estado nesta área que exige dos familiares e dos profissionais sensíveis criar alternativas na sociedade civil: ONGs, associações de pais, cooperativas, APAEs, AACDs, entre tantas outras.

No livro, Suzana e Paulo estão em Curitiba; Gabriela e Pedro, em São Paulo, dedicando-se arduamente à sustentação e à formação de um *taller* profissionalizante assistido, à fabricação de chocolate artesanal para os filhos



1. Analista Didata e Docente do GEP Campinas e da SBPSP. Filiada à IPA. Co-fundadora do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Campinas. Analista de Crianças, Adolescentes e Adultos

com deficiências. Talvez este produto tenha sido o escolhido pelo autor para adoçar a vida...

Na transmissão psíquica transgeracional, os efeitos da Segunda Guerra Mundial e o massacre dos judeus configuram traumas não cicatrizados nos pais de Gabriela. Esta filha caçula carrega as cruzes dos mortos-vivos nunca sepultados. Esses imigrantes aterrorizados – ao invés de compreenderem a jovem filha *bicho grilo*, *hippie* – tentam o impossível controle ante o pavor que a ditadura impõe. Lina, filha de Gabriela, nasce após o aborto espontâneo da mãe. Ela inicia a vida sexual-genital quase repetindo a história materna. Sem dúvida, sua análise e a relação suficientemente boa com Gabriela lhes permitem buscar outros caminhos para sua vida.

“(...) Aprendi que há experiências na vida que deixam registros na memória que não se apagam”, confessa Gabriela sobre o aborto (p. 59)

Os personagens de Gabriela e Lina revelam a complexidade da relação materno-filial, potencializada pelos dois irmãos menores deficientes: Lucas e Fabinho. Ambas projetam a criação de uma fábrica de chocolate onde no futuro eles possam trabalhar. Sonho em vias de realização graças à perseverança, ao desejo e às forças de vida resgatadas em Gabriela, acesas através do namoro com Pedro e posterior casamento. Desse casal, surge na parceria amorosa a força da criação.

João, ex-marido dessa mulher lutadora, pai de Lina, já na apresentação dos personagens do livro (p. 7), aparece só como pai de Lina. Esse homem – eterno adolescente perturbado – não pode exercer as funções dele esperadas: oferecer *rêverie* e *holding* para sua parceira, ser o terceiro na relação mãe-bebê, sustentar sua família. A mãe sentia-se sozinha, desamparada, com dois meninos deficientes. Sua frágil personalidade colapsa. Na loucura, ela berra certas verdades. Paradoxalmente, essa crise é a oportunidade para mergulhar nas profundezas de seu ser e renascer psicicamente.

David aposta com fé e esperança no poder revolucionário da psicanálise de alta frequência e de uma abordagem multidisciplinar, após a internação psiquiátrica de Gabriela por grave depressão psicótica.

As sucessivas mudanças catastróficas dessa paciente lhe têm permitido ressignificar a história e recriar perspectivas no futuro. Conquistas das análises individuais da mãe e da filha. A vida pode estar logo ali, só que é preciso encontrá-la e dela apropriar-se.

Gabriela, num lindo encontro com a filha, traz à baila sua história. Quando jovem, cega, não enxergava a intimidade de seu ser, nem podia enxergar seu parceiro – em quem se espelha. No entrecruzamento das loucuras juvenis, ambas fazendo uso de droga, atuavam sem poder pensar. Um paraíso, idealizado, em Jericoacoara, longe da “burguesa realidade massacrante”, lança-os na aventura para construir a vida lá. Nesse estilo de vida inconsequente, são surpreendidos com a primeira gravidez e o aborto espontâneo do primeiro filho, também com a concepção de Lina, e o acidente em que Gabriela fratura o tornozelo. Ela conta com o amparo de sua família de origem e, então, ela, envergonhada e ele, “tanto faz”, regressam a São Paulo.

Nasce Lucas com deficiências. Causas genéticas são afastadas. Eles apostam numa nova gravidez. Como conjectura imaginativa, indago: inconscientemente, que rede de fatores leva essa mulher a buscar uma terceira gravidez? Uma tentativa de reparação maníaca ante a paternidade frustrada, lesada, ferida em face das deficiências do filho, que reavivam culpas ancestrais? A repetição demoníaca de um vínculo cruel e sádico consigo própria e com João? A teimosia e o ressentimento por seu pai, forte opositor de seu relacionamento com João? Quais as missões que esse terceiro filho teria que cumprir? Um delírio de família feliz? Mistérios...

O autor, sem preconceitos, nos apresenta os encontros a três em jogos sexuais polimorfos entre Gabriela, João e Renata – a prestativa amiga. Também em delicada e sensível narrativa, David explora os sentidos da relação carnal entre essas duas meninas-mulheres.

Estados mentais primitivos afloram nessas personagens: a procura da adesividade, a colagem, pele a pele; a descoberta do corpo; o fogo da excitação sensorial; a busca de uma segurança básica na concretude do abraço; o corpo da parceira servindo como base de sustentação, num exoesqueleto pela falta do endoesqueleto; ser refletido no olhar do outro, num espelho vivo.

Lina era, quando menina-moça, um exemplo de *sobreadaptação*. Ela atendia às expectativas da mãe e talvez dos irmãos, com suas janelas de consciência, para não se sentir egoísta, folgada, indiferente ao drama familiar. Ela é quase escrava de uma consciência moral sem moral, para lidar com suas culpas, fantasias e angústias. Os ideais maternos, sociais e culturais são os tiranos que a subjugam. Cabe a ela permitir que a mãe possa ser mãe. O difícil complexo fraterno também estrutura sua personalidade.

“Lina esforçava-se para ser uma criança boazinha, passando quase despercebida”, percebe Gabriela (p. 89).

Lina é capaz de enfrentar o confronto geracional, iniciar o doloroso percurso da separação da família de origem e conquistar uma relação de alteridade. Ela integra o projeto de sua tese sobre a história do chocolate com uma bolsa de estudos em Paris – com o aprendizado da fabricação artesanal desse produto e uma pesquisa de mercado na Europa. Sua motivação é colaborar com sua família para criar um lugar de trabalho para os irmãos no futuro. A preocupação com a possível independência financeira dos filhos com necessidades especiais atormenta os progenitores.

A deficiência de um filho lastima o narcisismo parental, deprime a autoestima, é fonte de vergonha, espelha a vulnerabilidade e o desamparo ontológico da condição humana, envenena a existência com culpas cumulativas, exalta fantasias salvadoras, maníacas e onipotentes num delírio de bondade. A sacudida existencial perante o trauma, quando trabalhado psicanaliticamente, permite a percepção da realidade, a aceitação das limitações, o resgate das possibilidades de vida e a revitalização das competências existentes, fontes de orgulho.

Hernandez, o paquera músico com quem Lina acaba se casando, encarna uma voz interna dessa namorada, que lhe permite ousar viver sua vida como uma jovem, com desejos de expandir seu mundo, estudar no exterior, sair de sua família de origem onde ela estava sufocada. Lina era a sua pior inimiga. França era seu sonho e, com esforço, ele foi realizado.

Com sua mãe, aparece no início desse projeto o confronto geracional. Gabriela já jogou muitas cartas na sua vida, embora muitas outras estejam na sua mão à espreita de criatividade e sabedoria. Ela aprende a respeitar sua filha, cuidar de sua vida, aceitar a penosa realidade de Lucas e Fabinho, que são o que são – e não os sonhados descendentes imaginários. Essa mulher madura joga acertadamente as cartas restantes.

Este livro merece figurar como bibliografia obrigatória nos cursos das equipes de saúde, programas de inclusão educacional, cursos paramédicos: terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia e enfermagem, para se compreender o tsunami existencial que a deficiência de um membro provoca em toda a dinâmica familiar, além do árduo trabalho psicanalítico para que mudanças significativas aconteçam.

Pais, irmãos, filhos e avós exigem que a vida psíquica seja contemplada, ao menos, com as possibilidades que a psicanálise aplicada – fora dos muros do consultório particular – oferece. Campo fértil do interesse de David.

A conquista do autorrespeito e a dignidade como ser humano estão na contramão da vitimização. O sentimento de pena para com a pessoa deficiente é uma forma surda de violência, já que desqualifica seu *ser* e inaugura o processo degradante de desumanização, reduzindo o outro a um coitado. **Trata-se de um ser com deficiências e não de um deficiente, nome que estigmatiza e enclausura uma personalidade.**

Com *Lechaim* e *Shalom* celebram na Bélgica ambos os casamentos: Gabriela e Pedro; Lina e Hernandez. Também assim mãe e filha despedem-se no final do livro, quando a mulher adulta no Brasil, ao retornar da lua de mel, telefona para Lina em Paris, após emocionante reencontro.

Lechaim remete aos brindes pela vida, não ao vinho dado para apagar os sentidos dos condenados à morte ou a dor dos enlutados. Será este o terreno onde se enraíza o título do livro? *Shalom* é uma palavra hebraica que significa paz, harmonia, integridade, prosperidade, bem-estar e tranquilidade. Tanto Gabriela quanto Hernandez, com uma origem também judaica, podem identificar-se com as forças de vida para sobreviver às tragédias impensáveis.

Recebido:26/11/18

Aceito:12/3/19

Alicia Beatriz Dorado de Lisondo
Rua José Morano, 313 - Nova Campinas
Campinas – SP – CEP:13100-055
(19) 3251-5059
Rua Paraguaçu, 174 – Perdizes
São Paulo – SP – CEP: 05006-010
(11) 3873-8567
alicia.beatriz.lisondo@gmail.com

Janelas da psicanálise: transmissão, clínica, paternidade, mitos, arte.

Fernando Rocha, 2019

São Paulo: Editora Blucher. 336 pp.

Aurea Lowenkron¹

Janelas da psicanálise: transmissão, clínica, paternidade, mitos e arte, o novo livro de Fernando Rocha, nos brinda com um panorama representativo de seus principais temas de interesse no campo da psicanálise, revisitando produções que se incluem entre as mais significativas de seu percurso. É a partir dele que fala o autor, ao apresentar o livro: “Reúno aqui artigos variados, escritos ao longo de minha já longa experiência psicanalítica, em diferentes épocas, tanto na França como no Brasil” (Rocha, p. 23).

Trata-se de uma coletânea na qual os temas abordados são múltiplos, todos relevantes, densos em conteúdo, sem que dessa densidade advenham prejuízos ao estilo claro, harmonioso e agradável da escrita. Nas principais linhas temáticas podemos identificar, possivelmente, as questões fundamentais do autor, no sentido de Piera Aulagnier (1989) – aquelas que representam, para cada analista, suas interrogações mais instigantes e, consequentemente, ocupam um papel nuclear em suas produções.

Em suas “Palavras introdutórias”, o autor esclarece que os textos selecionados para compor a obra foram originalmente dirigidos a alunos de psicologia ou de psicanálise, evidenciando a importância conferida à transmissão da psicanálise ao longo de sua trajetória. Favorecem esse propósito o cuidado



1. Psicanalista. Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

observado na escrita, a precisão dos conceitos e a clareza da argumentação, características que fazem a leitura particularmente agradável.

O conjunto de textos foi organizado e ordenado de forma a constituir quatro *Janelas*, categoria que, como formula Joel Birman em seu imprescindível Prefácio, bem representa a perspectiva a partir da qual Fernando Rocha observa, teoriza e se move no campo da psicanálise, contemplando a pluridimensionalidade e a interdisciplinaridade em que ela se inscreve. As *Janelas* constituem todos significativos que se abrem para as principais áreas de interesse do autor: Transmissão, Clínica, Paternidade, Mitos, Psicanálise e Arte. Não só no interior de cada uma delas, mas também nas diferentes Janelas que se debruçam sobre outras temáticas, os tópicos desenvolvidos guardam entre si parentescos íntimos que se revelam por convergências e reforços mútuos, expressando uma relação interna rica e significativa que transpassa toda a obra.

Para abrir a Janela 1, “Psicanálise e Transmissão”, o autor escolheu o artigo “Emancipação *versus* Adaptação: perspectivas na formação analítica”. Nele, são trabalhados os sentidos do termo “formação”, que pode remeter tanto à atividade de modelar quanto à de educar. Para pensar esta questão, o autor referencia-se a Hanna Arendt e a Theodor Adorno. De Arendt, vale-se para sustentar que uma dimensão essencial do formador é a de efetuar a mediação entre o passado e o futuro. De Adorno, que situa a emancipação como fundamento de todo o processo de Educação, procedem os fundamentos da contraposição a práticas educacionais baseadas em metas de adaptação. É na afirmação da perspectiva de emancipação do sujeito que vai se alicerçar toda a reflexão sobre o processo de formação.

O conceito de emancipação, meta da educação e do processo analítico, robustece a idéia de a análise pessoal constituir o eixo norteador da formação analítica. É primordialmente no processo de análise pessoal, com sua riqueza em auto-interrogações na investigação sobre os próprios desejos e projetos, que podem se dar as condições mais favoráveis à emancipação, embora em acidentais transferenciais também possa introduzir-se o risco de adaptação. Também a supervisão e o ensino teórico, atividades que visam promover emancipação, ao mesmo tempo portam um risco de suscitar a alienação a um saber-poder totalizante, quando figuras ou grupos idealizados na instituição, à semelhança de membros de seitas religiosas, representam-se como portadores da verdade, guardiões da única “psicanálise verdadeira”.

Na Janela 2, o autor debruça-se mais extensa e detalhadamente sobre temas relacionados à clínica. Seguindo rigorosamente a concepção freudiana de

que cura e investigação são indissociáveis na psicanálise, Fernando Rocha pensa a clínica em função da singularidade dos analisados e a técnica em função de condições da clínica, como exigência de trabalho psíquico feita ao analista, exigência esta que é particularmente desafiadora no manejo de casos fora do campo das neuroses. As vinhetas ilustram a combinação de observância do método psicanalítico com maleabilidade criteriosa das intervenções em casos nos quais adaptações da técnica se impõem em decorrência da estrutura ou da organização psíquica dos sujeitos. Nessas situações, Fernando Rocha autoriza-se, como analista, a se valer de recursos que, embora não se encontrem indexados nos manuais de técnica, se mostram capazes de operar como facilitadores do encontro e do prosseguimento do processo analítico. Sendo a transferência a condição que inaugura e sustenta o encontro analítico e seu o manejo uma difícil tarefa que o analista toma a seu encargo, é possível reconhecer a qualidade do trabalho de um analista através da sua capacidade de se valer de saídas criativas para, em situações difíceis, restabelecer o laço transferencial indispensável à condução do tratamento.

Na Janela 3, “Psicanálise: paternidade e mitos”, a referência a lendas e mitos (Edipo, Pai da horda), que tão bem traduzem os desejos inconscientes, opera como facilitador para discorrer sobre temas fundamentais como sexualidade, Édipo, articulação dos conceitos de falo, desejo, lei e castração. Tais conceitos servem como fundamentos para pensar psicanaliticamente as modificações dos papéis conjugais, parentais e dos processos de subjetivação na atualidade. Como nos outros capítulos, neste a inclusão de vinhetas e situações clínicas confere uma vivacidade particular aos textos.

Na Janela 4, “Psicanálise e arte”, em um artigo intitulado “Esculpindo o inaudito”, que parte de reflexões sobre a possibilidade de traduzir em formas visíveis a essência da música, são incluídas vinhetas clínicas para ilustrar a relevância do elemento acústico (do objeto-voz, nos casos apresentados) como fator fundamental na produção da atividade associativa, capaz de provocar efeitos no curso do movimento desejante, evidenciáveis na transferência e nas escolhas amorosas dos sujeitos. Além da psicanálise, Fernando Rocha também transita, como fontes indispensáveis de referência, pela literatura em prosa e verso, filosofia, história... e pela música. A propósito, o texto que fecha o livro é ‘Ensaio psicanalítico sobre o ciúme: o ciúme na música popular brasileira’. Talvez seja este o ensaio no qual a liberdade do autor se torna mais evidente, em seu transitar desprendido da música para a teoria psicanalítica e, no recurso a conceitos psicanalíticos, no deslocar-se com muita espontaneidade e fluência entre diferentes correntes teóricas.

Se escrever responde a uma necessidade pessoal de elaborar vivências, publicar os escritos é entregar-se ao mundo. Portanto, um gesto de generosidade. Fernando Rocha nos oferece este livro precioso no qual as *Janelas* emolduram cenários representativos do pensamento e da experiência clínica de um analista que, sendo permeável a outras correntes teóricas, mantém-se rigorosamente freudiano no espírito, na atenção à especificidade do método e à indispensável implicação do psicanalista com o mundo e o tempo em que vive.

Trata-se de um livro de grande valia para os que se iniciam no campo da psicanálise e também para os que exercem há tempos a profissão impossível de psicanalista, tendo em vista que esse exercício implica abertura à reinterrogação de convicções enraizadas que, quando enrijecem, operam como resistências à consideração do novo e do imprevisto, ao que provém de outras vozes, de outros lugares.

Referências

Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: do discurso identifiante ao discurso delirante*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora Escuta. (Original publicado em 1984 por Press Universitaires de France).

Recebido: 23/07/19

Aceito: 31/07/19

Aurea Maria Lowenkron
Rua Decio Vilares, 22/502 – Copacabana
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22041-040
(21) 2255-7002 – 2547-1014
aurealowenkron@uol.com.br

Agradecimento aos pareceristas

Aida Maria Moraes Ungier
Abigail Betbedé
Ana Lucia Melgaço
Angela Barbosa Moura
Anna-Maria de Lemos Bittencourt
Betty Fuks
Carla Penna
Carlos Fernando dos Santos Motta
Claudia Bernardes
Cristiane P. Blaha Rangel
Cynthia Peiter
Denise Salomão Goldfajn
Flavia Sollero
Guilherme Gutman
Helena Pereira
Carlos Tamm Lessa de Sá
Leila Maria Bruck Ripoll
Lucila Faerchtein
Magda Rodrigues Costa
Maria de Fátima Lobo Amin
Maria do Carmo Andrade Palhares
Maria Fernanda Borges Vaz de Oliveira Rossi
Maria Elisa Alvarenga
Maria Teresa Rocha
Marina Magalhães Leitão Miranda
Miguel Calmon du Pin e Almeida
Miguel Angelo Cabral Sayad
Mônica Maria Martins Aguiar
Oscar Paixão Carrera Jr.
Pedro Duarte
Rosa Maria Carvalho Reis

Agradecimento aos pareceristas

Ruth Lerner Froimtchuk

Ruth Naidin

Samantha Nigri

Sergio Cyrino

Sergio Costa de Almeida

Sergio Kehdy

Sidnei Schestatsky

Sonia Verjovsky de Almeida

Valeria Silva Clark Nunes

Vera Benchimol

Instruções aos autores

LINHA EDITORIAL

A Revista TRIEB, publicação oficial da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, filiada à Associação Psicanalítica Internacional, vem sendo editada regularmente desde 1991. Sua proposta editorial caracteriza-se pela divulgação de artigos inéditos referidos ao campo teórico e clínico da psicanálise e às suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são necessariamente acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. As edições podem ser organizadas tematicamente e sua periodicidade é semestral. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

PROCEDIMENTOS DO CORPO EDITORIAL

Os editores apreciarão os artigos quanto à sua originalidade e adequação à linha editorial, podendo, a seu critério, submetê-los à apreciação de consultores *ad hoc* sem divulgação da identidade dos autores e vice-versa. Após análise do artigo, os autores recebem por escrito o resultado da avaliação: recomendado; recomendado com modificações; ou não recomendado para publicação. Caso seja necessário fazer modificações no texto, o autor será encarregado de providenciá-las, devolvendo o artigo reformulado no prazo indicado pelos editores em comunicação escrita. Caberá ao Corpo Editorial a decisão final acerca da publicação ou não do manuscrito, bem como a data de sua publicação. O Corpo Editorial reserva-se ainda o direito de introduzir pequenas modificações no texto aceito para publicação, com vistas a adequá-lo aos critérios de coerência, clareza, fluidez, correção gramatical e padronização editorial adotados pela revista. O artigo enviado para publicação deverá ser encaminhado de acordo com as instruções abaixo enunciadas. Recomenda-se a todos os autores que guardem consigo uma cópia do trabalho, uma vez que a TRIEB não se responsabilizará por devolvê-lo, mesmo no caso de artigos não aceitos para publicação.

DIREITOS AUTORAIS

O conteúdo do material enviado para publicação deve ser inédito e não pode ser submetido simultaneamente para publicação em outros locais. A exatidão das informações é de responsabilidade do autor. Os artigos aceitos e publicados tornam-se propriedade da TRIEB, sendo vedada sua reprodução. Para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam da

autorização por escrito dos editores. Os autores deverão anexar ao artigo uma carta de autorização, de acordo com o modelo a seguir representado, que trata do termo de transferência de direitos autorais. Deverão constar também nome completo, endereço postal, telefone, fax, e-mail de todos os autores e a(s) sua(s) respectiva(s) assinatura(s).

O(s) autor(es) abaixo assinado(s) transfere(m) à Revista TRIEB, com exclusividade, todos os direitos de publicação, em qualquer forma ou meio, do artigo, garantindo ser o mesmo inédito no Brasil e que não está sendo avaliado por outro periódico.

RESENHAS

O nome do autor da resenha deve constar depois dos dados relativos ao livro resenhado. A titulação e o endereço (incluindo CEP, telefone e e-mail) devem estar no rodapé.

As resenhas apresentadas devem trazer todos os dados necessários à plena identificação da obra resenhada:

- 1 Título completo do livro, seguido do subtítulo, quando houver.
- 2 Nome do autor do livro, tal como consta na capa.
- 3 Em caso de obra coletiva, nome do(s) organizador(es).
- 4 Crédito de outros profissionais da equipe de edição, como tradutor, revisor técnico, coordenador de coleção etc.
- 5 Nome da editora, local e ano de publicação, número de páginas.

APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

O artigo deve ser encaminhado à Revista TRIEB em arquivo eletrônico Word, letra Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, formato *.doc ou *.rtf. Deve ter no máximo 40 mil caracteres, incluídos os espaços. Quando enviado por correio, deve ser apresentado em cd-rom, acompanhado de duas cópias impressas, aos cuidados da Secretaria da Revista TRIEB, Rua David Campista nº 80, Humaitá – Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 22261-010. Se enviado por correio eletrônico, o endereço é revistatrieb@sbrprj.org.br. A apresentação do artigo deve obedecer à sequência e aos padrões gráficos a seguir enunciados:

1. Folha de rosto identificada, contendo:

- 1.1 Título do trabalho em português, inglês e espanhol.
- 1.2 Nome completo e afiliação institucional de cada um dos autores.
- 1.3 Nota de rodapé com endereço completo para correspondência, incluindo CEP, telefone e endereço eletrônico de cada um dos autores.

1.4 Nota de rodapé com informações sobre apoio institucional, agradecimentos, origem do trabalho (apresentação em evento, derivado de dissertação ou tese) e outros dados que atendam às exigências éticas.

2. Folha de rosto sem identificação, contendo apenas o título do trabalho.

3. Folha com Resumo, *Abstract* e *Resumen*

O Resumo deverá ter aproximadamente 150 palavras e no máximo cinco palavras-chave. Seguem-se as versões para o inglês – *Abstract* e *Keywords* – e para o espanhol – *Resumen* e *Palabras clave*, acompanhadas dos respectivos títulos em inglês e espanhol.

4. Texto: finalizando com Referências

TEXTO

Padrões gráficos

- 1** Não usar sublinhado nem negrito no corpo do texto.
- 2** Palavras estrangeiras ou títulos de livros devem ser mencionados em itálico, sem aspas.
- 3** Títulos de artigos devem ser mencionados em tipo normal, entre aspas.
- 4** Subtítulos do artigo devem estar em negrito.
- 5** Notas de rodapé: As notas devem ser evitadas sempre que possível. Quando apresentadas, utiliza-se o rodapé da própria página. Para indicá-las no corpo do texto, usam-se números arábicos sequenciais, imediatamente depois da frase a que digam respeito. Informações de caráter bibliográfico devem ser apresentadas nas referências, e não em notas de rodapé.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

As normas da TRIEB estão em consonância com as da Revista Brasileira de Psicanálise e da American Psychological Association (APA).

1. Citações de autor

Devem ser apresentadas pelo sobrenome do autor seguido do ano da publicação.

1.1 Tratando-se de **dois autores**, os sobrenomes devem ser ligados por “e” (“e” no caso do texto ser em português, “and” em inglês, “y” em espanhol, e assim por diante); quando citados entre parênteses, devem ser ligados por “&”. Ex.: Pessanha e Forones (2003) ou (Pessanha & Forones, 2003). Todos os autores deverão constar das Referências.

1.2 Tratando-se de **três ou cinco autores**, na primeira vez em que forem citados, todos os sobrenomes deverão ser mencionados. Nas citações subsequentes, deve ser mencionado apenas o sobrenome do primeiro coautor seguido da expressão latina “et al.”. Ex.: Autores citados pela primeira vez: Plass, Freitas, Ortiz, Lima e Pires, 2004 ou (Plass, Freitas,

Ortiz, Lima & Pires, 2004); Azevedo, Menezes e Meyer (1999) ou (Azevedo, Menezes & Meyer, 1999). Nas citações seguintes: Plass et al. (2004) ou (Plass et al., 2005); Azevedo et al. (2005) ou (Azevedo et al., 2005). Todos os autores deverão constar nas Referências.

1.3 Tratando-se de **seis ou mais autores**, cita-se o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão latina “et al.”. Ex.: Bicudo et al. (1967) ou (Bicudo et al., 1967). Nas Referências, citam-se os sobrenomes dos seis primeiros autores e abreviam-se os sobrenomes do sétimo autor e os subsequentes (se houver), usando-se a expressão latina “et al.”. Ex.: Bicudo, V. L., Marcondes, D., Uchôa, D. de M., Gill, M. J., Melsohn, I., Paiva, L. M. de et al. (1967).

1.4 Tratando-se de **vários autores e uma mesma ideia**, deve-se obedecer à ordem alfabética dos sobrenomes. Ex.: Badaines (1976), Biller (1968, 1969) ou (Badaines, 1976; Biller, 1968, 1969). Todos os autores deverão constar das Referências.

1.5 Tratando-se de **autores com o mesmo sobrenome**, indicar as iniciais dos prenomes e demais sobrenomes. Ex.: M. M. Oliveira (1983) e V. M. Oliveira (1984) ou (M. M. Oliveira, 1983; V. M. Oliveira, 1984). Todos os autores deverão constar das Referências.

1.6 Tratando-se de **documentos com diferentes datas de publicação e um mesmo autor**, citam-se o sobrenome do autor e os anos de publicação em ordem cronológica. Ex.: Merleau-Ponty (1942, 1960, 1966) ou (Merleau-Ponty, 1942, 1960, 1966). Todos os autores deverão constar das Referências.

1.7 Tratando-se de **documentos com a mesma data de publicação e o mesmo autor**, devem-se ser acrescentadas letras minúsculas após o ano da publicação. Ex.: Rogers (1973a, 1973b, 1973c) ou (Rogers, 1973a, 1973b, 1973c).

1.8 **Documentos cujo autor seja uma entidade coletiva** devem ser citados pelo nome da entidade por extenso, seguido do ano da publicação. Ex.: American Psychological Association (2001) ou (American Psychological Association, 2001).

2. Citações obtidas em canais informais

(aula, conferência, comunicação pessoal, e-mail..):

Acrescentar a informação entre parênteses após a citação.

Ex.: (Informação verbal, 19 de setembro de 2003).

3. Citação de obras antigas e reeditadas

Citar a data da publicação original seguida da data da edição consultada.

Ex.: Freud (1898/1976) ou (Freud, 1898/1976).

4. Citação textual

O texto citado deve reproduzir a pontuação e a grafia adotadas pelo autor no documento consultado.

4.1 No caso de transcrição de um trecho curto, este deve ser inserido no parágrafo e delimitado por aspas duplas, seguido do sobrenome do autor, data e página citada entre parênteses.

4.2 No caso de citação de trecho com 40 ou mais palavras, ela deve ser apresentada em parágrafo próprio, sem aspas duplas, usando letras em fonte tamanho 10 e alinhada com o denteamento do parágrafo, com uma linha em branco antes e outra depois do trecho citado.

4.3 Na citação de depoimento ou transcrição de entrevista, as falas devem vir em itálico, respeitando-se as demais orientações para citação textual.

5. Citação indireta

Na citação indireta – aquela cuja ideia é extraída de outra fonte – usar a expressão “citado por” (no caso de o texto ser em inglês, *as cited in*, e assim por diante). Ex.: Para Matos, (1990) citado por Bill (1998), ou Para Matos (1990, citado por Bill, 1998). Nas Referências, mencionar apenas a obra consultada (no caso: Bill, 1998).

6. Citação de trabalhos em vias de publicação

Cita(m)-se o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) seguido(s) da expressão “no prelo”. Ex.: (Magdaleno Jr., no prelo) ou Magdaleno Jr. (no prelo). A expressão irá na língua do texto. Se redigido em inglês, por exemplo, *in press*.

7. Citação de homepage ou website

Cita-se o endereço eletrônico de preferência entre parênteses, após a informação. Ex.: (www.bvs-psi.org.br). Não é necessário listá-lo isoladamente nas Referências no final do texto.

TRANSCRIÇÃO DAS CITAÇÕES PARA AS REFERÊNCIAS

Todas as citações devem ser referidas e toda referência deve corresponder a uma citação. As referências devem ser apresentadas no final do artigo em ordem alfabética de acordo com o último sobrenome do autor.

1. Livros

1.1 Autor Indica-se o autor pelo último sobrenome; apenas a primeira letra em maiúscula, seguido do prenome e demais sobrenomes abreviados.

Mais de um autor Indicam-se os autores pelo último sobrenome (apenas a primeira letra em maiúscula), seguido do prenome e demais sobrenomes abreviados. Devem ser dispostos em ordem alfabética, de acordo com o último sobrenome do autor. Havendo mais de uma obra do mesmo autor, a disposição obedece à ordem cronológica de publicação.

1.2 Título Utiliza-se a **letra cursiva no título e no subtítulo do livro ou artigo**, que devem ser separados por dois pontos.

1.3 Local de publicação O local (cidade de publicação) deve ser indicado conforme figura no documento, seguido da sigla do estado. Cidades reconhecidas internacionalmente não necessitam que se informe o estado ou o país. Ex.: Paris, New York, Chicago. No caso de cidades brasileiras, indicar o estado apenas para cidades que não são capital.

Ex.: Petrópolis, RJ; Campinas, SP; São Paulo; Porto Alegre; Rio de Janeiro. Quando o local não for identificado, usar a expressão *sine loco* abreviada entre colchetes: [s.l.].

1.4 Editora Deve ser transcrita tal como figura no documento, porém abreviando-se prenomes e suprimindo-se termos de natureza jurídica ou comercial dispensáveis. Ex.: Imago (e não Imago Editora Ltda.); Seuil (e não Ed. du Seuil); Karnac (e não Karnac Books); J. Olympio (e não Livraria José Olympio Editora). Quando a editora não for identificada, usar a expressão *sine nomine* abreviada entre colchetes: [s.n.].

2. Exemplos de referências de livros

2.1 Com autoria única ou mais de um autor

Aulagnier, P. (1978). *La violence de l'interprétation*. Paris: Puf.

Grier, F. (ed.) (2005). *Oedipus and the couple*. London: Karnac (The Tavistock Clinic Series).

Hargreaves, E. & Varchevker, A. (eds.) (2004). *In pursuit of psychic change: The Betty Joseph workshop*. Hove: Brunner-Rout.

2.2 Autoria institucional

American Psychological Association (2001). *Publication manual of the American Psychological Association*. 5th ed. Washington, D.C.: Author.

2.3 Sem autoria específica (Entrada pelo título da obra)

The world of learning (41st ed.) (1991). London: Europa.

2.4 Com indicação de edição, tradutor, data e título da edição original, título traduzido, Volumes

Tenenbaum, D. (2010). *Investigando psicanaliticamente as psicoses*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Rubio.

Mijolla, A. de (org.) (2005). *Dicionário internacional de psicanálise: Conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Imago.

Bion, W. R. (1994). *Estudos psicanalíticos revisados*. Trad. W. M. de M. Dantas. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1967. Título original: *Second thoughts*).

Merleau-Ponty, M. (1964). *Le visible et l'invisible* [O visível e o invisível]. Paris: Gallimard.

Spillius, E. B. (ed.) (1990). *Melanie Klein hoje: Desenvolvimentos da teoria e da técnica*. Vol. 2: *Artigos predominantemente técnicos*. Rio de Janeiro: Imago.

3. Capítulo de livro

3.1 O título do capítulo aparece em letra cursiva e o do livro, em itálico

Palhares, M. do C. A. (2008). Adolescência: Uma visão psicanalítica. In A. Melgaço; J. Outeiral & N. Armony (orgs.), *Winnicott: Seminários cariocas* (p. 24-35). Rio de Janeiro: Revinter.

Klein, M. (1962). Amor, culpa e reparação. In M. Klein & J. Rivière, *Vida emocional dos civilizados* (p. 57-113). Rio de Janeiro: Zahar.

3.2 Com indicação da data da edição original

Freud, S. (1977). Histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 1 (p. 77-102). Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1888).

Freud, S. (1973). El yo y el ello. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva (Trabalho original publicado em 1923).

4. Periódicos científicos

4.1 O título do periódico aparece em itálico e o do artigo, em cursiva

4.2 Edição completa (fascículo)

Green, A. (dir.) (2001). Courants de la psychanalyse contemporaine. [Número hors série] *Revue Française de Psychanalyse*, 65.

4.3 Artigos

D'Abreu, A. A. (2006). The act of interpretation. *International Journal of Psychoanalysis*, 87(4), 953-964.

4.4 Artigo publicado em suplemento

Kernberg, O. (1993). Discussion: Empirical research in psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 41(Suppl.), 369-380.

4.5 Artigo em vias de publicação (no prelo)

Magdaleno Jr., R. (no prelo). A função da identidade psicanalítica: apreensão do método como incorporação de uma ética. *Jornal de Psicanálise*.

5. Revista de divulgação

O título da revista aparece em itálico e o do artigo, em cursiva

Diatkine, R. (1993, 17 de março). Histórias sem fim. *Veja*, 26(11), p. 7-9

6. Jornal

6.1 O título do jornal aparece em itálico e o do artigo, em cursiva

6.2 Artigo

Frayze-Pereira, J. A. (1998, 22 de maio). Arte destrói a comunicação comum e instaura a incomum. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno 5, p. 24.

6.3 Entrevista publicada

Costa, J. F. (1995, 3 de dezembro). Um passeio no jardim sexológico [Entrevista com Manuel da Costa Pinto]. *Folha de S.Paulo*, p. 5. No caso de depoimento: ... [Depoimento...].

7. Eventos científicos (congressos, seminários, simpósios)

7.1 O título do evento aparece em itálico e o do artigo, em cursiva

7.2 Publicado em resumos ou anais

Perrini, E. (2000). A psicanálise além do divã: Na instituição, na supervisão e na psicoterapia. In *Anais do II Encontro de Psicanálise do Núcleo de Psicanálise de Campinas e Região* (p. 65-67). Campinas, SP: npc,

7.3 Publicado como artigo

Pacheco e Silva Fo., A. C. (1972). O mito, complexo, dos vampiros: Sua importância psicológica e psicopatológica. *Jornal de Psicanálise*, 6(18), 18-22. Trabalho apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Psicanálise, São Paulo.

7.4 Não publicado

Franco Fo., O. de M. (1996). *O campo da transferência e a contratransferência na formação analítica: Quando o analista é também professor*. Trabalho apresentado no Pré-Congresso Didático, 18, Monterrey, México.

8. Dissertações e teses publicadas e não publicadas

Nas publicadas, adota-se o modelo de referência de livros e, nas não publicadas, transcrevem-se autor, ano, título e local da defesa.

Herrmann, L. A. F. (2004). *Andaimes do real: A construção de um pensamento*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

9. Trabalhos não publicados

Franco Filho, O. de M. (1996). *O campo da transferência e a contratransferência na formação analítica: Quando o analista é também professor*. Texto não publicado.

10. Documentos extraídos de fontes eletrônicas

10.1 Artigo de periódico

Paiva, G. J. (2000). Dante Moreira Leite: Um pioneiro de psicologia social no Brasil. *Psicologia USP*, 11(2). Disponível em 12 mar. 2001, na SciELO (Scientific Eletronic Library Online): www.scielo.br.

10.2 Resumo de artigo de periódico

Bernardino, L. M. F. (2001). A clínica das psicoses na infância: Impasses e invenções [Resumo]. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 6(11), 82-91. Disponível em 9 jan. 2003, na Base de Dados Index Psi Periódicos: www.bvs.psi.org.br.

10.3 Texto

Glover, N. (2005). Art, creativity and the potential space. In N. Glover, *Psychoanalytic aesthetics: The British School*. London: Free Associations. Disponível em 14 abr. 2005, em <http://human-nature.com/free-associations/glover/chap6.html>.

11. Imagens e ilustrações

Em caso de apresentação de imagens, tais como fotografias, desenhos e gráficos (estritamente necessários à argumentação), assinalar no texto, conforme numeração sequencial, o lugar onde deverão ser intercaladas. Apresentar imagens de boa qualidade, com tamanho mínimo de 120mm de largura e 300 dpis de resolução, seja fotografia, gráfico ou desenho. As imagens originais devem ser enviadas em arquivo separado (tiff ou jpeg), ainda que estejam inseridas no artigo. Se as imagens enviadas já tiverem sido publicadas, mencionar a fonte e a autorização para reprodução.

Números avulsos

R\$ 40,00 (Em caso de envio pelos correios haverá o acréscimo das despesas postais)

Forma de pagamento

Cheque nominal à Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

Rua David Campista, 80 – Humaitá – CEP 22261-010

Tel. (21) 2537-1333 – FAX: (21) 2286-5292

E-mail: revistatrieb@sbprj.org.br

(Enviar o cheque em um envelope junto a este cupom para a SBPRJ)

Depósito bancário para a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

Banco Itaú– Agência 0311 – Conta corrente 38725-2

CNPJ 33.599.390/0001-17

Enviar para a SBPRJ o comprovante de depósito – ou cópia do mesmo – junto com as suas
Informações abaixo listadas:

REVISTA TRIEB

(Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ)

NOME

ENDEREÇO

CIDADE

ESTADO

CEP

TELEFONE

E-MAIL

